

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO**  
**TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

Willian de Souza Pereira

**Novos desafios na luta pela terra no Brasil: políticas identitárias no MST**

**ARARAQUARA**

**2026**

Willian de Souza Pereira

**Novos desafios na luta pela terra no Brasil: políticas identitárias no MST**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, na Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.**

**Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.**

**Orientado (a): Willian de Souza Pereira**

**Orientador (a): Prof. Dr. José Maria Gusman Ferraz**

**ARARAQUARA**

**2026**

## FICHA CATALOGRÁFICA

P496n Pereira, Willian de Souza.

Novos desafios na luta pela terra no Brasil: políticas identitárias no MST/Willian de Souza Pereira. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2026.

236f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. José Maria Gusman Ferraz

1. Patriarcado. 2. Diversidade. 3. Gênero. 4. Reforma agrária popular. 5. MST. I. Título.

CDU 577.4

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome do Aluno: **WILLIAN DE SOUZA PEREIRA**


Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

### BANCA EXAMINADORA




**Prof. Dr. José Maria Gusman Ferraz**

Documento assinado digitalmente  
 **ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO**  
Data: 09/02/2026 21:11:21-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


**Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento**



**Prof. Dr. Henrique Carmona Duval**

Documento assinado digitalmente  
 **CLEITON DONIZETE CORREA TEREZA**  
Data: 10/02/2026 19:06:14-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Prof. Dr. Cleiton Donizete Correa Tereza**

Documento assinado digitalmente  
 **DAGOBERTO JOSE FONSECA**  
Data: 10/02/2026 12:26:33-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca**

Araraquara – SP, 04 de fevereiro de 2026

## DEDICATÓRIA



Aos meus ancestrais, cujos corpos foram acorrentados, mas cujos espíritos jamais se renderam: esta conquista é de vocês. Pelas mãos calejadas que semearam sonhos em terras alheias, pelos olhos que enxergaram liberdade mesmo na escuridão e pela resistência que corre em meu sangue: **MUITO OBRIGADO**. Aos que lutaram para que eu pudesse existir, não apenas como um sobrevivente, mas como um detentor de direitos, de voz e de acesso à educação, dedico cada passo dessa jornada. Lamento que, em pleno século XXI, a ciência, o conhecimento e os espaços de poder ainda sejam tão **elitistas** e que tantos talentos sejam apagados pela falta de oportunidades. Mas não perco a esperança. Acredito que cada degrau que subimos abre caminhos para que outros venham depois. Que um dia esses números sejam apenas um registro do passado, e que a educação seja, de fato, um direito de todos. Até lá, sigo honrando a luta dos que vieram antes de mim e plantando sementes para os que virão depois.

Axé!

## AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao ápice desta longa e transformadora jornada, os agradecimentos que se seguem são um testemunho de amor, gratidão e reconhecimento por aqueles que foram meus pilares.

À minha Mãe, personificação do amor incondicional e da resistência. Foi através dos seus olhos que aprendi a enxergar o mundo e, na sua luta incansável, que encontrei a inspiração para seguir em frente. Farol de sabedoria, respeito e dignidade, esta conquista é tanto sua quanto minha, irrigada pelo seu suor e pela sua fé inabalável.

Ao meu amor, Diego, meu porto seguro e meu maior incentivador. Sou grato por cada palavra de ânimo nos momentos de dúvida, por cada abraço silencioso e por acreditar em mim mesmo quando eu vacilava. Sua presença amorosa e tranquila foi um refúgio fundamental, e esta vitória é intrinsecamente compartilhada com você, que esteve ao meu lado em cada passo.

Ao Professor Doutor José Maria Gusman Ferraz, meu orientador. Sua *guidance* transcendeu a esfera acadêmica, sendo uma masterclass em integridade intelectual e paixão pelo conhecimento. Sua paciência, suas críticas precisas e seu olhar aguçado foram indispensáveis para a concretização deste trabalho. Agradeço imensamente por acreditar neste projeto e por todo acolhimento, mesmo nos momentos mais difíceis desta trajetória.

À banca examinadora, expresso minha profunda gratidão pelo rigor, generosidade intelectual e comprometimento dedicados a esta pesquisa.

Em especial, à Professora Doutora Alessandra. Sua presença foi fundamental em toda a minha trajetória no programa — do processo seletivo à qualificação. Sua escuta atenta, críticas precisas e orientações sensíveis contribuíram de forma decisiva para o amadurecimento deste trabalho. Sinto-me profundamente honrado por sua colaboração constante, um verdadeiro gesto de partilha e construção coletiva do conhecimento.

Ao Professor Doutor Dagoberto Fonseca, minha profunda gratidão por ter sido responsável por uma verdadeira mudança de chave em meu percurso intelectual e acadêmico. Sua orientação foi fundamental para que eu pudesse repensar criticamente o meu trabalho a partir de uma perspectiva decolonial, abrindo caminhos que transformaram não apenas esta pesquisa, mas também a forma como compreendo o conhecimento, a ciência e suas implicações políticas e sociais.

Ao Rafael, meu amigo e irmão de caminhada, por não julgar, por respeitar e por dizer a verdade com amor, enxergando em mim o que eu ainda não via. Obrigado por existir.

A Wellington e Wilder, meus irmãos e pilares. Obrigado pelo apoio, pelo humor nos momentos certos e pelo orgulho que sempre me inspirou.

Agradeço de forma especial à minha amiga Thaís, pela generosidade, atenção e dedicação ao colaborar com a leitura criteriosa e a correção desta tese. Suas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento do texto, além do apoio constante e incentivo ao longo desse processo. Meu sincero reconhecimento e gratidão.

Meu agradecimento a todos, todas, todes os/as entrevistados (as/es) que, com disponibilidade e confiança, aceitaram participar desta pesquisa. A generosidade em compartilhar suas experiências, percepções e trajetórias foi essencial para a construção deste trabalho e enriqueceu profundamente as reflexões aqui apresentadas. Sou sinceramente grata (o) por cada contribuição.

Agradeço com carinho à Lavinia e à Cinthia pelo apoio, pela disponibilidade e pelas contribuições ao longo deste percurso. A presença, a escuta atenta e o incentivo de vocês foram fundamentais e tornaram essa caminhada mais leve e significativa. Minha sincera gratidão.

Agradeço à UNIARA – Universidade de Araraquara pela concessão da bolsa de estudos integral do Doutorado, cujo apoio foi essencial para a realização desta pesquisa. O incentivo institucional possibilitou dedicação às atividades acadêmicas e ao desenvolvimento científico, contribuindo de forma decisiva para a concretização deste trabalho.

Por fim, meu reconhecimento amplo e sincero a todas e todos que, de alguma forma, contribuíram para que este dia se tornasse realidade. Seja com uma conversa, um auxílio técnico, uma leitura atenta, um ombro amigo ou um simples gesto de carinho, cada contribuição foi uma peça fundamental neste quebra-cabeça. Esta tese é um testemunho do amor, da comunidade e da luta que me trouxeram até aqui. A cada um de vocês, minha eterna gratidão.

Willian de Souza Pereira

## **HINO À NEGRITUDE**

**EDUARDO OLIVEIRA<sup>1</sup>**

**(“Hino treze de maio”, 1966)**

Sob o céu cor de anil das Américas

Hoje se ergue um soberbo perfil

É uma imagem de luz

Que em verdade traduz

A história do negro no Brasil

Este povo em passadas intrépidas

Entre os povos valentes se impôs

Com a fúria dos leões

Rebentando grilhões

Aos tiranos se contrapôs

Ergue a tocha no alto da glória

Quem, herói, nos combates, se fez

Pois que as páginas da História

São galardões aos negros de altivez

Levantado no topo dos séculos

Mil batalhas viris sustentaram

Este povo imortal

Que não encontra rival

Na trilha que o amor lhe destinou

Belo e forte na tez cor de ébano

Só lutando se sente feliz

Brasileiro de escol

Luta de sol a sol

Para o bem de nosso país

Ergue a tocha no alto da glória

Quem, herói, nos combates, se fez

Pois que as páginas da História

São galardões aos negros de altivez

Dos Palmares os feitos históricos

São exemplos da eterna lição

Que no solo Tupi

Nos legara Zumbi

Sonhando com a libertação

Sendo filho também da Mãe-África

Arunda dos deuses da paz

No Brasil, este Axé

Que nos mantém de pé

Vem da força dos Orixás

Ergue a tocha no alto da glória

Quem, herói, nos combates, se fez

Pois que as páginas da História

São galardões aos negros de altivez

Que saibamos guardar estes símbolos

De um passado de heróico labor

Todos numa só voz

Bradam nossos avós

Viver é lutar com destemor

Para frente marchemos impávidos

Que a vitória nos há de sorrir

Cidadãs, cidadãos

Somos todos irmãos

Conquistando o melhor por vir

Ergue a tocha no alto da glória

Quem, herói, nos combates, se fez

Pois que as páginas da História

São galardões aos negros de altivez

---

<sup>1</sup> Eduardo de Oliveira nasceu em 6 de agosto de 1926. Aos 16 anos de idade, compôs o "Hino Treze de maio" que passou a ser chamado, posteriormente, de "Hino à Negritude". A composição foi registrada em 13 de maio de 1966 na antiga Escola Nacional de Música.

## Não Recomendado

### CAIO PRADO<sup>2</sup>

Uma foto, uma foto

Estampada numa grande avenida

Uma foto, uma foto

Publicada no jornal pela manhã

Uma foto, uma foto

Na denúncia de perigo na televisão

A placa de censura no meu rosto diz:

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz:

Não recomendado à sociedade

Perverso, mal-amado, menino malvado,  
muito cuidado!

Má influência, péssima aparência, menino  
indecente, **viado!**

A placa de censura no meu rosto diz:

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz:

Não recomendado à sociedade

Não olhe nos seus olhos

Não creia no seu coração

Não beba do seu copo

Não tenha compaixão

Diga não à aberração

A placa de censura no meu rosto diz:

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz:

Não recomendado à sociedade

---

<sup>2</sup>Luta pela visibilidade, manutenção e garantias de direitos para a população LGBTTI. Homem Negro, Gay, Pobre e Compositor. (2016)

## INVISIBILIDADE

Eu tentava ser o mais despercebido possível,  
Cortava volta das rodas de homens na frente das igrejas;  
Evitava ir nas festas da comunidade, para não sofrer julgamentos.  
Um dia fui participar de uma reunião  
Ao me apresentar, da minha boca saíram palavras trêmulas  
As pessoas riram de mim  
Gritaram “viadinho”, “mulherzinha”  
“Toma jeito de homem”, não envergonha seu país.  
A cada chacota me sentia **diminuído**.  
Abaixei minha cabeça e me calei,  
Só queria desaparecer, não estar ali.  
Os olhares de reprovação persistiram.  
Ao chegar em casa, meu coração chorava  
Pensei que ao invés de **cortar voltas**, devia **cortar os pulsos**  
Por que sou assim tão abominável?  
Faço tudo certo, trato as pessoas com educação.  
Supliquei ser **invisível**.  
Minhas lágrimas secaram  
A angústia e a aflição não passavam  
Minha companhia foi a solidão,  
Rejeição, desaprovação.

(LGBT sem-terra: Rompendo cercas e tecendo a Liberdade,2021, p.22 – **Grifo Próprio**)

## **BIXA PRETA**

Bicha estranha, louca, preta, da favela  
Quando ela tá passando, todos riem da cara  
dela  
Mas se liga, macho, presta muita atenção  
Senta e observa a tua destruição  
Que eu sou uma bicha louca, preta, favelada  
Quicando, eu vou passar e ninguém mais vai  
dar risada  
Se tu for esperto, pode logo perceber  
Que eu já não tô pra brincadeira, eu vou botar  
é pra foder  
Ques bicha estranha, ensandecida,  
arrombada, pervertida  
Elas tomba, fecha, causa, elas é muita lacração  
Mas daqui eu não tô te ouvindo, boy  
Eu vou descer até o chão, o chão, o chão  
O chão, chão, chão, chão  
**Bicha pre–, trá, trá, trá-trá**  
**Bicha pre–, trá, trá, trá, trá-trá**  
**Bicha pre–, trá, trá, trá-trá**  
**Bicha pre–, trá, trá, trá, trá-trá**  
A minha pele preta é meu manto de coragem  
Impulsiona o movimento, envaidece a  
viadagem  
Vai, desce, desce, desce  
Desce, desce a viadagem  
Sempre borralheira com um quê de Cinderela  
Eu saio de salto alto, maquiada na favela  
Mas se liga, macho, presta muita atenção  
Senta e observa a tua destruição  
Que eu sou uma bicha louca, preta, favelada  
Quicando, eu vou passar e ninguém mais vai  
dar risada  
Se tu for esperto, pode logo perceber  
Que eu já não tô pra brincadeira, vou botar é  
pra foder

Ques bicha estranha, ensandecida,  
arrombada, pervertida  
Elas tomba, fecha, causa, elas é muita lacração  
Mas daqui eu não tô te ouvindo, boy  
Eu vou descer até o chão, o chão, o chão  
O chão, chão, chão, chão  
**Bicha pre–, trá, trá, trá-trá**  
**Bicha pre–, trá, trá, trá, trá-trá**  
**Bicha pre–, trá, trá, trá-trá**  
**Bicha pre–, trá, trá, trá, trá-trá**  
E sempre borralheira com um quê de  
Chinerela  
Eu saio de salto alto, maquiada na favela  
Mas que pena, só agora viu que bela  
aberração?  
É muito tarde, macho alfa, eu não sou pro teu  
bico, não  
**Lin da Quebrada<sup>3</sup>**  
**(Bixa Preta - 2017)**

---

<sup>3</sup> Lina Pereira dos Santos, mulher Trans, Negra, mais conhecida como Lin da Quebrada, é uma cantora, compositora, atriz e ativista social trans brasileira

A análise da letra do Hino à Negritude revela uma profunda sinergia com a pesquisa, ao evidenciar como expressões culturais, como esta canção, atuam como dispositivos fundamentais das políticas identitárias emergentes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A letra não apenas resgata e valoriza a memória negra, mas também reconfigura o imaginário social, ampliando a compreensão da luta pela terra para além da disputa fundiária e incorporando dimensões étnico-raciais, culturais e simbólicas. Essa valorização da identidade e da ancestralidade afro-brasileira alinha-se diretamente aos novos sujeitos políticos que ganham centralidade na ação do MST — como mulheres negras, quilombolas e juventudes periféricas —, cujas demandas extrapolam a questão agrária tradicional. Desse modo, a canção torna-se uma ferramenta política e pedagógica integrada ao repertório de resistência do movimento, contribuindo para a construção de um projeto de reforma agrária popular que reconhece as múltiplas identidades do campo. Ela não apenas ecoa os princípios das políticas identitárias, mas os materializa em forma de arte, narrativa e memória viva — aspectos cruciais para enfrentar os desafios contemporâneos da luta pela terra no Brasil.

A canção “Não Recomendado”, de Caio Prado, constitui uma crítica potente às formas de marginalização e estigmatização impostas a corpos dissidentes, particularmente LGBTQIAPN+ e racializados, frequentemente considerados "fora da norma" por uma sociedade estruturalmente excludente. Por meio de uma linguagem direta e simbólica, a letra denuncia os mecanismos de censura social e moral que rotulam essas existências como perigosas, indesejáveis e não pertencentes, como se sua simples presença representasse uma ameaça à ordem hegemônica. Ao evocar expressões como "placa de censura no meu rosto" e "não recomendado à sociedade", a letra evidencia a natureza simbólica, institucional e cotidiana dos processos de exclusão. Tais mecanismos operam também nos territórios rurais, onde corpos dissidentes frequentemente enfrentam múltiplas camadas de opressão (por classe, raça e identidade de gênero/sexualidade). Nesse contexto, o desafio contemporâneo da luta pela terra passa a incluir o direito de existir e resistir com dignidade em sua própria identidade, reconfigurando o campo como um espaço de diversidade e pluralidade. Portanto, “Não Recomendado” atua como um manifesto sonoro contra o apagamento e uma afirmação política de pertencimento. A canção dialoga diretamente com a tese ao expressar, em linguagem poética, o que os novos desafios do MST buscam enfrentar: a inclusão ativa de sujeitos historicamente marginalizados na construção de um projeto popular de sociedade em que a luta pela terra se entrelaça com a luta por reconhecimento, respeito e liberdade. Por esta

razão, inclui-se a canção “Invisibilidade”, produzida pela própria militância e pelo Setor LGBT Sem-Terra.

## CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA: A ENCRUZILHADA COMO METODOLOGIA

O uso da canção "Bixa Preta" encontra amparo teórico na obra do cientista social Humberto Manoel de Santana Junior, cujas pesquisas se concentram na Antropologia das Religiões de Matriz Africana e nos Estudos Étnico-Raciais. Santana Junior (2022) utiliza a "epistemologia da encruzilhada" não apenas como metáfora, mas como uma ferramenta metodológica e cosmopolítica para compreender como os grupos historicamente marginalizados constroem conhecimento e resistem. Na cosmovisão africana, a encruzilhada (associada a Exu<sup>4</sup>) é o ponto de encontro e de tomada de decisões, sendo crucial para a comunicação e para a própria luta pelo Direito à Terra e à dignidade.

Por fim, consideramos o canto de resistência "Bixa Preta" relevante por articular três eixos de opressão — gênero, raça e classe —, conformando o que o autor identifica como "epistemologia da encruzilhada" (Santana Junior, 2022). A figura da "bicha preta favelada" personifica a sobreposição de marginalizações (interseccionalidade), criando um sujeito político que se estabelece no ponto de convergência dos oprimidos. Este lugar de fala não é de fragilidade, mas de potência cognitiva, pois é na encruzilhada que se revela a totalidade das estruturas de opressão. A referência à "pele preta como manto de coragem" estabelece uma conexão direta com os estudos de Grada Kilomba<sup>5</sup> sobre a corporalidade negra como território de memória e resistência, validando o conhecimento que emerge dessa intersecção como prática política de enfrentamento.

A centralidade dessas canções é um contraponto direto à exclusão histórica, sendo a resposta ao que Lélia Gonzalez questiona:

Como se explica esse 'esquecimento' por parte do feminismo? A resposta, a nosso ver, reside no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, argumentamos, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade (Gonzalez, 2020, n.p.).

---

<sup>4</sup> Exu é a representação da encruzilhada: é a figura mais importante da cultura iorubá. Sem ele o mundo não faria sentido, pois só através de Exu é que se chega aos demais orixás e ao Deus Supremo Olodumaré. Exu fala toda as línguas e permite a comunicação entre o orum e o aiê, entre os orixás e os homens.

<sup>5</sup> Grada Kilomba é uma artista interdisciplinar, escritora, teórica e psicóloga portuguesa (nascida em Lisboa, 1968), com raízes angolanas e são-tomenses, conhecida por sua obra que descoloniza o pensamento e explora o racismo, trauma, gênero e pós-colonialismo através de performances, instalações, vídeos e textos acadêmicos, rompendo barreiras entre arte e academia, e criando um conhecimento "vívido" e "desobediente" inspirado em Fanon e bell hooks. Ela é autora do best-seller "Memórias da Plantação" e expôs e lecionou internacionalmente, incluindo na Bienal de São Paulo e na Universidade Humboldt de Berlim.

O protagonismo do MST, ao integrar o canto de resistência e o conhecimento que emerge da encruzilhada em seu repertório, demonstra um compromisso com a superação desse racismo por omissão e a afirmação de um projeto popular interseccional.

### **SÍMBOLOS DO MST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM - TERRA)**



BANDEIRA (<https://mst.org.br/>)

**Cor vermelha:** Representa o sangue que corre nas nossas veias de cada trabalhadora e trabalhador e a disposição de lutar pela Reforma Agrária, pela transformação da sociedade;

**Cor branca:** Representa a paz, que somente será conquistada quando houver justiça social;

**Cor preta:** Representa nosso luto e a nossa homenagem a todos as trabalhadoras e trabalhadores que tombaram na luta pela nova sociedade;

**Facão:** Representa a ferramenta de trabalho, de luta e de resistência. Ele ultrapassa o mapa para indicar que o movimento é internacionalista;

**Mapa do Brasil:** Representa a luta nacional dos Sem-terra e a necessidade de que a Reforma Agrária deve acontecer em todo o país;

**Cor verde:** Representa a esperança das trabalhadoras e trabalhadores Sem - Terra quanto a vitória de cada latifúndio que conquistamos;

**Trabalhadora e Trabalhador:** Representa a necessidade de a luta ser feita por mulheres e homens pelas famílias inteiras.

## HINO do MST

Vem teçamos a nossa liberdade  
braços fortes que rasgam o chão  
sob a sombra de nossa valentia  
desfraldemos a nossa rebeldia  
e plantemos nesta terra como irmãos!  
Vem, lutemos punho erguido  
Nossa força nos faz a edificar  
Nossa pátria livre e forte  
construída pelo poder popular  
Braço erguido ditamos nossa história  
sufocando com força os opressores  
hasteemos a bandeira colorida  
despertemos esta pátria adormecida  
o amanhã pertence a nós trabalhadores!  
Vem, lutemos punho erguido  
Nossa força nos faz a edificar  
Nossa pátria livre e forte  
construída pelo poder popular

Nossa força resgatada pela chama  
da esperança no triunfo que virá  
forjaremos desta luta com certeza  
pátria livre operária e camponesa  
nossa estrela enfim triunfará!  
Vem, lutemos punho erguido  
Nossa força nos faz a edificar  
Nossa pátria livre e forte  
construída pelo poder popular

**(Letra: Ademar Bogo / Música: Willy C. de Oliveira)** - (<https://mst.org.br/nossos-simbolos/> acessado em 15/06/2025)

O Hino do MST constitui um artefato cultural que sintetiza os pilares ideológicos do movimento. Sua letra promove a ressemantização do conceito de pátria, vinculando-o ao projeto de poder popular e à luta de classes. A simbologia do "braço forte" e do "punho erguido" materializa a centralidade do trabalho produtivo e da resistência coletiva. A repetição do refrão reforça a teleologia revolucionária, enquanto a "bandeira colorida" e a "estrela" estabelecem uma hermenêutica socialista. Por fim, a construção discursiva articula a identidade camponesa e a consciência operária em um projeto hegemônico alternativo.

## LONA PRETA

A lona preta é mais do que uma barraca, é um rito de passagem, um símbolo presente na transição entre o acampamento e o assentamento das famílias Sem - Terra, o caminho para a conquista da terra. É símbolo da luta pela Reforma Agrária que as mais de 120 mil famílias acampadas em todo Brasil carregam. A lona preta é o retrato da luta cotidiana do Movimento contra o latifúndio, a segregação e as injustiças sociais que tanto castigam esse país.



Imagem: Lona Preta - Acessado em 15/06/2025<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> A imagem foi ajustada por meio de inteligência artificial para realçar o contraste entre a lona preta e o céu azul. A versão original, sem alterações, pode ser consultada no site oficial em: <https://mst.org.br/nossos-simbolos/>.

## TRAVESSIAS DE UM CORPO NEGRO E GAY NA UNIVERSIDADE: ENTRE SILÊNCIOS E RE-EXISTÊNCIAS

Andar com fé eu vou  
Que a fé não costuma faiar  
(Gilberto Gil,1982)

Alguns diriam que foi sorte, outros, oportunidade, meritocracia e até acaso. Eu diria que foi resistência histórica e política. Minha história se confunde com a de centenas de afrodescendentes no Brasil: Pretos, Pobres e Gays.

Meus pais se separaram quando eu tinha 3 anos e meu irmão do meio, 1 ano. O caçula viria 11 anos depois, de um novo relacionamento que também abandonou a minha mãe após a gravidez. Crescemos em um lar de pouco afeto, não porque minha mãe não era afetuosa, mas porque não tinha tempo: sua vida era trabalhar de segunda a segunda, pois, aos finais de semana, ainda fazia alguns “bicos”. Contudo, sempre fez o melhor para não faltar a comida, o material escolar e o uniforme. Batalhou para que tivéssemos acesso à educação. Ela, uma mulher negra, separada, com três filhos para criar, dava-nos o lazer que lhe era alcançável.

Vencemos a primeira etapa de meus estudos, o Ensino Fundamental. Enfatizarei aqui a minha trajetória: sempre fui um aluno mediano a excelente, a depender da disciplina que analisarmos. Ao término, tive a oportunidade de estudar no melhor e único colégio particular de minha cidade, a minha Ituverava. Graças à Dona Maria, minha mãe, que era faxineira nesta escola, obtive uma bolsa de estudos. Também houve acolhimentos; alguns de meus melhores amigos que fiz neste período, não foi apenas dor. Entre *bullying*, discriminação por renda, racismo recreativo e velado – SOBREVIVI. Enfrentei mais uma vez o Patriarcado e o Racismo – Resisti, persisti. Fui contemplado com uma bolsa de curso de Inglês, além de auxílio nas inscrições de vestibulares (nos anos 90 não havia política de isenção, nem cotas raciais ou sociais). Eles, meus professores, contemplaram-me e depois me auxiliaram financeiramente para que eu prestasse os Vestibulares (que naquele momento eram prestados, em sua maioria, na cidade onde existia a universidade). Venci mais essa etapa, e daí veio a mais desafiadora: a universidade. Mais uma vez eles, meus professores, auxiliaram-me; não havia docentes mulheres, no meu Ensino Médio fui aluno apenas de docentes homens. “Furei a Bolha” e fui cursar Geografia na UNESP em Rio Claro. Com o tempo, obtive bolsa moradia e iniciação científica (CNPq), pelos quais consegui manter meus estudos longe de casa. Formei-me. Foi lindo: meus amigos e família desfrutavam de uma linda festa e de minha

conquista. A Festa... ah, essa também foi um presente que até hoje não sabemos de onde veio; apenas recebemos um envelope com a informação de que estava toda paga. Volto a Ituverava e sou agraciado com um telefonema para assumir o cargo de professor de História na escola onde terminei o Ensino Médio. Trabalhei com meus professores, a quem sou eternamente grato e admirador. Por lá, fiquei 16 anos, e, nos meus dois últimos anos, fui convidado a fazer o Mestrado, que eles custeariam integralmente e, assim, tornei-me Mestre. O desafio atual é a obtenção do Doutorado, viabilizada por uma bolsa integral (100%) concedida pela Uniara. Chego a este ponto de forma concisa. Sim, houve momentos difíceis, tristes, de sentimento de derrota, desacreditaram, desmotivaram, sofri racismo, homofobia, discriminação civil por ser filho de pais separados, preconceito por ser pobre, passamos muitas dificuldades em casa, nossa casa era muito precária, mas RESISTIMOS, PERSISTIMOS, SOBREVIVEMOS E VENCEMOS. Tenho muito orgulho por sair da invisibilidade, do silenciamento e me tornar esse sujeito político que inspira outros e outras. Muitos me acolheram e me acolhem, respeitam quem sou, admiram e acreditam. Os dados do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) não são apenas números: eles traduzem a solidão de ser um doutor preto em um país onde minha cor representa apenas 3,4% dos que alcançam este título. Minha existência acadêmica é, por si só, um ato político. E minha luta é para que eu não seja um ponto fora da curva, mas um exemplo de que é possível, e necessário, romper com os silêncios e os saberes impostos pelo racismo estrutural (Agência Brasil, 2025). Enfim, minha identidade como PRETA BICHA não apenas atravessa minha existência, mas também orienta meu olhar crítico e inspirou diretamente o desenvolvimento desta pesquisa.

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre as políticas identitárias dos novos e velhos sujeitos que compõem o movimento de luta pela terra, denominado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), um embate interno de resistência. A luta pela terra no Brasil continua sem solução, como evidenciam a ineficaz política agrária e a crise agrícola que continua a assolar o campo brasileiro. Temporariamente, nota-se que a organização dos movimentos de luta está (re) estruturando e incorporando demandas levantadas por aqueles que se opõem a esse processo, incluindo a polêmica da titulação dos lotes. Na luta entre as forças políticas, novos e velhos sujeitos incorporaram novos conteúdos e novas estratégias em suas lutas. O caráter heteronormativo, com raízes no patriarcado, também se estende ao campo, que, segundo alguns autores, é o de maior cristalização de valores e costumes, cenário que se reproduz e se fortalece ao considerar a divisão sexual do trabalho como um dos pilares da agricultura familiar. A própria origem do movimento na região sul do país em 1984, na cidade de Cascavel (PR), se dá de forma a reproduzir o caráter patriarcal dos detentores dos meios de produção, onde, hierarquicamente, os homens estão à frente das organizações e instituições, mantendo um padrão de heteronormatividade. A pesquisa, portanto, objetiva compreender como sujeitos negros, mulheres, LGBTQIAPN+ e outras minorias vulneráveis socialmente conquistam espaço de participação efetiva, e de que forma suas experiências individuais e coletivas tensionam e reconfiguram as práticas do MST. A pesquisa adota abordagem qualitativa, estruturada a partir de análise documental e da realização de entrevistas semiestruturadas. No que se refere à análise documental, foram examinados materiais de formação política, cadernos pedagógicos, documentos orientadores e conteúdo de divulgação produzidos pelo MST, com o objetivo de identificar referenciais teóricos, princípios organizativos, concepções formativas e estratégias político-pedagógicas presentes nesses registros. Complementarmente, foram realizadas 27 entrevistas com diferentes atores vinculados ao MST, contemplando sujeitos de quatro regiões brasileiras, excetuando a Centro-Oeste. As entrevistas ocorreram de forma remota, por meio da plataforma Google Meet, possibilitando a participação de integrantes com distintas trajetórias e níveis de inserção no movimento, ampliando a diversidade e a abrangência da amostra.

É perceptível nas falas dos entrevistados que as transformações sociais recentes também repercutiram no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, incorporando pautas de coletivos como o Movimento LGBTQIAPN+, o Movimento Feminista e o Movimento Negro Unificado, cujas reivindicações por terra transcendem os territórios quilombolas, levantando questionamentos sobre seus horizontes de atuação e os avanços na construção de relações mais igualitárias. Desse modo, a luta pela terra revela-se também como luta pela existência, e o corpo político dos sujeitos entrevistados traduz o avanço de uma práxis interseccional no MST contemporâneo. Esses sujeitos, em suas múltiplas dimensões identitárias e corporais, embora tenham conquistado avanços significativos e ampliado sua presença em espaços de decisão e poder, permanecem inseridos em disputas hegemônicas internas ao movimento. Tais disputas são atravessadas por estruturas históricas de racismo, patriarcado e heterocisnormatividade, que produzem resistências de caráter estrutural e sistêmico, impactando a consolidação de práticas efetivamente igualitárias no interior da organização.

**Palavras-chave:** Patriarcado; Diversidade; Gênero; Reforma Agrária Popular; MST.

## ABSTRACT

This work presents an analysis of the identity politics of the new and old subjects that make up the land struggle movement, known as the Landless Rural Workers Movement (MST), an internal struggle of resistance. The struggle for land in Brazil continues without a solution, as evidenced by the ineffective agrarian policy and the agricultural crisis that continues to plague the Brazilian countryside. Temporarily, it is noted that the organization of the struggle movements is (re)structuring and incorporating demands raised by those who oppose this process, including the controversy over land titling. In the struggle between political forces, new and old subjects have incorporated new content and new strategies into their struggles. The heteronormative character, rooted in patriarchy, also extends to the countryside, which, according to some authors, is the area with the greatest crystallization of values and customs, a scenario that is reproduced and strengthened by considering the sexual division of labor as one of the pillars of family farming. The very origin of the movement in the southern region of the country in 1984, in the city of Cascavel (PR), reproduces the patriarchal character of those who own the means of production, where, hierarchically, men are at the head of organizations and institutions, maintaining a pattern of heteronormativity. Therefore, this research aims to understand how Black people, women, LGBTQIAPN+ individuals, and other socially vulnerable minorities gain space for effective participation, and how their individual and collective experiences challenge and reconfigure the practices of the MST (Landless Workers' Movement). The research adopts a qualitative approach, structured from document analysis and semi-structured interviews. Regarding document analysis, political training materials, pedagogical notebooks, guiding documents, and dissemination content produced by the MST were examined, with the objective of identifying theoretical frameworks, organizational principles, formative conceptions, and political-pedagogical strategies present in these records. Additionally, 27 interviews were conducted with different actors linked to the MST, including subjects from four Brazilian regions, excluding the Midwest. The interviews took place remotely, through the Google Meet platform, allowing the participation of members with different trajectories and levels of involvement in the movement, expanding the diversity and scope of the sample. It is noticeable in the statements of the interviewees that recent social transformations have also had repercussions within the Landless Rural Workers Movement, incorporating agendas from collectives such as the LGBTQIAPN+ Movement, the Feminist Movement, and the Unified Black Movement, whose demands for land transcend quilombola territories, raising questions about their horizons of action and the advances in building more egalitarian relationships. In this way, the struggle for land also reveals itself as a struggle for existence, and the political body of the interviewed subjects reflects the advancement of an intersectional praxis in the contemporary MST. These individuals, in their multiple identity and bodily dimensions, although they have achieved significant progress and expanded their presence in decision-making and power spaces, remain embedded in internal hegemonic disputes within the movement. These disputes are traversed by historical structures of racism, patriarchy, and heteronormativity, which produce structural and systemic resistance, impacting the consolidation of truly egalitarian practices within the organization.

**Keywords:** Patriarchy; Diversity; Gender; Popular Agrarian Reform; MST.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da Metodologia de Pesquisa.	37
Figura 2- Gráfico de Assentados por Governos	73
Figura 3 - Mapa sobre discriminação dos negros no acesso à terra no Brasil.	74
Figura 4 - Mapa Terras Quilombolas no Brasil (2021).	77
Figura 5 - Gráfico da população quilombola no Brasil (regiões e UF).	78
Figura 6 - Lideranças do MST e o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.	80
Figura 7 - Assembleia do MST.	81
Figura 8 - A Consciência Negra e a luta pela terra no país do agronegócio.	81
Figura 9 - Rendimento mensal domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza por Cor/Raça	84
Figura 10 - Imagens de campanha contra LGBTfobia no campo organizada pelo MST.	97
Figura 11 - Divulgação da Jornada Nacional	98
Figura 12 - Manchete: Combate à Violência.	98
Figura 13 - Escola de formação política está localizada em Guararema (SP)	100
Figura 14 - Estrutura Organizacional do MST.	108
Figura 15 - Mística de encerramento do 5º Congresso do MST. Foto: Carlos Ruggi.	117
Figura 16 - Imagens de Campanhas Resistência da Mulher no Campo.	120
Figura 17- Marcos importantes do Coletivo LGBT do MST.	124
Figura 18 - Cartaz do Coletivo LGBT Sem - Terra do MST.	127
Figura 19 - Sereia travesti preta interseccionalidade entre raça, gênero e identidade.	131
Figura 20 - Presentes e Esquecidas: a Dor das travestis assassinadas.	132
Figura 21 - Postagem em Rede Social.	134
Figura 22 - Depoimento de Rose MACFERGUS MST – Paraná.	135
Figura 22 - Evangélicos dentro do MST.	143
Figura 23- Mulheres Evangélicas dentro do MST.	144
Figura 24 - Evangélicos dentro do MST (Portal do Paranapanema-SP).	144
Figura 25- ÈGBÉ - Encontro Nacional da Cultura de Povos de Matriz Africana, 2024.	149
Figura 26 - Mística do ÈGBÉ	149
Figura 27 - Gráfico da faixa etária das pessoas entrevistadas.	167
Figura 28 - Gráfico de Cor/Raça das pessoas entrevistadas.	168
Figura 29 - Gráfico de escolaridade das pessoas entrevistadas.	170
Figura 30 - Gráfico de filho(a) de assentados(as).	173
Figura 31 - Gráfico de Tempo de participação no MST (em anos).	174
Figura 32 - Nuvem de palavras sobre a categoria patriarcado.	175
Figura 33 - Nuvem de palavras sobre as experiências de discriminações.	177
Figura 34 - Nuvem de palavras sobre as estratégias de enfrentamento às discriminações.	178
Figura 35 - Nuvem de palavras sobre expectativas, avanços e desafios.	180
Figura 36 - Manchetes de Noticiários On-line.	201
Figura 37 - Manchetes de Noticiários On-line.	201
Figura 38 - A Redenção de Cam,1895.	207

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Etapa de organização dos documentos produzidos pelo MST.	36
Tabela 2 - Modelo de Análise Documental.	38
Tabela 3 - A complexidade da luta do MST.	102
Tabela 4 - A práxis do Movimento.	103
Tabela 5 - Caracterização sociodemográfica, racial e de identidade de gênero dos sujeitos e sujeitas entrevistados(as) no MST	165
Tabela 6 - Caracterização da formação acadêmica e da trajetória político-organizativa dos sujeitos da pesquisa no MST Nota	166
Tabela 7 - Perfil racial dos entrevistados.	169
Tabela 8 - Identidade de gênero das pessoas entrevistadas.	171
Tabela 9 - Orientação sexual das pessoas entrevistadas.	171
Tabela 10 - Dispositivos de Resistência e Mobilização.	212

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>29</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA</b>	<b>34</b>
<b>3 OBJETIVOS</b>	<b>35</b>
<b>3.1. Objetivos Específicos</b>	<b>35</b>
<b>4 METODOLOGIA DE PESQUISA</b>	<b>36</b>
<b>5 INTERSECCIONALIDADES DA LUTA: A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTQIAPN+, NEGRO E FEMINISTA NO BRASIL E SEUS CAMINHOS CONVERGENTES AO MST</b>	<b>46</b>
5.1. Interseccionalidade: Conceito e Trajetória	46
5.2. O Movimento Negro no Brasil: Breve Historicidade, Interseccionalidades e Resistência Política	50
5.3. Racismo, Necropolítica e Continuidade Histórica	57
5.4. Quilombos e Amefricanidade: Projetos Civilizatórios	58
5.5. Movimento Negro Contemporâneo e a Questão da Terra	58
5.6. A Evolução do Movimento LGBTQIAPN+ no Brasil	64
5.7. Movimento Feminista Contemporâneo no Brasil	68
<b>6 RAÍZES DA RESISTÊNCIA: O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM - TERRA</b>	<b>69</b>
6.1. A Lei de Terras de 1850 e a Estrutura Fundiária Racista	70
6.1.1. Exclusão Pós-Abolição e a Transição Capitalista	71
6.1.2. Políticas Fundiárias na Contemporaneidade e o Racismo Sistemico	72
6.1.3. A Questão Territorial Quilombola no Brasil: Aspectos constitucionais e o papel do Estado na garantia de direitos.	75
6.1.4. Contexto histórico e fundação do MST: Um Movimento pela Terra e Justiça Social	91
6.1.5. Formação Política como Centralidade e Estratégia do MST	98
6.1.6. O Papel do INAP e a Metodologia de Formação	98
6.1.7. O Acúmulo Teórico e a "Biblioteca da Questão Agrária"	99
6.1.7.1.1. A materialização dos cadernos do INAP na educação popular	102
6.1.7.1.2. Articulação Gênero-Classe nos Cadernos de Formação: Teoria e Práxis	103
6.1.7.1.3. A Contribuição do Setor de Gênero para a Formação Política Ampla	103
6.1.7.1.4. Os Cadernos de Gênero como Instrumento de Auto-organização e Potencialização Política	104
6.1.8. Setor de Gênero do MST	113
6.1.9 Setor LGBT Sem-terra	119
6.1.10 Trajetória Histórica: A Auto-organização LGBT no MST	121
<b>7 CONSTRUÇÃO DO COLETIVO ÉTNICO-RACIAL: DO DEBATE NACIONAL À PRÁXIS DO MST</b>	<b>146</b>
7.1 O Ponto de Inflexão Pós-Durban, a Interseccionalidade e a Ação Prática	148
7.2 O Coletivo “Terra, Raça e Classe” no MST: Gênese e Desafios	150
<b>8. A DIALÉTICA DA LUTA: DIREITOS HUMANOS, TERRA E AS CONTRADIÇÕES INTERNAS DO MST</b>	<b>154</b>

8.1 O Direito à Terra como Direito Humano Fundamental no Brasil	154
8.2 Protagonismo Feminino, Liderança e a Ascensão Política	156
<b>9. RESULTADOS — Narrativas, Identidades e Resistências: Análise e Discussão dos Dados dos Entrevistados</b>	<b>159</b>
9.1 Perfil Sociodemográfico e de Engajamento no MST	159
9.1.1 Idade	162
9.1.2 Concentração na Idade Produtiva e de Liderança	162
9.1.3 Participação da Juventude e de Pessoas Mais Velhas	163
9.1.4 Cor/Raça	163
9.1.5 Perfil Racial dos Entrevistados	164
9.1.6 Contextualização e Relevância Sociopolítica	164
9.1.7 Escolaridade	165
9.1.8 Identidade de gênero	166
9.1.9 Orientação sexual	166
9.2 Família de assentados(as)	168
9.3 Tempo de participação no MST	169
9.3.1 Análises das nuvens frutos das entrevistadas	171
9.4 Categorias de análise	177
9.5 Trechos das entrevistas organizadas em diálogo com as categorias de análise	177
9.5.1 Trajetória de Vida	177
9.5.2 Participação no MST	187
9.5.3 Construção dos Setores de luta no MST	187
9.6 Eixos Interseccionais e o sentido do patriarcado	193
9.6.1 Desigualdade de gênero: O Controle da decisão e a violência simbólica	193
9.6.2 O racismo na militância	198
9.6.3 Heteronormatividade: Dissidência, Exclusão e Afeto	203
9.6.4 Estratégias de enfrentamento às discriminações	204
9.6.5 Eixo Temático: Trajetória e Subjetividade	205
9.7 Eixo Temático: experiências articuladas de discriminação	205
9.7.1 Gênero e Misoginia	206
9.7.1 Sexualidade e Conservadorismo	206
<b>10. OBSERVAÇÕES, AVANÇOS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DO NOVO PARADIGMA DA LUTA</b>	<b>208</b>
10.1 Contradições e Barreiras Estruturais do Movimento	208
10.2 Estratégias e Auto-organização dos Setores e Coletivos	208
10.3 Avanços e o Novo Paradigma da Reforma Agrária Popular	208
<b>11. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>215</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>221</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>232</b>
<b>APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista</b>	<b>235</b>
<b>APÊNDICE B: Comitê de ética</b>	<b>235</b>
<b>ANEXO: Termo de Consentimento</b>	<b>236</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os desafios contemporâneos da luta pela terra no Brasil, investigando como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) articula a Reforma Agrária Popular com políticas identitárias relacionadas à raça, gênero e diversidade sexual. Parte-se da **hipótese** de que as camadas sociais<sup>7</sup> definem historicamente o lugar do sujeito na luta, de modo que mudanças sociais e políticas internas do MST deram visibilidade a sujeitos que sempre integraram o movimento, mas que anteriormente não detinham poder de decisão. A pesquisa evidencia a contradição entre as bandeiras do MST — que defendem diversidade étnica, combate à violência sexista e Reforma Agrária Popular inclusiva — e práticas internas que limitam a ascensão de lideranças femininas cisgêneros<sup>8</sup> e transgêneros<sup>9</sup> e outros sujeitos marginalizados, notadamente em cargos de direção e poder econômico. A discussão racial é crucial, considerando que a base do MST é majoritariamente negra e que a falta de acesso à terra no Brasil se constitui como herança da desigualdade estrutural pós-escravidão; assim, a bandeira da diversidade étnica funciona como instrumento de reparação histórica e fortalecimento da luta por direitos. De forma análoga, a perspectiva de gênero revela que, apesar do Setor de Gênero existir desde a fundação do movimento nos anos 80 e ter conquistado avanços importantes, ainda há limitação de espaços deliberativos e desigualdades internas. A inclusão da pauta LGBTQIAPN+ é igualmente vital, ao desafiar a

---

<sup>7</sup> Em Sociologia, camadas sociais referem-se aos diferentes estratos ou segmentos que compõem a estrutura de uma sociedade, organizados a partir de critérios como renda, ocupação, escolaridade, prestígio e poder. O conceito está associado à ideia de estratificação social, isto é, à forma como as desigualdades são estruturadas e reproduzidas historicamente. Para Karl Marx (2023), a divisão fundamental da sociedade capitalista ocorre a partir da posição que os indivíduos ocupam nas relações de produção. Assim, as classes sociais se definem pela propriedade (ou não) dos meios de produção, estabelecendo uma estrutura marcada pelo antagonismo entre burguesia e proletariado. Embora Marx utilize mais diretamente o termo “classe social”, sua formulação fundamenta a compreensão das camadas sociais como resultado de relações materiais e econômicas. Já Max Weber (2012) amplia essa análise ao considerar que a estratificação social não se reduz ao fator econômico. Para o autor, a organização da sociedade envolve três dimensões inter-relacionadas: classe (ordem econômica), estamento ou status (ordem social) e partido (ordem política). Desse modo, as camadas sociais são formadas não apenas pela renda, mas também pelo prestígio social e pelo poder político. Na tradição contemporânea, Pierre Bourdieu (2007) contribui ao demonstrar que as posições sociais são estruturadas pela distribuição desigual de diferentes tipos de capital — econômico, cultural, social e simbólico. Assim, as camadas sociais se configuram como posições diferenciadas no espaço social, definidas pela combinação desses capitais. Dessa forma, pode-se definir camadas sociais como os diferentes estratos que compõem a estrutura social, organizados segundo critérios econômicos, culturais e políticos, e marcados por relações de desigualdade e disputa por recursos materiais e simbólicos.

<sup>8</sup> Refere-se a pessoas que se identificam com o gênero atribuído a elas no nascimento (por exemplo, foram designadas como sexo feminino ao nascer e se identificam como mulheres), (UNESP, 2025b).

<sup>9</sup> Mulheres transgênero são pessoas que nasceram com sexo biológico masculino, mas se identificam e vivem como mulheres, ou seja, sua identidade de gênero (feminino) não corresponde ao sexo atribuído no nascimento. O termo "transgênero" é um termo amplo que abrange diversas identidades, e ser uma mulher trans é sobre como a pessoa se reconhece internamente, independentemente de sua aparência ou cirurgias (UNESP, 2025a)

heteronormatividade presente nos assentamentos e acampamentos<sup>10</sup> e garantir o direito à não-discriminação e à dignidade humana. O presente estudo pretende demonstrar que a luta pela terra e pelo socialismo exige o enfrentamento simultâneo, em perspectiva interseccional, do racismo, do patriarcado e da LGBTfobia, como condição para a construção de um espaço político-organizativo efetivamente inclusivo em que todos os corpos possam ocupar posições de visibilidade, decisão e poder, garantindo que a Reforma Agrária Popular seja também uma efetiva transformação social. O objetivo central da pesquisa é compreender como o debate sobre diversidade sexual, identidade de gênero e raça foi estruturado no MST e analisar o processo gradual de visibilização desses sujeitos no interior do movimento. Apontamos aqui para duas dimensões inter-relacionadas. A primeira dimensão refere-se à estruturação do debate interno: ou seja, como o movimento organiza, formaliza e incorpora em suas políticas e práticas internas questões ligadas à diversidade, refletindo tanto a influência de demandas externas da sociedade civil quanto o protagonismo de sujeitos historicamente marginalizados. Isso inclui a criação de setores específicos, como o de gênero e a sigla LGBTQIAPN+, bem como a formulação de programas de formação política que abordem a equidade racial, de gênero e sexual.

A segunda dimensão diz respeito à visibilização gradual desses sujeitos no interior do movimento, que envolve o reconhecimento simbólico e político de identidades historicamente silenciadas ou subordinadas. Esse processo de visibilização não se limita à presença física nos espaços de luta, mas inclui o acesso a posições de decisão, liderança e poder econômico, bem como a transformação das normas e práticas institucionais que estruturam a vida coletiva. A pesquisa, portanto, busca compreender como sujeitos negros, mulheres, LGBTQIAPN+ e outras minorias vulneráveis socialmente conquistam espaço de participação efetiva, e de que forma suas experiências individuais e coletivas tensionam e reconfiguram as práticas do movimento, contribuindo para a construção de uma Reforma Agrária verdadeiramente inclusiva.

No Brasil, a propriedade da terra está diretamente relacionada ao poder dos latifundiários, pois, além do poder econômico, há também o poder político na posse delas. O acesso à terra no Brasil tornou-se uma questão importante no século XX, como resultado da concentração de forças da estrutura fundacional e das tradições demonstradas pela iniquidade de direito a ela.

---

<sup>10</sup> A diferença central é que o acampamento é uma etapa inicial e temporária de luta pela terra, enquanto o assentamento é a situação final, permanente e regularizada, onde as famílias já possuem a concessão de uso da terra e infraestrutura. (MST,2025).

O indicador mais agudo da atualidade da questão agrária é a permanência dos conflitos e violências no campo, os quais indicam que há um conjunto de problemas que não foram solucionados. Esses conflitos e violências constituem a conflitualidade da questão agrária (Fernandes, 2005; Girardi; Fernandes, 2009 *apud* Girardi, 2022, p. 52)<sup>11</sup>.

Os conflitos fundiários no Brasil são, em sua essência, anacrônicos. Eles repetem séculos de um roteiro conhecido: disputa por terras, grilagem, violência de poderosos contra vulneráveis, expropriação e judicialização lenta. A permanência deste padrão mostra que o país não conseguiu superar suas estruturas coloniais e arcaicas de poder e acesso à terra. A "questão da temporalidade" aqui é a de um tempo cíclico, de forma que o passado se repete incessantemente no presente. A violência no campo não é um resquício do passado; é a atualização constante desse passado. Isso demonstra desinteresse do Estado em romper com este ciclo e implementar soluções modernas e definitivas, como a reforma agrária e a demarcação de territórios.

O século XXI introduziu uma nova camada de urgência temporal à questão agrária: a crise climática e ambiental. O modelo de uso da terra defendido pela frente de expansão do agronegócio — com desmatamento, monocultura e uso intensivo de agrotóxicos — é insustentável a longo prazo. Ele opera em uma lógica de curto prazo que coloca em risco o futuro do planeta.

A tese está dividida em 11 capítulos. Sendo o primeiro capítulo traz a ideia de que essa luta pela terra é intrinsecamente atravessada pelo debate da interseccionalidade. A desigualdade de gênero e a sexualidade são temas cruciais, uma vez que identidades como ser transgênero, preto, indígena, de classes populares ou deficiente, estão ligadas a dinâmicas de poder que transcendem o patriarcado como única fonte de opressão. O corpo é político, e a rejeição a regras sexistas, homofóbicas e racistas impulsionou movimentos sociais por direitos desde a década de 1960. Integrantes do MST concordam que o movimento é predominantemente formado por negros e que o debate racial é crucial para determinar a identidade do Sem-terra e seu lugar na luta de classes (Mariano; Paz, 2018).

Assim, a problemática central desta pesquisa reside em compreender a inserção dos sujeitos LGBTQIAPN+, Mulheres e Pretos nos espaços de poder do MST, articulando as lutas internas com a luta pela terra e analisando como o Patriarcado atravessa o movimento e suas consequências. A hipótese de que embora o MST tenha se constituído e se consolidado

---

<sup>11</sup> Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2020b In Girardi 2022 p.52) sobre conflitos do campo, em 2019, tivemos um total de 1833 conflitos, com 859.023 pessoas envolvidas. A área em disputa corresponde à 53.313.244 hectares.

historicamente a partir da centralidade da luta pela reforma agrária, sua trajetória revela um processo de incorporação estratégica e interseccional de pautas identitárias, no qual as camadas sociais, articuladas às dimensões de raça, gênero e sexualidade, passam a redefinir os lugares de enunciação, participação e poder no interior do movimento, conferindo visibilidade e protagonismo a sujeitos historicamente presentes, mas anteriormente subalternizados nas instâncias decisórias.

A tese fundamenta-se na perspectiva histórico-crítica, tomando como referência as categorias de hegemonia, sociedade civil e intelectual orgânico formuladas por Antônio Gramsci (2000). Tal abordagem permite compreender o MST não apenas como movimento de luta pela terra, mas como espaço de produção de direção política, cultural e formativa no interior da sociedade civil. A partir desse referencial, analisam-se as interseccionalidades entre os movimentos negro, feminista e LGBTQIAPN+ e sua incidência nas dinâmicas internas do MST, evidenciando disputas por reconhecimento e ampliação de protagonismo. Nesse contexto, a hegemonia manifesta-se na capacidade do movimento de construir unidade política e consenso em torno de seu projeto histórico, articulando reforma agrária e transformação social. Conforme Gramsci (2024), a direção não se sustenta apenas por mecanismos organizativos formais, mas pela formação política, pela elaboração ideológica e pela construção de legitimidade junto à base social, revelando que autoridade e coesão envolvem processos complexos de mediação e construção coletiva. Segundo Gramsci (2024) hegemonia é forma pela qual uma classe dirige a sociedade não apenas dominando-a, mas conquistando a adesão ativa dos demais grupos por meio da construção de consenso cultural e político. Parte-se da conceituação de interseccionalidade e de sua trajetória teórica para compreender a formação histórica da resistência negra, o papel do racismo estrutural e da necropolítica, bem como os projetos civilizatórios expressos nos quilombos e na amefricanidade. Examina-se o movimento negro contemporâneo e sua relação com a questão da terra, articulando-o à evolução do movimento LGBTQIAPN+ e à consolidação da sigla enquanto expressão política. O capítulo também aborda o feminismo contemporâneo no Brasil, destacando seus diálogos com raça, classe, sexualidade e território. Dessa forma, delinea-se um campo de lutas convergentes que tensiona as estruturas históricas de opressão no país.

Em seguida, a pesquisa aprofunda as raízes da resistência camponesa por meio da análise da formação histórica do MST, contextualizando a Lei de Terras de 1850, a exclusão pós-abolição e a permanência do racismo sistêmico na estrutura fundiária brasileira. O racismo sistêmico refere-se ao funcionamento articulado dos sistemas educacional, jurídico,

do mercado de trabalho, da mídia e da segurança pública na produção e reprodução de desigualdades raciais, mesmo na ausência de intenção discriminatória explícita (Santos, 2022). Essa formulação dialoga com a noção de racismo institucional desenvolvida por Kwame Ture e Charles V. Hamilton (1967), ao evidenciar que a discriminação pode estar inscrita nos próprios procedimentos e normas institucionais.

O racismo estrutural, por sua vez, refere-se ao caráter constitutivo do racismo na formação histórica e na organização da sociedade, compreendido como elemento estruturante das relações sociais, políticas e econômicas. Nessa perspectiva, o racismo não é um desvio individual, mas parte do funcionamento regular da ordem social, conforme argumenta Silvio Almeida (2019). Embora os termos sejam frequentemente utilizados como sinônimos, pode-se distingui-los afirmando que o racismo estrutural remete às bases históricas das desigualdades raciais, enquanto o racismo sistêmico enfatiza seus mecanismos atuais de reprodução (ALMEIDA, 2019; TURE; HAMILTON, 1967).

São discutidos os antecedentes do movimento, como as Ligas Camponesas, sua organização interna, os setores e coletivos, com destaque para os setores de gênero, LGBT Sem Terra e étnico-racial. A tese enfatiza a mística, o cuidado e a auto-organização como ferramentas pedagógicas e políticas, abordando a presença de corpos dissidentes e as tensões internas decorrentes de opressões historicamente internalizadas. Por fim, apresentam-se a metodologia da pesquisa e a análise dos resultados obtidos por meio de entrevistas, articulando empiria e teoria crítica. O trabalho contribui para a compreensão das disputas por terra, corpo e identidade no interior das lutas sociais contemporâneas.

## 2 JUSTIFICATIVA

A decisão de abordar este recorte social na pesquisa surgiu, inicialmente, da minha própria trajetória: sou homem negro, integrante da população LGBTQIAPN+, geógrafo e educador em escolas públicas, ao lado de dois irmãos, por uma mãe negra solo que, mesmo com apenas o ensino fundamental I, enfrentou adversidades sociais para nos garantir acesso ao ensino superior.

As experiências de ser negro, ter pais separados e ser um homem cis gay em uma sociedade patriarcal sempre evidenciaram a necessidade de compreender as vulnerabilidades, marginalizações e violências direcionadas ao meu corpo. Assim, neste programa de pós-graduação, encontrei a oportunidade de investigar um dos maiores movimentos sociais do Brasil: o MST. O racismo, a discriminação, a exclusão, o apagamento e a violência enfrentados por esses indivíduos no campo por mulheres, negros e LGBTQIAPN+ ao longo da história do Brasil são elementos centrais desta análise.

A originalidade/ineditismo deste estudo consistem em compreender como um movimento social como o MST lida com essas dinâmicas de poder, como esses corpos marginalizados são afetados pelo patriarcado, pela heteronormatividade e pelo racismo dentro do próprio movimento, e de que maneira a resistência a essas opressões são construídas. Trata-se de dar visibilidade a essas lutas, entender como são travadas e como são percebidas e assimiladas pelo MST, destacando suas conquistas e perspectivas futuras.

Como fundamentação teórica, adota-se a interseccionalidade, conceito inicialmente desenvolvido no âmbito dos estudos feministas (Gonzales, 2020), mas que, neste estudo, será aplicado para analisar as múltiplas camadas identitárias que constituem os sujeitos pertencentes a grupos minoritários dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Essa abordagem permite compreender como marcadores sociais como raça, gênero e classe se entrelaçam, influenciando as experiências e lutas desses indivíduos no contexto do movimento.

### **3 OBJETIVOS**

O objetivo central desta pesquisa é compreender como o debate sobre diversidade sexual, identidade de gênero e raça foi estruturado na luta política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e de que forma se processou a visibilização gradual destes sujeitos no interior do movimento.

#### **3.1 Objetivos Específicos**

Para alcançar o objetivo geral, a pesquisa se propõe a:

- 1- Rastrear e delinear o histórico da participação e das demandas dos grupos minoritarizados (mulheres, negros e LGBTQIAPN+) no contexto da formação e atuação política do MST.
- 2- Descrever e interpretar a trajetória histórica, a estrutura organizacional, as lutas, demandas, conquistas e desafios do Setor de Gênero, do Coletivo Terra, Classe e Raça e do Setor/Coletivo LGBT Sem Terra do MST.
- 3- Investigar e analisar a produção de materiais (documentos, notas políticas, cartilhas e outros artefatos) elaborados pelos setores/coletivos de Gênero, Raça e LGBT, no que concerne à abordagem e à defesa de suas pautas específicas.
- 4- Traçar o perfil socioeconômico e identitário dos (as) entrevistados (as) dos coletivos/setor de Gênero, Raça e LGBT, considerando variáveis como raça, identidade de gênero, sexualidade, nível educacional, ocupação, religiosidade e o papel da família em suas vidas.
- 5- Descrever e compreender a trajetória de militância dos (as) entrevistados (as) nos setores e coletivos de Gênero, Raça e LGBT Sem Terra do MST.
- 6- Pesquisar e interpretar a percepção dos (as) entrevistados (as) sobre os significados, desafios e avanços da pauta identitária (raça, gênero e sexualidade) no debate político interno do MST.

#### 4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Em relação à metodologia, propõe-se uma pesquisa qualitativa que tem como estratégias metodológicas a revisão de literatura, a pesquisa de campo e o uso de diário de campo, a entrevista semiestruturada e a análise documental. Ressalto que o diário e a pesquisa de campo não convencional, associado a uma pesquisa de campo não convencional, de caráter etnográfico, desenvolvido a partir da observação e do registro analítico de conteúdos, discursos e interações em redes sociais digitais.

Em linhas gerais, a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, páginas da internet, aplicativo *youtube*, entre outros. Esse levantamento é importante tanto para discussão dos dados originais, coletados numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos (Luna, 1999).

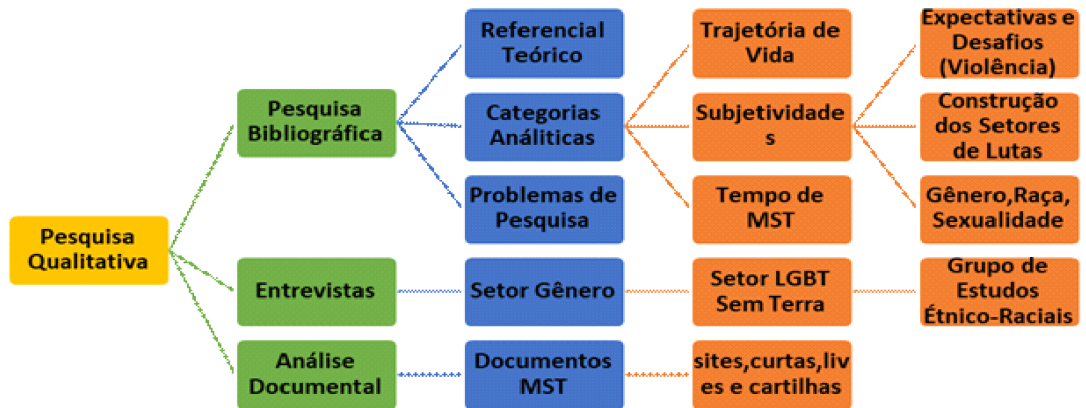
Tabela 1- Etapa de organização dos documentos produzidos pelo MST.

<b>Título</b>	<b>Caracterização do Material</b>	<b>Descrição do Material</b>
LGBT SEM TERRA ROMPENDO CERCAS e tecendo liberdade	- Publicação que trata da origem e formação do coletivo/setor LGBT SEM - Terra. Está dividido em: Introdução, Invisibilidade, Grito, Consciência, Subversão, Luta, Amor e Revolução.	Livro publicado em 2021 pelo COLETIVO LGBT Sem-Terra e organizado por MARIANO, Alexandre Santos; PAZ, Thais Therezinha,
Caderno de Formação nº 5 Setor de Gênero	O presente caderno de formação traz a temática “Diversidade Sexual no MST – elementos para o debate” é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem -Terra.	Elaboração: Coletivo LGBT SEM - TERRA - 2ª Edição – 06/2028 contém: Por que o MST Debate a diversidade sexual? Gênero, Orientação Sexual e Identidade de Gênero, A luta do movimento LGBT, expressões, setores e Política Nacional.
Página MST <a href="https://mst.org.br/">https://mst.org.br/</a>	- A página se divide em arquivos, setores, notícias e mídias entre outros.	Organizado pelo Setor de Comunicação que tem o papel de construir os próprios meios de comunicação do Movimento, tanto com caráter mais interno quanto mais externo, assim como se relacionar e fazer a ponte entre a organização com os demais meios de comunicação.
46 anos de Movimento Negro Unificado (MNU)	O Movimento Negro Unificado (MNU) celebrou esta semana 46 anos de resistência e luta pelos direitos do povo negro. A fundação do MNU é um marco histórico: mais de duas mil pessoas se reuniram em frente ao Theatro Municipal de São Paulo, desafiando a Ditadura Civil-Militar e organizando o povo preto	No vídeo, Gerson Oliveira da coordenação do MST-SP conta um pouco da trajetória das lutas dos povos negros no Brasil, desde o período colonial até o surgimento do MNU. Da

	na luta por direitos historicamente negados e atuando ativamente na política e na cultura nacional.	resistência contra a escravidão, a luta pela abolição, e a contínua batalha por reparação e igualdade de direitos.
Programa de Reforma Agrária Popular	Cartilha publicada pelo MST versão atualizada em 2024.	Produzida pelo VII Congresso Nacional do MST em 07/2024 – Brasília – DF.
"LGBT Sem Terra: O Amor faz Revolução"	Curta Metragem – Produzido pelo Coletivo LGBT SEM - TERRA – Disponível no Youtube - <a href="https://www.youtube.com/watch?v=W902nGYBbLQ">https://www.youtube.com/watch?v=W902nGYBbLQ</a> – Duração: 12min02s	O documentário apresenta a auto-organização das LGBT Sem-Terra dentro do MST, desafia e o interroga sobre as sexualidades, identidades de gênero e fala da dureza das violências a que as LGBT estão expostas.
Transexualidade, Travestilidade e Reforma Agrária Popular.	Curta Metragem – Produzido pelo Coletivo LGBT SEM - TERRA – Disponível no Youtube - <a href="https://www.youtube.com/watch?v=Zih2GSxPNwU&amp;t=4s">https://www.youtube.com/watch?v=Zih2GSxPNwU&amp;t=4s</a> – Duração 17min38s	Um documentário da Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho do MST, que dialoga sobre Transexualidade, Travestilidade e Reforma Agrária Popular, a partir das discussões do 1º Encontro Nacional de Trans e Travestis Sem - Terra do MST.

Fonte: Elaborada pelo autor (2025)

**Figura 1 - Organograma da Metodologia de Pesquisa.**



Fonte: Elaborada pelo autor (2025)

Os procedimentos para a revisão da literatura e a construção do embasamento teórico foi dividido nas seguintes etapas: escolha e delimitação do tema; levantamento bibliográfico preliminar; elaboração do plano provisório de assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto; e, por fim, redação do texto.

Esta proposta de pesquisa foi delimitada com foco na temática, selecionando-se livros, publicações periódicas (jornais e revistas, impressas ou virtuais), artigos científicos, trabalhos acadêmicos e foram também analisados documentos produzidos pelo MST em seus congressos, assembleias e encontros nacionais e regionais voltados para a população LGBTQIAPN+ e questões de gênero e raça sobre o tema em análise. Esta análise documental consiste em analisar o livro: “LGBT Sem-Terra: Rompendo cercas e tecendo liberdade” e a cartilha contra LGBTfobia no Campo; transcrever, assistir, ler e analisar os curtas-metragens: “LGBT Sem-Terra: o amor faz a revolução”, “Visibilidade Trans: conheça Tata, mulher trans sem-terra”, Transexualidade, Travestilidade e Reforma Agrária Popular” (disponíveis no *youtube*) inteiramente produzidos pelo coletivo Nacional LGBT sem-terra. Cartazes produzidos pelo movimento, a cartilha de Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST e a de Reforma Agrária Popular, ambas produzidas pelo Congresso Nacional em 2016 e 2024 respectivamente, e o próprio site oficial do MST corroboraram com a pesquisa.

Seguimos os seguintes passos: seleção dos documentos pertinentes à pesquisa, a leitura exploratória, a categorização agrupando trechos por temas como por exemplo LGBT sem-terra, gênero, racial, interpretação e conexidade, análise de conteúdo por meio de palavras-chave, análise discursiva analisando se há um viés quando verificada a mídia.

Tabela 2 - Modelo de Análise Documental.

<b>ETAPA</b>		<b>Descrição</b>
Definição do Corpus		Seleção dos documentos (quantos? quais critérios?).
Leitura	Flutuante	Primeira impressão, identificação de temas.
Codificação		Criar Categorias
Interpretação		Relacionar com o referencial teórico.
Considerações		Responder às perguntas da pesquisa com auxílio dos documentos.

Fonte: Elaboração própria (2025)

A busca do material foi realizada em acervos de bibliotecas de universidades (Uniará, USP, Unicamp e Unesp); nos sites: google acadêmico; scielo.org, citavi.com; em acervos de teses, dissertações, artigos e compra de livros, cartilhas e outros materiais produzidos pelo movimento de luta pela terra e suas nuances e raízes no patriarcado. Utilizaram-se as seguintes palavras-chave combinadas: “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra”, “MST”, “pautas sociais no campo”, “racismo no campo/MST”, “machismo e violência no campo/MST”, “LGBTfobia no campo/MST”, “defesa dos direitos humanos e sociais no MST”, “diversidade no campo/mst”, “reforma agrária popular”, “patriarcado no campo”, “lgbt sem-terra “relações de gênero no campo”,

“heteronormatividade no mst”, “metodologia científica” nos bancos de dados do Scielo, *Scopus*, Biblioteca Virtual da USP e periódicos Capes. Foram encontrados cerca de 20 trabalhos entre trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses que aludem à presente pesquisa.

Como critérios de inclusão, foram considerados materiais de cunho científico, disponíveis no formato online, gratuitos e completos, em português e inglês, publicados nos últimos 20 anos, e que tenham relação com os objetivos e proposta da tese. Como critérios de exclusão, foram excluídos materiais de cunho não científico, indisponíveis no formato online, onerosos e incompletos, duplicados, em língua diferente do português e inglês, publicados há mais de 20 anos, com exceção de materiais relevantes para o contexto histórico, e àqueles que não guardam relação com os objetivos da investigação.

Além da revisão da literatura, a princípio, a pesquisa utilizar-se-ia de estudo de campo, em 1 assentamentos e 1 acampamentos do MST, para compreender *in loco* as questões que seriam debatidas ao longo do trabalho, porém foi impossibilitada a visita ao Assentamento de Marielle Vive, que, num primeiro momento, não poderia me receber por conta do período pandêmico, depois estava em iminência de conflito devido a uma ordem de despejo em 2021 e, por último, infelizmente, o incêndio que ocorreu em 31 agosto de 2024<sup>12</sup>. Na impossibilidade de realização do campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a população de acampamentos e assentamentos do MST com os recortes dos grupos: gênero, LGBTQIAPN+ e racial. A escolha dos entrevistados se deu pela amostragem de referência, isto é, inicialmente, foram contatados alguns participantes-chave (sementes), que, por sua vez, indicaram outros profissionais que se enquadraram nos critérios da pesquisa, permitindo o acesso a um grupo de difícil alcance.

É fundamental demarcar a distinção conceitual entre acampamento e assentamento. Enquanto o acampamento representa a fase da luta pela posse da terra, o assentamento simboliza a sua conquista efetiva, inaugurando um momento distinto de organização da vida comunitária (Caldart, 2004; CONCRAB, 2004; Turatti, 2005).

De acordo com essa perspectiva, o assentamento constitui o espaço onde o sujeito coletivo, formado durante a etapa do acampamento, pode se desenvolver plenamente e amadurecer sua consciência política e social. Ele é encarado como um vislumbre do projeto

---

<sup>12</sup> Sem nenhum ferido pelo fogo, mas integrantes foram agredidos por policiais chamados para auxiliar os bombeiros. Estima-se que foram 800 mil metros de mata queimada, como o incêndio tomou uma grande proporção vários moradores estão com problemas respiratórios, aproximadamente 200 adultos estão fazendo tratamento médico, e uma criança esteve internada com pneumonia decorrente da inalação de fumaça (EM DEFESA DO COMUNISMO, 2025).

de sociedade almejado pelo movimento (ANCA, 2002; CONCRAB, 2004). Nesse território conquistado, intenta-se edificar novas relações sociais, pautadas por valores, como igualdade, justiça, não discriminação e superação do autoritarismo e da opressão (ANCA, 2002; CONCRAB, 2004).

Este estudo contou com a participação de 27 entrevistados, das regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do país, distribuídos em três perfis distintos: 11 indivíduos residentes em assentamentos, 5 integrantes de acampamentos e 11 militantes atuantes como setoristas e coordenadores em esferas nacional e regional do movimento. Estes últimos atuam de forma colaborativa em diversos setores e coletivos temáticos, tais como educação, comunicação, gênero, raça e LGBT Sem-Terra, dedicando-se à militância e à promoção da causa. Um traço comum a todos os participantes do terceiro grupo é possuir raízes familiares no movimento e manter um engajamento contínuo na luta pela terra, embora não residam, atualmente, em condições de assentamento ou acampamento.

O estudo, por meio de levantamento de dados em saída de campo, engloba visitação de assentamento, diálogos informais durante as visitas, além da vivência e observações, anotadas no diário de campo e realização de entrevistas semiestruturadas com membros do movimento. As entrevistas, com duração mínima de 30 minutos e máxima de 1 hora e 40 minutos, foram realizadas entre os meses de março e novembro, variando conforme a disponibilidade e o desenvolvimento das conversas entre o pesquisador e os sujeitos participantes. O Acampamento Marielle Vive surgiu em 2018, localizado na Estr. do Jequitibá - oeste, Valinhos – SP, com mais de 700 famílias, um mês depois do assassinato brutal da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco e do motorista que a acompanhava, Anderson Gomes. O nome do acampamento foi escolhido em memória e homenagem à imagem da vereadora, por representar grande parte das mulheres que fazem parte do movimento. Marielle era negra, mãe e moradora de favela, e o acampamento “Marielle, Vive!” é formado por centenas de Marielles. No terreno com pouco mais de 130 hectares, conhecido como fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, era cometido crime constitucional há anos, não cumprindo a função social da terra, além de degradar o solo e o meio ambiente. Assim, as famílias ocuparam o espaço não somente para produzir alimento saudável, sem agrotóxico, mas enchendo também de vida e esperança a área. Próximo à entrada do acampamento, há um espaço com diversas salas onde ocorrem reuniões, cirandas, aulas na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e diversas atividades culturais (Alcântara, 2021). Diante dos diálogos, mantidos via aplicativo WhatsApp, obtive as informações e atualizações de todas as ocorrências através do Entrevistado 09.

Já o assentamento Mario Lago, situado na região sudeste, no município de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, com 22 anos de luta e conquistas, segundo o site oficial do MST, é referência em agrofloresta.

A formação do assentamento Mário Lago se dá a partir da disputa pela terra e do questionamento dos crimes ambientais cometidos pelo latifúndio e pelo agronegócio. A área ocupada era da fazenda da Barra, de 1.540 hectares, em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, e estava instalada sobre o território de recarga hídrica do Aquífero Guarani, A propriedade pertencia à Fundação Sinhá Junqueira e era arrendada pela Usina da Pedra para o cultivo da monocultura de cana-de-açúcar durante a década de 1980 (MST, 2024b). Como visto na entrevista, realizada com dois dos assentados, é um espaço mais antigo onde as relações de gênero, raciais e LGBT sem-terra “não são tão relevantes” na pauta do grupo, porém alegam respeitar toda diversidade; afirma o entrevistado 11.

Segundo Pondé, Mendonça e Cardoso (2009), a entrevista semiestruturada (Apêndice I), instrumento de pesquisa em estudos qualitativos, estreita o foco das narrativas, pois introduz um determinado assunto por meio das questões formuladas. Não há, contudo, um fechamento dos resultados mediante lista de possíveis respostas, o que possibilita a exposição de elementos da cultura e da subjetividade. A metodologia sugerida no primeiro nível de análise permite compreender o sentido local das categorias inicialmente propostas pela pergunta da pesquisa. Além de dispor um conjunto de respostas aos quesitos das entrevistas, a análise baseada nas questões já permite a visualização inicial da categoria de pessoa e dos valores culturais presentes nas entrevistas e, portanto, pertinentes à sociedade ou grupo social em observação. A investigação contou com 27 entrevistados em um universo amostral de pessoas que integram os setores/coletivos específicos: Gênero, Étnico-Racial e LGBTQIAPN+ que integram o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra das 05 regiões brasileiras, entre homens e mulheres, sujeitos binários e não binários, pretos e pretas, e LGBTQIAPN+. O protocolo de submissão e aprovação desta pesquisa junto ao comitê de ética encontra-se no Apêndice II.

Ainda, permite identificar o significado das diferentes categorias: gênero, étnico racial e LGBTQIAPN+ presentes no roteiro de entrevista para os distintos grupos sociais entrevistados. Essa análise, contudo, não admite o surgimento de assuntos diferentes daqueles diretamente pertinentes às questões em estudo e não possibilita a visualização da polissemia dos significantes e nem de suas contradições. Essa reorientação da entrevista ocorrerá sempre que assuntos alheios emergirem. Nesse sentido,

Para estabelecer a arquitetura de cada entrevista, busca-se em cada uma delas os significantes centrais relacionados a um sentido aberto do tema que se quer estudar, bem como as relações semânticas entre eles. O objetivo desse procedimento é captar os significados a partir da identificação da posição dos significantes num sistema de relações semânticas dentro de cada narrativa. A análise semântica baseia-se no contexto do comportamento verbal e na pragmática da comunicação, permitindo a compreensão do sentido da linguagem e da forma em que ela está sendo usada no contexto comunicativo em estudo. Em suma, o objetivo é identificar o modo como cada entrevista é estruturada através das relações semânticas entre os significantes relacionados com o tema que se busca estudar (Pondé; Mendonça; Cardoso, 2009, p. 138).

A análise semântica citada no trecho acima tem por objetivo explicar o sentido da mensagem que está sendo transmitida pelo (a) entrevistado (a). A análise semântica poderá ser feita pela explicação da mensagem e por meio do olhar atento ao texto completo ou através das palavras que estão compondo a oração, ou seja, dentro do contexto em que esta investigação se fundamenta.

Esse tipo de entrevista tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema de pesquisa, estes darão frutos a outros questionamentos e novas hipóteses surgidas a partir da resposta dos informantes, em que o foco principal será colocado pelo investigador – entrevistador. O que favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a explicação e compreensão de sua totalidade. O que mantém a nós, pesquisadores, vigilantes, atuando de maneira consciente no processo de coleta de dados (Trivinõs, 1987, p. 146).

A pesquisa lançou mão da metodologia de amostragem por referência em cadeia (“Bola de Neve” ou *Snowball*) que, de uma maneira geral, consiste em uma técnica de amostragem que utiliza redes de referência, apropriadas para analisar indivíduos espalhados por uma grande área como é o caso desta pesquisa que abrange entrevistados das cinco regiões brasileiras.

Em suma, a amostragem em bola de neve mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação. Porém, é importante lembrar que para definir o ponto de saturação deve-se estar atento às sutilezas da pesquisa de campo, já que muitas vezes o pesquisador tem dificuldades para compreender as informações novas

narradas por seus informantes e, por isso, acaba por finalizar mais cedo do que poderia (Vinuto, 2014, p. 204-205).

Foram realizadas 27 entrevistas, contemplando diferentes perfis de sexualidade, de gênero, de identidade étnico-racial, de pertencimento de classe social e de liderança. Buscou-se assegurar nas escolhas dos (as) convidados (as) que fossem sujeitos que contemplassem intersecções, ou seja, que integrassem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e possuíssem múltiplas identidades que se cruzam em suas experiências, indo além da luta pela terra. Essa perspectiva procura reconhecer que os sem-terra não são um grupo homogêneo, mas são marcados por diferenças de gênero, raça, classe, sexualidade e território, que influenciam seu acesso à terra, sua militância e suas condições de vida.

Sobre o roteiro de entrevista [Apêndice A], as questões inerentes às circunstâncias momentâneas puderam ser complementadas, o que proporcionou maior liberdade nas questões e respostas, sem um roteiro padronizado com alternativas. Ressalto que há a necessidade de um roteiro básico para direcionar aos nossos objetivos alinhados à pesquisa pretendida, ou seja, as entrevistas foram conduzidas de forma semiestruturada. Havia um roteiro básico de perguntas para orientar a conversa e garantir a relação com os objetivos da pesquisa, porém o entrevistador teve flexibilidade para incluir novas questões ou aprofundar temas que surgiram durante a entrevista, sem se limitar a perguntas fechadas ou respostas padronizadas.

A abordagem teórico-metodológica proposta permitiu investigar o tema sob duas perspectivas complementares: a descrição da estrutura da experiência consciente e subjetiva (Husserl, 1990) e a explicação de sua gênese social por meio do conceito de mediação (Vygotsky, 2007). Buscou-se, assim, capturar a dimensão experiencial e individual dos fenômenos sociais, bem como sua constituição cultural e dialética, compreendendo a consciência como formada em relações concretas e historicamente situadas.

**1ª Etapa: Contato Inicial e Recrutamento (Amostragem).** O contato com os entrevistados foi estabelecido, predominantemente, via aplicativo de mensagens (WhatsApp); e o recrutamento ocorreu por meio da indicação de lideranças dos setores Gênero e LGBTQIAPN+, bem como de integrantes do grupo de estudo de Relações Étnico-Raciais do movimento. A abordagem foi individualizada, informando a origem do contato e detalhando o objetivo da pesquisa. Para construir a confiança e reforçar a posição do pesquisador no campo, foi feita um auto apresentação explícita como sujeito preto, LGBTQIAPN+, professor, pesquisador e doutorando. Em seguida, foram disponibilizados o projeto, o roteiro de

entrevistas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressalta-se que o primeiro entrevistado foi contatado via rede social Instagram, após a leitura de um trecho do livro: “LGBT Sem-Terra”.

**2ª Etapa: Agendamento e Ética da Entrevista.** Após o contato inicial, foi agendado um horário conforme a disponibilidade do (a) participante. Cada entrevistado (a) foi orientado (a) sobre o seu direito de interromper a entrevista a qualquer momento, assim como sobre a possibilidade de não responder a quaisquer perguntas sem necessidade de justificativa prévia, garantindo o princípio da autonomia e da ética na pesquisa.

**3ª Etapa: Realização e Registro.** As entrevistas foram realizadas de forma remota por meio da plataforma Google Meet. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) [Apêndice A] foi lido, aceito e gravado juntamente com o áudio integral da entrevista, formalizando o registro.

A transcrição integral dos diálogos da pesquisa semiestruturada resulta em um volume diversificado de informações, dada a variabilidade da verbalização de cada sujeito. Diante disso, tornou-se necessário formular as categorias de análise a seguir, alinhadas aos pressupostos da pesquisa: Trajetória de Vida, Participação no MST, Construção dos Setores de Lutas no MST, Gênero, Raça, LGBTQIAPN+, Expectativas e desafios em relação aos Setores, Intersecção e Patriarcado.

A análise dos dados, numa perspectiva qualitativa, é caracterizada pela verificação e apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao seu contexto e delimitada pela abordagem conceitual (teórica) do pesquisador, o que permite uma sistematização baseada na qualidade (Fernandes, 1999). Ressalta-se que as categorias de análise foram formuladas de forma indutiva, emergindo a partir das próprias respostas dos entrevistados.

A metodologia de análise para entrevistas semiestruturadas baseia-se na proposição de dois níveis de informação, que se fundamenta na constatação de que podem ser identificadas categorias distintas de informações a partir de uma leitura atenta desse tipo de entrevista:

A primeira categoria de informações corresponde às respostas diretas que os informantes fornecem às questões que lhes são formuladas pelo entrevistador/pesquisador, estando, portanto, diretamente relacionadas com o tema da entrevista/pesquisa. A segunda se refere às digressões do informante em torno das questões formuladas pelo entrevistador/pesquisador, ou seja, respostas que fogem ao tema arguido. Para melhor analisar e discutir as nuances entre essas duas categorias de informação, precisam ser esclarecidos a natureza dialógica de qualquer entrevista

e o fato de uma entrevista com objetivos científicos ser guiada pelo tema introduzido pelo pesquisador (Pondé; Mendonça; Cardoso, 2009, p. 133).

Por fim, destaca-se que a análise dos diálogos e dos discursos dos sujeitos deste universo amostral (LGBTQIAPN+, mulheres e sujeitos negros dentro do MST), ocorre com base nos instrumentos aqui dispostos, a fim de fazer uma intersecção entre a realidade local narrada e a revisão de literatura.

Ressaltamos, ainda, que para garantir a clareza e facilitar a identificação dos pilares processuais desta investigação, optou-se por utilizar o recurso tipográfico do negrito em palavras-chave e expressões que denotam as etapas, as técnicas e as fontes de dados essenciais da metodologia. Este procedimento visa oferecer ao leitor uma rápida e precisa visualização dos componentes fundamentais que estruturam o caminho percorrido nesta tese, como a Pesquisa Qualitativa, a Análise Documental (focada em documentos e manifestos do MST), as Entrevistas Semiestruturadas (com assentados e lideranças) e a aplicação da Análise de Conteúdo Temática. Portanto, o negrito funciona como um marcador textual que sublinha a relevância de cada passo metodológico empregado no estudo.

## 5 INTERSECCIONALIDADES DA LUTA: A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTQIAPN+, NEGRO E FEMINISTA NO BRASIL E SEUS CAMINHOS CONVERGENTES AO MST

Nesta seção examinamos a trajetória histórica dos movimentos sociais LGBTQIAPN+, negro e feminista no Brasil, ressaltando suas dinâmicas de formação, estratégias de mobilização e incidência política. A análise fundamenta-se na perspectiva interseccional, compreendendo as múltiplas dimensões das opressões que atravessam gênero, raça, classe e sexualidade. Busca-se identificar os pontos de convergência entre esses movimentos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), evidenciando suas interações no campo das lutas por justiça social e emancipação. Discute-se, ainda, como tais articulações produzem novas formas de resistência e solidariedade política.

### 5.1 Interseccionalidade: Conceito e Trajetória

Segundo Rodrigues (2013), a interseccionalidade, conceito difundido por feministas negras nos anos 1980, constitui-se de ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelam os processos de interação entre poder e categorias como raça, classe e gênero em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais.

Ainda de acordo com o autor:

Interseccionalidade trata-se de um conceito cunhado originalmente para dar significado à luta e à experiência de mulheres negras cujas especificidades não encontravam espaço de discussão, quer no debate feminista quer no debate antirracista (Rodrigues, 2013, p. 06).

A abordagem interseccional já estava presente no contexto da sociedade brasileira desde meados da década de 1970, especialmente na constituição da identidade de mulheres como sujeitas negras, pobres e latino-americanas. Em 1988, Lélia Gonzalez destacou essa discussão em seu texto: *"Por um feminismo afro-latino-americano"*, embora a autora não tenha formalmente cunhado o conceito de interseccionalidade como categoria analítica.

A profundidade dessas reflexões já estava presente na década de 1980. No entanto, a colonialidade do poder (Quijano, 2005) situa pensadoras como Gonzalez em uma posição subalterna. Embora a experiência e a luta que deram origem à ideia de interseccionalidade sejam de mulheres negras de modo geral (ativistas e intelectuais), a sistematização teórica que

a tornou uma ferramenta conhecida mundialmente é atribuída ao trabalho seminal de acadêmicas específicas — notadamente Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins — que se apropriaram da ideia, refinaram-na e a expandiram para muito além de suas origens.

Gonzalez propunha debates que articulavam as intersecções entre racismo e sexismo na sociedade brasileira, sendo reconhecida pelos acadêmicos como precursora na discussão dessa categoria no país.

Ressaltamos, neste contexto, que Lélia Gonzalez articula as categorias na interseccionalidade e já se apropriava deste conceito antes dos anos 2000, década em que foi mais reconhecido e apropriado pelos estudos feministas e de gênero, embasada empiricamente por suas experiências como militante do Movimento Negro Unificado e enquanto membro do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, e em suas vivências como mulher negra.

Segundo Carneiro (2003), enegrecer o feminino e, ao mesmo tempo, revelar insuficiências teóricas e práticas sobre a diversidade do feminismo em uma sociedade multirracial. Tornou-se necessário questionar o mito da democracia racial no Brasil, descolonizando o movimento feminista e olhando para essa interseccionalidade dos indivíduos quanto à classe, à raça e ao gênero.

Tais contradições nos remetem ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais perante a lei, que o negro é” um cidadão igual os outros” graças à Lei Áurea, nosso país é o grande exemplo da harmonia interracial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica a sua indiferença e ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolismo” etc. Ele pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores. O interessante a se ressaltar nessas formas racionalizadas de dominação/opressão racial é que as correntes ditas progressistas também refletem, no seu economista reducionista, o processo de interpretação etnocêntrica. Ou seja, apesar de suas denúncias em face das injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas, não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial paralela que tem por objeto exatamente a reprodução/perpetuação daquelas (Gonzalez,2020, p.189-190, org. por Rios; Lima).

Convém trazer, neste ponto, os conceitos de democracia racial e de mito da democracia racial para a compreensão do debate. A chamada democracia racial está associada à interpretação de Gilberto Freyre, especialmente em *Casa-grande & senzala* (1933), na qual a miscigenação e a relativa plasticidade das relações entre portugueses, indígenas e africanos são apresentadas como elementos constitutivos da formação social brasileira (FREYRE, 2003). Dessa leitura derivou a ideia de que o Brasil teria desenvolvido uma convivência racial menos conflituosa que outras sociedades marcadas pela segregação formal.

Entretanto, a noção de mito da democracia racial emerge como crítica a essa interpretação. Florestan Fernandes demonstrou que a suposta harmonia racial ocultava desigualdades estruturais e mecanismos sistemáticos de exclusão da população negra, evidenciando a permanência do racismo na organização da sociedade brasileira (FERNANDES, 2008). Nessa direção, o mito da democracia racial funciona como ideologia<sup>13</sup> que naturaliza desigualdades e dificulta o reconhecimento do racismo estrutural.

Essa tecnologia do Mito da Democracia Racial é mecanismo usado até os dias atuais para justificar ações e falas racistas. O paternalismo e o liberalismo racial que atravessam o discurso revolucionário, mesmo ao se posicionar contra o monopólio do capital, indicam uma atuação que não reconhece como os mecanismos de dominação do sistema continuam sendo reproduzidos. Por não ter consciência plena de suas bases e consequências, esse tipo de discurso não pode ser considerado científico, já que não percebe as sutilezas da ideologia que o influencia. (Frantz Fanon e Sueli Carneiro, 2023)

A teoria interseccional emerge como um conceito fundamental para a análise das relações sociais, políticas e culturais, ao proporcionar uma lente crítica que revela como diferentes eixos de opressão — como raça, gênero, classe, sexualidade e outras categorias identitárias — interconectam-se e se reforçam mutuamente. Essa abordagem permite compreender de forma mais complexa e precisa as dinâmicas de poder e as desigualdades estruturais que permeiam as sociedades contemporâneas.

No marco teórico da interseccionalidade formulado por Kimberlé Crenshaw, jurista e acadêmica norte-americana, o termo visa destacar que essas formas de discriminação não podem ser compreendidas de forma isolada, pois elas criam uma rede complexa de opressões que afetam particularmente as mulheres negras e outros grupos marginalizados.

---

<sup>13</sup> Conjunto de ideias, convicções e princípios filosóficos, sociais, políticos que caracterizam o pensamento de um indivíduo, grupo, movimento, época, sociedade (Chauí, 2008).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Este conceito tem sido amplamente utilizado para compreender as dinâmicas de desigualdade e para desenvolver políticas públicas que considerem as múltiplas dimensões da opressão. Collins (2019), por exemplo, sugere que a interseccionalidade fornece uma estrutura analítica que permite ir além da "cegueira à diferença" e reconhecer como diferentes identidades e estruturas sociais interagem para criar experiências únicas de marginalização. Ao considerar a interseccionalidade, é possível compreender melhor como sistemas de dominação são reproduzidos e como podem ser desafiados em diferentes contextos sociais e históricos. Nesta pesquisa, a análise será sobre como isso impacta os sujeitos na luta pela terra.

Segundo Trapp (2010, p. 91), "no final dos anos 70, surge em todo Brasil, uma série de movimentos sociais, com as mais diversas demandas e reivindicações. Organizadas em torno da luta comum pela democracia, esses movimentos impõem-se como novos atores e forças sociais". Neste contexto da contemporaneidade, emergem os Movimentos LGBTQIAPN+, Movimento Negro Unificado e o Movimento Feminista e Relações de Gênero, que necessitam ter essa holística interseccional.<sup>14</sup>

Ao iniciar esta investigação, a premissa inicial era analisar os sujeitos LGBTQIAPN+, as mulheres e os sujeitos negros de forma isolada, sem considerar as interseccionalidades que permeiam suas experiências. Contudo, já nas primeiras etapas da pesquisa, constataram-se que os participantes apresentavam múltiplas camadas identitárias que os tornavam ainda mais vulneráveis socialmente, tanto dentro do movimento estudado quanto em contextos externos, como observado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Diante dessa complexidade, percebeu-se a necessidade de reformular o enfoque da pesquisa, adotando uma perspectiva interseccional que permitisse uma análise mais abrangente e precisa dos objetivos propostos, garantindo, assim, uma compreensão mais profunda das dinâmicas de opressão e resistência vivenciadas por esses grupos.

---

<sup>14</sup> Sigla que representa a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexual, Não Binários e o +, ao final, representa a abertura para novas identidades e o reconhecimento da diversidade sexual existente (Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, s.d).

## 5.2 Movimento Negro no Brasil: Breve Historicidade, Interseccionalidades e Resistência Política

*O Navio Negreiro, Tragédia no Mar (IV)*

*Castro Alves*

*Era um sonho dantesco... O tombadilho*

*Que das luzernas avermelha o brilho,*

*Em sangue a se banhar.*

*Tinir de ferros... estalar do açoite...*

*Legiões de homens negros como a noite,*

*Horrendos a dançar...*

*Negras mulheres, suspendendo às tetas*

*Magras crianças, cujas bocas pretas*

*Rega o sangue das mães:*

*Outras, moças..., mas nuas, espantadas,*

*No turbilhão de espectros arrastadas,*

*Em ânsia e mágoa vãs.*

*E ri-se a orquestra, irônica, estridente...*

*E da ronda fantástica a serpente*

*Faz doudas espirais...*

*Se o velho arqueja... se no chão resvala,*

*Ouvem-se gritos... o chicote estala.*

*E voam mais e mais...*

*Presas nos elos de uma só cadeia,*

*A multidão faminta cambaleia,*

*E chora e dança ali!*

*Um de raiva delira, outro enlouquece...*

*Outro, que de martírios embrutece,*

*Cantando, geme e ri!*

*No entanto o capitão manda a manobra  
 E após, fitando o céu que se desdobra  
 Tão puro sobre o mar,  
 Diz do fumo entre os densos nevoeiros:  
 "Vibrai rijo o chicote, marinheiros!  
 Fazei-os mais dançar!..."*

*E ri-se a orquestra irônica, estridente...  
 E da roda fantástica a serpente  
 Faz doudas espirais!  
 Qual num sonho dantesco as sombras voam...  
 Gritos, ais, maldições, preces ressoam!  
 E ri-se Satanás!...*

*Publicado no livro A cachoeira de Paulo Afonso: poema original brasileiro (1876).*

*In: ALVES, Castro. Obra completa. Org. e notas Eugênio Gomes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 198*

A formação histórica da resistência negra antecede o próprio estabelecimento do sistema escravista nas Américas. Antes mesmo da travessia forçada do Atlântico, os povos africanos já possuíam complexas organizações políticas, espirituais e comunitárias que se tornaram as bases culturais de enfrentamento à dominação colonial.

O processo de escravização, conforme descreve Moura (1988), não se limitou à captura física, mas implicou uma tentativa sistemática de destruição das estruturas sociais e simbólicas africanas. Essa violência, entretanto, não foi capaz de eliminar a capacidade de reorganização e resistência dos povos subjugados.

Hoje, sabe-se, com relativa precisão, que 12.521.337 de seres humanos embarcaram para a travessia do Atlântico em cerca de 36 mil viagens de navios negreiros, entre 1500 e 1867. Desses, 10.702.657 chegaram vivos à América. O número de mortos seria de 1.818.680. Duas regiões do continente africano estão entre as mais afetadas pelo tráfico: a África Ocidental (Costa da Mina, entre Gana e a Nigéria) e a África Central (do Gabão até o sul de Angola). Juntas, essas duas áreas responderam por quase 80% do total do comércio de cativos no Atlântico. O Brasil, sozinho, recebeu 4,9 milhões de cativos, o equivalente a 47% do total desembarcado em todo o

continente americano entre 1500 e 1850. O número de escravos[sic] traficados para o Brasil é dez vezes superior ao destinado às colônias inglesas da América do Norte e comparado apenas ao total recebido pela região do Caribe. É infinitamente maior do que o número de europeus brancos que aqui chegaram nesses 350 anos. Estima-se que até a metade do século XIX cerca de 750 mil imigrantes portugueses entraram no território brasileiro. Ou seja, de cada cem pessoas chegadas ao Brasil nesse período, 86 eram escravas africanas e apenas catorze tinham origem europeia (Gomes, 2019, p. 206-207).

Em terras africanas, a resistência manifestou-se desde os primeiros contatos com o tráfico negreiro, configurando o que Moura (1992) denomina de rebeldia estrutural do oprimido. Para o autor, essa rebeldia não se reduz a atos isolados de revolta, mas constitui uma dinâmica histórica permanente, enraizada nas contradições do sistema escravista. Tal compreensão desloca o negro do papel passivo de vítima para o de agente histórico que, mesmo submetido à opressão, elaborou estratégias de sobrevivência e emancipação.

A travessia atlântica, realizada sob condições desumanas, simbolizou um dos momentos mais brutais da modernidade ocidental. Os navios negreiros ou tumbeiros tornaram-se espaços de morte e resistência, de forma que as desumanizações impostas pelo comércio transatlântico de pessoas coexistiam com práticas de solidariedade e preservação cultural.

Neste contexto, os conflitos no campo deixam de ser apenas uma disputa por justiça social e histórica para se tornarem a linha de frente na disputa por um modelo de desenvolvimento que tenha futuro. A luta dos povos indígenas, quilombolas e camponeses pela preservação de seus territórios é, simultaneamente, uma luta pela manutenção de biomas cruciais (como Amazônia e Cerrado) e pela soberania alimentar. A violência contra esses grupos é, portanto, um ataque direto à possibilidade de um futuro viável para todos.

O ano de 2019 foi marcado por graves episódios de violência no campo brasileiro, totalizando: 32 assassinatos, 30 tentativas de homicídio, 32 mortes indiretas relacionadas a conflitos, 201 ameaças de morte, 24 casos de tortura, 107 prisões arbitrárias e 82 agressões físicas. Esses atos de violência são perpetrados, predominantemente, por agentes do agronegócio incluindo grandes posseiros, grileiros, fazendeiros e empresários rurais e, em muitos casos, contam com a participação do próprio Estado, especialmente por meio de operações policiais violentas durante a execução de mandados de despejo. As principais vítimas dessas ações são populações rurais marginalizadas, como camponeses, trabalhadores sem-terra, povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos tradicionais,

evidenciando a persistência de conflitos fundiários estruturantes na realidade brasileira (Girardi, 2022, p. 52).

A esse quadro de violência soma-se a luta histórica pela posse da terra:

O direito à terra como objeto de moradia, produção e renda leva os grupos de massa a se confrontarem com o latifúndio, este caracterizado como elemento opressor, capitalista e dotado de ferramentas de coerção que, no traçar da história, conduziu famílias inteiras a abdicarem suas terras muitas vezes e de forma violenta e trágica (Nobre, 2020, p. 9).

No contexto da formação social e econômica brasileira, os principais grupos de massa que historicamente se confrontam com a estrutura do latifúndio são os camponeses sem-terra, os trabalhadores rurais assalariados e os povos e/ou comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas. Esses grupos representam forças sociais cujas existências e reproduções físicas e culturais são diretamente ameaçadas pela concentração fundiária e pela lógica expropriatória e exploratória do modelo latifundiário. Os movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra<sup>15</sup> (MST), emergem como a expressão organizada dessa conflitualidade, articulando a luta pela terra não apenas como uma demanda por reforma agrária, mas como um projeto de transformação social que contesta a hegemonia do agronegócio e a mercantilização da terra e dos recursos naturais (Fernandes, 2000; Martins, 1981). Esse enfrentamento é, portanto, a manifestação central da luta de classes no campo, opondo a classe proprietária a grupos subalternizados que reivindicam o território como espaço de trabalho, vida e reprodução social.

Percebem-se também os primeiros movimentos de resistência e contestação ao sistema escravista que se deram junto à formação dos quilombos, os quais se proliferaram ao longo dos períodos colonial e imperial. Esses núcleos representavam não apenas um refúgio para a população escravizada, mas também a primeira expressão organizada da luta pela terra no Brasil ao constituírem territórios livres, coletivos e autônomos, frente à estrutura fundiária excludente e monopolista da grande propriedade escravocrata. O Quilombo dos Palmares, o mais notório desses assentamentos, tornou-se símbolo dessa dupla resistência – pela liberdade e pelo direito à terra –, cuja defesa foi encabeçada por lideranças, como Zumbi dos Palmares. Dessa forma, os quilombos estabeleceram um precedente fundamental na história das lutas

---

<sup>15</sup> Substantivo/Adjetivos adotou -se o hífen nesta pesquisa pois refere-se aos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou a quem não possui terra para cultivar.

sociais no país, articulando a emancipação humana à reivindicação por um espaço territorial próprio e soberano.

Neste contexto, salientamos a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835 em Salvador, capital da Bahia. O levante, que completa 190 anos em 2025, consolidou-se na historiografia como o mais significativo de escravizados de caráter urbano na história do Brasil. Conforme contextualiza o jornalista e sociólogo Clóvis Moura, o episódio, também designado como "Grande Insurreição", integra um ciclo de rebeliões que eclodiram na Bahia entre 1807 e 1844, e a dos Malês constitui sua expressão máxima (Moura, apud León, 2025).

A erupção do movimento em 1835 não se tratou de um evento espontâneo ou desestruturado. Na avaliação de Moura, "a revolta de 1835 não foi uma eclosão violenta e desorganizada, surgida por um incidente qualquer. Eles eram um grupo alfabetizado e organizado. Até mesmo um fundo com recursos foi criado para financiar as atividades dos escravizados rebeldes" (Moura, apud León, 2025). Em sua obra "Os Quilombos e a Rebelião Negra", o autor detalha que a estratégia dos insurgentes malês previa, após a tomada de Salvador, o avanço sobre os engenhos de açúcar, o epicentro do regime escravocrata baiano.

Os objetivos da rebelião transcendiam a mera obtenção da liberdade individual. De acordo com o historiador João José Reis, a luta incluía, além do fim do cativo e dos castigos físicos como o açoitamento, a reivindicação pelo direito à livre manifestação de sua religiosidade e expressões culturais (Reis, apud León, 2025).

Uma das consequências imediatas da Revolta dos Malês foi a intensificação da repressão estatal sobre as populações negras. Castigos severos foram aplicados, e muitos africanos foram deportados, em razão do temor de que se reproduzisse no Brasil uma revolução semelhante à do Haiti, ocorrida cerca de três décadas antes. O medo de novas insurreições instalou-se por anos em Salvador, e essa apreensão se propagou para outras províncias do Império, notadamente o Rio de Janeiro, onde a imprensa noticiou amplamente o ocorrido. Esse clima resultou na imposição de um regime de vigilância e controle ainda mais severo e abusivo sobre a população escravizada.

O legado da Revolta dos Malês, de 1835, permanece como um pilar simbólico da luta e resistência negra no Brasil. Sua memória é continuamente resgatada por meio de estudos acadêmicos, produções literárias, cinematográficas e manifestações culturais.

A identidade islâmica dos Malês, composta majoritariamente por africanos muçulmanos alfabetizados em árabe (o que lhes conferia uma organização e comunicação singular), é um elemento crucial para compreender o seu planejamento e a dimensão do levante.

Na cultura popular, essa herança se manifesta em iniciativas notáveis. Em 1979, o bloco afro Malê Debalê, fundado em Itapuã, Salvador, homenageou nominalmente os rebeldes de 1835. A relevância do evento ecoa também na ficção. Considerada um clássico da literatura brasileira do século XXI, a obra "Um Defeito de Cor", de Ana Maria Gonçalves – primeira mulher negra a integrar a Academia Brasileira de Letras – narra a trajetória de Kehinde, uma personagem sequestrada para a Bahia no século XIX. Na trama, que tem a Revolta dos Malês como pano de fundo, Kehinde é rebatizada de Luísa Mahin e participa ativamente da insurreição, sendo apresentada como mãe do abolicionista Luiz Gama. Embora a participação de Luísa Mahin na Revolta seja debatida pela historiografia, o romance cumpriu um papel fundamental no resgate do protagonismo feminino negro na história.

A contemporaneidade do tema manifesta-se ainda em iniciativas recentes, como a exposição "Eco Malês", realizada em Salvador em 2025, que reuniu obras de 48 artistas inspiradas pelo levante. Ademais, o cinema nacional recebe, em outubro do corrente ano, a película "Malês", dedicada a narrar este crucial episódio histórico.

Ilustramos que essa insurreição:

A Lei de 10 de junho de 1835 reforçou essas disposições, reafirmando a pena de morte para homicídios e lesões graves cometidas por escravizados contra escravistas e feitores. A pessoa escravizada acusada era submetida a um rigoroso processo, sem qualquer consideração sobre o grau de culpabilidade. O julgamento era conduzido pelo juiz do termo mais próximo, e da sentença condenatória não cabia recurso. A urgência punitiva desta lei é compreendida pela influência da Revolta das Carrancas (1832) e da Revolta dos Malês (1835), tendo como objetivo principal reforçar o controle social e disciplinar da população escravizada, a fim de evitar novas rebeliões. Portanto, a existência de leis tão cruéis evidencia não apenas a resistência tenaz das pessoas negras à escravidão, mas também a forma como o Direito foi instrumentalizado como ferramenta de opressão (Linha de Cor, 2025).

O temor de uma revolta bem-sucedida, como a Revolução Haitiana, era palpável entre as elites brasileiras. O levante no Haiti, ocorrido em 21 de agosto de 1791 na América Central, culminou na expulsão dos colonizadores franceses pelos escravizados, auto libertos e libertos, tornando a colônia independente em 1804. Esse pânico de "haitianismo" foi a causa direta da severa repressão imposta após a Revolta dos Malês, visto que qualquer insurreição negra era vista como um risco à ordem escravocrata.

Dentro dessa perspectiva de resistência à ordem estabelecida, citamos o exemplo de Canudos, que, entre 1896 e 1897, foi considerado um "movimento social messiânico que não se submeteu à ordem coronelista-latifundiária" e é denominado "o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil" (Fernandes, 1999, p. 3). Esse movimento, marcado por um desfecho trágico e violento com o extermínio dos camponeses pelas expedições militares da época, reforça a brutalidade do Estado contra a autonomia popular.

Oitenta e três anos após este episódio, entre 1979 e 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) surgiu e foi classificado como um movimento social que, embora com pautas modernas, mantém o espírito de luta pela terra. O MST possui articulação com a Via Campesina Internacional, representando a continuidade da resistência popular contra as desigualdades e a concentração fundiária no país.

Sobre a Reforma Agrária ressaltamos:

O Estatuto da Terra, objeto da lei de número 4504/1964 em seu 1º, define Reforma Agrária como "conjunto de medidas que visam promover melhor a distribuição de terras, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça e aumento de produtividade. A Reforma Agrária, se é que houve efetivamente uma, dado que o Brasil possui milhares de terras que não cumprem seu papel social e assim são passíveis de desapropriação, é desproporcional no Brasil, foi uma alavanca para que os movimentos sociais sobre a terra que premesse os dirigentes políticos, os órgãos jurídicos e a sociedade para o alcance equânime dessa distribuição de terra (Nobre, 2020, p. 10).

O legado da Resistência Negra no Brasil é o pilar desta análise. O quilombo de Palmares, estabelecido na capitania de Pernambuco no final do século XVI e que se estendia por amplos territórios, constituiu uma das primeiras formas de luta que, além de combater a escravidão, travava uma luta pela terra. Nele, viviam africanos e indígenas, todos oprimidos pelo domínio português, inaugurando uma dinâmica de resistência e memória que se manteve viva. Nessa trajetória, a figura mítica de Zumbi ganhou força no cenário sociopolítico brasileiro a partir dos anos 1960, impulsionando a luta antirracista e inspirando o movimento negro da década de 1970, servindo como símbolo de união. Atualmente, o entendimento da luta quilombola expandiu-se, com ativistas reafirmando que o quilombo é todo espaço de autonomia ocupado, consolidando os quilombolas como parte ativa da construção de um país democrático e revolucionário (Nascimento, 2021).

O pânico de "haitianismo" entre as elites, originado pela Revolução Haitiana (1791-1804), foi, historicamente, a causa direta da severa repressão imposta após levantes como a Revolta dos Malês (1835). A identidade islâmica dos Malês, composta por africanos muçulmanos alfabetizados em árabe, conferiu ao levante uma organização singular, sendo crucial para compreender sua dimensão. Embora com pauta camponesa e messiânica, foi

classificado como um "movimento social que não se submeteu à ordem coronelista-latifundiária," reforçando a brutalidade do Estado contra a autonomia popular.

Oitenta e três anos após o massacre de Canudos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) surgiu (1979-1984), representando a continuidade dessa resistência à ordem. O MST ataca o cerne da desigualdade brasileira: a concentração de terras. O último censo agropecuário (2017) revelou que cerca de 1% dos proprietários controlam quase 50% das áreas rurais do país. A ocupação de terras tornou-se a tática central do MST, questionando a função social da propriedade.

### **5.3 Racismo, Necropolítica e Continuidade Histórica**

Como observa Mbembe (2018), o corpo negro transformado em mercadoria constituiu o “fundamento material e simbólico do capitalismo moderno”, tornando o racismo uma tecnologia de poder e uma lógica de gestão da vida e da morte. Essa necropolítica, nas palavras do autor, institucionalizou a eliminação do outro como princípio de governabilidade, criando hierarquias raciais que ainda estruturam o mundo contemporâneo.

Não é só deixar morrer, é fazer morrer também. Esse poder de morte, esse Necropoder, é um elemento estrutural no capitalismo neoliberal de hoje, atuando por meio de práticas e tecnologias de gerenciamento de morte de certos grupos e populações (Castro, apud Silva, 2025).

A necropolítica sofisticada e aprofunda os conceitos de biopoder, do filósofo Michel Foucault, e estado de exceção, de Giorgio Agamben. Embora robustos, eles não dão conta das formas de controle de vida e morte produzidas a partir dos processos colonizadores (Castro, apud Silva, 2025).

No contexto brasileiro, o sistema escravista consolidou-se como base da economia colonial e como matriz de um racismo estrutural persistente. A violência fundante da escravidão moldou a formação do Estado e das relações sociais, produzindo uma hierarquia racial que sobreviveu à abolição formal de 1888. Moura (1992) argumenta que o pós-abolição não significou a inclusão dos ex-escravizados, mas a reorganização das formas de exclusão sob novas bases jurídicas e institucionais. A marginalização social do negro, portanto, é uma continuidade histórica e não uma ruptura. Na contemporaneidade, o conceito de racismo sistêmico seria o mais adequado, enraizado cultural e juridicamente, desumanizando e minando a capacidade de afrodescendentes no Brasil.

#### 5.4 Quilombos e Amefricanidade: Projetos Civilizatórios

Nesse cenário, os quilombos emergem como a expressão mais concreta da resistência negra no Brasil. Mais do que refúgios, eram espaços de reconstrução social e política, nos quais se experimentavam formas alternativas de organização comunitária, trabalho coletivo e liberdade. Moura (1988) interpreta os quilombos como “a antítese do sistema escravista”, ou seja, como experiências pré-políticas de autonomia que antecipam o pensamento emancipador moderno. Essa leitura sociológica, inovadora em sua época, conferiu aos quilombos um estatuto de sujeito histórico, rompendo com a narrativa que os reduzia a episódios marginais.

O legado quilombola também é central para a formulação contemporânea da identidade negra. Gonzalez (1983) propõe a noção de Amefricanidade para pensar as continuidades culturais entre África e América Latina, ressaltando a criatividade dos povos negros em reconstituir suas memórias, linguagens e cosmologias em meio à violência colonial. Essa concepção amplia o campo de resistência para além do político, integrando o simbólico, o cultural e o epistêmico como dimensões indissociáveis da luta.

A resistência negra, portanto, não é apenas uma resposta à opressão, mas um projeto civilizatório em disputa. Ao longo dos séculos, as estratégias de enfrentamento — desde as insurreições escravas e quilombolas até os movimentos sociais contemporâneos — compõem uma continuidade histórica marcada pela busca de dignidade, reconhecimento e reparação. Como sintetiza Moura (1992), “a história do negro no Brasil é a história de sua luta contra a negação de sua humanidade”. Essa perspectiva permite compreender que a luta do Movimento Negro contemporâneo é herdeira direta das resistências ancestrais.

#### 5.5 Movimento Negro Contemporâneo e a Questão da Terra

A trajetória do Movimento Negro no Brasil expressa um contínuo processo de resistência e reorganização política frente às estruturas históricas de exclusão. Desde os quilombos até as atuais políticas de ações afirmativas, a luta do povo negro tem se configurado como um movimento permanente de insurgência e reexistência.

Conforme aponta Gomes (2002 apud Guimarães, 2024, *online*), o Movimento Negro é um ator político que sistematiza, constrói e articula saberes produzidos pela população negra, orientando-se por princípios de justiça social e emancipação. Cabe aqui a conceituação do racismo estrutural, discriminação, preconceito e segregação racial e uma análise das raízes dos movimentos de emancipação negra.

Como referência, a obra de Silvio de Almeida publicada em 2021 estabelece que o racismo:

É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culmina em desvantagens e privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertencem (Almeida; Silva, 2021 apud Girardi, 2022, p. 20).

As insurreições emergem como resposta estrutural às violências e exclusões sistêmicas impostas pelo colonialismo, pela escravidão e suas ramificações contemporâneas. Esses movimentos articulam-se não apenas em oposição à opressão racial, mas também como projetos de reexistência, afirmando identidades, reivindicando territórios e construindo alternativas políticas e culturais (Almeida, 2019).

A busca é por ascensão social, reconhecimento identitário e sustento material, promovendo discriminação positiva e políticas afirmativas.

O racismo surge no Brasil para justificar a escravização e dizimação dos indígenas e a escravização dos negros e, por isso, para resolver o problema da falta de mão de obra para explorar as vastas terras da colônia. No centro da questão, estavam terra e trabalho. A origem do racismo como justificador das ações da elite detentora da terra, portanto, anterior aos três fatos críticos que, por também serem racistas, impuseram aos negros uma situação de inferioridade socioeconômica no Brasil, quais sejam: a Lei de Terras de 1850, a Lei Áurea de 1888 e a política de incentivo à imigração europeia. Assim como no início da colonização pela agricultura, nessas três políticas/leis, a terra e o trabalho eram centrais (Girardi, 2022, p. 35).

Essa construção teórica apresenta a propriedade fundiária como dado neutro, apagando o caráter histórico e político da apropriação territorial. No contexto brasileiro, entretanto, a naturalização da terra como propriedade privada legítima uma estrutura herdada do período escravocrata. No Brasil, esse monopólio fundiário foi consolidado historicamente pela elite branca, que, ao longo da transição pós-escravista, reteve o controle territorial e bloqueou o acesso da população negra a qualquer forma de propriedade. A renda fundiária, portanto, operou como mecanismo racializado de acumulação. A exclusão dos libertos não foi uma falha de política pública, mas parte constitutiva da reprodução material do latifúndio. Essa leitura marxista evidencia o caráter racial do capital agrário brasileiro, (Deák, 1987).

A crítica torna-se ainda mais contundente quando se observa que a abolição não veio acompanhada de reforma agrária ou políticas de inclusão territorial. A população negra, legalmente livre, foi mantida estruturalmente dependente do trabalho alheio, sem meios de produção e sem acesso à terra que garantisse autonomia econômica. Desse modo, o que Segundo Lenz (2008), Adam Smith tratou como ordem “natural” da renda e o que Ricardo modelou como diferença entre solos converteu-se, no Brasil, em continuidade da dominação

racial. A teoria clássica — ao abstrair a violência histórica — ofusca o fato de que a renda fundiária brasileira é produto da escravidão e da preservação dos privilégios fundiários. A história da terra no país revela que o capitalismo agrário nunca deixou de ser racializado. A propriedade privada consolidou um regime territorial no qual a população negra permaneceu sistematicamente alijada.

Nesse cenário, o MST emergiu como força política capaz de atualizar o marxismo para as especificidades da formação social brasileira. Embora o movimento mantenha a crítica clássica à propriedade privada da terra, os desafios contemporâneos exigem enfrentar que a desigualdade fundiária é também uma desigualdade racial. Daí a crescente presença de pautas identitárias, coletivos negros e articulações quilombolas dentro do MST, que ampliam a leitura marxista à luz da realidade histórica brasileira. Incorporar as dimensões raciais não enfraquece o movimento; pelo contrário, radicaliza sua compreensão da estrutura de dominação fundiária. Nesse sentido, a tese “NOVOS DESAFIOS NA LUTA PELA TERRA NO BRASIL: POLÍTICAS IDENTITÁRIAS NO MST” expressa uma virada necessária: a luta pela terra só se completa quando confronta tanto a exploração de classe quanto o racismo que definiu quem pôde e quem foi impedido de ter terra no país. Dessa maneira, a democratização da terra depende de reconhecer quem historicamente foi impedido de possuí-la.

Em 2025, o Movimento Negro Unificado (MNU) no Brasil completa 48 anos de resistência, sendo um movimento de maior destaque na luta antirracista na América Latina e o mais longevo com essas características no país. Segundo o militante Gerson Oliveira, da coordenação estadual do MST, a luta pela terra no movimento faz parte do processo da reparação histórica para os trabalhadores e trabalhadoras que foram vilipendiados com a Lei de Terras em 1850.

Embasando a análise empírica desta investigação, recorre-se à fala proferida por Gerson que é um dos sujeitos que compõem o *corpus* documental da pesquisa — durante transmissão ao vivo intitulada “46 anos de Movimento Negro Unificado (MNU)”, veiculada no canal oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na plataforma YouTube, em 24 de junho de 2024. A participação do referido sujeito no evento público não apenas legitima sua relevância como fonte primária, mas também situa sua narrativa no contexto das reflexões sobre trajetórias de lutas antirracistas e suas interfaces com a questão agrária no Brasil.

De acordo com Girardi (2022), a relação entre o escravismo e o capitalismo é objeto de debate no contexto da questão agrária brasileira. O autor relata que o trabalho análogo à

escravidão ocorre tanto no ambiente urbano quanto no rural, sendo neste último onde se concentra a maioria dessas situações. Embora não seja uma exclusividade de negros na contemporaneidade, a maioria das vítimas é persistentemente negra. Pode-se, portanto, afirmar que o racismo e a questão agrária brasileira estão estreitamente vinculados no processo de construção do país.

Segundo Fonseca (2022), os legados racistas do mundo agrário brasileiro permanecem presentes, em pleno século XXI, impactando todas as esferas da vida social, inclusive na produção agrícola, ainda voltada e focada na monocultura exportadora. Sua persistência está diretamente vinculada às bases estruturais escravistas que nunca foram totalmente erradicadas na formação social e econômica do país, adaptando-se às novas dinâmicas do capitalismo periférico.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, entre 1995 e 2023, mais de 600 mil trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão em atividades que vão desde lavouras de cana, café e algodão até carvoarias, confecções urbanas e obras da construção civil. Essa chaga social manifesta-se a partir de mecanismos contemporâneos que reproduzem a lógica da superexploração: cerceamento de liberdade, servidão por dívida, jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho e alojamentos insalubres. Sua continuidade deve-se à convergência perversa entre precarização laboral, desigualdade estrutural, impunidade e a demanda por *commodities*.

Assim, o trabalho análogo à escravidão não é um resquício isolado do passado, mas sim a expressão mais brutal de um modelo econômico que ainda se beneficia da desvalorização da vida humana, especialmente entre populações vulneráveis: negras, **pobres** e migrantes, reeditando, sob novas roupagens, as mesmas relações de opressão que marcaram a história brasileira.

O Movimento Negro no Brasil tem raízes profundas, remontando ao período escravocrata. Segundo Reis apud León (2025), o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi, é um dos maiores símbolos dessa resistência, representando a luta contra o sistema colonial e pela autonomia negra.

“As revoltas assemelham-se a ações coletivas comuns na história de outros grupos subalternos, mas o quilombo foi um movimento típico dos escravos (Reis, 1996, p. 15).

A Proclamação da República, em 1889, não assegurou ganhos materiais ou simbólicos à população negra, incluindo-se, aqui, o direito à terra, bem como direitos políticos ou quaisquer participações sociais, em razão das "doutrinas do racismo científico e da teoria

de branqueamento" e da preferência em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus (Domingues, 2007, p. 102-103). Em síntese, esses movimentos de resistência são fundamentais para a compreensão do que viria a se consolidar, ao longo dos séculos, como o Movimento Negro no país.

De acordo com Trapp (2010), nos anos 70 foram organizados os movimentos antirracistas no Brasil, entendidos como contemporâneos e plurais, influenciados pela Conferência Mundial do Racismo na África do Sul, na cidade de Durban em 2001.

A organização do Movimento Negro brasileiro, no entanto, deve ser entendida em suas particularidades e ambiguidades. Não se pode falar de um movimento unificado e combativo desde a sua fase inicial de organização (Trapp, 2010, p. 76).

Neste contexto histórico, além da luta por emancipação, havia também um discurso combativo à chamada "democracia racial", pois as desigualdades entre negros e brancos tornavam este discurso insustentável.

De acordo com Fernandes (2021), a posição do sujeito branco na hierarquia de poder da sociedade brasileira nunca foi genuinamente desafiada pelo sujeito negro. O autor argumenta que, como consequência, a elite branca não precisou criar obstáculos formais para impedir a ascensão social da população negra, nem adotou medidas defensivas contra uma suposta competição racial. Dessa forma, não emergiu na sociedade uma resistência organizada e consciente que polarizasse brancos e negros em um conflito aberto. Paradoxalmente, Fernandes conclui que foi a inação do branco – e não uma ação repressiva – que perpetuou a ordem racial estabelecida.

Frequentemente com o apoio das chamadas ciências históricas, erigiu-se no Brasil o conceito da democracia racial; segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas (Nascimento, 2016, p. 12).

No debate sobre gênero e raça, a análise de Gonzalez (1983) revela como o mito da democracia racial opera como um mecanismo de violência simbólica contra a mulher negra. A autora demonstra que essa violência se manifesta por meio de uma dupla instrumentalização: durante o carnaval, o corpo da mulher negra é hipervalorizado, erotizado e transformado em ícone festivo (denominado pela autora como "endeusamento"). Contudo, após o período carnavalesco, essa mesma mulher é reinserida em sua posição subalterna na estrutura social, reafirmando estereótipos que a confinam a funções historicamente

marginalizadas, como o trabalho doméstico, evidenciando a intrincada articulação entre racismo e sexismo na perpetuação das opressões.

Conclui-se que impactos análogos se manifestam em outros sujeitos contemplados por esta pesquisa, notadamente nos corpos negros LGBTQIAPN+. Observa-se que, mesmo dentro da comunidade LGBTQIAPN+, são frequentemente reproduzidas lógicas racistas, que privilegiam pautas e corporalidades brancas. O discurso homogeneizante de que "somos todos iguais" acaba por apagar as especificidades das experiências negras. A fetichização racial exemplifica esse fenômeno: corpos negros masculinos são comumente reduzidos a objetos de desejo exótico, negando-lhes a plenitude de sua humanidade, de modo similar ao que ocorre com as mulheres negras. Essa dinâmica demonstra a necessidade de uma abordagem interseccional que contemple as sobreposições entre racismo, LGBTfobia e sexismo.

Trapp (2010) relata que a estratégia inicial do movimento era deslindar a população negra sobre sua posição desvantajosa na sociedade e, na promoção dessa conscientização, constituir o sujeito político da luta antirracista. Foi muito influenciado pelos movimentos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos, além de referências de cunho estético-cultural, como o movimento *Black is Beautiful*.

Portanto, foi nos anos 1980 que o Movimento Negro Unificado (MNU) foi potencializado e fortalecido pelo movimento de redemocratização do Brasil. Sendo simbólico para o movimento, o ano de implementação da Constituição Cidadã em 1988 coincidiu com o centenário da abolição da escravatura. O MNU aproveitou-se deste momento e denunciou as mazelas vividas pela população negra no Brasil, incluindo a exclusão do direito à terra, e reforçando os direitos de cidadania e de igualdade legal para os afrodescendentes, denunciando a Abolição como “farsa” (Costa, 2006 apud Trapp, 2010).

Durante os anos 90, o diálogo entre o MNU e o governo intensificou-se, principalmente a partir de 1995, com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência. Neste mesmo ano, foi realizada a Marcha Zumbi dos Palmares em Brasília, que, na opinião de Sueli Carneiro, foi: “o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo”, sendo emblemática, crítica e reivindicatória de políticas públicas.

A partir da década de 90, o MNU passou por profundas transformações, profissionalizando-se, dialogando com o Estado com proposições e demandas na esfera pública, o que vem potencializando-se até os dias atuais neste contexto pós-Conferência de Durban. Neste contexto, a pesquisa objetiva compreender, dentre outros aspectos ou temas,

como a pauta racial é tratada pelo MST, bem como se os sujeitos a percebem e se institucionalizam no Movimento.

### **5.6 A Evolução do Movimento LGBTQIAPN+ no Brasil**

O Movimento Social LGBTQIAPN+ também irá se entrelaçar com as lutas de direitos civis, justiça social, igualdade e a redemocratização brasileira.

Influenciados pelos eventos de Stonewall, em Nova Iorque em 1969, que deram visibilidade à comunidade e marcaram uma reação à opressão, a ditadura militar brasileira também se mostrou opressora aos direitos civis da população LGBTQIAPN+, impondo censura, perseguição e criminalização. Nesse cenário, a afirmação da diversidade sexual e de gênero passou a ser uma resistência política contra o autoritarismo e a negação da cidadania plena.

As noções preconceituosas da ditadura civil-militar, influenciadas pela moral e pelos bons costumes e pelo contexto da AIDS nos anos 1980, impactaram diretamente na ausência de garantias explícitas dos direitos LGBTQIAPN+ na Constituição Cidadã de 1988. O Artigo 226 da Constituição Federal (CF), por exemplo, restringe a noção de família à união apenas entre homem e mulher, aludindo a valores presentes desde 1964.

Já o Artigo 3º da Constituição garante, em seu quarto inciso, a promoção do bem de todos, sem distinção de raça, sexo, credo, cor, idade, e ainda menciona “demais formas de discriminação”, em alusão a minorias como pessoas com deficiência e LGBTQIAPN+, que ficaram de fora do texto principal.

Nesse sentido, apesar das derrotas na Assembleia Nacional Constituinte, a luta do Movimento Homossexual Brasileiro dos anos 1970 e 1980 rendeu frutos, principalmente durante a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que garantiu a união estável entre pessoas do mesmo sexo em 2011(União Homoafetiva). O ministro relator Ayres Britto, respaldando-se no Artigo 3º, considerou o Artigo 226 inconstitucional por ser discriminatório. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277 levou em consideração os debates sobre gênero e sexualidade que tiveram início com a atuação de João Antônio Mascarenhas na Constituinte.

Nesse sentido, compreender essas trajetórias é fundamental para reconhecer os impactos duradouros desse período sobre as vidas LGBT+ e reafirmar a importância da memória, da reparação e da defesa das liberdades democráticas no presente (Wall, 1986, n.p.).

O Brasil também protagonizou uma “Stonewall Brasileira” na Operação Sapatão, liderada pelo delegado José Wilson Richetti no Ferros’s Bar, que buscava deter frequentadores do estabelecimento, ensejando revolta e marcando uma era de arbitrariedades (Ocanha, 2018).

Personalidades históricas e pioneiras do Movimento LGBTQIAPN+ no Brasil incluem: João Silvério Trevisan (escritor e ativista, fundador do primeiro grupo de liberação homossexual), João Antônio de Mascarenhas (criador do Movimento Homossexual Brasileiro e do jornal "*O Lampião da Esquina*"), Luiz Mott (fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB), 1980, a ONG mais antiga ainda em atividade), Cintura Fina (travesti pioneira dos anos 50 e 60), Cassandra Rios (escritora lésbica perseguida), Miriam Martinho (ativista lésbica do boletim *ChanacomChana*), Brenda Lee (ativista trans, fundadora da primeira casa de apoio a pessoas com HIV), Xica Manicongo (primeira travesti negra escravizada), Tibira do Maranhão (executado no século XVII), Roberta Close (primeira modelo trans de destaque), Jorge Lafond (primeiro artista negro e abertamente homossexual a alcançar sucesso na TV), e João W. Nery (primeiro homem trans a realizar cirurgia de redesignação no Brasil) (Queer.IG, 2025). Embora a atuação LGBTQIAPN+ no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se constitua predominantemente como força coletiva de formação e organização política, sem centralização em uma liderança individual hegemônica, alguns sujeitos assumiram projeção pública em espaços estratégicos de debate. Destacam-se Wesley Lima, Sereia, a travesti Sem Terra e Agnaldo Cordeiro, cujas participações em atividades políticas e culturais, inclusive em debates relacionados à 32ª Bienal (Diversidade, LGBT, MST) em 2017, contribuíram para ampliar a visibilidade das articulações entre diversidade, pauta LGBT e luta pela terra. A consolidação do coletivo LGBT Sem Terra expressa um processo de auto-organização interna que impulsionou o reconhecimento político da diversidade sexual como dimensão constitutiva da agenda do movimento. Conforme registrado na publicação “LGBT Sem Terra: uma identidade de luta”, da Fundação Rosa Luxemburgo, a organização dos grupos pela diversidade sexual no MST fortaleceu a decisão política de estruturar ações formativas, produzir incidência pública e articular o processo de ampliação da visibilidade da pauta LGBT no interior da luta pela reforma agrária. Tal movimento evidencia que a diversidade sexual não se configura como demanda periférica, mas como elemento integrante das disputas políticas e do alargamento do sujeito coletivo da reforma agrária.

Terra, luta, resistência, feminino, masculino, participação, visibilidade e glamour. Muitas são as palavras que ilustram o significado da identidade LGBT Sem Terra, que além de propor um processo de luta permanente contra as estruturas raciais, patriarcais e heterossexistas do capitalismo, aponta os assentamentos e

acampamentos do MST como espaços de liberdade de expressão e de vivência da sexualidade como parte integral do projeto de sociedade socialista. Fruto da auto-organização dos sujeitos LGBT, o MST tomou a decisão política pensar e articular para dentro e fora da organização o processo de fortalecimento das lutas e visibilidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais assentados e acampados. Para isso, o projeto de Reforma Agrária Popular, que no último período foi colocado como um instrumento de enfrentamento permanente ao agronegócio, é base de sustentação das lutas as estruturas de opressão e exploração do capital, como o patriarcado e o racismo. “As questões relacionadas à diversidade sexual não podem ser colocadas à margem. É um debate que tem que acompanhar a organização [...] a importância não é apenas pelo reconhecimento da identidade LGBT para dentro do movimento, mas por uma questão de princípio humano, pois o sujeito LGBT é o sujeito Sem Terra e que está presente no processo de construção da revolução”, afirma Cordeiro. (Lima,2017).

Tais indivíduos consolidam um movimento contínuo por equidade e visibilidade. Evidencia-se o hiato no ativismo (GLS) nos anos 80 e 90, pelas vidas ceifadas de ativistas e pela estigmatização da população durante a epidemia de HIV/Aids no Brasil. É impossível construir esta pesquisa sem lembrar e reverenciar os que vieram antes — homens gays, negros e periféricos que, diante do medo e do abandono, responderam com coragem, afeto e mobilização política.

Embora tenhamos as melhores tecnologias de prevenção e cuidado à saúde das pessoas, precisamos reconhecer que o racismo ainda é uma barreira de acesso à saúde e que não é possível pensar a saúde sem a garantia de outros direitos básicos e sem enfrentar esse problema (Barreira, apud Brasil, 2025).

Segundo Caetano, Nascimento e Rodrigues (2018), a epidemia do HIV indica um retrocesso no reconhecimento da dignidade do sujeito LGBTQIAPN+, que passa a ser alvo de preconceito de forma mais incisiva pelas alas neopentecostais, que a denominaram de “peste gay”.

Apesar das particularidades de cada região, infere-se a este período uma conduta opressiva socialmente e repressiva institucionalmente, com ações policiais agindo como verdadeiros higienizadores sociais. Em São Paulo, o Delegado José Wilson Richetti violou inúmeras vezes a dignidade das pessoas LGBTQIAPN+, notadamente das mulheres travestis, em operações como a “Operação Limpeza”, chegando a prender mais de 700 pessoas em 1980 (Teischmann, 2020).

Segundo Teischmann (2020), o marco adotado para análise da evolução do movimento no Brasil foi 1978 com o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), em plena ditadura militar. Este regime político associava a homossexualidade a uma forma de degeneração e corrupção da juventude, caracterizando-se como uma ditadura hétero-militar devido à sua política sexual oficializada e institucionalizada (Quinalha, 2018).

Em 17 de maio de 1990, a OMS (Organização Mundial da Saúde) trocou o termo homossexualismo por Homossexualidade, eliminando o sufixo “ismo” que classificava como transtorno mental (CID-09). O Conselho Federal de Medicina (CFM), após pressão do GGB, também excluiu o sufixo. Neste período, popularizou-se a sigla GLS (*gays*, lésbicas e simpatizantes), que evoluiu para contemplar maior representatividade.

A resistência ganhou fôlego e institucionalizou-se com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva nos anos 2000, surgindo uma forte aproximação com o Estado e a presença de representantes LGBTQIAPN+ em políticas públicas. O ciberativismo também teve um papel fundamental em evidenciar a comunidade.

Diante da omissão proposital do legislativo, coube ao judiciário, através de mobilização judicial e social, estabelecer direitos da diversidade sexual e de gênero no Brasil: reconhecimento da união estável, casamento civil e identidade de gênero, porém com carência em abordagens como assexuais e não-binários (Teischmann, 2020).

No governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), houve clara tentativa de retrocesso aos direitos humanos. No atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), a extrema-direita no legislativo tenta minar e impedir avanços significativos.

É importante objetivar que sexualidade e gênero constituem conceitos diferentes:

- **Sexualidade:** Refere-se aos modos de viver e de expressar os desejos e prazeres corporais, em sentido amplo, por meio de uma complexa combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Diversidade sexual são as infinitas formas de vivência e expressão da sexualidade.
- **Gênero:** Corresponde à experiência de como cada pessoa se percebe em termos de gênero — masculino, feminino ou outros. Pode ser expressa por meio da vestimenta, do modo de falar e dos maneirismos. Independe de características físicas e da orientação sexual (Defensoria pública do Rio Grande do Sul, 2025).

Já a sigla LGBTQIAPN+ é resultado de um processo histórico de lutas e reconhecimento das diversidades. Sua origem está vinculada à expansão do movimento, que, desde as rebeliões de Stonewall (1969), buscou representar politicamente as identidades antes invisibilizadas. A evolução da sigla – de "GLS" (anos 1990) para "LGBT" (década de 2000) e, posteriormente, para "LGBTQIAPN+<sup>16</sup>" – reflete a inclusão de Lésbicas, Gays, Bissexuais,

---

<sup>16</sup> **Lésbicas:** é o termo utilizado para designar mulheres que se identificam como mulheres e se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres. **Gays:** é o termo utilizado para designar homens que se identificam como homens e se relacionam sexual e afetivamente com outros homens. **Bissexuais:** são emocionalmente, romanticamente ou sexualmente atraídas por pessoas de mais de um gênero. **Travestis:** é uma pessoa que foi designada como homem ao nascer, que não se identificou com o gênero que lhe foi atribuído, e passou a

Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outros grupos representados pelo "+". Essa ampliação é fundamental porque visibiliza especificidades e combate a hierarquização das pautas. Além disso, reforça a interseccionalidade do movimento. A sigla, em constante transformação, simboliza a resistência e a pluralidade de corpos e existências fora do padrão heteronormativo.

### 5.7 Movimento Feminista Contemporâneo no Brasil

O movimento feminista no Brasil desenvolveu-se em um contexto singular, marcado por estruturas profundas de desigualdade social, patriarcado e racismo. Desde sua origem, expandiu-se para abarcar questões que transcendem o gênero, integrando elementos como a raça e a classe social. A incorporação sistemática da perspectiva interseccional no feminismo brasileiro contribui para a conformação de uma agenda política e teórica marcada pela centralidade das desigualdades raciais e de classe, o que lhe confere especificidades no debate internacional.

Djamila Ribeiro, filósofa e ativista brasileira, aponta para a importância de um feminismo que incorpore a interseccionalidade: “Falar de feminismo sem falar das especificidades da mulher negra é ignorar o lugar que a estrutura racista impõe a essas mulheres” (Ribeiro, 2017, p. 23).

A obra da filósofa aprofunda-se em denunciar como as mulheres negras, em particular, enfrentam duplas ou triplas opressões, resultado da articulação do racismo com o sexismo e o classismo.

No início do século XX, o feminismo atrelava-se a personalidades, que se distanciavam da padronização feminina na vida pública. Segundo Pinto e Barreira (2003), a imprensa teve um papel fundamental em dar destaque às mulheres como professoras, escritoras e jornalistas, o que buscava formar uma opinião das suas ideias de libertação.

---

vivenciar papéis de gênero feminino. **Transexuais:** pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo que lhes foi atribuído no momento do nascimento. **Transgêneros:** pessoas que não se identificam com o gênero a qual foram designadas, baseado em seu sexo biológico. **Queer:** Um termo em inglês designado às pessoas que não se identificam totalmente como homem ou mulher, mas sim, um terceiro gênero, o fluído, popularmente conhecido como andrógino. Termo usado inicialmente como pejorativo pela heteronormatividade pois sua tradução remete a estranho, bizarro e esquisito. **Intersexo:** A intersexualidade descreve as pessoas que podem nascer com genitais correspondentes a um sexo, mas ter o sistema reprodutivo e os hormônios do outro. No passado, essas pessoas eram conhecidas como hermafroditas, termo que não é correto ou aceito. **Assexuado:** Estes, não sentem atração sexual por nenhum sexo, apenas afetivamente, isto é, ainda poder ter relações amorosas. **Pansexual:** é definido como a atração por pessoas de qualquer gênero ou por pessoas independentemente do gênero, com o prefixo "pan" vindo do prefixo grego para "todos". **Não – Binário:** pode abraçar elementos de ambos os gêneros, rejeitar os dois ou criar uma identidade nova, expressando uma relação única com o próprio gênero (Defensoria pública do Rio Grande do Sul, 2025).

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiu um movimento renovado. No Brasil, o cenário era diferente do quadro mundial:

A ditadura no país tomava as lutas sociais articuladas ao movimento de redemocratização, as mulheres estavam unidas na causa de anistia de seus filhos e maridos e pela liberdade (Pinto; Barreira, 2003, p. 136).

Em 08 de setembro de 1975, foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher, que objetivou combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais. Em suma:

As reivindicações gerais referiam-se a anistia, eleições livres, assembleia constituinte e fim das carestias, e as específicas como: a criação de creches em bairros, áreas de lazer, escolas, igualdades salariais (Pinto; Barreira, 2003, p. 137).

Neste período, ocorreram conquistas importantes como a Delegacia da Mulher, sendo a primeira inaugurada em São Paulo em 1985. Outra frente de luta, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foi um instrumento importante na Assembleia Constituinte, culminando na “Carta das mulheres”, colaborativa para a Constituição de 1988. Nas décadas seguintes, outros temas importantes foram incorporados, como violência e saúde da mulher, e o feminismo acadêmico ganhou força com a crescente ocupação feminina nos espaços universitários.

À luz dos repertórios teóricos mobilizados, notadamente a interseccionalidade, a crítica ao mito da democracia racial, a análise do racismo estrutural, da necropolítica e dos fatos históricos examinados evidencia-se que a luta pela terra no interior do MST pode ser compreendida dissociada das continuidades coloniais que racializaram o acesso à propriedade e à cidadania. A concentração fundiária, forjada sob a escravidão e mantida no pós-abolição sem reforma agrária, estruturou desigualdades que atingem de modo particular sujeitos negros, mulheres e LGBTQIAPN+, cuja presença no MST revela camadas identitárias historicamente subalternizadas. A emergência de coletivo/setor como o LGBT Sem-Terra e o fortalecimento da pauta racial no movimento expressam, portanto, não uma fragmentação, mas o alargamento do sujeito político da reforma agrária. Tais processos demonstram que a disputa pela terra é simultaneamente enfrentamento de classe, de raça, de gênero e de sexualidade. Assim, compreender o significado e a importância desses coletivos e sujeitos (as) implica reconhecer que a democratização da terra exige o enfrentamento articulado das múltiplas estruturas de dominação que conformam a formação social brasileira, constituindo-se como um dos principais desafios políticos e organizativos do MST na contemporaneidade.

## **6 RAÍZES DA RESISTÊNCIA: O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM - TERRA**

Nesta seção foi analisada a formação histórica e política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), articulando-a às lutas camponesas e quilombolas que estruturam a resistência agrária no Brasil. Examina-se a interseccionalidade entre raça e classe como eixo central das desigualdades no acesso à terra e na constituição do campesinato. As comunidades quilombolas são abordadas como sujeitos originários dessa luta, cuja exclusão histórica evidencia a persistência do racismo sistêmico nas políticas fundiárias. Discute-se também como esse racismo se manifesta nas dinâmicas internas e externas do MST, condicionando desafios e estratégias de resistência. Por fim, retoma-se o legado das Ligas Camponesas das décadas de 1950 e 1960 como antecedentes diretos das práticas organizativas e emancipadoras do movimento. Evidencia-se também a organicidade e estruturas do movimento, bem como a construção dos setores de Gênero e LGBT Sem-Terra e o Coletivo Terra, Classe e Raça.

### **6.1 A Lei de Terras de 1850 e a Estrutura Fundiária Racista**

A história do acesso à terra no Brasil remonta ao século XIX, mais pontualmente ao ano de 1850 com a promulgação da Lei de Terras. Essa legislação, que sucede a primeira tentativa de distribuição conhecida como *sesmaria*, resultou na exclusão de negros e quilombolas. É possível afirmar que a Lei de Terras e a Lei Áurea (1888) foram racistas, pois não incluíram mecanismos capazes de reparar ou garantir condições mínimas para a inserção mais igualitária dos negros libertos na sociedade, como o acesso à terra e aos recursos necessários para cultivá-la.

Essa normativa estabeleceu a propriedade privada da terra no Brasil, sendo seguida por uma série de ações legais e ilegais que concentraram a transferência de terras públicas para particulares, especialmente a homens brancos. Tais medidas beneficiaram posseiros e grileiros, enquanto excluíram pequenos agricultores, camponeses e trabalhadores rurais sem-terra.

Ao longo do processo de ocupação do território, as terras permaneceram concentradas nas mãos de poucos, favorecidos pelo poder aquisitivo. A população africana,

trazida para ser escravizada, apesar da abolição em 1888, não foi integrada à sociedade pelo Estado, tornando-se marginalizada e com o direito à terra negado.

A Lei de Terras de 1850 estabelece a proibição de terras devolutas por qualquer outro título que não seja a compra.

...ou seja, fica claro que somente através da compra é que se poderia obter a posse da terra, o que invisibilizava a possibilidade de muitos posseiros, pequenos produtores pobres e negros futuramente libertos de terem acesso à terra (Rocha et al., 2010, p. 62).

A lei, ao determinar que somente através da compra seria possível adquirir terras, impossibilitou que pobres, negros e quilombolas tivessem acesso. Em seguida, após a abolição, iniciou-se no Brasil o processo de embranquecimento da população através da imigração, uma política eugenista que visava criar o modelo de brasileiro ideal para um país que se tornaria republicano.

A Lei de Terras, além de regularizar a situação fundiária, teve o propósito de dificultar o acesso à terra por parte dos quilombolas (fugitivos da escravidão) e dos produtores independentes. Almejava-se a invisibilização do negro ao acesso à terra, pois já existiam os movimentos abolicionistas e as determinações do mercado internacional orientadas pela Inglaterra (Buannain, 2008 apud Amorim; Tárrega, 2019, p. 16).

Neste contexto da influência inglesa sobre o Brasil, com a exigência do fim da escravidão, foram editadas as leis:

- 1831 – Proibição do Tráfico Negroiro;
- 1850 – Lei Eusébio de Queirós (Tráfico de escravos passa a ser ato de pirataria).

Em 13 de maio de 1888, houve a abolição da escravatura, porém este acontecimento não ocorreu por "questões humanitárias".

...e sim para dar lugar ao lucro que agora seria gerado através da força de trabalho livre, pois na lógica capitalista seria mais barato ter um trabalhador assalariado, que se tornaria também um consumidor, além da manutenção do trabalho escravo geraria mais despesas (Buannain, 2008 apud Amorim; Tárrega, 2019, p. 17).

Já se pode evidenciar o capitalismo atravessando as relações camponesas.

### **6.1.1 Exclusão Pós-Abolição e a Transição Capitalista**

Após a abolição da escravidão em 1888, a população negra enfrentou um cenário marcado pela ausência de políticas públicas de inclusão social e econômica. Sem acesso a recursos básicos, como educação, terra e trabalho digno, a maioria dos ex-escravizados viu-se

relegada às margens da sociedade. A negação desses direitos levou à imputação de rótulos como "preguiçosos e vadios", renegando os negros à exclusão completa de ocupações regulares (como a indústria e os serviços urbanos), expulsando-os para os quilombos onde fixaram moradias e mantinham meios de subsistência, marcados, assim, pela exclusão de direitos. Conforme aponta Smith (1990, p. 328), “a Lei de Terras é um marco no processo histórico de transição para o capitalismo no Brasil”.

A legislação fundiária de 1850 foi um marco fundamental na transição para o capitalismo no Brasil porque, ao estabelecer a compra como única forma de acesso à terra, institucionalizou a propriedade privada e consolidou uma estrutura fundiária excludente. Essa lei, criada logo após a proibição do tráfico transatlântico de escravizados (Lei Eusébio de Queirós), visava controlar a distribuição de terras e evitar que os africanos recém-livres tivessem acesso a elas, garantindo mão de obra barata para as *plantations*. Dessa forma, legitimou a concentração fundiária, vinculou terra à capital e reforçou relações de trabalho assalariadas e dependentes, alinhando-se à lógica capitalista emergente e aprofundando desigualdades sociais. (Martins,2010).

### **6.1.2 Políticas Fundiárias na Contemporaneidade e o Racismo Sistêmico**

A única política atual relativa à terra focada no negro é a Titularização dos territórios quilombolas, determinada pela Constituição Federal de 1988, e que é feita muito lentamente. Assim, a privatização clientelista e concentradora da terra continua (Girardi, 2022, p. 41).

O Brasil possui um número limitado de territórios quilombolas com titulação definitiva, estimado entre 160 e 170 áreas. Embora o Censo 2022 tenha identificado 8.441 localidades quilombolas e cerca de 495 territórios oficialmente delimitados, menos de 13% do total possui reconhecimento formal, permanecendo a maioria em processo de regularização fundiária (AGÊNCIA BRASIL, 2024; IBGE, 2024).

É importante destacar que, tanto no governo Lula quanto no de Bolsonaro, foram propostas iniciativas de regularização fundiária de terras da União. Durante o mandato de Lula, foi criado o programa Terra Legal (2009), enquanto no governo Bolsonaro foi editada a Medida Provisória 910/2019 (que perdeu a validade em 19 de maio de 2020 por não ter sido votada nos plenários da Câmara dos Deputados e no Senado). Ambos os instrumentos tinham como foco a titulação de domínios sobre terras públicas federais.

**Figura 2- Número de Famílias Assentadas por governos presidenciais**



Fonte: NOTA TÉCNICA N° 360/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA

A usurpação dessas terras por homens brancos, em sua maioria, cria uma massa de excluídos majoritariamente negra (Girardi, 2022).

Analistas e movimentos sociais argumentam que tais políticas, quando desconectadas de uma perspectiva de reforma agrária estrutural e de reparação histórica, tendem a perpetuar a exclusão secular de comunidades negras e tradicionais do acesso à terra. Do ponto de vista da reforma agrária clássica, o governo Lula manteve uma atuação explícita, ainda que insuficiente, priorizando a desapropriação de latifúndios e o assentamento de famílias. Em contraste, a gestão Bolsonaro desmontou instituições agrárias, paralisando novos assentamentos e priorizando o modelo do agronegócio voltado para exportação (Figura 01).

**Figura 3 - Mapa sobre discriminação dos negros no acesso à terra no Brasil<sup>17</sup>.**



Fonte: Atlas Brasil Agrário (2022)

O vermelho no mapa indica as regiões onde a conquista de territórios pelos povos negros encontrou barreiras mais severas.

A independência e autonomia das pessoas escravizadas no Brasil passavam e ainda passa pelas lutas constantes dos negros e negras pela emancipação e pelo uso social da terra para proveito, sustento e alimentação soberana de todos, não apenas para alguns e/ou ainda para exportar a fim de conseguir lucratividades, prestígios e privilégios socioeconômicos e políticos (Fonseca, 2022, apud Girardi p. 10).

No Brasil atual, as favelas são heranças do pós-escravidão. A população negra, marginalizada e excluída enfrentou a falta de políticas públicas que garantissem sua verdadeira integração na sociedade. A pobreza nunca se resumiu apenas a uma questão de classe – raça e gênero sempre estiveram entrelaçados nessa realidade, apresentando a interseccionalidade.

<sup>17</sup> Regiões Geográficas Imediatas onde a discriminação do negro ao acesso à terra é mais intensa. A identificação das regiões imediatas foi feita por meio dos cruzamentos de suas duas regiões lineares que compararam a porcentagem da população rural negra com: a) a porcentagem do número de estabelecimentos cujo produtor é negro; b) a porcentagem da área cujo produtor rural é negro. “à designação NEGRO, consiste na junção dos que declaram ter pele Preta e Parda”, de acordo com a metodologia do IBGE. Dados: IBGE – Censo Demográfico – 2010 e Censo Agropecuário – 2017.

Esses estigmas persistem desde a abolição, reforçados pela ausência de ações governamentais eficazes para incluir os negros de forma igualitária. Em 2025, completaram-se 137 anos do fim formal da escravidão, mas apenas as correntes materiais foram rompidas; no imaginário social, elas ainda permanecem. O resultado é uma população negra majoritariamente sem moradia, sem-terra, subempregada ou desempregada, com poucas chances de ascensão social entre outros.

O racismo é um elemento estrutural da sociedade brasileira e é indissociável da questão agrária, que é igualmente um problema estrutural. A indissociabilidade entre essas questões ocorre por duas razões: i) pelo fato de que a situação atual de segregação em que se encontram os negros no Brasil, no campo e na cidade, tem origem histórica no racismo, na escravidão e na questão agrária do período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país; ii) porque, desde o início tolhidos de um justo acesso à terras e aos meios adequados para explorá-la, e submetido ao racismo sistêmico que caracteriza a sociedade brasileira, os negros ainda hoje continuam em situação de inferioridade socioeconômica em relação aos brancos no campo, o que faz com que a questão racial seja uma importante dimensão da questão agrária contemporânea. (Girardi, 2017, p.121).

Conforme analisa Eduardo Paulon Girardi (2017), o racismo fundiário deve ser compreendido como um dos vetores estruturantes da formação socioespacial brasileira, incidindo diretamente sobre a configuração regional do território. A população negra, ao longo do processo histórico, foi sistematicamente relegada aos espaços socioeconômicos mais precarizados — tanto em contextos urbanos quanto rurais — consolidando padrões persistentes de segregação que se inscrevem material e simbolicamente no espaço. Nessa perspectiva, o racismo não se apresenta como um fenômeno periférico, mas como um princípio organizador da produção do espaço geográfico, o que torna analiticamente insuficiente qualquer interpretação da realidade brasileira que prescindir da dimensão racial como categoria explicativa central.

A expressiva concentração de sujeitos negros na agricultura camponesa das regiões Nordeste e Norte conforma um arranjo regional que evidencia a articulação entre desigualdades históricas, marginalização territorial e estruturas de poder racializadas. No entanto, tal configuração também revela um potencial estratégico para políticas públicas orientadas à agricultura familiar, sobretudo quando concebidas com enfoque específico na população negra desses territórios. Tais políticas têm demonstrado capacidade de incidir simultaneamente sobre cinco eixos estruturais de desigualdade — o desemprego, as assimetrias regionais, as desigualdades raciais, as desigualdades de gênero e a vulnerabilidade crônica da agricultura camponesa, indicando que intervenções territorialmente situadas e racialmente informadas podem produzir efeitos redistributivos de caráter multidimensional. (Girardi, 2017).

Importa destacar que esses eixos não operam de modo isolado: constituem um complexo dinâmico de determinações que se expressam de maneira interdependente na questão agrária brasileira, atravessada por relações racializadas de acesso à terra, aos meios de produção e às oportunidades de desenvolvimento. Assim, a elucidação desses processos exige abordagens teórico-metodológicas capazes de reconhecer a indissociabilidade entre a dimensão agrária e a dimensão racial, evidenciando que a superação das desigualdades estruturais no campo brasileiro pressupõe a incorporação explícita da análise do racismo como fundamento organizador das relações territoriais e das políticas de desenvolvimento rural.

Essas políticas públicas devem conter mecanismos de discriminação positiva em favor dos negros, pois como ficou evidente, há um claro processo de discriminação com prejuízos aos negros; eles são os mais pobres dentre os pobres. A inexistência desses mecanismos implicaria em reduzir o problema dos demais camponeses, e isso manteria a desigualdade dos negros no grupo; seria cometer um erro, como já destacamos. Um primeiro passo é reconhecer a existência do racismo estrutural e sua indissociabilidade da questão agrária. (Girardi,2017, p.124).

### **6.1.3 A Questão Territorial Quilombola no Brasil: Aspectos constitucionais e o papel do Estado na garantia de direitos.**

Este capítulo justifica-se pela necessidade de elucidar o papel fundante das comunidades quilombolas como os primeiros movimentos de luta pela terra no Brasil, cujas trajetórias – ainda que frequentemente analisadas de forma fragmentada – compartilham bases comuns com movimentos contemporâneos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Embora a população negra constituísse a maioria da base social do MST, verifica-se uma notória sub-representação de suas pautas raciais específicas e um sistemático apagamento de seu legado histórico de resistência. Este paradoxo torna-se evidente na prática simbólica de nomear assentamentos em homenagem a ícones e lutas negras, como : Assentamento Zumbi dos Palmares – Iaras (SP), Assentamento 20 de Novembro - Porto Alegre (RS), Assentamento Dandara - Fraiburgo(SC), Assentamento Carlos Marighella - Congonhinhas(PR), Assentamento Lanceiros Negros - Porto Alegre(RS), Acampamento Tereza Benguela - Maceió (AL), Acampamento Marielle Vive, entre outros, sem que isso se traduza em reconhecimento político equitativo. , ainda que invisibilizada cartograficamente, mantém-se como eixo unificador de resistências.(Quijano 2005)

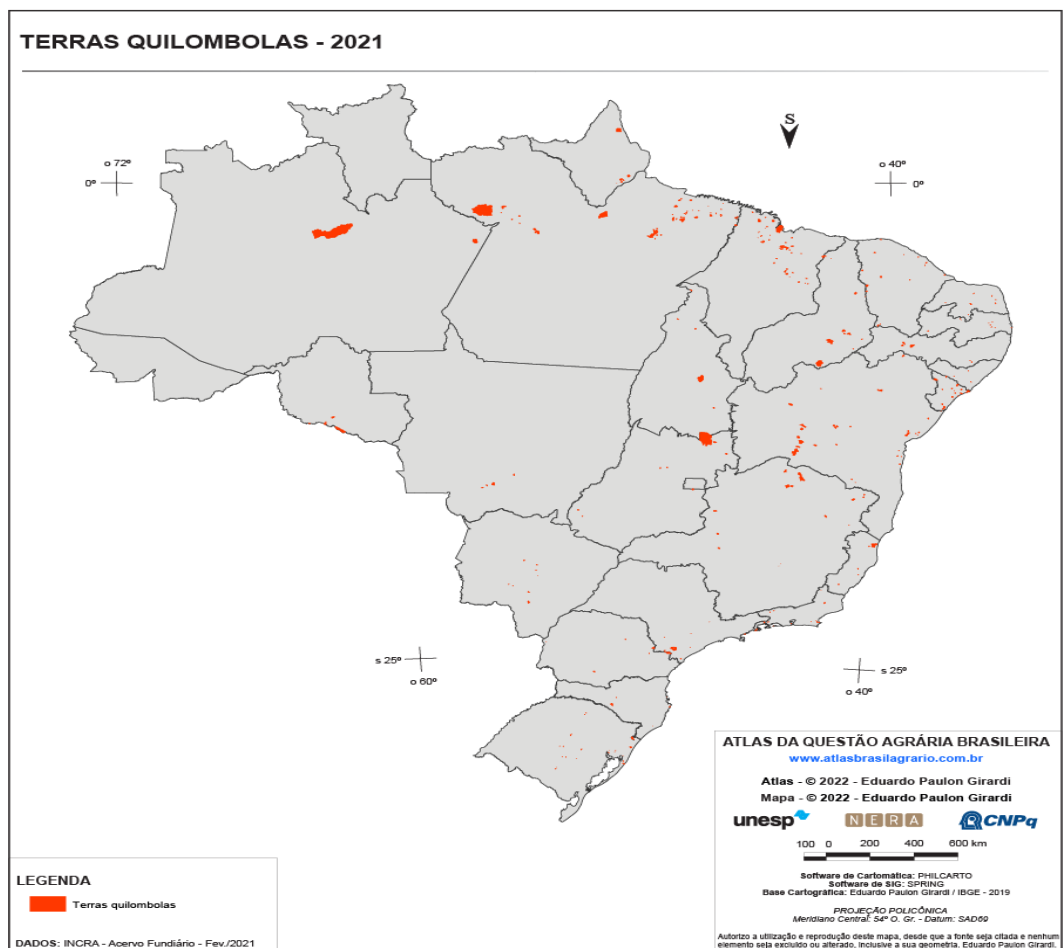
Mas afinal o que são as Terras Quilombolas? Terra quilombola no Brasil refere-se a territórios tradicionalmente ocupados por comunidades remanescentes de quilombos, grupos formados por descendentes de africanos escravizados que resistiram ao sistema opressor por

meio da fuga, rebeliões e formação de núcleos autônomos (Brasil, 2003). Reconhecidas pela Constituição Federal de 1988 (Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), essas terras são destinadas à posse coletiva e à preservação da identidade cultural quilombola, garantindo direitos territoriais como forma de reparação histórica (Almeida, 2019). A demarcação dessas áreas, no entanto, ainda enfrenta desafios devido a conflitos fundiários e à lentidão nos processos de titulação (Incrá, 2021).

Hoje, no Brasil, a população de quilombolas é de 1,3 milhão, são 494 territórios quilombolas oficialmente delimitados, presentes em 24 estados e no Distrito Federal (Figura 2).

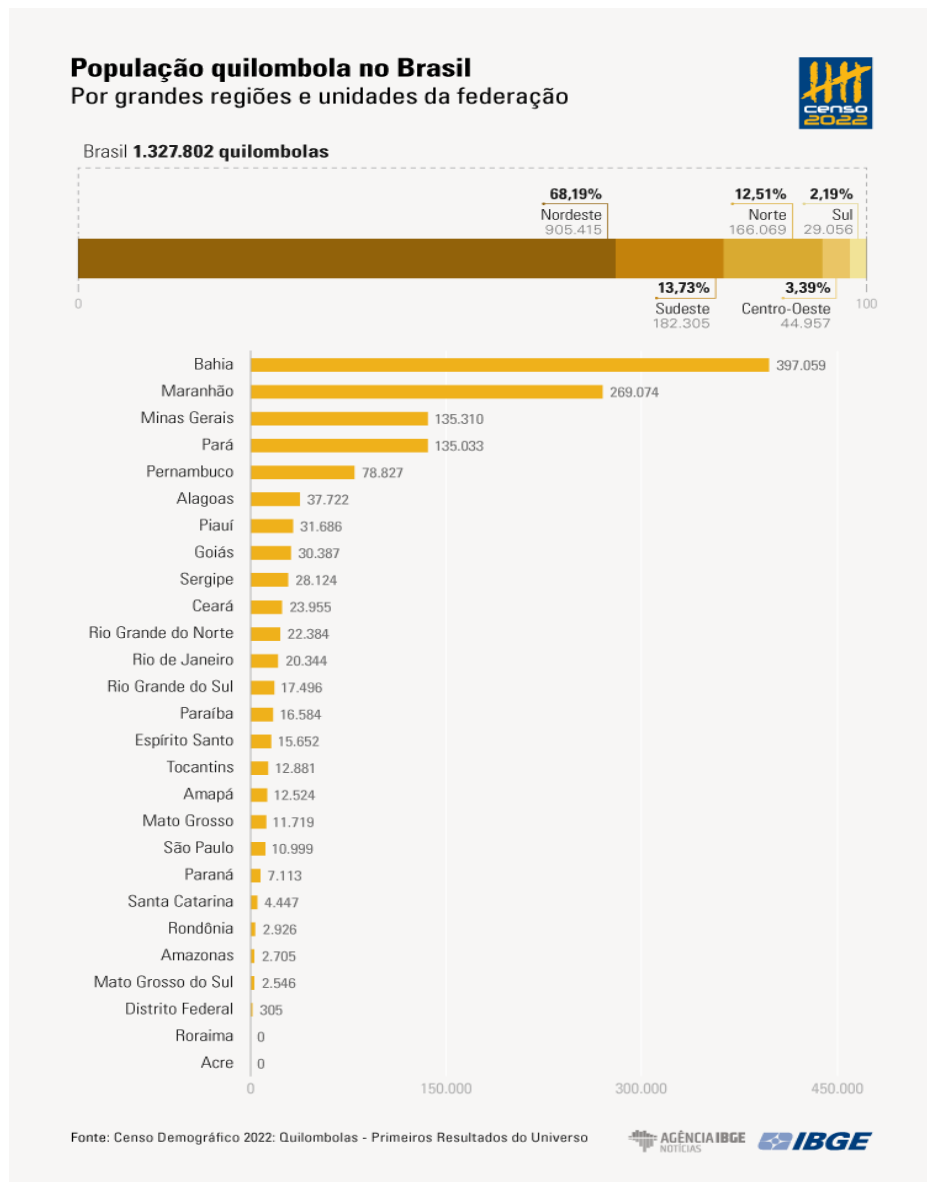
A ausência de população quilombola no Acre e em Roraima (IBGE, 2023) resulta do próprio método censitário, já que o IBGE não aplicou a pergunta nesses estados por não haver registros prévios de autodeclaração. Segue abaixo o gráfico de distribuição da população quilombola por região brasileira:

**Figura 4 - Mapa Terras Quilombolas no Brasil (2021).**



Fonte: Atlas Brasil Agrário (2022)

**Figura 5 - Gráfico da população quilombola no Brasil (regiões e UF).**



Fonte: IBGE (2022).

De acordo com Fonseca (2022), as lutas desenvolvidas no passado escravista brasileiro, principalmente a luta travada nos territórios quilombolas, transcenderam o projeto abolicionista, constituindo-se, desde sua origem, em uma batalha pelo direito à terra como fundamento material para a construção de autonomia, soberania alimentar e reprodução física e cultural da comunidade. Essa resistência histórica, que garantiu a produção de comida saudável longe dos circuitos do latifúndio escravista, confrontava diretamente a ordem vigente. No entanto, é crucial reconhecer que a sociedade brasileira se mantém enraizada em uma estrutura social profundamente excludente, que perpetua dinâmicas análogas à escravidão. Tais dinâmicas são atualizadas e reificadas por meio de um racismo sistêmico

intrinsecamente articulado às relações de classe exploratórias, à brutal desigualdade na distribuição de renda e à concentração histórica do poder político nas mãos de uma elite branca. Essas relações foram historicamente consolidadas com a expansão territorial e o conseqüente genocídio de diversas etnias indígenas, originárias do Brasil, perpetrado pelos colonizadores portugueses e demais povos europeus.

A abolição em 1888 da escravidão em território brasileiro manteve a população negra marginalizada e excluída pelos latifundiários que buscavam “mão de obra pelo trabalho livre rejeitando a existência do negro na condição de homem livre” (Amorim; Tárrega, 2019).

A luta pela terra é uma questão que faz parte da realidade dos negros e quilombolas do Brasil, pois, apesar do fim da escravidão, a única coisa que eles passariam a ter era condição de não serem mais submetidos a exploração do sistema escravista, mas todos os seus direitos, dentre eles, o direito de acesso a terra, foram drasticamente negados pela Lei de Terras de 1850. Tal Legislação foi criada num momento em que a estrutura fundiária estava voltada para o grande latifúndio e sua preocupação era a relação entre a terra e o mercado, pois para regularização da terra, foi estabelecido que somente através da compra é que se poderia adquiri-la, o que eliminou as possibilidades de os negros, posteriormente livres, tivessem acesso à terra (Amorim; Tárrega, 2019, p. 19).

A resistência negra contra o sistema começou a adquirir mais força com a criação os quilombos no final do século XVI, compostos pelos descendentes de negros escravizados ao longo da história da formação do Brasil, que buscavam refúgios em busca de liberdade. Temos neste contexto os primeiros “Sem Terra” da história, isto é, sujeitos negros invisibilizados no processo de luta pela terra (Treccani 2006 *apud* Amorim; Tárrega, 2019, p. 19).

Convém ressaltar que, antes da Constituição Federal de 1988, houve a criação do Estatuto da Terra Lei nº4.504/64 com objetivo de regularização de reforma agrária, tentando corrigir uma injusta estrutura agrária consolidada ao longo dos séculos predominando o latifúndio, este estatuto foi criado por pressões sociais e principalmente pela atuação e fortalecimento das Ligas Camponesas. Entretanto, nada se falou sobre quilombolas, permanecendo o vácuo jurídico (Amorim; Tárrega, 2019, p. 20).

Considerando estes aspectos, o MST, no que diz respeito aos povos de origem africana, é secular, e a luta dos negros pela terra dentro do movimento, apesar de séculos de resistência, ainda continua a ajustar sua identidade e objetiva ocupar estes espaços de liderança e de decisão, agora, dentro do movimento do MST contemporâneo, resgatando, aqui, o conceito de racismo sistêmico que irá se manifestar na ideologia, política, no direito e na economia (Almeida, 2019).

A cor majoritária da classe trabalhadora brasileira é negra e as desigualdades sociais e territoriais no campo estão intrinsecamente ligadas às desigualdades raciais. Na nossa experiência de militância do MST, percebemos que a maioria das pessoas que compõe os assentamentos e acampamentos é afro-brasileira e conseqüentemente vítima do racismo, ora camuflado, ora revelado e combinado com o preconceito de classe (Souza, 2017, n.p.).

Essa afirmação encontra base visual direta na Figura 5, na qual a grande maioria dos participantes é negra, refletindo o recorte racial da população camponesa pobre no Brasil. Já a Figura 05 mostra um grupo mais racialmente misto (com maioria branca), revelando uma dissociação entre a base real do movimento e sua representação pública/política em alguns espaços de visibilidade.

**Figura 6 - Lideranças do MST e o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.**



Fonte: Gazeta do Povo (2025)

A Figura 5 evidencia a predominância de indivíduos brancos nas posições de liderança do movimento<sup>18</sup>. Em contraponto, a Figura 5 revela a composição majoritariamente negra da base participante na plateia, ilustrando uma disparidade racial significativa na estrutura de representação do grupo.

<sup>18</sup> Ressaltamos aqui que a identificação racial é uma construção social complexa que envolve autodeclaração, identidade, pertencimento histórico-cultural e contexto. Aqui, o critério é puramente fenotípico e visual, não sendo definitivo nem absoluto. Este dado é utilizado apenas como ferramenta auxiliar na análise crítica da imagem, com viés científico e não classificatório.

**Figura 7 - Assembleia do MST.**



Fonte: MST (2025)

**Figura 8 - A Consciência Negra e a luta pela terra no país do agronegócio.**



Fonte: MST (2025)

Na Figura 6, observa-se a ausência de participantes brancos, o que simboliza um aspecto crucial da dinâmica em questão: a convergência entre branquitude e negritude manifesta-se de maneira mais tangível nas frentes de conflito agrário, de maneira que uma ameaça comum — como a grilagem de terras, o avanço do agronegócio ou a violência de grandes proprietários — força uma união pragmática. Contudo, é precisamente nos espaços de cultura, memória e poder decisório interno que essa aliança se mostra frágil ou incipiente. Nestes âmbitos, onde se definem narrativas, identidades e hierarquias, o racismo estrutural e os privilégios da branquitude seguem como desafios urgentes, demandando um enfrentamento mais corajoso e introspectivo por parte de todos os envolvidos.

“Pensar no campo Brasileiro é pensar nas desigualdades que estruturam a sociedade, como o racismo e o patriarcado, que são peças fundamentais do latifúndio. A luta pela terra é uma luta antirracista, para começar esse diálogo é imperativa a pergunta: há alguma dúvida de que o MST é um movimento negro? Assim como a população brasileira? (MST, 2025).

Há um consenso no Movimento de que, quando se faz a luta pela terra, os sujeitos negros e negras juntos fazem a marcação racial<sup>19</sup> na formação de seus acampamentos e assentamentos, porém o que lhes falta é um setor organizado, estruturado de forma a visualizar sua identidade na mística do MST e pautar as relações de classe e raça em suas estratégias de luta.

De acordo com Girardi (2022), o racismo é um elemento estrutural da sociedade brasileira e é indissociável da questão agrária, que é igualmente um problema estrutural. Sendo analisado sobre duas vertentes: a segregação atual dos negros no Brasil no campo e na cidade se dá pelo nosso histórico escravocrata e na transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil; e na vertente do acesso injusto à terra que não contemplou os negros livres, estes que foram subjugados ao racismo sistêmico brasileiro, o que até hoje os coloca em situação de inferioridade socioeconômica em relação aos brancos no campo e na cidade, também são os que ocupam os campos de trabalho mais precários.

Permissão legal para a escravização de pessoas humanas acabou, mas a exclusão fruto do racismo ainda impacta a inserção da população negra no mercado de trabalho. O país amarga uma taxa de desemprego mais alta para a população negra, principalmente, para as mulheres negras. A exclusão do mercado de trabalho leva esses trabalhadores a exercerem atividades precarizadas e até em condições análogas à escravidão. Levantamento de dados do seguro-desemprego para pessoas resgatadas em condições análogas à escravidão, de 2002 a 2024, mostram que 66% dos trabalhadores que recebiam o benefício são negros (Brasil, 2024, n.p.).

<sup>19</sup> A marcação racial refere-se ao modo como a presença, a identidade e a história da população negra se manifestam e são politicamente afirmadas nos espaços conquistados por meio da luta — como os acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

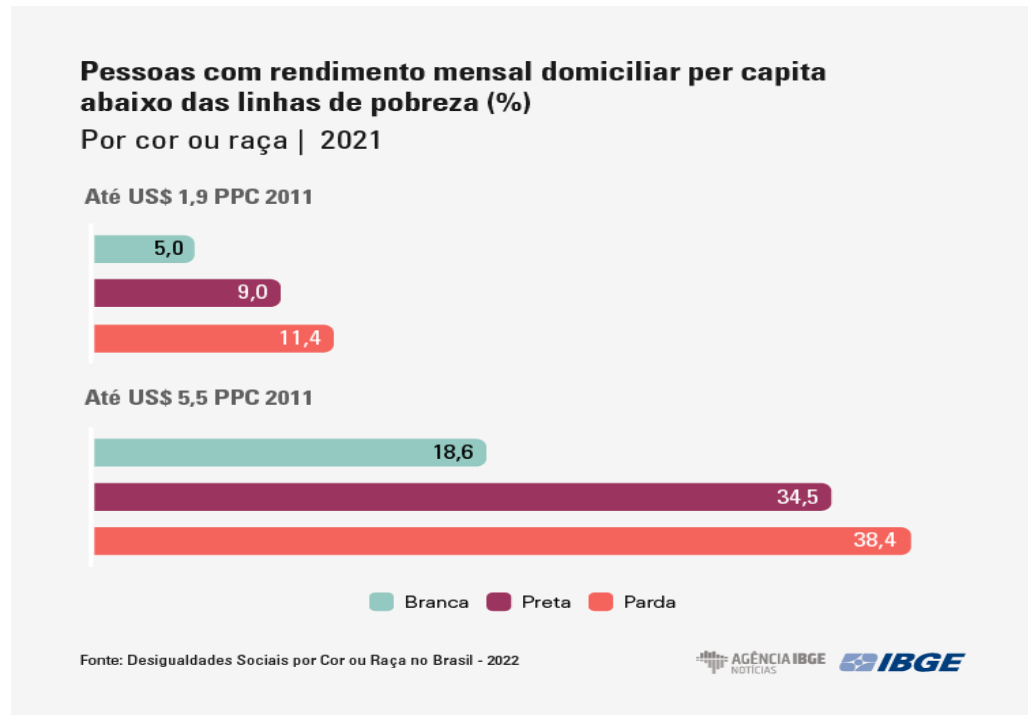
Segundo dados do 2º trimestre de 2024 da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego, havia 7,5 milhões de desocupados e a taxa de desemprego média era de 6,9%. Para os homens não negros, era de 4,6% e 10,1% para as mulheres negras, sendo as mulheres negras mais prejudicadas apresentando o dobro dessa taxa de desocupação.

O IBGE (2022) nos revela que, em 2021, considerando-se a linha de pobreza monetária proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6% entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e entre os pardos (38,4%). Enfim, mediante esses números, podemos afirmar que a pobreza tem cor e é preta.

Dentre outros exemplos de desigualdades, podemos citar que pretos e pardos enfrentam maior insegurança de posse da moradia: 20,8% das pessoas pardas e 19,7% das pessoas pretas residentes em domicílios próprios não tinham documentação da propriedade, enquanto a proporção entre as pessoas brancas era praticamente a metade (10,1%).

Convém ressaltar, diante desta realidade de desigualdades entre os povos pretos no Brasil, o dado do Censo Agro 2017 que, entre os proprietários de grandes estabelecimentos agropecuários (com mais de 10 mil hectares), 79,1% eram brancos, enquanto apenas 17,4% eram pardos e 1,6% eram pretos; em consideração ao Censo Demográfico de 2010, são 61% da população somadas entre pretos e pardos que vivem e produzem no meio rural, levando em consideração, neste caso, apenas a população do campo.

**Figura 9 - Rendimento mensal domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza por Cor/Raça**



Fonte: IBGE (2022)

Girardi(2022) propõe uma reflexão sobre a postura adotada em trabalhos sobre as relações étnico-raciais que é essa coloração dos afrodescendentes o que resultaria numa subnotificação como afirma Fonseca (2009, p. 84), isto é, a afirmação do autor critica uma abordagem comum em estudos sobre relações étnico-raciais: a tendência de "colorir" ou classificar afrodescendentes de forma superficial ou reducionista, muitas vezes baseada em aparências ou categorias genéricas (como "negro" ou "pardo") sem considerar a autodeclaração, a diversidade de experiências ou a complexidade identitária. Isso levaria à subnotificação, o que pode também reforçar visões essencialistas, tratando "afrodescendentes" como um grupo homogêneo, ignorando interseccionalidades (classe, gênero, região). Ou seja, subtrai o sentimento etnorracial desses homens e mulheres, diminuindo seu potencial político na esfera social como citado acima. 5.2 As Ligas Camponesas e a luta pela Reforma Agrária na década de 1960: antecedentes históricos da formação do MST nos anos 1980.

A coletânea organizada por João Pedro Stédile<sup>20</sup> (2006) estrutura-se a partir da economia política e da história como eixos metodológicos para a interpretação da questão

<sup>20</sup> João Pedro Stédile, o nome e o rosto mais conhecidos da luta e defesa da reforma agrária no Brasil, segue à risca a cartilha do movimento que ajudou a fundar, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Envolvido em

agrária brasileira. Tal perspectiva fundamenta-se na compreensão de que a estrutura fundiária e os conflitos no campo são resultados de um processo histórico de longa duração, vinculado ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no país. A análise proposta insere-se, portanto, no campo da crítica à formação socioeconômica brasileira e à permanência das relações de dominação no meio rural.

A década de 1950 marcou o surgimento das Ligas Camponesas, consideradas o primeiro movimento de massa organizado do campesinato brasileiro. Com forte presença no Nordeste, especialmente em Pernambuco e na Paraíba, as Ligas emergiram como expressão política das contradições sociais no campo, defendendo o direito à terra e a superação das estruturas de exploração rural (Stédile, 2006, n.p.).

A principal bandeira das Ligas, sintetizada na consigna “Reforma Agrária na lei ou na marra”, representava a radicalização das reivindicações camponesas frente à inércia do Estado e à resistência das elites agrárias. Essa palavra de ordem traduzia, simbolicamente, a tensão entre a via institucional e a via da luta direta pela transformação das relações de propriedade.

O “na marra” hoje significa que o povo precisa se organizar, e lutar, e ocupar os latifúndios<sup>21</sup>, que são uma afronta à democracia da sociedade brasileira, onde apenas alguns têm o direito à propriedade. Acho que os fundamentos que deram origem a essa palavra estão atualíssimos. Nada Mudou, o que mudou foi para aumentar a concentração de propriedade de terra. (Stédile, 2006, p.185).

No período posterior ao golpe militar de 1964, quando os movimentos camponeses foram duramente reprimidos e as possibilidades de mobilização política no campo se reduziram, emergiu um novo ator social relevante: setores progressistas da Igreja Católica, vinculados principalmente à Teologia da Libertação e às Pastorais Rurais. A partir de uma leitura crítica das desigualdades sociais e da estrutura agrária concentradora, esses setores passaram a reinterpretar a questão da terra não apenas como um problema econômico, mas como uma expressão concreta de injustiça social e moral.

---

vários projetos de modernização das atividades, viajou recentemente para a China, um dos principais parceiros do governo Lula, “para estreitar os laços que já vêm de muito tempo”. “Nós temos uma brigada de militantes que moram em Pequim e em Xangai para fazer essa interação com a agricultura chinesa”, conta o ativista com seu entusiasmo característico.

O movimento se renovou, novos nomes e lideranças surgiram, mas Stedile atrai público e interesse. Sua visita ao podcast “Flow”, um dos líderes de audiência no país, gerou mais de 5,7 milhões de visualizações. Consciente da importância da comunicação digital, explica que não tem “uma política pessoal, a política é do MST, mas me somo às teses de que a esquerda precisa difundir suas ideias” (Reforma Agrária Popular, 2025).

<sup>21</sup>O MST é contra os latifúndios porque eles representam a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, a improdutividade e a desigualdade social no campo que remontam ao período colonial do Brasil (MST, 2025).

Um marco desse reposicionamento é o documento *A Igreja e os Problemas da Terra* (CNBB, 1980), no qual a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil denuncia as injustiças estruturais do campo e reconhece a Reforma Agrária como imperativo ético e cristão. Ao adotar essa postura, a Igreja desloca parcialmente o debate agrário de um campo exclusivamente econômico e político — centrado nas relações de produção e na estrutura fundiária — para uma dimensão ético-social, que articula valores como dignidade humana, solidariedade e justiça distributiva (Stédile, 2006, p.10).

Essa inflexão teórica e política teve efeitos significativos. Por um lado, ampliou o horizonte de legitimidade das lutas camponesas, oferecendo respaldo moral e institucional aos trabalhadores rurais em um contexto de autoritarismo. Por outro, introduziu novos elementos interpretativos no debate acadêmico e político sobre a reforma agrária, ao evidenciar que a questão da terra envolve também relações simbólicas, culturais e religiosas, e não apenas a dinâmica de acumulação e propriedade.

Desse modo, a atuação dos setores progressistas da Igreja contribuiu para reconfigurar o campo de disputas discursivas em torno da questão agrária, ao integrar a análise econômica típica das abordagens da economia política com uma crítica ética e humanista das estruturas de dominação rural. Essa síntese entre fé e compromisso social proporcionou a base ideológica para o surgimento de novas formas de organização camponesa, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que incorporaram a dimensão ética e solidária à luta pela terra.

Conforme destaca Stédile (2006), o surgimento e a atuação das Ligas devem ser compreendidos dentro de um processo histórico mais amplo, um fio condutor das lutas sociais brasileiras, cujas raízes remontam ao período colonial, à formação do latifúndio e à resistência persistente dos trabalhadores rurais frente à concentração fundiária.

O contexto político em que as Ligas se desenvolveram foi marcado por forte instabilidade institucional. Em 1961, a renúncia do presidente Jânio Quadros desencadeou uma crise nacional que resultou na posse de João Goulart (Jango), então vice-presidente, sob intensos embates entre setores conservadores<sup>22</sup> e progressistas<sup>23</sup>. O novo governo passou a

<sup>22</sup> O conservadorismo seria “uma filosofia política que aspira a preservação do que pensa ser o melhor na sociedade e que se opõe a mudanças radicais”, arrisca o *Dicionário Conciso de Política de Oxford*.

<sup>23</sup> O termo progressista é usado tanto para se referir a pessoas que têm ideias de esquerda, quanto para classificar militantes que defendem bandeiras ligadas aos movimentos feminista, LGBTQ+, raciais, ambientalista ou pró-descriminalização das drogas, a liberdade da mulher sobre o seu corpo, ou seja, defende os movimentos civis como forma de pressão por um “projeto democrático mais forte, plural, inclusivo e variado”. Ressalto que esta definição não é consensual entre os acadêmicos e especialistas neste tema. (BBC NEWS BRASIL, 2025).

defender as chamadas reformas de base, entre as quais se destacava a Reforma Agrária, vista como uma resposta à crise estrutural do país e à necessidade de modernização econômica e inclusão social. Até então, não existia uma legislação específica que regulasse a redistribuição de terras no Brasil, e a proposta de Goulart buscava justamente preencher essa lacuna.

Contudo, Stédile (2006) enfatiza que o avanço dessas reformas encontrou forte oposição das elites agrárias e empresariais, que temiam qualquer transformação na estrutura fundiária. Diante desse cenário, os camponeses, organizados nas Ligas, afirmavam sua disposição de lutar por seus direitos mesmo à revelia da lei, sintetizando esse sentimento na palavra de ordem: “Reforma agrária na lei ou na marra”. Essa postura expressava não apenas a radicalização política do movimento, mas também a percepção de que a via institucional era insuficiente para garantir as mudanças sociais necessárias.

Durante sua existência, entre 1954 e 1964, as Ligas Camponesas demonstraram uma extraordinária capacidade de mobilização de massas, mesmo tendo durado apenas uma década como estrutura organizada. Suas ações incluíam desde ocupações de engenhos e fazendas até manifestações públicas de grande envergadura. Um dos episódios mais emblemáticos ocorreu em Recife, quando mais de 50 mil camponeses de diversas regiões do estado de Pernambuco reuniram-se em um ato coletivo, um evento sem precedentes na história política regional, que simbolizou o auge da força social das Ligas.

Além da mobilização popular, as Ligas também se caracterizaram por uma articulação política complexa, recebendo influências de diferentes correntes de esquerda e organizações ideológicas. Entre os principais grupos que exerceram influência, destacam-se: o Partido Socialista Brasileiro (PSB), representado pela liderança de Francisco Julião, figura central do movimento camponês; setores dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), organizados por Clodomir Santos de Moraes, que propunham uma linha mais radical; e ainda a esquerda cristã, expressa em iniciativas como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Ação Popular (AP), além de outros agrupamentos de menor alcance. Essa confluência de perspectivas refletia o caráter plural e heterogêneo das Ligas, nas quais se entrelaçavam projetos socialistas, nacionalistas e cristãos de transformação social.

No plano intelectual e político mais amplo, a conjuntura dos anos 1960 foi marcada pela intensificação do debate sobre a Reforma Agrária. Essa discussão ganhou destaque tanto nas universidades quanto nas esferas governamentais e nos movimentos sociais. As reflexões se apoiavam na tese de que a redistribuição de terras poderia estimular o desenvolvimento das forças produtivas, dinamizar o mercado interno, impulsionar a indústria nacional e reduzir a pobreza estrutural do campo brasileiro. Em outras palavras, a reforma agrária era concebida

não apenas como uma política de justiça social, mas também como condição essencial para o avanço do capitalismo nacional e a democratização das relações econômicas no meio rural.

Assim, segundo Stédile (2006), as Ligas Camponesas expressaram o amadurecimento histórico das lutas sociais no campo, articulando reivindicações imediatas como acesso à terra e melhores condições de vida com projetos políticos de transformação estrutural da sociedade brasileira. Mesmo com sua extinção após o golpe militar de 1964, o legado político e organizativo das Ligas foi fundamental para a reorganização dos movimentos rurais nas décadas seguintes, culminando na formação do MST na década de 1980.

Segundo Stédile (2006), o MST considera-se um descendente das Ligas Camponesas,

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) ainda não existia em 1976-1978, mas nesse período houve em Cuernavaca, no México, uma série de encontros entre duas pessoas cujas conversas, mais tarde, influenciariam o movimento. O ganhador da bolsa de estudos naquele país, João Pedro Stédile - hoje coordenador nacional do MST – encontrou-se com o pernambucano Francisco Julião<sup>24</sup>(Stédile, 2006, p.183).

Conforme o site “Memórias da Ditadura”, com o Golpe de 64, instaurou-se uma repressão sistemática no campo, articulada entre as Forças Armadas e os grandes proprietários rurais com o objetivo de desmobilizar as organizações camponesas. A violência foi ampla: prisões, torturas e assassinatos tornaram-se práticas recorrentes contra trabalhadores e lideranças rurais. Em Recife, o dirigente comunista e líder das Ligas, Gregório Bezerra, foi arrastado publicamente pelas ruas com cordas amarradas ao pescoço, em um ato de humilhação transmitido por emissora local, simbolizando a brutalidade do regime e a tentativa de desarticular qualquer resistência.

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1962 e 1989, mais de 1.500 trabalhadores rurais foram assassinados, em sua maioria por ordem de latifundiários. Esses crimes, embora executados sob a retórica da “segurança nacional”, integraram uma política de Estado voltada ao controle e à eliminação das formas de organização popular. Em meio a esse contexto, o governo Castello Branco promulgou, em 1964, o Estatuto da Terra, que, apesar de reconhecer alguns direitos trabalhistas, manteve intacta a estrutura fundiária e

---

<sup>24</sup> O MST se considera/posiciona, um seguidor das Ligas Camponesas e, nesse sentido, da experiência e vida também de Julião e tantos outros líderes das ligas como João Pedro Teixeira, José Porfírio, Clodomir, Elizabeth Teixeira, o padre Alípio de Freitas e outros menos conhecidos (Stédile, 2006, p.185 – grifo próprio).

reforçou a lógica produtivista. Programas como o Proterra e o Funrural, criados nos anos na década de 1970, tiveram caráter paliativo e não alteraram a concentração de terras nem as condições de exploração no campo.

Nos primeiros encontros e reuniões que realizamos naquele período de 1979 a 1984, quando o MST nasceu como movimento, encontros estimulados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), havia uma referência básica: sempre procurávamos refletir a partir das experiências das organizações que haviam existido antes. (Stédile, 2006, p. 184).

Mesmo diante da repressão, a resistência camponesa persistiu em várias regiões. Na Zona da Mata nordestina, por exemplo, dez mil canavieiros paralisaram suas atividades em 1968, no município do Cabo, Pernambuco. Essas mobilizações, embora pontuais, demonstraram a continuidade da consciência política e o enraizamento das lutas sociais, mesmo sob forte coerção estatal. Contudo, o avanço do autoritarismo e a eliminação de lideranças enfraquecem progressivamente as Ligas Camponesas, que acabaram extintas nos anos seguintes, deixando como legado histórico a base organizativa e simbólica para os movimentos agrários que emergiram nas décadas posteriores, como o MST (Memórias da Ditadura, 2025).

Em síntese, as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) representam duas etapas fundamentais da luta pela terra no Brasil, marcadas por contextos políticos e concepções distintas de justiça social. As Ligas, criadas na década de 1950, tinham caráter assistencial e buscavam garantir direitos básicos aos trabalhadores rurais, como assistência jurídica, médica e educacional, além de afirmar o princípio da não discriminação. Entretanto, sua estrutura política manteve um sujeito coletivo homogêneo: o camponês, ignorando as interseccionalidades de gênero, raça e sexualidade. Essa homogeneização produziu a invisibilidade de sujeitos que, mesmo participando das mobilizações, não ocupavam espaços de decisão sem travar lutas internas e enfrentamentos por reconhecimento.

O MST, surgido nos anos 1980, ampliou o sentido da luta agrária ao articular a redistribuição da terra com a construção de uma sociedade justa e igualitária. Seus princípios enfatizam o combate a todas as formas de discriminação e a valorização da diversidade de sujeitos, incluindo mulheres, negros, jovens, idosos e LGBTQIAPN+. Essa ampliação não ocorreu de modo espontâneo, resultou da organização política de setores internos, como o Setor de Gênero e o Coletivo LGBT Sem-Terra, que conquistaram espaço e visibilidade após longos processos de disputa e resistência. Diferentemente, o recorte racial, embora reconhecido, ainda se estrutura como coletivo, e não como setor formalizado, revelando que

as relações raciais continuam a enfrentar barreiras de reconhecimento dentro da luta pela terra.

Esses sujeitos historicamente invisibilizados conquistaram espaço por meio de intensas lutas simbólicas e políticas dentro do próprio movimento. As pautas de gênero, raça e sexualidade transformaram a luta agrária em um campo de disputa de sentidos, questionando o modelo patriarcal, branco e heteronormativo herdado das antigas organizações camponesas. A emergência dos coletivos de diversidade no MST revela que o reconhecimento dessas identidades não fragmenta a luta, mas a fortalece ao torná-la mais representativa da realidade social brasileira, marcada por desigualdades estruturais e históricas.

Assim, o MST consolida-se como uma atualização crítica e ampliada das Ligas Camponesas, superando o enfoque assistencial e incorporando uma perspectiva interseccional de justiça social. A terra deixa de ser apenas meio de produção e passa a simbolizar dignidade, pertencimento e igualdade de direitos. No caso das comunidades quilombolas, esse significado adquire uma dimensão identitária e ancestral, em que o território é compreendido como espaço de memória, resistência e continuidade cultural. A incorporação dessas pautas identitárias, especialmente das populações negras, quilombolas e LGBTQIAPN+, redefine o horizonte político da reforma agrária, que passa a incluir não só a redistribuição material da terra, mas também o reconhecimento simbólico e a participação efetiva de todos os sujeitos historicamente marginalizados.

Esta seção é finalizada com uma síntese da inquirição da atual conjuntura do país, da América Latina e do MST feita pelo líder histórico, João Pedro Stédile, que evidencia a necessidade de uma compreensão crítica e estratégica da realidade internacional e nacional para orientar a atuação do MST, destacando a decadência econômica e política dos Estados Unidos, a ascensão da China e da Eurásia e a intensificação da intervenção norte-americana na América Latina como fatores de impacto direto sobre o Brasil. No plano interno, observa-se que, apesar da aparente estabilidade macroeconômica e do crescimento econômico sob o governo Lula (2003 - 2011), persistem desigualdades estruturais significativas, manifestas na informalidade laboral que acomete milhões de trabalhadores e no desânimo generalizado da juventude em relação à educação formal, evidenciando uma crise de confiança no valor do diploma como instrumento de mobilidade social. Stédile sublinha que a reforma agrária encontra-se paralisada, sem desapropriações relevantes nem criação de novos assentamentos, e com políticas públicas incapazes de atender adequadamente às 450 mil famílias assentadas; programas estruturantes como o Programa de Aquisição de Alimentos (PA), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE) carecem de recursos suficientes, atendendo apenas uma fração marginal de seus beneficiários e demonstrando a insuficiência estrutural do Estado brasileiro em enfrentar os problemas emergenciais da agricultura familiar. Ademais, o líder do MST realiza uma crítica contundente ao modelo do agronegócio, sustentado por subsídios e incentivos fiscais, por sua contribuição à concentração de renda, degradação ambiental e produção de *commodities* voltadas à exportação, ao mesmo tempo em que falha na promoção de alimentos, emprego e desenvolvimento regional; em contraposição, defende a consolidação da agroecologia, o controle estratégico de sementes, a produção de fertilizantes e máquinas locais, bem como a organização de agroindústrias e cooperativas como instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos. Stédile enfatiza, ainda, a relevância do engajamento social urbano, com ações voltadas à periferia, hortas comunitárias, educação de adultos e iniciativas de solidariedade, integrando tais práticas à agenda política do MST. Finalmente, articula a necessidade de reformulação de políticas públicas capazes de enfrentar as desigualdades, promover emprego, moradia digna, educação de qualidade, transporte eficiente e alimentos acessíveis, consolidando uma estratégia de transformação social alinhada à luta contínua da classe trabalhadora e à efetivação da reforma agrária e da justiça ambiental<sup>25</sup>.

#### **6.1.4 Contexto histórico e fundação do MST: Um Movimento pela Terra e Justiça Social**

Quem são os sujeitos que constroem a luta pela terra? Quem são os sujeitos que constroem a luta de classes pela emancipação do povo brasileiro? (Mariano Santos, Alessandro *et al.*, 2021 p. 119).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra foi fundado na região Centro-Sul do Brasil na década de 1970 (MST, 2016). Como resultado da convergência do direito à terra e da reforma agrária, o movimento rapidamente se espalhou por quase todo o Brasil. O MST foi fundado a partir de uma aliança ideológica entre a teologia libertária e autores marxistas, assumindo o perfil de um movimento definido pela luta de classes e uma conotação religiosa específica, tanto em suas direções ideológicas quanto sociais (Fernandes, 1999). De acordo com a Cartilha “Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST”, publicada em

---

<sup>25</sup> O pronunciamento de Stédile foi realizado pelo canal do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no YouTube, em 08 de dezembro de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uOd2OywW5Vg>. Acessado: 13dez.2025.

2016, além de Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil, ressaltou a norma de número 3,

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é aberto a todos trabalhadores, sem distinção de raça, credo religioso, filiação partidária ou outras características culturais e regionais, desde que respeitem os princípios e normas do Movimento. Participam no Movimento, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos, jovens e crianças (MST, 2016, p. 10).

Em se tratando dos objetivos do MST, a presente pesquisa destaca: “Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovem, idoso e crianças”, nesta perspectiva, é possível inferir que, no âmbito do Movimento, a diversidade apresentada nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial é contemplada nos objetivos e normas do MST. Estas questões interferem diretamente nas suas dinâmicas internas e práticas políticas.

A incorporação destas questões representa um desafio contínuo para a construção de uma luta mais plural e interseccional que possa abranger todos os sujeitos que integram o movimento. O primeiro setor analisado foi o setor de gênero, criado no Encontro Nacional do MST em 2000. A criação do Setor de Gênero no MST ocorreu no contexto das lutas por reforma agrária e justiça social, consolidando-se como uma resposta às demandas das mulheres camponesas por maior participação política e equidade dentro do movimento que emergiu em 1984.

O processo ganhou força na década de 1990 e consagrou-se como setor no ano 2000, impulsionado por discussões em encontros nacionais e regionais, de modo que as militantes denunciavam a invisibilidade de suas pautas e colocavam-se como sujeitas sem-terra. Participou ativamente dessas mobilizações de liderança Raimunda Celestina de Mascena, que articulou e coordenou a 1ª Marcha das Margaridas<sup>26</sup> em 2000 e 2003, além de coletivos, os objetivos centrais incluíam a garantia de direitos específicos para as mulheres, como acesso à terra com o título em nome, combate à violência de gênero e a promoção de espaços formativos sobre feminismo e agroecologia e levantaram a bandeira “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Já

[...] a necessidade de envolver o todo da organização neste debate culmina na criação do setor de Gênero no Encontro Nacional do MST em 2000. Este teria a tarefa de estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a

<sup>26</sup> A Marcha das Margaridas é a maior mobilização de mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas do Brasil, realizada a cada quatro anos em Brasília, homenageando a sindicalista assassinada Margarida Maria Alves e lutando por direitos como terra, autonomia, igualdade de gênero, combate à violência e proteção ambiental, unindo milhares de mulheres com seus chapéus de palha e camisetas lilás em busca de uma sociedade mais justa e com políticas públicas. (Marcha das Margaridas, 2025).

construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST Internamente no MST, as mulheres foram lutando para tornar visível sua militância. Desde a origem do movimento reivindicaram a inclusão da figura feminina na bandeira do movimento, símbolo maior da organização, demarcando a participação política da mulher. A identidade das Sem - Terras também se expressa em outros símbolos usados por elas, como o boné do MST que é usado por todos/as, e o lenço de chita com que cobrem os cabelos ou parte do rosto quando os aromas de março conclamam seus esforços (Mafort, 2014, n.p.).

O I Encontro Nacional das Mulheres Sem-Terra ocorreu entre os dias 05 e 09 de março de 2020, tiveram como Temática: “Mulheres em Luta: Semeando a Resistência” com 4 mil mulheres presentes, estabelecendo suas bases para institucionalização de seu setor. O MST incorporou oficialmente o Coletivo Nacional de Gênero em 2000, ampliando sua atuação em parceria com organizações feministas e sindicais. Destaca-se a liderança de Débora Nunes (MST – Alagoas), que posteriormente assumiu cargos na direção nacional, e de Rosana Fernandes, referência na luta pela educação no campo, em 2025, era coordenadora geral da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), instituição mantida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Essas lideranças foram fundamentais para vincular a questão agrária à perspectiva de gênero, influenciando políticas públicas e a estrutura interna do movimento, que hoje integra a pauta feminista como eixo estratégico de sua atuação.

A partir deste marco, foi reconhecida a importância da equidade de gênero e do combate às discriminações sexuais e raciais, o que implica mudanças, promovendo debates e formações que visam à construção de espaços mais inclusivos, que valorizem, visibilizem e deem vozes às diversas identidades presentes no movimento. Isso reflete uma prática progressista que amplia e fortalece a base dentro do movimento do que seria justiça social, atrelada aos objetivos e normas (Mariano; Paz, 2018, p. 24), o que configura um aspecto relevante para que o movimento continue articulado.

O MST é um movimento de luta pela terra que inicia um debate de gênero em seu interior. Mariano e Paz (2018), que integram o setor LGBT sem-terra, afirmam que o MST busca a integração familiar desde sua criação e que as mulheres foram as primeiras a questionar os mecanismos da organização para garantir a participação de todos os membros da família. A organização das mulheres do MST na década de 1990 coincidiu com o crescimento das famílias acampadas no Brasil. Mariano e Paz (2018) são pioneiros em suas pesquisas sobre os movimentos de luta pela terra, chamando a atenção para a inclusão do debate sobre diversidade sexual no MST.

Desde a década de 1980, esta mobilização social no campo, vem ganhando cada vez mais notoriedade em uma produção agroecológica,

Em meados da década de 1990, com a crise e o questionamento da proposta de coletivização levada a cabo até então pelo MST, abriu-se espaço para novas discussões e avaliações, que culminaram na elaboração de outras orientações políticas. Nesse novo contexto o debate sobre a Agroecologia (mesmo ainda não estando bem claro o que este termo significava) começou a ganhar relevância nos espaços internos do Movimento (Barcellos, 2010, p. 655; Borges, 2010, p. 655).

Segundo o documento elaborado durante o VII Congresso Nacional do MST, realizado em 2024, em Brasília, a estruturação da produção agrícola deve ter como foco principal a oferta de alimentos saudáveis para toda população brasileira, seguindo os princípios da agroecologia e da diversificação produtiva, com o objetivo de assegurar soberania alimentar, rejeitando o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. A transformação da matriz produtiva já vinha sendo discutida desde as primeiras propostas de Reforma Agrária no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, impulsionadas por figuras como o Senador Luiz Carlos Prestes<sup>27</sup> e o Deputado Federal Leonel Brizola<sup>28</sup>, que apresentaram diversas iniciativas legislativas em resposta a demandas principalmente das Ligas Camponesas (MST, 2016).

Enfim, substituindo uma matriz predatória de produção por uma matriz com sustentabilidade à natureza e ao ser humano, um modelo aos assentados que considera as dimensões ambientais. Neste contexto de organização da produção dos alimentos, o MST tem promovido o surgimento de agroindústrias na forma de cooperativas e sob controle dos/as camponeses (as) nos assentamentos em todas as regiões, com foco na inserção da juventude, das mulheres e LGBTQIAPN+, nota-se que o recorte racial não é explicitamente destacado ou incorporado como pauta política nessa proposta.

Embora a produção agroecológica seja de suma importância à sociedade brasileira, muitas vezes, ela reproduz as desigualdades entre sujeitos pautadas em uma hierarquia por gênero, que promove expectativas e papéis específicos para homens e mulheres, limitando suas possibilidades de expressão e autonomia, sobretudo para as mulheres (Scott, 1995). A manutenção de normas rígidas de gênero e sexualidade atinge e vulnerabiliza outra minoria que é a comunidade LGBTQIAPN+, pois o patriarcado estabelece a heterossexualidade e o

---

<sup>27</sup> Luís Carlos Prestes foi um militar, político e líder revolucionário brasileiro, considerado uma das figuras mais influentes do século XX. Ele ganhou destaque nacional ao liderar a Coluna Prestes na década de 1920 e, posteriormente, tornou-se o principal líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por mais de 50 anos. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2e1dvwxpzo> - Acessado em 10/12/2025.

<sup>28</sup> Leonel Brizola foi um dos principais líderes do trabalhismo brasileiro, herdeiro político de Vargas e Jango, defendendo um projeto nacional-desenvolvimentista. Atuou com forte viés popular e reformista, apoiando reformas de base, reforma agrária e distribuição de renda. Enfrentou o golpe de 1964 e viveu exílio por sua postura nacionalista e combativa contra o conservadorismo militar. No período democrático, manteve posições firmes contra o capital estrangeiro e alinou-se à esquerda, apoiando movimentos como as Diretas Já e alianças com Lula. Sua trajetória é marcada por coerência ideológica trabalhista, defesa da soberania nacional e crítica constante às elites econômicas (Memórias da Ditadura, 2025).

binarismo<sup>29</sup> como norma, "exclui, discrimina e subordina identidades e orientações que não se alinham ao modelo hegemônico: a heteronormatividade" (Butler, 2016).

Soma-se a esta conjuntura, o racismo estrutural, herdado de nosso sistema escravocrata colonial, que perdurou por aproximadamente 388 anos, e que, após 1888, perpetua desigualdades históricas, como o não acesso à terra, e discriminações.

É possível inferir que o sistema patriarcal invisibiliza outras identidades que desafiem suas estruturas, marginalizando e violentando corpos dissidentes (Butler, 2016). Desconstruir o patriarcado, o racismo e o capitalismo, em suas múltiplas faces, é um compromisso histórico do MST e da classe trabalhadora. Essa luta exige constante alerta contra as distorções ideológicas que naturalizam a exploração, o preconceito e a violência. Mais do que resistir, é preciso cultivar uma nova mentalidade, guiada pela ética feminista, antirracista e socialista, pilares fundamentais para uma sociedade verdadeiramente justa. Tal luta também se expressa em campanhas realizadas MST envolvendo as referidas minorias políticas.

Nota-se, que a relação do MST com sua população LGBTQIAPN+, é um campo de tensão e transformação que ilustra perfeitamente o processo dialético entre o projeto político vanguardista do movimento e as estruturas sociais arcaicas que ele busca superar. Esta dinâmica não é linear, mas constitui um processo em construção, marcado por avanços significativos e resistências internas.

De um lado, a doutrina oficial e a direção nacional do MST posicionam-se formalmente a favor dos direitos LGBTQIAPN+. O movimento compreende, em teoria, que a luta contra o capitalismo é indissociável da luta contra todas as formas de opressão, incluindo a LGBTfobia. Este entendimento se materializa em ações concretas: a existência do Setor LGBT Sem-Terra, a realização de debates específicos sobre diversidade sexual e identidade de gênero nos cursos de formação, e a inclusão dessa pauta em seus espaços de militância. A presença de militantes assumidamente LGBTQIAPN+ em cargos de direção e a defesa pública de seus direitos em marchas e documentos demonstram um compromisso programático explícito com a superação do preconceito. Neste aspecto, o MST se coloca na vanguarda dos movimentos sociais do campo ao reconhecer que a libertação da terra deve ser para todos, sem exclusão.

---

<sup>29</sup> O binarismo é a estrutura social rígida que impõe a divisão de gênero em "homem" e "mulher", baseada no sexo biológico, e que força as pessoas a se encaixarem em papéis e identidades pré-determinados (masculino/feminino), criando uma "matriz heterossexual" que silencia outras formas de ser e se expressar, sendo fundamentalmente uma construção cultural, e não natural ou fixa, que ela busca desconstruir através da em: (Butler,2016).

No entanto, é ingenuidade ignorar que o ambiente rural e a base social do movimento são permeados por valores tradicionais, conservadores e religiosos que frequentemente nutrem a LGBTfobia, o racismo sistêmico, bem como o machismo estrutural. Como microcosmo da sociedade brasileira, o MST não está imune à reprodução de preconceitos e discriminações. Relatos de dificuldades de aceitação<sup>30</sup>, piadas homofóbicas, e a necessidade constante de educação interna mostram que a vivência prática nem sempre acompanhada imediatamente a diretriz política. O caráter verdadeiramente vanguardista do MST consiste em não negar ou esconder essa contradição; pelo contrário, o movimento a coloca como um problema político a ser enfrentado. A criação de um coletivo/setor específico é, em si, o reconhecimento de que a opressão existe e deve ser combatida de forma organizada, transformando o conflito em motor de conscientização e mudança.

Portanto, a posição do MST em relação aos LGBT Sem-Terra é a de um movimento que, consciente de suas contradições, assume a luta interna como parte de suas práxis revolucionárias. Ele não é um espaço de libertação plena já alcançada, o que pode ser observado nos relatos das entrevistas apresentadas neste trabalho, mas um campo de batalha onde se tenta construir, na prática, o mundo inclusivo e sem opressões que se almeja para o futuro. A vanguarda não está na perfeição, mas na coragem de enfrentar suas próprias imperfeições. Nas imagens abaixo podemos certificar esse enfrentamento e a marcação de luta por parte da militância do setor LGBT Sem-Terra (Figuras 8 e 9).

---

<sup>30</sup> Será tratada na seção 8.4 - Categorias de Análise na transcrição por meio de citação literal na subseção - LGBTQIAPN+.

Figura 10 - Imagens de campanha contra LGBTfobia no campo organizada pelo MST.<sup>31</sup>



Fonte: MST (2021)

Figura 11 - Divulgação da Jornada Nacional



Fonte: MST (2015)

<sup>31</sup> As imagens retratam campanhas contra a LGBTfobia no campo e destacam o caso de Lindolfo. O MST denunciou o assassinato de Lindolfo Kosmaski, jovem camponês, professor e militante LGBT de 25 anos, morto em 1º de maio de 2021 em São João do Triunfo (PR) em crime com indícios de homofobia. Ex-aluno da ELAA, localizada no assentamento Contestado, na Lapa (PR), participou de diversas formações do MST, incluindo o Coletivo LGBT Sem-Terra e as Jornadas de Agroecologia. Era mestrando na UFPR e candidato a vereador pelo PT. (MST,2021).

No MST, o combate à violência contra a mulher encontra respaldo na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), conforme figura 10, que é o principal mecanismo jurídico do Estado brasileiro para prevenir, coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

**Figura 12 - Manchete: Combate à Violência.**



Fonte: MST (2024)

De acordo com o site do MST, [mst.org.br](http://mst.org.br), a Lei Maria da Penha:

[...] trouxe alguns avanços importantes no combate à violência contra às mulheres e meninas no Brasil, mas ainda são necessárias políticas públicas e avanços sociais no combate ao feminicídio e a cultura patriarcal, do estupro e do ódio contra as mulheres e LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e demais possibilidades de orientações sexuais ou identidades de gênero). (...) O enfrentamento à violência contra as mulheres, meninas e LGBTQIA+ também é uma pauta essencial e urgente no campo. Nas áreas de Reforma Agrária do MST, as/os trabalhadoras/es Sem-Terra vêm desenvolvendo diversas ações nesse sentido, a partir do Setor de Gênero do MST, que tem atuado na conscientização em torno dos direitos das mulheres, combate às diversas formas de violência de gênero e construção de novas relações humanas, com a adoção de um protocolo de enfrentamento a essas violências na base social do Movimento. Entre esse conjunto de ações se destaca a criação da Rede de Combate à Violência Doméstica no estado de São Paulo, durante o período da pandemia em 2020. (MST, 2024).

Percebe-se que, apesar dos cartazes de campanha e de luta das minorias no MST não há material específico sobre a questão étnico-racial, sujeitos negros são destacados nas campanhas, porém, não há uma mobilização em torno da raça.

### 6.1.5 Formação Política como Centralidade e Estratégia do MST

- **A Necessidade Histórica da Classe Trabalhadora:** A formação política é analisada como uma necessidade histórica da classe trabalhadora camponesa, sendo parte integrante da estratégia do Movimento para a luta inicialmente da Reforma Agrária hoje denominada Reforma Agrária Popular e para a construção de uma nova sociedade mais justa e inclusiva.
- **Consciência e Ideologia:** É destacado o papel da formação na consciência política e ideológica da base social. O objetivo não se resume à conquista de direitos, mas à transformação social, buscando formar “homens e mulheres formados no interior das estruturas sociais, que se constituem como sujeitos históricos capazes de intervir na construção de uma nova sociedade. ”
- **Legado de Organizações Anteriores:** A análise da formação no MST frequentemente remonta e assimila aspectos formativos e ideológicos de organizações que o antecederam, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas.

### 6.1.6 O Papel do INAP e a Metodologia de Formação

- **Articulação Teoria e Prática:** A literatura reconhece a metodologia de formação do MST (e, por extensão, do INAP, que é o seu braço nesse campo) como buscando uma relação direta entre a prática e a teoria (*práxis*). A formação está articulada à própria estratégia do Movimento, constituindo uma cultura auto formativa de luta e resistência.
- **Educação Popular e Pedagogia Histórico-Crítica:** A educação popular é o método-chave, muitas vezes analisado sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. O foco é na formação da consciência de classe por meio da socialização de conhecimentos (filosofia, história, geografia, economia, política) para a atuação com vistas à transformação contra hegemônica.
- **Formação de Quadros e Militantes:** O trabalho de formação, como o realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)<sup>32</sup>, é amplamente estudado como um processo de criação de um método específico para a formação de quadros militantes capazes de liderar e impulsionar o Movimento em seus territórios, destacamos aqui

---

<sup>32</sup> Um espaço construído pela classe trabalhadora, tijolo a tijolo, para possibilitar a formação política de organizações populares de todo o mundo. Foi com esse propósito que a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada em Guararema, no interior de São Paulo, foi fundada há exatamente 20 anos. Inaugurada em 23 de janeiro de 2005, escola do MST trabalha com clássicos marxistas e educadores populares (MST,2020).

que a escola se pauta nas ideologias do sociólogo Florestan Fernandes e o pedagogo Paulo Freire.

**Figura 13 - Escola de formação política está localizada em Guararema (SP)**



Fonte: MST (2020)

### **6.1.7 O Acúmulo Teórico e a "Biblioteca da Questão Agrária"**

- **Produção de Conhecimento Próprio:** A criação de materiais como os Cadernos do INAP e a própria Biblioteca da Questão Agrária são vistas como uma materialização do esforço do MST em reunir, organizar e disponibilizar seu acúmulo teórico e o conhecimento crítico sobre a questão agrária brasileira.
- **Diálogo com Intelectuais:** A produção teórica do MST, incluindo a biblioteca, é resultado do encontro entre intelectuais de pensamento crítico e pessoas das camadas populares, confrontando ideias, saberes e práticas.
- **Disponibilização e Resistência:** A Biblioteca Digital é abordada como uma iniciativa fundamental que busca preencher a "carência e a verdadeira ignorância sobre as questões agrárias" no país, sendo um instrumento de pesquisa, estudo e contraposição à imagem construída pelos setores conservadores sobre a luta pela terra.

Em resumo, a literatura especializada não vê a formação no MST como um processo isolado, mas como um processo de resistência, ideológico e estratégico que usa a educação popular e a articulação entre teoria e prática (impulsionada por instituições como o INAP) para construir uma base social consciente e sujeita de sua própria história.

Os Cadernos do INAP são uma parte fundamental da estratégia de formação e elaboração teórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo produzidos sob a coordenação do Instituto Nacional de Formação Política (INAP). Eles representam um esforço sistemático do Movimento para produzir e socializar conhecimento crítico internamente e para a sociedade em geral.

Aqui está um detalhamento sobre o papel e o conteúdo geral desses cadernos, com base nas informações disponíveis:

- **Instrumento de formação política, pedagógica e técnica:** Os cadernos não são apenas manuais informativos, mas ferramentas orgânicas que articulam a visão política do MST com a prática cotidiana de luta e produção.
- **Articulação teoria e práxis:** Servem para levar o conhecimento teórico (histórico, econômico, político, ideológico) para a base militante e as famílias Sem Terra, de forma a subsidiar a reflexão sobre a realidade e a ação prática na luta pela terra e na construção da vida nos acampamentos e assentamentos.
- **Elaboração teórica própria:** Representam a sistematização das reflexões e o acúmulo de conhecimento do próprio MST, muitas vezes em diálogo com intelectuais, pesquisadores e movimentos parceiros.

Os Cadernos do INAP e outros Cadernos de formação do MST abrangem uma ampla variedade de temas, refletindo a complexidade da luta do Movimento. Alguns exemplos incluem:

Tabela 3 - A complexidade da luta do MST.

Categoria Temática	Exemplos de Tópicos Abordados
Organização do Movimento	Estrutura interna, papéis da militância, quem é quem na luta pela terra.
Questão Agrária e Terra	Histórico da luta pela terra no Brasil, Legislação, Desapropriação e Justiça.
Educação e Pedagogia	Educação do Campo, Pedagogia do MST, Alfabetização de Jovens e Adultos, orientações para escolas em áreas de Reforma Agrária.
Gênero e Setorial	A questão da mulher no MST, construção de novas relações de gênero e formação do Setor de Gênero.

Produção e Meio Ambiente	Agroecologia como bandeira política e prática produtiva, cultivo de plantas medicinais, saúde e alimentação.
Direitos Humanos e Sociais	Previdência social para trabalhadores rurais, direitos humanos na ocupação.
Análise de Conjuntura	Reflexões sobre o momento político brasileiro e global.

Fonte: Elaboração própria (2025).

- **Uso na base social:** Os cadernos são pensados para a circulação e o estudo em reuniões de base, assembleias, seminários, oficinas e atividades de formação nos acampamentos e assentamentos.
- **Construção coletiva:** Muitos desses materiais são construídos de maneira colaborativa, envolvendo a militância de diversos setores (Formação, Gênero, Juventude, Produção), garantindo que os sujeitos se sintam parte fundamental do instrumento de formação.
- **Instrumento de dispersão de ideais:** Eles são reconhecidos como uma das ferramentas mais importantes para a dispersão de informação, demandas e a construção de ideais dentro do Movimento, alinhando a base em torno dos objetivos estratégicos.

Em suma, os Cadernos do INAP são um pilar da "Pedagogia do Exemplo" do MST, transformando a experiência concreta da luta em conteúdo de estudo para aprofundar a consciência de classe e a capacidade de organização do Movimento.

### 6.1.8 A materialização dos cadernos do INAP na educação popular

Os Cadernos do INAP funcionam como a ponte entre a teoria crítica e a prática da luta, seguindo a matriz da Educação Popular:

Tabela 4 - A práxis do Movimento.

Princípio da Educação Popular	Materialização nos Cadernos do INAP
-------------------------------	-------------------------------------

Práxis (Teoria/Prática)	Os Cadernos são estruturados para começar pela realidade concreta (a luta pela terra, a crise política, a produção) para, então, apresentar a análise teórica (conceitos históricos, econômicos) e, por fim, propor a ação prática do Movimento.
2. Consciência Crítica / Totalidade	Os materiais não tratam de temas isolados. Eles utilizam a dialética para analisar os problemas de forma articulada. Um caderno sobre agroecologia, por exemplo, não aborda apenas a técnica de cultivo, mas também a economia política dos agrotóxicos, o latifúndio e a soberania alimentar.
3. Educação pelo e para o Trabalho	Cadernos técnicos (sobre agroecologia, sementes crioulas, produção) são sempre acompanhados de reflexões políticas e pedagógicas que valorizam o trabalho coletivo e a experiência do Sem Terra como fonte de conhecimento.
4. Diálogo e Valorização do Saber Popular	O texto dos Cadernos é concebido numa linguagem acessível, que busca dialogar com o conhecimento empírico dos camponeses. Eles são frequentemente usados como roteiros para debates e estudos em grupo, onde o saber de cada militante complementa o conteúdo escrito.
5. Instrumento de Luta Ideológica	Eles fornecem os argumentos e o embasamento teórico para a militância enfrentar as narrativas conservadoras. Ao ensinar a história da questão agrária, os Cadernos equipam a base para desnaturalizar o latifúndio e defender a Reforma Agrária Popular.

Fonte: Elaboração própria (2025).

### 6.1.9 Articulação Gênero-Classe nos Cadernos de Formação: Teoria e Práxis

A maior contribuição teórica dos Cadernos de Gênero, impulsionados pelo Setor e validados pelo INAP, reside na sua capacidade de operacionalizar a crítica marxista em conjunto com a análise feminista. Eles demonstram que a luta pela terra e a superação do latifúndio (*luta de classe*) são insuficientes se não vierem acompanhadas da superação da subordinação das mulheres (*luta de gênero*). Os Cadernos evitam a visão simplista de que a opressão de gênero é um "problema secundário" que se resolverá automaticamente após a revolução. Ao contrário, introduzem o conceito da dupla jornada e da divisão sexual do trabalho como estruturais ao modo de produção capitalista e latifundiário, ensinando que a exploração no campo (classe) e a opressão na casa e nas relações (gênero) são faces da mesma moeda. Assim, o Caderno se torna um instrumento de práxis<sup>33</sup> revolucionária, transformando

<sup>33</sup> Na ciência, práxis é a união dialética e inseparável entre a teoria e a prática, onde o conhecimento teórico não é apenas aplicado, mas também molda e é transformado pela ação concreta para compreender e modificar a

o estudo teórico em uma diretriz para a ação política: o questionamento do papel da mulher na cozinha do acampamento, por exemplo, é lido como um ato político tão essencial quanto a participação nas brigadas de ocupação.

## **6.2 A Contribuição do Setor de Gênero para a Formação Política Ampla**

O Setor de Gênero, através da sistematização de seus Cadernos e de suas formações, tem se consolidado como um polo irradiador de consciência crítica para todo o MST, e não apenas para as mulheres. Sua principal contribuição para a formação política mais ampla é a introdução do debate da reprodução social e da transformação cultural como eixos centrais da revolução. Ao politizar o espaço privado – o cuidado, o corpo, as relações afetivas e a violência – o Setor obriga os demais setores (Produção, Saúde, Formação Geral) a incorporar a perspectiva de gênero em seus próprios materiais e práticas. Isso garante, por exemplo, que a formação em Agroecologia aborde a justiça de gênero na distribuição das tarefas de manejo, e que as discussões sobre saúde incluam o combate à violência doméstica. Esta é uma forma de garantir que o Projeto Popular não seja apenas um projeto de terra e trabalho, mas um projeto de novas relações humanas, elevando a qualidade ideológica da formação de quadros do Movimento como um todo.

### **Os Cadernos de Gênero como Instrumento de Auto-organização e Potencialização Política**

Os Cadernos de Gênero refletem a estratégia de auto-organização das mulheres Sem Terra, transformando o saber acumulado em força política. Eles não apenas informam, mas certificam a legitimidade das mulheres para a liderança e para o debate teórico. Ao fornecerem conceitos e análises sólidas, os materiais capacitam as militantes a intervirem de forma qualificada em todas as instâncias do Movimento, desafiando o machismo histórico presente na cultura camponesa e na própria estrutura organizacional. A publicidade e a circulação desses Cadernos, muitas vezes utilizados em conjunto com as pautas de luta (como a Marcha das Margaridas e ações contra o agronegócio), comprovam que a formação de gênero não é um apêndice, mas uma condição necessária para fortalecer a capacidade de

---

realidade, sendo fundamental para a produção de conhecimento e para a transformação social, não se resumindo a um mero exercício ou repetição, mas a uma reflexão engajada com o mundo. (Politize,2025).

resistência e a coerência ideológica do MST frente aos desafios do capitalismo agrário contemporâneo.

A criação do Caderno de Formação específico pelo Coletivo LGBT Sem Terra atesta a evolução da Pedagogia do MST, demonstrando que a formação política do Movimento é um processo orgânico, autocrítico e expansivo. Se, inicialmente, o foco estava na formação da consciência de classe (luta pela terra), e em seguida na consciência de gênero (luta contra o patriarcado), a inclusão da pauta LGBTQIAPN+ revela um aprofundamento da crítica ao sistema de opressão em sua totalidade. O Caderno atua como um instrumento para descentralizar a militância heteronormativa e cisnormativa, garantindo que o direito à terra e o projeto de vida no assentamento sejam inclusivos. Este material, portanto, não é um anexo, mas uma ferramenta fundamental para que o INAP e os setores de formação consigam cumprir a diretriz de construir novos sujeitos, livres de todas as formas de exploração e preconceito, reafirmando que o socialismo só se constrói com a inclusão de todos os corpos e identidades.

O Caderno de Formação sobre Diversidade Sexual do MST utiliza a metodologia da Educação Popular para traduzir conceitos complexos de orientação sexual e identidade de gênero para a realidade da luta camponesa. A articulação entre a opressão de classe e a LGBTfobia se manifesta na análise de como o capitalismo e o agronegócio reforçam a normatividade sexual para manter a estrutura familiar patriarcal, essencial à acumulação de capital no campo. Ao estudar o Caderno, o militante aprende que a violência contra a população LGBTQIAPN+ é intrínseca ao sistema que também promove o latifúndio e a exploração. A práxis aqui é clara: a luta por um assentamento agroecológico e coletivo deve ser também uma luta por um espaço onde todas as identidades sejam respeitadas. O Caderno, assim, torna-se um dispositivo para a desnaturalização do preconceito e para a construção de uma ética da diversidade no seio do Movimento.

A publicação e a circulação deste material específico evidenciam a influência do Coletivo LGBT Sem Terra na formação política mais ampla do Movimento, seguindo o exemplo do Setor de Gênero. Ao exigir um material próprio e pautar o debate sobre diversidade, o Coletivo força os demais setores — Juventude, Direitos Humanos, e até mesmo Produção — a reverem suas práticas e documentos à luz da inclusão e do respeito. O Caderno atua como um marco de compromisso político, instrumentalizando os quadros de base para intervirem ativamente contra a LGBTfobia nos acampamentos e nos espaços de formação externa, garantindo que a militância LGBTQIAPN+ não seja apenas tolerada, mas

reconhecida como um sujeito político essencial, com pautas próprias que enriquecem e radicalizam o projeto da Reforma Agrária Popular.

Segundo Pinheiro (2005), para os sem-terra, a ocupação é uma forma de luta, é uma ação popular que intenta a transformação da realidade. Para Fernandes (*apud* Pinheiro, 2005), é preciso distinguir o ato de ocupar do processo de ocupação:

O ato de ocupar é um momento desse processo, que se inicia na formação dos grupos de famílias, na realização dos trabalhos de base, e desenvolve-se no acampamento, nas negociações, nos enfrentamentos, nas manifestações, na conquista da terra e nas lutas seguintes (Pinheiro, 2005, p. 91).

Durante a ocupação e conquista da terra, o setor Frente de Massa realiza a inserção dos novos membros do movimento, acolhendo as famílias. Neste momento, costuma emergir o sentimento de pertencimento e identificação com os princípios do MST.

Ao se vincularem à luta os sujeitos integram atividades dentro dessa organização seja na esfera local, regional, estadual ou nacional. Com isso, há a necessidade de criar um sentimento de corporativismo, de conhecimento da história de luta e resistência camponesa, do desenvolvimento da agricultura e do sistema sociopolítico entre os novos membros. O setor responsável por contribuir com tais questões é o de Formação, que atua junto às crianças com o “Sem-terrinha”<sup>34</sup> e adultos do movimento.

Na década de 1990, com a crise nos movimentos sindicais, fez-se necessária a criação da primeira escola nacional. Ela foi fundada no município de Caçador, Santa Catarina, para atender aos sujeitos na sua escolaridade: cursos supletivos de primeiro e segundo graus, magistérios e técnico em administração de Cooperativas. Soma-se a essa iniciativa, a publicação de cadernos, boletins, livros, textos e, atualmente, até mesmo um site e um canal no *WhatsApp* para subsidiar o estudo dessas frentes no MST.

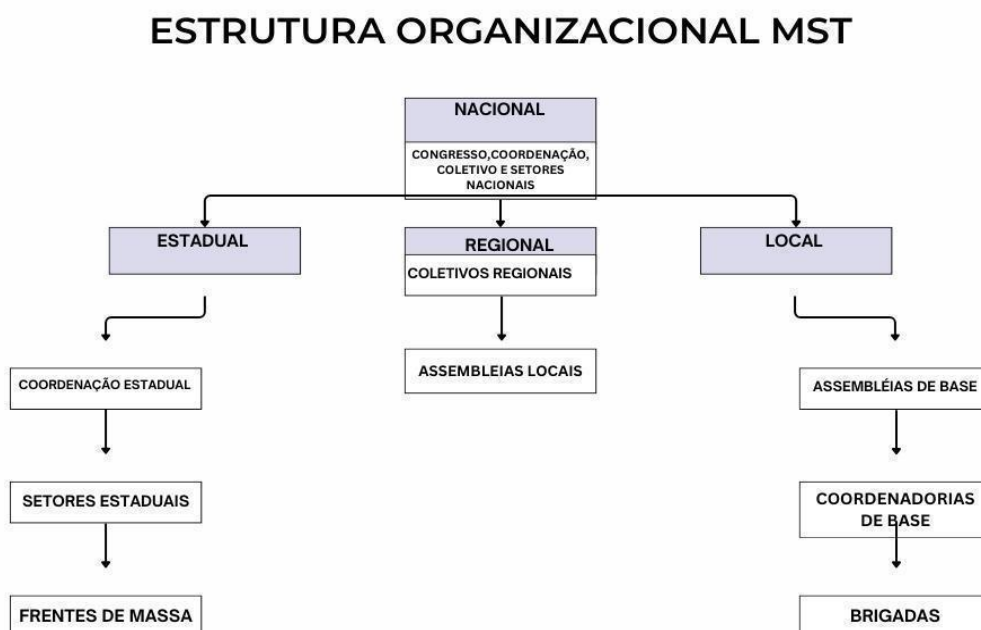
Segundo a Cartilha “Normas Gerais e Princípios do MST Organizativos”, um movimento social é definido por seus objetivos, princípios, pela norma como se organiza e pelo programa de transformações, que se dispõe a lutar (MST, 2016).

Esta Cartilha é de suma importância para compreender a organicidade do movimento, como mostra o organograma (Figura 12):

---

<sup>34</sup> Os Sem Terrinhas são crianças, geralmente filhos de trabalhadores rurais acampados ou assentados pelo MST, que são educados pelos membros do movimento e participam de suas atividades ideológicas. Segundo o MST, os Sem Terrinhas têm como objetivo promover a educação no campo, a cidadania e a conscientização sobre desigualdades sociais (MST,2025).

Figura 14 - Estrutura Organizacional do MST.



Fonte: Elaboração própria (2025)

O organograma apresentado reflete a estrutura organizacional do MST, destacando uma hierarquia bem definida, mas com ênfase na participação coletiva e na descentralização das decisões. Reflete uma organização que combina hierarquia com coletividade, privilegiando a participação direta e a adaptação às realidades locais. Essa estrutura é coerente com os princípios do movimento, que valoriza a democracia interna e a ação coletiva, embora possa enfrentar desafios operacionais devido à sua complexidade.

Abaixo, uma análise detalhada: Estrutura Hierárquica e Níveis Organizacionais:

**Nacional:** No topo, estão instâncias como o Congresso, a Coordenação Nacional, o Coletivo Nacional e os Setores Nacionais, que provavelmente definem as diretrizes gerais e estratégias do movimento.

**Estadual:** A Coordenação Estadual atua como intermediária entre o nível nacional e as bases, adaptando as diretrizes às realidades locais.

**Regional:** Os Coletivos Regionais permitem uma organização mais próxima das comunidades, facilitando a mobilização e a articulação local.

**Local:** As Assembleias Locais e as Assembleias de Base são os espaços de participação direta dos membros, onde as decisões são discutidas e implementadas.

#### Ênfase na Participação e Coletividade:

A presença de termos como "Coletivos", "Assembleias" e "Brigadas" indica uma valorização da ação coletiva e da democracia participativa. As assembleias de base, por exemplo, são fundamentais para garantir que as vozes dos membros sejam ouvidas.

#### Setores Especializados e Frentes de Atuação:

Os "Setores Estaduais" e as "Coordenadorias de Base" possuem áreas especializadas (como educação, saúde, comunicação) que atendem às necessidades específicas do movimento.

As "Frentes de Massa" e "Brigadas" representam grupos de ação direta, responsáveis por mobilizações, ocupações e outras atividades práticas do MST. A estrutura permite autonomia nos níveis regional e local, o que é essencial para um movimento que atua em contextos diversos. Isso facilita respostas ágeis a desafios específicos de cada região, promovendo uma flexibilização nas decisões.

[...] coexistem duas lógicas inerentes à ação do MST: uma *lógica política*, pela qual o Movimento se apresenta e se representa e que orienta as estratégias de ação através das quais busca ganhar visibilidade; e uma *lógica prática*, adotada nas negociações com o poder público e a sociedade civil, nos esforços para desapropriação de áreas ocupadas ou viabilização de projetos de assentamento, e na gestão cotidiana de cooperativas, programas e projetos, que garante a legitimidade do movimento junto à base de famílias acampadas e assentadas. A *lógica política* é construída em torno de ideais revolucionários, enquanto a *lógica prática* é elaborada em termos de resultados, conquistas, desempenho e eficiência. As duas lógicas são, ao mesmo tempo, contraditórias e complementares, sendo a primeira dominante naqueles momentos em que o MST celebra e reforça o *ideal do grupo*, enquanto a segunda predomina nas interações cotidianas e nas tomadas de decisão sobre os problemas enfrentados por acampados e assentados (Miranda; Cunha, 2013, p. 363-364).

Esses grupos atuam de forma autônoma para pressionar por reconhecimento e pautas identitárias dentro da estrutura do movimento, mas simultaneamente vinculam suas demandas ao projeto maior de transformação social do MST. Essa dupla atuação permite que questões como gênero, patriarcado, racismo e LGBTfobia sejam tratadas não como "divisórias", mas como dimensões estruturais da luta contra o capital e o latifúndio. Dessa forma, os coletivos fortalecem o movimento ao expandir seu horizonte político e sua base de apoio, enquanto negociam constantemente os limites e possibilidades de sua autonomia frente à unidade estratégica da organização.

No MST, faz-se necessário distinguir "setores" de "coletivos" como formas organizativas com funções e objetivos específicos. Os setores são estruturas permanentes do movimento, divididos em áreas como saúde, educação, produção, cultura e gênero, e têm o papel de articular atividades e políticas para responder a demandas fundamentais e

estratégicas das comunidades assentadas e acampadas (MST, 2016). Já os coletivos representam agrupamentos flexíveis de militantes que se organizam temporariamente para atender a objetivos específicos, como mobilizações, eventos ou campanhas, e que podem cruzar diferentes setores conforme a necessidade, antecedendo os setores sem estruturação nos estados. Essa distinção é fundamental para entender a estrutura organizacional do MST, de forma que os setores garantem a continuidade das políticas e os coletivos oferecem agilidade e foco em questões conjunturais.

Estamos divididos em setores, mas precisamos trabalhar o conjunto da organização”.

1. Cada setor deverá, em conjunto com toda Organização, elaborar e manter atualizada as linhas políticas e as suas formas de funcionamento.
2. Cada setor deverá potencializar o fortalecimento da Organização, superando o “setorismo”
3. A luta pela Reforma Agrária, especificamente, e a luta de classes exigem que todos militantes e dirigentes entendam a Organização como um todo (MST, 2016, n.p.).

As Normas Gerais do MST, aprovadas no 10º Encontro Nacional em 2016, não contemplam setores e nem coletivos LGBT sem-terra e nem o racial, aparece apenas o setor de gênero. O LGBT Sem - Terra é uma identidade em que Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais integram a luta do MST, e tem sido reafirmado desde 2015, ano em que aconteceu o primeiro Seminário “O MST e a Diversidade Sexual” e marca a entrada da pauta da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero no MST, constituindo em 2018, em sua estrutura organizativa, o Coletivo LGBT, com a função de ser um espaço de auto-organização destes sujeitos e de elaboração de linhas políticas e ações sobre esta pauta aliada à luta pela Reforma Agrária Popular (MST, 2024).

Atualmente, configura-se como um “Setor” dentro do Movimento, aparecendo no site oficial do MST. Sobre as relações étnico-raciais, tal temática não é mencionada na literatura produzida pelo movimento, bem como em suas normas gerais e princípios organizativos no que se refere a setor e a coletivo do movimento, nem mesmo quando se reportam ao programa de reforma agrária popular que tem enfoque na juventude, mulheres e LGBTQIAPN+. O que se observa em documentos do MST é que frequentemente a luta de classes é o eixo unificador, em detrimento de recortes identitários específicos, embora estes sejam cada vez mais debatidos nos espaços de base, reforçando o racismo estrutural materializado no campo. De acordo com o material intitulado “Programa de Reforma Agrária Popular”, produzido através do VII Congresso Nacional do MST: 15 a 19 de julho de 2024 no Distrito Federal – Brasília, no que concerne à produção de alimentos, o item 4.3 faz referência direta a grupos identitários:

4.3 – Organizar agroindústrias na forma de cooperativas e sob controle dos/das camponeses (as), nos assentamentos e em todas as regiões, com **foco** na inserção da juventude, das mulheres e **LGBTQIAPN+** (MST, 2024 – grifo próprio).

Ao longo dos mais de 40 anos do movimento, sujeitos LGBTQIAPN+, negros e mulheres vêm enfrentando o patriarcado e dando visibilidade a estes corpos que antes eram invisibilizados na luta pela terra, ocupando papéis mais representativos no século XXI do que apenas de suportes a lideranças e governanças do MST, contudo, excluídos do processo de decisões e, assim, do exercício da autonomia dentro do movimento.

A pesquisa foi formulada a partir da necessidade de dar visibilidade aos sujeitos que sempre estiveram incorporados ao movimento de luta pela terra, mas que não tinham voz ativa e seus corpos estiveram por décadas invisibilizados e, por vezes, violentados dentro do MST como relatam os membros aqui entrevistados e, deste modo, estabelecer um traçado histórico-cultural destes setores dentro do movimento de luta pela terra, bem como analisar e compreender as representações do MST sobre questões e luta de diversidade sexual, racial e de gênero. Das indagações investigadas neste estudo, as relações de gênero são de vanguarda:

Desde a sua criação, o MST assume como desafio e compromisso a participação de todas e todos os sujeitos no processo de luta. Desta forma, homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são protagonistas de sua própria história. A participação política e organizativa das mulheres no Movimento Sem-Terra possibilitou a formação de coletivos de auto-organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero, inclusive na tarefa militante. A criação do Setor de Gênero, em 2000, ampliou e aprofundou esta tarefa de debate, formação e luta pela construção de novas relações de gênero e com a natureza. Compreendendo que o patriarcado e o racismo são bases de sustentação da violenta ordem do capital, cabe ao Setor de Gênero atuar nas diversas dimensões da vida dos sujeitos que compõe nossa organização, da base à militância. Ao impulsionar a transformação das relações político organizativas, da cultura, das condições econômicas e subjetivas, pretende-se fortalecer nosso projeto de Reforma Agrária Popular, feminista e antirracista (MST, 2024, n.p., grifo próprio).

No entanto, este não é o lugar para buscar uma compreensão desenvolvimentista e/ou heteronormativa. Gontijo e Costa (2012) alertam que não é necessário reproduzir a verdade inquestionável de um 'urbano' civilizado que deve preceder um 'rural' civilizado. Outro ponto a considerar é que nem todos os integrantes da comunidade rural LGBTQIAPN+ embarcam em uma “diáspora” para o mundo urbano; muitos vivem em áreas rurais e, diferentemente das áreas metropolitanas, articulam sua própria resistência à heteronormatividade.

Os movimentos MST e LGBTQIAPN+, como quaisquer outros movimentos sociais, emergem do que Melucci (2001) define como a falta de reconhecimento de uma identidade coletiva gerada por uma zona de conflito em um ambiente político, social e econômico.

Assim, o MST e o movimento LGBTQIAPN+ estão realizando uma forte campanha de construção da identidade coletiva, com reivindicações de direitos.

Essa capacidade de gerar demanda por determinados benefícios exige a manutenção da identidade, que conecta os membros desses grupos. Tendo em vista que o movimento LGBTQIAPN+ vem ganhando cada vez mais destaque nos debates públicos e na busca constante pela proteção dos direitos humanos e reconhecimento social. O coletivo emergiu em 2018 e logo foi promovido ao setor, como executores de planos específicos, sendo inserido na organicidade do Movimento, ou seja, integrado, interconectado com todas as estruturas. Convém ressaltar que apesar da não existência oficial do Coletivo ou Setor étnico-racial, ele aparece na interseccionalidade dos setores LGBT Sem-Terra e Gênero.

O Movimento conta com mais de 450 mil famílias assentadas e 90 mil acampamentos (MST, 2024), números que permitem identificá-lo como o maior movimento social rural do Brasil que, recentemente, começou a organizar, divulgar e discutir temas como raça e sexualidade. Em 2014, um grupo de integrantes LGBTQIA+ do MST formou o Coletivo LGBT Sem – Terra, que foi legitimado durante a Reunião Nacional de Coordenação do MST, realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, no estado de São Paulo. Na ocasião, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais uniram forças com o objetivo de nova batalha nas linhas do MST. Já a questão gênero é uma discussão mais remota, surgindo ainda nos anos 90.

Nos últimos seis anos, essa rede cresceu dentro do MST, ganhando visibilidade nas redes sociais e em eventos do movimento, além de aprovação para participação na Coordenação Nacional do MST em 2019. Com isso, o coletivo buscou ressignificar os valores e os discursos hegemônicos heteronormativos dentro do movimento, dos assentamentos e da sociedade. Os sujeitos LGBTQIAPN+ atualmente compõem todas as instâncias do movimento.

O caráter heteronormativo também se estende ao meio rural, que, segundo alguns autores, é o de maior cristalização de valores e costumes (Eribon, 2008), cenário que se reproduz e se fortalece ao considerar a divisão sexual do trabalho como um dos pilares da agricultura familiar (Wall, 1986). Gayle Rubin argumenta em sua obra clássica “Pensando sexo” (1986), que a “homossexualidade” fez com que muitos homens e mulheres ocupassem e construíssem bairros gays e lésbicos nas principais cidades americanas. Territórios regulares e visíveis, como ruelas, parques e bares, onde pudessem construir amizades, parcerias e redes de solidariedade, longe das cidades pequenas e rurais onde a sexualidade dissidente é mais rara e, também, mais monitorada (Rubin, 1986).

Quando se considera as camponesas organizadas no MST, pode-se considerar a apreensão das lutas sociais e processos de (re) existência dessas mulheres. Obviamente, há limitações para essa abordagem; porém, quando se trata de mulheres sem-terra que lutam pela reforma agrária, vale destacar que são mais de três décadas de existência que demonstram poderoso conhecimento e compreensão para o aprimoramento das culturas, ou e/ou do ato de plantar, colher, alimentar, educar e viver, entre outras coisas.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens (Butler, 2016, p. 7).

As buscas feministas surgiram nos relatos orais das mulheres de Sem-terra sobre suas histórias de vida, memórias de batalha e conquista da terra, lugares de expressão, liderança, trabalho, estudo, formação e nascimento de seus filhos, e a autoridade para tomar importantes decisões para suas famílias e comunidades. Em algumas famílias, a decisão de aderir ao movimento social se deu com a participação ativa e persuasiva das mulheres (Araujo, 2024, n.p.).

A partir do momento em que entram na luta pela sobrevivência, as mulheres são confrontadas com preconceitos e discriminação social, pois é notório que são rotuladas como criminosas, oportunistas e outros estereótipos negativos impostos pelas forças patriarcais capitalistas dominantes, com especial destaque e sobre o papel da mídia elitista e conservadora. Com isso, para as mulheres, não faz diferença de que lado do espectro político elas estão, se são conservadoras ou progressistas, se são oprimidas ou resistentes, pois as mulheres devem lidar com ambas as situações. Assim, o sexismo é mais forte no país do que marcadores como esquerda/direita ou conservador/progressista. Como tal, elas têm o direito de lutar pela terra e construir o espaço, bem como o entendimento de que sua casa é onde elas querem estar.

O patriarcado constitui uma relação social historicamente formada, com profundas repercussões nas estruturas contemporâneas. Tradicionalmente caracterizado pela concentração de poder na figura masculina-chefe sobre a família extensa, esse sistema permeava todos os níveis da vida social, da religião à política. Embora as sociedades ocidentais tenham passado por transformações profundas que desmontaram aspectos

fundamentais desse modelo tradicional – notadamente a autoridade legal e costumeira incontestável do homem –, evidências apontam para a persistência de desigualdades estruturais, econômicas e culturais. A academia interpreta tal persistência como a reconfiguração do patriarcado em formas modernas e institucionalizadas, que se manifestam através de vieses sutis e, portanto, mais complexos de combater. Dessa forma, é preciso afastar-se da concepção tradicional para compreender como as estruturas de poder privilegiadamente masculinas se perpetuam, mesmo que de modo menos explícito.

As teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes, mas para os (as) historiadores (as) as suas teorias colocam alguns problemas. Primeiro, enquanto estas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmam igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Segundo que a dominação venha na forma da apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela reificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física. ... mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade no gênero (Scott, 2002, p. 110).

O MST é um movimento social do campo que reconhece a importância da superação da homofobia na luta pela Reforma Agrária, assim como outros temas e questões sociais. O debate sobre gênero e patriarcado é sempre interessante, pois o Movimento vai para a terra e discute as dimensões do ser humano, além de levantar bandeiras e entrar em lutas que defendem diversas esferas sociais. Nesse meio, é nítida também a necessidade de investigar as representações da questão racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, enfatizando como o debate racial está incorporado na proposta político-cultural da luta pela Reforma Agrária, em uma perspectiva prospectiva para a transformação social. Sobre a questão racial, Florestan Fernandes faz a seguinte indagação:

O que deve fazer o intelectual negro? Possuir uma “consciência crítica” refinada e dolorosa e calar-se, para “não agravar os problemas”? Ou impor-se o dever de dar combate tenaz ao nosso modo de ser, ambíguo e covarde, de afirmar uma democracia racial que não existe, de tolerar o preconceito de não ter preconceito, de silenciar “para não piorar as coisas”? O intelectual “branco”, por sua vez, deve ficar surdo e mudo, submetendo-se a um código racial hipócrita e dilacerante? Vieira dizia que a omissão é o pior dos pecados. Todavia, possuir uma “consciência crítica” de uma dada realidade e ignorar que ela exige desdobramentos práticos para ser destruída é mais grave que omitir-se: pressupõe um compromisso tácito com os que querem que a realidade não se altere que ela se reproduza indefinidamente (Fernandes, 1999, p. 50).

O MST está debatendo a questão da diversidade sexual, gênero, feminilidade e adolescência, bem como a questão do ser humano dentro do Movimento. Quando se trata do debate racial, o movimento é composto em sua maioria por pretos e pardos, pessoas pobres

que sempre estiveram na periferia da sociedade desde a invasão do país. Assim, é necessário um debate; é um tema que deve ser discutido não só no nível popular, mas também nas instituições decisórias, a fim de construir uma posição política em resposta ao massacre e ao genocídio que a população vive hoje, não apenas em nosso país, mas em todo o mundo; e em resposta também à questão da pobreza, do preconceito e do racismo, difundida na sociedade (Souza, 2009, p. 11).

### **6.3 Setor de Gênero do MST**

Nesta seção analisamos a atuação do Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), tomando como base o "Caderno de Formação nº 2: Mulher Sem-Terra". O objetivo é demonstrar como a formação política das mulheres, articulando as dimensões de classe, gênero e projeto societário, constitui um pilar fundamental para a construção da Reforma Agrária Popular. Argumenta-se que a pedagogia elaborada pelo Setor visa não apenas à inserção das mulheres na luta, mas à transformação das relações sociais patriarcais no interior do movimento e dos assentamentos, configurando-se como uma política identitária de caráter emancipatório e classista.

A construção da Reforma Agrária Popular, projeto central do MST, é compreendida como um processo que transcende a mera redistribuição de terras. Envolve a edificação de novas relações sociais, econômicas e culturais nos territórios conquistados. Neste contexto, o Setor de Gênero emerge como uma instância fundamental, responsável por elaborar e implementar uma pedagogia política específica voltada para as mulheres da base do movimento (MST, 2021, p. 4).

O "Caderno de Formação nº 2: Mulher Sem-Terra" é um documento paradigmático dessa atuação. Mais do que um manual, ele é um instrumento de organização e mobilização que estrutura oito encontros formativos, articulando a conscientização de gênero com a análise de classe e a disputa por um projeto popular para o Brasil. Esta seção decodifica essa pedagogia, demonstrando sua relevância para os "novos desafios na luta pela terra".

A abordagem do Caderno não dissocia a opressão de gênero da exploração de classe. Pelo contrário, parte do princípio de que são opressões conjugadas que se reforçam mutuamente sob o capitalismo patriarcal. O primeiro encontro, "As Mulheres e a Luta de Classes", foi emblemático: utilizou a metáfora de um "jogo" entre dois times – "POBRES" (trabalhadoras/es rurais, desempregadas/os, faveladas/os) e "RICOS" (donos do latifúndio, da

indústria, dos bancos) – para ilustrar a divisão social e a necessidade de unidade de classe (MST, 2021, p. 8-9).

O Caderno avança ao demonstrar como, "dentro do nosso time", as mulheres ocupam uma posição particular de opressão, sobrecarregadas pela "jornada dupla de trabalho" que as mantém "alienadas do contexto da sociedade", beneficiando o capital ao desvalorizar seu trabalho produtivo e reprodutivo (MST, 2021, p. 9). Essa análise evita uma visão homogeneizante da classe trabalhadora, reconhecendo as especificidades da experiência feminina.

A distinção entre sexo (biológico) e gênero (construção social e cultural, passível de transformação) é outro pilar teórico (MST, 2021, p. 11-12). Esta conceituação é crucial para desnaturalizar os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, apresentando-os como produtos históricos que servem a um projeto de dominação.

A estrutura dos oito encontros revela uma progressão pedagógica cuidadosamente planejada:

**Consciência de Classe e Gênero:** Os dois primeiros encontros estabelecem as bases da análise, situando as mulheres no conflito de classes e desconstruindo os papéis de gênero.

**Educação e Cultura:** O terceiro e quinto encontros focam nas estruturas de socialização – a família, a escola, a mídia – que reproduzem a discriminação e os valores do "pacote cultural" capitalista. Propõe-se uma "educação sem discriminar" e a valorização da "cultura popular" contra a "cultura de massa" alienante (MST, 2021, p. 15-17 e p. 27-28).

**Valores e Autocuidado:** O quarto e sexto encontros tratam da subjetividade e da corporeidade. Debatem a construção de novos valores (solidariedade, coletividade), em oposição aos valores burgueses (individualismo, consumismo, e defendem uma visão integral de saúde da mulher, que vai do acesso ao SUS ao conhecimento do próprio corpo e ao uso de remédios naturais (MST, 2021, p. 19-22 e p. 30-35).

O ápice do processo formativo está nos dois últimos encontros. O sétimo contextualiza a luta das mulheres na história do Brasil e apresenta a análise concreta dos "principais problemas da sociedade brasileira" (concentração de renda, dependência externa, monopólio da terra e da mídia), vinculando a emancipação de gênero à construção de um Projeto Popular para o país (MST, 2021, p. 36-42). O 8º Encontro reconecta toda a discussão à luta específica pela Reforma Agrária, definindo-a em suas múltiplas dimensões (terra, produção, educação, saúde, cultura) e detalhando as "Linhas Políticas do MST sobre a Participação das Mulheres", que incluem paridade de gênero nas instâncias de direção e corresponsabilização nos projetos produtivos (MST, 2021, p. 43-47), o que configura o projeto político.

A metodologia proposta é tão significativa quanto o conteúdo. O Caderno prescreve uma pedagogia sensível e acolhedora, que valoriza:

A **Mística**<sup>35</sup>: cada encontro começa com uma sugestão de mística, usando símbolos (flores, bandeiras, ferramentas, arame farpado) para criar um ambiente de reflexão e emocionalmente engajado, conectando a luta individual à coletiva.

O **Cuidado**: as "orientações gerais" preveem providenciar água, café, chimarrão e, crucialmente, organizar a Ciranda Infantil – um espaço para as crianças, permitindo que as mães participem plenamente. Isso materializa o entendimento de que a divisão sexual do trabalho é um obstáculo político a ser superado na prática (MST, 2021, p. 5-6).

A **Rotatividade de Tarefas**: a coordenação, a animação e a secretaria dos encontros devem ser divididas, incentivando o protagonismo e a liderança compartilhada entre todas as participantes.

**Figura 15 - Mística de encerramento do 5º Congresso do MST. Foto: Carlos Ruggi.**



Fonte: MST (2025)

---

<sup>35</sup> Cerimônias ou rituais realizados com intuito motivacional. Encenações, mímicas, gestos, música, cantos, palavras de ordem, mas também ornamentações, vestimentas e ‘atitude’ compõem o arsenal ritualístico das místicas. MST (2025).

A fotografia (Figura 13) capta um momento ritualístico que articula dimensões estéticas, políticas e espirituais da luta pela terra no Brasil. O plano geral da imagem permite observar a disposição circular dos participantes, organizada em múltiplas camadas concêntricas. Este arranjo circular, frequentemente presente nas místicas do MST, remete simbolicamente à coletividade, horizontalidade e ao princípio de unidade em torno de um propósito comum. A circularidade também pode ser interpretada como uma referência ao eterno retorno, ao ciclo da natureza e da produção agrícola — elementos centrais na cosmologia camponesa.

Ao centro, destacam-se corpos pintados em tons terrosos, possivelmente encenando elementos da terra, do trabalho e da ancestralidade. Esta performance central é circundada por pessoas vestidas de vermelho — cor simbólica da luta popular, da reforma agrária e do sangue derramado por mártires camponeses. À margem externa do círculo, indivíduos portam bandeiras coloridas e chapéus de palha, elementos que aludem à diversidade regional do campesinato brasileiro e à identidade coletiva construída pela estética do MST.

A atuação do Setor de Gênero do MST materializada, pedagogicamente, em instrumentos como o "Caderno de Formação da Mulher Sem-Terra", transcende em significado e alcance a concepção de uma agenda setorial ou meramente compensatória. Ela corporifica uma política identitária de caráter distintamente classista e emancipatório, cujos fundamentos podem ser assim elucidados.

A abordagem adotada pelo Movimento compreende a opressão de gênero não como um apêndice superestrutural, mas como um pilar constitutivo e funcional à reprodução do modo de produção capitalista. Nesta perspectiva, a libertação das mulheres é concebida não como uma luta paralela, mas como uma dimensão intrínseca e indispensável à libertação universal da classe trabalhadora, rejeitando, portanto, qualquer leitura que fragmente a totalidade social.

O objetivo estratégico consiste na transformação radical dessas próprias estruturas, visando à gênese de novas relações de poder, à instituição de uma nova axiologia e à fundação de uma sociabilidade distintamente alternativa no interior dos acampamentos e assentamentos, prefigurando, em microescala, a sociedade almejada.

A metodologia formativa empregada demonstra um elevado grau de sofisticação ao articular, de maneira não dicotômica, um rigoroso arcabouço teórico-crítico com metodologias participativas e sensíveis. Este desenho pedagógico reconhece que o processo de mudança cultural e política deve operar de forma sincrônica nas dimensões da

racionalidade crítica, da subjetividade e afetividade, e das práxis cotidianas, constituindo, assim, sujeitos históricos de forma integral.

A formação política de mulheres conscientes de sua dupla condição explorada – enquanto trabalhadoras e enquanto mulheres – é erigida à condição de elemento vital para o fortalecimento orgânico do MST. Este processo formativo é compreendido como um eixo fundamental para a acumulação de forças sociais na luta geral, sendo imperativo para a forja dos sujeitos coletivos necessários à construção concreta da Reforma Agrária Popular e, em uma instância superior, de uma sociedade socialista.

Desta forma, a pedagogia política inscrita no "Caderno da Mulher Sem-Terra" configura-se como uma resposta orgânica e concreta aos novos e complexos desafios impostos à luta pela terra no século XXI. Ela demonstra, de maneira cabal, que a superação da ordem patriarcal não constitui um tema acessório ou de importância secundária, mas representa, antes, uma condição estratégica para o êxito do projeto popular. É precisamente no âmbito da vida cotidiana, no laboratório das relações mais íntimas e na materialidade dos territórios conquistados pela luta que se inicia a edificação daquele "novo jeito de viver" que o Movimento almeja para toda a sociedade.

A luta histórica das mulheres trabalhadoras rurais por reconhecimento e direitos fundamentais materializou-se significativamente com a publicação da Instrução Normativa INCRA nº 38, de 13 de março de 2007 (Brasil, 2007). Este instrumento legal representa um marco na consolidação de direitos no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, estabelecendo diretrizes que transcendem o caráter meramente formal ao incidir sobre as relações de gênero no campo.

Conforme disposto em seu Capítulo III, a normativa avança na proteção jurídica da mulher assentada mediante dois eixos fundamentais. Primeiramente, o Art. 4º determina a obrigatoriedade de inclusão do nome da mulher, independentemente de seu estado civil, nos principais instrumentos de implementação de projetos de reforma agrária: na Relação de Beneficiários (RB), no Contrato de Concessão de Uso (CCU) e nos Contratos de Concessão de Créditos (Brasil, 2007). Esta previsão confronta diretamente práticas patriarcais historicamente enraizadas, que relegam as mulheres à condição de coadjuvantes nos processos de titularidade.

Em segundo plano, o Art. 5º assegura à mulher a permanência como detentora do lote ou parcela em casos de dissolução conjugal ou de união estável, desde que os filhos estejam sob sua guarda (Brasil, 2007). Este dispositivo constitui um avanço civilizatório ao reconhecer a vulnerabilidade socioeconômica específica das mulheres rurais e ao atribuir

proteção especial à manutenção de seu vínculo com a terra, garantindo não apenas seu sustento, mas também o de seus dependentes.

A normativa configura-se, portanto, como uma ferramenta jurídica de profundo impacto social, que ultrapassa a esfera administrativa para assumir contornos de política afirmativa. Ao garantir a dupla titulação e a segurança na posse da terra em situações de ruptura familiar, a IN 38/2007 não apenas corrige distorções históricas, mas também fortalece a autonomia econômica e social das mulheres do campo, reconfigurando seu lugar na estrutura fundiária brasileira.

Até a promulgação da Instrução Normativa INCRA nº 38/2007, as mulheres rurais enfrentavam um dilema profundamente opressivo: submetidas a ciclos de violência doméstica, muitas permaneciam nos assentamentos por dependência econômica e emocional, ou pela necessidade de garantir a subsistência dos filhos. Caso optassem por romper com a relação violenta, eram compelidas a abandonar o lote, que permanecia registrado em nome do cônjuge masculino - realidade que apenas perpetuava sua vulnerabilidade socioeconômica e a impunidade dos agressores. A normativa emerge, portanto, não como mera formalidade administrativa, mas como instrumento de ruptura com essa estrutura de dupla opressão, garantindo à mulher o direito à terra e à autonomia, independentemente de seu estado civil.

**Figura 16 - Imagens de Campanhas Resistência da Mulher no Campo.**



Fonte: MST (2025)

As duas peças gráficas do MST (Figura 14) articulam gênero, classe e território ao destacar a luta das mulheres como eixo central da transformação social. Ambas utilizam

ícones de resistência – punhos erguidos, bandeiras, foices – para representar o protagonismo feminino no campo. A primeira imagem associa as mulheres à fertilidade da terra e à construção coletiva, com tons quentes e traços suaves que evocam força vital e continuidade. Já a segunda aposta em um visual mais combativo, com alto contraste e slogans incisivos que denunciam a violência estrutural e reafirmam o direito de existir. Em comum, ambas reconfiguram o corpo feminino como espaço político e de insurgência, reafirmando que a emancipação das mulheres camponesas é inseparável da luta pela terra e pela justiça social.

Abaixo trecho da “Carta aberta de amor e de luta das Mulheres Sem-Terra” publicada em 08 de março de 2022, com o lema: Terra, Trabalho, Direito de Existir, Mulheres em Luta, Não Vão Sucumbir!

Nós mulheres trabalhadoras (camponesas, periféricas, indígenas, quilombolas, imigrantes, negras, LBTQIAPN+) trazemos marcas muito antigas da violência e da pobreza que forjaram as relações e a cultura em nossa sociedade. Não é possível aceitar que nos dias de hoje as mulheres ainda sejam consideradas inferiores e tratadas como propriedade dos homens, sofrendo agressões de todo tipo e sendo mortas por isso. E porque não aceitamos é que enfrentamos tirania com partilha, ganância com solidariedade, medo com criatividade, ódio com alegria e vamos debulhando o milho, o feijão, o trigo, a vida, como quem debulha nossos sonhos. A nós interessa o amor, a felicidade e a transformação do mundo! Juntas seguiremos construindo territórios livres, onde a criança brinca feliz, a comunidade se reúne em festejo e celebra, partilhando os frutos de seu trabalho digno. Onde tenhamos todos um teto aconchegante, quintais cheios de fartura, frutas, flores, ervas, comida saudável. Com tempo para desfrutar da vida, da prosa, do riso, da música e da poesia, uma vida melhor (MST, 2022).

#### 6.4 Setor LGBT Sem-terra

O patriarcado destrói  
O capitalismo faz a Guerra  
O Sangue LGBT também é  
Sangue Sem-Terra (MST, 2018)

Nesta seção é analisada a incorporação da pauta da diversidade sexual no MST, com foco na atuação de seu Setor de Gênero. A partir do documento “Diversidade Sexual no MST – elementos para o debate”, examina-se o processo histórico, os fundamentos teóricos e as estratégias políticas que permitiram ao movimento reconhecer a luta contra a LGBTfobia como parte integrante de seu projeto de Reforma Agrária Popular. O argumento central é que o MST, ao assimilar as demandas identitárias, não as subordina à luta de classes, mas as compreende como dimensões constitutivas e indissociáveis de um projeto emancipatório mais amplo, orientado pela construção de uma nova sociabilidade fundada no socialismo e no humanismo.

O movimento LGBTQIAPN+ emerge na sociedade brasileira como um movimento de resistência à estrutura heteronormativa hegemônica, consolidada em um contexto

sociocultural patriarcal e cristão, ampliando progressivamente suas pautas para englobar o combate à homofobia e a inserção equânime no mercado de trabalho – visando assegurar empregabilidade e direitos laborais equivalentes e a promoção de diversidade nos espaços públicos e privados. Sua atuação abrange ainda a luta pelo respeito às diferenças, liberdade de expressão, igualdade de gênero, criminalização da violência contra pessoas LGBTQIAPN+ (STF, ADO 26/2019), superação de representações midiáticas estereotipadas e conquista de direitos civis, como o casamento e adoção homoafetivos (CNJ, Resolução 175/2013), buscando equiparar-se ao padrão cis heteronormativo dominante.

No contexto rural, o Coletivo LGBT<sup>36</sup> Sem - Terra, vinculado ao MST, reivindica representatividade, identidade, diversidade, visibilidade e direito à existência, combatendo especificamente a LGBTfobia no campo e suas vulnerabilidades particulares, mantendo-se sob a égide do movimento LGBTQIAPN+ nacional, porém com singularidades decorrentes de seu lócus de atuação.

A base teórica que sustenta a atuação do Setor de Gênero do MST assenta-se na compreensão interseccional das opressões. O movimento entende que o capitalismo se sustenta e se reproduz por meio de sistemas conjugados de exploração de classe e dominação social, de forma que o patriarcado e a heteronormatividade desempenham papéis fundamentais (MST, 2018, p. 8-9).

O documento analisado estabelece uma clara distinção entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, apropriando-se criticamente dessa terminologia para fins de formação política. A orientação sexual é definida como uma “condição da pessoa humana”, e não uma opção, referindo-se à atração afetivo-sexual por pessoas do mesmo gênero (homossexualidade), do gênero oposto (heterossexualidade) ou de ambos (bissexualidade). Já a identidade de gênero é compreendida como “a forma como cada sujeito se reconhece e deseja ser reconhecido socialmente”, podendo ou não coincidir com o sexo biológico designado ao nascimento (MST, 2018, p. 10-11).

A chave interpretativa adotada pelo movimento postula que a sociedade burguesa patriarcal opera através da imposição de um padrão heteronormativo compulsório. Este padrão, longe de ser uma mera expressão cultural, desempenha uma função econômica e

---

<sup>36</sup> É perceptível que a sigla do coletivo LGBT Sem – Terra reflete interseccionalidades específicas entre classe, sexualidade e território. Contudo, é crucial salientar que sua nomenclatura é contingente à sua base sociopolítica rural e à luta pela reforma agrária, o que, por conseguinte, restringe sua abrangência terminológica frente à amplitude identitária representada pela sigla LGBTQIAPN+ no contexto do ativismo urbano. Importa observar, todavia, que tal delimitação semântica não implica, necessariamente, a exclusão substantiva ou a incompatibilidade política com as pautas desses grupos, mas evidencia a contextualização geopolítica e programática de sua atuação.

política precisa: a produção de subjetividades úteis à lógica da acumulação. Ao estabelecer um modelo único de família, comportamento e sexualidade, reforçando a divisão sexual do trabalhador, fragmenta a classe trabalhadora e mercantiliza a existência ao mesmo tempo em que morbíficas identidades não normativas, abrindo espaço para nichos de mercado exploratórios, como as chamadas "terapias de conversão" e a medicalização excessiva de pessoas trans.

#### **6.4.1 Trajetória Histórica: A Auto-organização LGBT no MST**

Luta pela soberania do Território, dos corpos e da vivência da sexualidade (Mariano; Paz, 2021, p. 122).

O antes coletivo e, atualmente, setor LGBT sem-terra acompanhou a evolução das conquistas dos direitos que ocorrem no espaço urbano, mas se consolida na primeira década dos anos 2000. Na Figura 17, o infográfico resume os principais passos e conquistas.

Figura 17- Marcos importantes do Coletivo LGBT do MST.



Fonte: MST (2021)

A inserção formal da pauta da diversidade sexual no MST é um processo recente, datando principalmente da segunda década dos anos 2000. Embora a presença de militantes LGBT na base do movimento seja anterior, sua visibilidade política e organização autônoma só ganharam impulso a partir de 2013 (MST, 2018, p. 6).

Marcos fundamentais nesse processo incluem:

**2013:** Participação do MST na Marcha contra a Homofobia em Brasília.

**2014:** No VI Congresso Nacional, questões relacionadas a pessoas trans começaram a ser levantadas publicamente. Início da demarcação dos espaços por esses sujeitos.

**2015:** Realização do I Seminário Nacional "O MST e a Diversidade Sexual" na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), com 35 militantes de 13 estados. Este evento foi considerado o marco fundador da auto-organização LGBT no interior do movimento (MST, 2018, p. 7, p. 32).

**2016:** O MST altera suas Normas Gerais para incluir explicitamente o combate à discriminação por “orientação sexual ou identidade de gênero” e “violência contra LGBT”, penalizando seus praticantes (MST, 2018, p. 23).

Esse percurso demonstra uma transição do silêncio e da invisibilidade para o reconhecimento institucional e a afirmação política, herdando a experiência acumulada pelo Setor de Gênero na luta pelas pautas feministas.

O coletivo LGBT Sem-Terra deve ser constituído por todas as LGBTs vinculadas ao MST. Deverá ser composto pela militância LGBT que já tenha atuação orgânica nos diversos setores/coletivos, trazendo o acúmulo político e organizativo do MST, tendo como tarefa pensar ações, iniciativas de impulsionar a vinculação daqueles/as que não têm atuação na organicidade, mas vivem nos assentamentos e acampamentos e não assumem tarefas por enfrentarem limites na projeção de militantes LGBT em sua base, especialmente as travestis e lésbicas (MST, 2019, p. 6<sup>37</sup>).

Seguem abaixo as Linhas Políticas do coletivo LGBT Sem-Terra:

- 1 – Fortalecer a luta contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado, que são base estruturante da exploração e dominação;
- 2 – Construir territórios livres de preconceitos e discriminação por raça, etnia, diversidade sexual e/ou identidade de gênero;
- 3 – Respeitar e valorizar todas as formas de ser e amar do ser humano, criando ações de enfrentamento à homofobia e à transfobia;
- 4 – Massificar a formação sobre a temática da diversidade sexual e identidade de gênero nos diversos espaços organizativos do MST;
- 5 – Tornar o MST um espaço seguro para a existência das LGBTs com a inserção em diversas tarefas e instâncias do Movimento;
- 6 – Promover ações de luta em conjunto com o Movimento LGBT.

Essas diretrizes são imprescindíveis para assegurar o alinhamento estratégico do Movimento, promovendo coesão interna e eficácia externa, de modo a viabilizar o avanço consistente de suas pautas. O que impede interpretações equivocadas na luta.

... as bandeiras de luta feministas, contra o racismo, pela diversidade de gênero e a liberdade sexual foram interpretadas pelo movimento como “pautas identitárias”, ou inclusive, como reivindicações que iriam “fragmentar” a organização, retirando a centralidade da luta pela terra, da luta anticapitalista e contra o agronegócio (Mariano; Paz, 2021, p. 120).

---

<sup>37</sup> MST. Coletivo LGBT Sem-Terra: linhas políticas e organicidade. Reunião da Coordenação Nacional do MST. São Paulo/SP: janeiro de 2018.

Persistem barreiras de resistência, formas de violência simbólica e estruturas sistêmicas de racialização. Nesse contexto, torna-se indispensável uma organicidade sólida e a manutenção contínua dessas pautas, a fim de tensionar, transformar e desarticular as estruturas de opressão tanto no interior do movimento quanto em sua atuação externa. A intervenção nas estruturas de poder afeta diretamente aqueles que delas desfrutam, enquanto sujeitos privilegiados e agentes de opressão, o que, inevitavelmente, desencadeia mecanismos de resistência.

A reforma agrária popular deve incorporar a pluralidade de sujeitos e corpos que se dedicam ao cultivo e à sementeira da terra fértil. A agroecologia, concebida como matriz tecnológica do MST, constitui não apenas um paradigma produtivo, mas também um dispositivo epistemológico e político capaz de reconfigurar as relações sociais e as dinâmicas de organização do trabalho. Ao desestabilizar o sexismo, principalmente da mulher negra que envolve a interseccionalidade raça e gênero, enquanto eixo estruturante da divisão laboral, tal perspectiva afirma a participação equânime de mulheres e pessoas LGBT, favorecendo a emergência de territórios efetivamente descolados de estruturas e práticas opressivas.

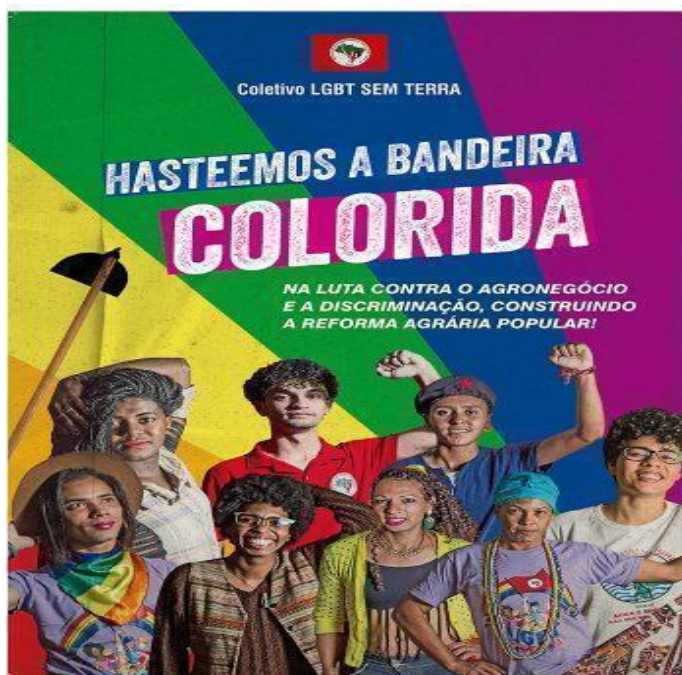
“A construção de um projeto de Reforma Agrária Popular só é possível se compreendermos a sexualidade humana como parte fundamental da luta pela terra. A existência e resistência ativa desses sujeitos LGBT Sem-Terra, que constroem o MST, é um alicerce importante no enfrentamento direto contra esse sistema patriarcal, racista e capitalista. Por isso, nós não voltaremos para o armário”. (Nícolas; Kelvin<sup>38</sup> *apud* Mariano; Paz, 2021, p. 124).

A análise dos documentos produzidos pelo coletivo evidencia que o conceito de liberdade apresenta ampla complexidade, abrangendo o direito de ser, viver e existir plenamente em sua identidade, manifestando-a na cultura, na religião e nos próprios corpos, sem que qualquer ideologia se sobreponha ou exerça controle sobre esses sujeitos, restringindo a expressão do amor e da própria natureza. Nesse contexto, o setor LGBT Sem-Terra orienta sua luta no sentido de superar os atravessamentos históricos que os invisibilizam e os tornam socialmente vulneráveis, ao mesmo tempo em que reafirma que, precedendo a especificidade de suas identidades, permanece o princípio comum a todos os sujeitos do MST: a luta pela terra.

---

<sup>38</sup> Kelvin é militante, acampado, liderança do setor LGBT Sem Terra, colaborador desta pesquisa, do território “MARIELLE VIVE” – Valinhos, SP.

Figura 18 - Cartaz do Coletivo LGBT Sem - Terra do MST<sup>39</sup>.



Fonte: Cartaz. MST (2025)

A Figura 18 é um cartaz de mobilização que apresenta a bandeira do arco-íris, símbolo internacional da diversidade sexual e de gênero, integrada à identidade visual do MST. Na parte superior, lê-se a identificação do coletivo responsável: "COLETIVO LGBT SEM - TERRA". Centralizado, em letras maiúsculas e amarelas sobre fundo vermelho, destaca-se o lema principal: "HASTEEMOS A BANDEIRA COLORIDA". Abaixo, em fundo branco, o texto completa a convocação política: "NA LUTA CONTRA O AGRONEGÓCIO E A DISCRIMINAÇÃO, CONSTRUINDO A REFORMA AGRÁRIA POPULAR!". A composição gráfica funde, de forma inequívoca, os símbolos da luta LGBT+ (as cores do arco-íris) com os da luta pela terra (as cores do MST e a referência à Reforma Agrária Popular), simbolizando a interseccionalidade entre as pautas. A mensagem articula o combate a duas frentes de opressão: o agronegócio (como modelo econômico excludente e predatório) e a discriminação (especialmente a LGBTfobia), posicionando ambos como inimigos comuns a serem superados pelo projeto emancipatório da Reforma Agrária Popular.

A internalização da pauta LGBT se dá por meio de uma estratégia multifacetada, detalhada no documento como "nossas tarefas" (MST, 2018, p. 20-26). Essas ações podem ser sintetizadas em quatro eixos principais:

<sup>39</sup> MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Cartazes. Disponível em: <<https://mst.org.br/cartazes/>>. Acesso em: 21 set. 2025. (MST,2025).

A: Formação e Educação: Massificar o debate sobre gênero e diversidade sexual nos cursos de formação, escolas dos assentamentos e espaços de militância, criando um acervo de materiais e grupos de estudo.

B: Luta e Visibilidade: Incorporar as bandeiras LGBT na agenda de lutas do movimento, participando de datas simbólicas como o 17 de maio (Dia contra a Homofobia) e intervindo nas Paradas do Orgulho LGBT, articulando a luta do campo e da cidade.

C: Mudança Organizacional e Cultural: Garantir o uso do nome social nas documentações internas e públicas do movimento, combater a LGBTfobia nos acampamentos e assentamentos, e promover representatividade LGBT nas instâncias de direção.

D: Articulação Política: Estabelecer diálogo e frentes comuns com movimentos LGBT urbanos (como ABGLT, ANTRA) e setoriais de partidos e entidades de esquerda, posicionando o MST como um ator relevante neste campo.

O principal desafio identificado é a LGBTfobia no campo, intensificada por uma cultura rural tradicionalmente associada a valores patriarcais, machistas e a uma religiosidade reacionária conservadora. Ser LGBT no meio rural, especialmente travesti ou transexual, implica enfrentar níveis exacerbados de estigma e violência, visto como uma negação do “corpo que Deus deu” e do “jeito de ser do camponês” (MST, 2018, p. 20).

De acordo com o documento, em janeiro de 2016, o Movimento deliberou politicamente alteração das normas gerais do MST (2016) incluindo os reconhecimentos dos sujeitos LGBT como parte integrante do MST e estabelecendo o combate à LGBTfobia como uma tarefa da organização. As modificações foram as seguintes:

1.3 Natureza do MST: participam no Movimento, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos, jovens e crianças.

3.6 Educação e Cultura: os membros devem combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, identidade de gênero e orientação sexual etc.

3.7 Direitos Sociais combater todas as formas de violência contra as mulheres, crianças e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), penalizando exemplarmente seus praticantes.

É pertinente destacar que o material incorpora em suas diretrizes fundamentais a explicitação de conceitos e terminologias essenciais a serem assimilados coletivamente pelo movimento. Essa estratégia pedagógica visa promover o domínio conceitual de vocábulos estruturantes reconhecendo que a precisão terminológica constitui ferramenta

indispensável para: desconstrução de visões preconceituosas naturalizadas no senso comum; a formação política qualificada da base militante; enfrentamento teórico e prático de todas as formas de opressão, o que se resume a um exercício semântico, mas configura condição primordial para a conscientização coletiva e para a efetiva implementação de uma práxis anticapitalista e antipatriarcal no interior do movimento. São eles:

- Bissexual: A definição vai além da atração sexual, incluindo a dimensão afetiva. A menção ao termo "Bi" como abreviação mostra uma preocupação com a linguagem cotidiana e as identidades como são vividas.

- Drag Queen: A definição é cuidadosa ao diferenciar uma drag (uma performance artística e profissional exagerada) de uma pessoa trans ou travesti (uma identidade de gênero). Isso combate um equívoco comum e muito prejudicial.

- Heteronormatividade: Este é um dos conceitos mais importantes do glossário. Ele não se trata apenas de um comportamento, mas de uma "suposta norma social" que torna a heterossexualidade o único padrão válido e naturalizado. O texto a vincula diretamente à base de argumentos discriminatórios, mostrando seu poder opressivo.

- Heterossexismo: O texto avança ao definir o heterossexismo como um "sistema de dominação", colocando-o na mesma categoria de outros sistemas de opressão como o racismo e o sexismo. Essa é uma conceituação teórica sofisticada que enquadra a LGBTfobia como uma questão estrutural, e não apenas individual.

- Homoafetivo: A definição privilegia este termo, comum no campo do Direito, por sua capacidade de expressar a complexidade e multiplicidade das relações entre pessoas do mesmo gênero, indo além do simples ato sexual ("homossexual") e incluindo a dimensão emocional e afetiva.

- Homofobia e Lesbofobia: A definição de homofobia é abrangente ("qualquer forma de expressão da sexualidade diferente"). Já a lesbofobia recebe um verbete próprio, destacando a opressão específica sofrida por mulheres lésbicas, que está na intersecção do machismo e da homofobia.

- "Sair do Armário": A definição deste termo popular é crucial. Assumi-lo publicamente é um marco na vida de uma pessoa LGBT, e o texto o trata com a devida importância, ligando-o à visibilidade e à quebra do silêncio.

- Sexualidade: A definição aqui é ampla e cultural, indo muito além da genitalidade ou reprodução. É descrita como "elaborações culturais" que envolvem prazer, desejo, afeto, saúde e poder. Esta visão abre espaço para uma compreensão mais rica e menos normativa da experiência humana.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Pernambuco lamenta o assassinato de Aline da Silva, jovem travesti e militante do Coletivo de Juventude do MST, residente no acampamento Malhada, em Arcoverde (PE). Aline foi brutalmente assassinada na madrugada de 19/08, vítima de um ataque aleatório enquanto saía de uma festa. O episódio ocorre em um contexto de crescente violência e ódio direcionados a mulheres e pessoas LGBT, alimentados por discursos e políticas que relativizam essas mortes. Aline, que dedicava sua vida à luta pela terra e sonhava com uma sociedade que reconhecesse sua identidade, se tornou mais uma vítima da transfobia no país, que registra índices alarmantes de assassinatos de travestis e transexuais. O MST manifesta solidariedade à família de Aline e lamenta a perda de uma militante ativa, alegre e inspiradora, cuja presença reforçava a importância da diversidade de gênero na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (MST, 2019).

“Hoje em dia temos travestis assentadas que desenvolvem várias atividades importantes, e isso é reflexo de um empoderamento desses sujeitos LGBT. Nossa tarefa é ocupar mais espaços”, enfatiza Sereia. (Figura 19).

**Figura 19 - Sereia travesti preta interseccionalidade entre raça, gênero e identidade.**



Fonte: MST (2025)

“Ser LGBT é viver a luta com liberdade”. A construção da identidade LGBT passa por diversas perspectivas de cunho teórico e prático, pois é a partir da vivência política na luta em defesa da Reforma Agrária que essa questão é reafirmada. Agnaldo destaca que o LGBT Sem Terra é um sujeito que, além de sonhar com uma sociedade justa economicamente, almeja a liberdade. E explica: “Não se trata só de rótulos, mas de se amar, de se viver e de experimentar sua sexualidade”. (MST,2025).

**Figura 20 - Presentes e Esquecidas: a Dor das travestis assassinadas.**



Fonte: MST (2021)

122 Mortes, pelo 16º ano consecutivo, um ranking que nos envergonha e nos posiciona em 1º Lugar, país que mais mata travestis no mundo, 2025.

O meu corpo (TRAVESTI) sempre chega antes, na frente, como um muro, um outdoor ou um letreiro piscante, independentemente de quem eu seja ou do que eu faça, mesmo eu existindo a partir de 1981, com impressões digitais únicas, RG tal, CPF tal, certidão de nascimento e não importa o nome escrito (Carvalho, 2022, p. 3).

Renata Carvalho é atriz, dramaturga, teatróloga e graduada em Ciências Sociais, autodefine-se como “transpóloga” — neologismo que resulta da articulação entre os termos transgênero e antropóloga para designar sua produção de conhecimento situada sobre experiências, corporalidades e epistemologias trans. Travesti, iniciou sua transição de gênero em 2007, período em que atuava como voluntária em ações de prevenção e enfrentamento às infecções sexualmente transmissíveis.

Carvalho é a responsável por cunhar o conceito de “Traviarcado”, termo que vem ganhando crescente circulação e aderência nos debates contemporâneos sobre gênero e dissidências sexuais no Brasil. (Carvalho, 2019). O conceito propõe uma ruptura crítica com as estruturas normativas do patriarcado cis heteronormativo, posicionando as travestis como produtoras de conhecimento, sujeitos históricos e agentes políticos centrais na disputa por direitos e na elaboração de futuros possíveis. Assim, o Traviarcado opera tanto como

ferramenta analítica quanto como horizonte utópico: reconhece e valoriza as lutas e trajetórias das travestis que antecederam as conquistas atuais, ao mesmo tempo em que projeta a criação de uma sociedade em que múltiplas existências, corpos e vivências trans possam emergir e se sustentar em sua integralidade.

Outro marco é a obra *Damas de Paus: O jogo aberto das travestis no espelho da mulher* (1994), Neuza Maria de Oliveira oferece uma contribuição seminal ao analisar a construção identitária de travestis em Salvador, propondo a categorização entre transformistas, travestis e transexuais. A obra é historicamente significativa por conferir visibilidade e complexidade acadêmica a uma população sistematicamente invisibilizada e vítima da necropolítica ao contestar a mera imitação da mulher e destacar a criação de uma categoria social própria com suas hierarquias. Ao abordar a prostituição como relação de trabalho, a autora confere agência a um grupo marginalizado, tornando o livro uma referência crucial para os estudos de gênero e sexualidade no Brasil ao articular análise acadêmica com a urgência do reconhecimento social.

Em seguida, é analisada a emergência da pauta da diversidade de gênero no interior do MST, com foco específico na travestilidade e transexualidade por meio do curta-metragem: “Transexualidade, Travestilidade e Reforma Agrária Popular”. A partir do registro do 1º Encontro Nacional de Pessoas Travestis e Transexuais do MST, que ocorreu em 29 de agosto de 2024, investiga-se como a luta pela terra se entrelaça com a luta pelo direito à existência de corpos dissidentes<sup>40</sup>. Argumenta-se que a inclusão orgânica de sujeitos trans e travestis não é um apêndice à luta de classes, mas uma reconfiguração radical do próprio projeto de Reforma Agrária Popular, que passa a incorporar explicitamente o combate à transfobia e a construção de novas relações humanas como elementos centrais de sua estratégia emancipatória.

---

<sup>40</sup> Designa corpos que desviam, contestam e subvertem as normas de gênero e sexualidade impostas pela matriz heterocisnormativa.

Figura 21 - Postagem em Rede Social.



Fonte: Facebook (2025)

A mensagem desloca a percepção do travestismo de uma mera performance estética ou fantasia para uma identidade de gênero legítima e constituída. Isso corrobora e atualiza academicamente a discussão proposta por Neuza de Oliveira em "Damas de Paus", que já apontava que os travestis criavam uma categoria social própria, não se reduzindo à imitação da mulher.

Figura 22 - Depoimento de Rose MACFERGUS MST – Paraná.



Fonte: Canal MST Youtube (2024)

A realização do Encontro de Pessoas Travestis e Transexuais do MST representa um marco histórico na trajetória do movimento. Este evento, transcrito no documento analisado, simboliza a transição de uma presença silenciosa e invisibilizada para uma afirmação política organizada de sujeitos trans e travestis dentro da luta pela terra (MST, 2023). O encontro não foi apenas um espaço de formação, mas um ato político de reconhecimento e autoafirmação, respondendo à urgência de um país que lidera o ranking global de assassinatos de pessoas trans.

A análise contida no documento revela uma dinâmica crucial de opressão: a dupla expulsão sofrida por pessoas trans e travestis do campo. A narrativa das participantes evidencia que a transfobia, associada à estrutura latifundiária, opera como um mecanismo de limpeza territorial: "A maioria de nós veio do campo... por conta desse fator do latifúndio associado à transfobia, a gente é expulsa dos nossos territórios, expulsa dos nossos lugares, e vai lá para a capital se prostituir" – depoimento de Rose MacFergus (MST – Paraná) (CANAL MOVIMENTO SEM TERRA, 2024, 4min56s).

Este relato demonstra que a violência transfóbica não é um fenômeno isolado, mas se articula com a lógica do agronegócio e da concentração fundiária. O latifúndio, enquanto sistema de poder, é percebido como patriarcal, racista e heteronormativo, expulsando para as periferias urbanas os corpos que não se conformam ao padrão. Na cidade, a prostituição é apresentada não como uma "escolha", mas como a única opção de sobrevivência em um contexto de "vulnerabilidade extrema" imposta pela mesma estrutura que as expulsou. O

capitalismo, assim, é denunciado por transformar seus corpos em mercadoria, explorando-os "até a morte" enquanto lhes nega o reconhecimento como trabalhadoras (CANAL MOVIMENTO SEM TERRA, 2024, 5min56s).

Neste contexto, a luta pela Reforma Agrária Popular e a Agroecologia ganha uma nova dimensão. Ela é ressignificada pelas militantes trans não apenas como acesso à terra, mas como um projeto de reexistência e autonomia. A conquista da terra é vista como um caminho para escapar da marginalidade urbana e da prostituição compulsória: "A luta pela terra, pela reforma agrária vai tirar a gente das ruas, vai tirar a gente da marginalidade, da prostituição e colocar a gente num espaço de autonomia, de vida digna" (Macfergus, Rose, MST, 2023).

A Reforma Agrária Popular, na visão das participantes, é "necessária para a continuidade da humanidade". Ela se contrapõe ao agronegócio não apenas no modelo produtivo (agroecologia versus monocultura com agrotóxicos), mas também na lógica social que o sustenta. Enquanto o agronegócio explora e descarta corpos e territórios, a Reforma Agrária Popular é concebida como um projeto que acolhe a diversidade humana e ambiental, garantindo a soberania alimentar através da agricultura familiar e camponesa.

Os depoimentos analisados caracterizam o MST como um espaço singular de acolhimento e ressignificação identitária para pessoas trans, constituindo um contraponto radical à rejeição social mais ampla. No movimento, vivencia-se um reconhecimento que transcende a identidade de gênero, fundado na pertença de classe – "ali a gente é gente da gente". Essa experiência é descrita como um "sopro de vida" e um quilombo contemporâneo, oferecendo um território de resistência contra a transfobia e a exploração capitalista. Através de uma pedagogia emancipatória, o MST possibilita a descoberta de potencialidades além dos estigmas, permitindo que suas militantes trans se percebam como sujeitos intelectuais e políticos capazes de acessar a educação formal, assumir cargos de liderança e contribuir ativamente para a transformação social, rompendo com o destino marginalizante frequentemente imposto pela sociedade.

Porém, o documentário explicita os desafios futuros, tendo como o principal deles superar as violências e a transfobia que ainda persistem dentro do próprio campo e do movimento, o que demanda um processo contínuo de formação política e crítica. A proposta é ir além de uma política de inclusão e avançar rumo a uma transformação efetiva das relações sociais nos assentamentos e acampamentos.

Nesse sentido, é proposta a construção de redes de cuidado que ofereçam suporte, acolhimento e saúde mental para militantes LGBT, especialmente em um contexto de

vulnerabilidade agravada. A luta pela reforma agrária e a luta pela existência trans são entendidas como indissociáveis: "essa pauta não é isolada da pauta da reforma agrária" (MST, 2023, n.p.). O projeto popular almejado só se efetivará se combater "todas as formas de violência" e visibilizar "toda a diversidade humana que existe no campo" (MST, 2023, n.p.).

A ênfase na letra T (Transexuais, Travestis e Transgêneros) na sigla LGBTQ+ é crucial devido às especificidades históricas, políticas e de vulnerabilidade que distinguem essa população das demais categorias. Essa centralidade não implica hierarquização de opressões, mas reconhecimento de particularidades que demandam estratégias de luta e acolhimento específicas. E no contexto LGBTQ Sem-Terra essa visibilidade se faz necessária, porque desnaturaliza o rural, ou seja, rompe com o estereótipo do campo como espaço conservador e exclusivamente cis heteronormativo; exige políticas específicas como criação de protocolos de acolhimento, banheiros exclusivos (um dos estopins pela demarcação de territórios nos congressos) e um fortalecimento coletivo na proposta de uma luta anti transfobia.

Convém ressaltar que, de acordo com um dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), de abril de 2025, o Brasil continua sendo um dos países mais letais para essa comunidade, sendo um exemplo disso as 122 mortes registradas em 2024.

Conforme o levantamento, constatou-se uma redução de 16% no número absoluto de assassinatos em relação ao ano anterior. No entanto, o Brasil mantém-se, pelo décimo sexto ano consecutivo, como o país que mais assassina pessoas trans e travestis no mundo. A pesquisa evidenciou que o perfil majoritário das vítimas é composto por jovens, negras, pobres e nordestinas, reafirmando a dimensão interseccional dessa violência. A expectativa de vida dessa população permanece alarmantemente baixa, estimada em apenas 35 anos.

Entre as características comuns aos crimes, destacam-se: a maioria das vítimas são mulheres trans; os assassinatos ocorrem predominantemente em locais públicos, como ruas desertas e no período noturno; e são praticados com extrema violência e elevado grau de crueldade. O dossiê também salienta a subnotificação crônica desses casos, uma vez que as autoridades, durante os procedimentos de identificação, frequentemente deixam de registrar a identidade de gênero das vítimas, omitindo, assim, a natureza transfóbica dos crimes e dificultando a produção de estatísticas oficiais precisas (Narcisa; Bonets, 2025).

O panorama contemporâneo dos movimentos sociais dedicados à defesa de direitos civis tem sido palco de significativas reconfigurações político-identitárias, recentemente, no período que esta pesquisa está sendo realizada, de 2022 a 2026, ecoaram-se algumas vezes a favor de uma ressignificação da sigla para LGB – Lésbicas, Gays e Bissexuais.

A fundamentação teórica para tal ruptura reside na tese de que as pautas concernentes à identidade de gênero teriam progressivamente suplantado, no espectro do movimento mais abrangente, as reivindicações históricas vinculadas à orientação sexual. Tal fenômeno de fragmentação, conceptualizado como uma "declaração de independência", evidencia profundas divergências epistemológicas e estratégicas relativas à hierarquização de agendas ativistas e à própria conceituação das categorias identitárias fundantes.

A análise de discursos contestatórios no interior do movimento LGBTQIAPN+ revela fenômenos complexos de internalização de estruturas opressivas. Um caso emblemático, criticado por vozes jornalísticas especializadas, foi a tentativa de um grupo dissidente de excluir a letra "T" da sigla, sob a justificativa de uma suposta cisão de interesses. Este evento pode ser interpretado a partir do conceito de "minoridade modelar"<sup>41</sup>, no qual um grupo oprimido busca assimilação e aceitação social às custas de outro segmento ainda mais marginalizado. Essa cisão com parte do movimento cria uma narrativa oriunda da extrema direita, essa que rejeita a premissa de opressão estrutural e irá usar essa dissidência como uma arma eficaz para atacar o grupo mais vulnerável (pessoas trans) e, por extensão, minar toda a estrutura de direitos e reconhecimento baseado em identidade. A ideia posta por esse campo político de identitarismo, ou seja, uns contra os outros, Preto X Branco, Homossexual X Heterossexual; Homem X Mulher, entre outros, contribui para a supremacia opressora. Na verdade, não há como nos despir de nossa identidade, por exemplo, sou um Homem Negro, Homossexual, Cisgênero o que me intersecciona com pautas: LGBTQIAPN+ e raciais.

Nadele (2025), em análise veiculada em seu canal do youtube Gay Nerd, estabelece uma analogia crítica entre essa postura política e experiências traumáticas de bullying na infância e adolescência. O autor argumenta que, naquela fase, o indivíduo frequentemente submete-se a um "sofrimento terrível de sacrificar uma parte de si" na expectativa falaciosa de obtenção de aceitação. Na vida adulta, o mesmo mecanismo psicológico se manifesta, não mais através da automutilação identitária, mas pelo "sacrifício de outras pessoas, as pessoas trans". Trata-se, portanto, da replicação de lógicas de exclusão, de forma que membros de um grupo historicamente perseguido dirigem o aparato repressivo contra seus pares.

---

<sup>41</sup> O termo "minoridade modelo" refere-se a grupos minoritários que aparentemente alcançaram um alto nível de sucesso na sociedade americana contemporânea. O termo tem sido usado com mais frequência para descrever os asiáticos americanos, um grupo visto como tendo alcançado sucesso educacional e financeiro em relação a outros grupos de imigrantes. O rótulo "minoridade modelo" superficialmente parece ser um elogio, pois parece elogiar os asiáticos americanos por suas conquistas. No entanto, uma análise crítica da forma como o termo é usado e das consequências de seu uso sugere que há efeitos perniciosos em classificar os asiáticos americanos, ou qualquer grupo racial, como uma minoridade modelo (DENSHO, 2025; HU, 2015).

A alegação de que o anúncio representava uma cisão formal e ampla é desmontada pela verificação factual. Conforme aponta Nadele (2025), a iniciativa partiu de um "grupo dissidente de pessoas sem nenhuma relevância específica" no âmbito do movimento LGBTQIAPN+ formalmente constituído. Em contraponto a essa tendência dissociativa de caráter internacional, organizações brasileiras de notória representatividade no ecossistema de impacto social LGBTQIAPN+, nomeadamente a Aliança Nacional LGBTQIAPN+, a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH), o Grupo Dignidade e a Rede GayLatino promulgaram a Resolução PR 003/2025, datada de 22 de abril de 2025. Este instrumento normativo-institucional configura um posicionamento político-estratégico que visa reafirmar publicamente os fundamentos éticos e programáticos que coalescem a luta por direitos no contexto sociopolítico nacional, em estrita consonância com os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do texto constitucional brasileiro de 1988.

O arcabouço discursivo da resolução opera mediante uma retórica de delimitação negativa, explicitando de forma categórica "o que NÃO queremos e o que NÃO apoiamos". Este recurso linguístico-estratégico visa desconstruir narrativas adversas e estigmas frequentemente imputados ao movimento, apresentando uma plataforma de valores compartilhados que busca ancorar a luta por reconhecimento em um terreno de ampla legitimidade social. O documento enfatiza, destarte, o compromisso intransigente com a dignidade da pessoa humana, o princípio da igualdade e a vedação à discriminação.

A resolução avança na elaboração de uma agenda afirmativa, estruturando-se em eixos temáticos fundamentais para o debate público. No âmbito das configurações familiares, as organizações signatárias afirmam o respeito a todas as suas modalidades, desde que alicerçadas no "respeito mútuo e na convivência democrática", rejeitando a assertiva espúria de que o movimento almeja a desestruturação da instituição familiar. Acerca de crianças e adolescentes, o posicionamento é veemente ao reafirmar a defesa intransigente do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), repudiando de forma absoluta a exploração sexual, a sexualização precoce e a pedofilia, e incitando a denúncia de quaisquer violações de direitos.

Ademais, o documento defende a aplicação rigorosa da legislação penal pertinente aos atos obscenos e à nudez pública, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero dos agentes, e manifesta oposição à profanação de símbolos religiosos, posicionando-se contra quaisquer manifestações de intolerância confessional. No contexto educacional, a resolução defende ambientes escolares livres de bullying e de quaisquer modalidades de doutrinação, salientando que a educação deve pautar-se pelo respeito à

diversidade e pela inviolabilidade da orientação sexual e da identidade de gênero como atributos inerentes à subjetividade humana.

Este posicionamento coletivo, subscrito por lideranças de expressão nacional como Toni Reis, Rafaelly Wiest, Claudio Nascimento e Kalyinka Oliveira, corporifica um esforço estratégico de consolidação de uma frente ampla e unitária. Ao contrapor-se à lógica de fragmentação, as organizações brasileiras reiteram a preeminência da coalizão interna e da defesa de uma sociedade plural e inclusiva, onde a luta por direitos não se dissocie do princípio da interseccionalidade. Esta resposta institucional configura, portanto, um significativo capítulo na disputa de narrativas e na construção de projetos políticos para as populações LGBTQIAPN+ no Brasil, reafirmando o compromisso com a unidade na diversidade como princípio basilar para o aprofundamento democrático. A análise deste contraponto evidencia a complexidade dos debates identitários no século XXI, de maneira que a definição de sujeitos políticos e estratégias de ação coletiva permanecem em constante processo de negociação e reconfiguração.

A atual cisão no movimento LGBTQIAPN+, materializada na criação da LGB Internacional e na reação das organizações brasileiras, representa mais do que um mero desacordo tático: revela uma falência conceitual na compreensão das lutas por direitos. Ao fragmentar-se em identidades concorrentes, o movimento reproduz a lógica neoliberal da disputa por visibilidade, abandonando o princípio fundamental de que todas as opressões estão interligadas. A pretensa defesa dos direitos LGB em oposição às pautas trans constitui um grave equívoco político, pois reforça o mesmo binarismo de gênero que historicamente fundamentou a perseguição à homossexualidade. Simultaneamente, a estratégia de legitimação através do enquadramento em valores tradicionais, ainda que compreensível no contexto de avanço conservador, pode esvaziar o caráter transformador dessas lutas. A verdadeira emancipação exige reconhecer que travestis, transexuais e homossexuais compartilham um mesmo projeto de libertação corporal e sexual, sendo contraproducente qualquer hierarquização que fragilize esta frente comum contra as estruturas de poder que a todos oprimem.

O estudo das relações entre religião, sexualidade e moralidade constitui um campo central das ciências humanas e sociais, especialmente quando se analisam os efeitos das tradições religiosas sobre a constituição de normas sociais e identidades. A reportagem *é verdade que a Bíblia condena a homossexualidade?* (BBC NEWS BRASIL, 2023) oferece um panorama elucidativo sobre a forma como a leitura bíblica, mediada por contextos históricos e

interpretações teológicas, consolidou um regime moral que associa a sexualidade à ideia de pureza, pecado e controle social.

A discussão proposta no texto evidencia o embate entre leituras fundamentalistas e abordagens hermenêuticas críticas, demonstrando que o discurso religioso sobre a homossexualidade é menos teológico e mais sociocultural.

De acordo com o material analisado, os textos bíblicos frequentemente citados para justificar a condenação da homossexualidade – especialmente passagens do Levítico, do Deuteronômio e das Cartas de Paulo – são produtos de realidades culturais específicas, situadas entre os séculos VIII a.C. e I d.C. (BBC NEWS BRASIL, 2023). Como ressaltam os teólogos entrevistados, a leitura literal desses textos ignora o contexto histórico e simbólico que os produziu, conduzindo a uma interpretação anacrônica e excludente.

Francisco Borba Ribeiro Neto, sociólogo e coordenador do Núcleo Fé e Cultura da PUC-SP, destaca que o erro fundamental do literalismo bíblico consiste em desconsiderar o diálogo entre o texto sagrado e o tempo presente, uma vez que “a leitura correta do texto sagrado nunca deve buscar o que ele diz, mas o que ele nos diz” (BBC NEWS BRASIL, 2023). Essa perspectiva desloca a hermenêutica religiosa para o campo da sociologia do conhecimento, em que o discurso sagrado é entendido como prática social, e não como verdade absoluta.

Nessa direção, a Bíblia é apresentada não como um código moral fixo, mas como um conjunto de narrativas que expressam as condições históricas e políticas de seu tempo. A fixação contemporânea da sexualidade como campo de disputa teológica reflete, portanto, a persistência de estruturas de poder que utilizam o sagrado como instrumento de controle moral, fenômeno que se aproxima do conceito de biopoder formulado por Foucault em 1976<sup>42</sup>.

O teólogo Gerson Leite de Moraes argumenta que o cristianismo, ao tornar-se religião hegemônica no Ocidente, consolidou uma moralidade baseada na família heteronormativa e na procriação, associando o corpo à noção de templo e a homossexualidade à ideia de abominação. Essa associação resultou na sacralização da heterossexualidade como norma e na marginalização das identidades dissidentes.

Sob o ponto de vista sociológico, essa dinâmica exemplifica o que Durkheim (1912) denomina fato social coercitivo: um conjunto de representações coletivas que impõe aos indivíduos modos de pensar e agir socialmente aceitos. Assim, a condenação religiosa da

---

<sup>42</sup> É uma sociedade do sexo, o qual "tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la" (Foucault, 1976/2010a, p. 159).

homossexualidade não se explica apenas pela teologia, mas pela necessidade de manutenção de uma ordem moral e simbólica que define quem pertence ao grupo e quem é excluído dele.

Ribeiro Neto complementa que o discurso cristão histórico “deve sempre consagrar um normal e estigmatizar um diferente” (BBC NEWS BRASIL, 2023), o que corresponde à operação de distinção descrita por Bourdieu (1979), na qual a hegemonia cultural se reproduz por meio da classificação simbólica das condutas. O texto aponta ainda para o recrudescimento de discursos fundamentalistas, especialmente em contextos políticos contemporâneos.

A leitura literal das Escrituras, reforçada por lideranças religiosas como o pastor André Valadão em sua pregação na sede da igreja Lagoinha sediada nos EUA e transmitida ao vivo em seu canal para o Brasil, ataca a população LGBTQIAPN+ em “se pudesse, "Deus mataria" e "começava tudo de novo” (G1, 2023). Essa literalidade das interpretações das Escrituras é identificada como tentativa de restaurar uma moralidade tradicional em meio à pluralização dos valores sociais. Gerson de Moraes (BBC NEWS BRASIL, 2023) interpreta esse fenômeno como uma reação reacionária, movida pelo medo de que “algo sagrado esteja prestes a desmoronar”.

Essa perspectiva aproxima-se da análise de Weber (1905), para quem o ethos religioso atua como força de racionalização e controle social, mas também como espaço de conflito entre carisma e instituição. A tensão entre leituras inclusivas – representadas por figuras como padre James Martin – e posições dogmáticas expressa o conflito entre duas racionalidades: uma pastoral e outra disciplinar. A primeira busca o diálogo e o acolhimento; a segunda, a preservação da norma e da autoridade eclesial.

Esta análise se insere no contexto do avanço das denominações protestantes nas áreas urbanas e rurais do Brasil contemporâneo, cuja expansão alcança, de modo significativo, as populações LGBT Sem-Terra. Tal fenômeno, longe de se restringir a uma questão de fé, manifesta-se como um dispositivo sociopolítico que reproduz preconceitos, reforça estereótipos e legitima práticas de condenação moral. A presença dessas igrejas nos acampamentos e assentamentos rurais do MST – materializada na construção de templos e na disseminação de discursos religiosos excludentes – e contribui para a reprodução de uma racionalidade teológica que demoniza as religiões de matriz africana e opera a partir de uma lógica interseccional de opressão que articula raça, gênero, classe e sexualidade.

Diante desse quadro, torna-se imprescindível afirmar que não podemos aceitar a cisma entre a terra e o corpo, entre a luta coletiva pelo território e a luta individual pela autonomia corporal e sexual. Tratar os corpos LGBT Sem Terra como corpos dissidentes ou

desviantes significa negar-lhes o pertencimento pleno ao projeto emancipatório da reforma agrária popular – projeto este que, em sua essência, deve ser guiado pelos princípios universais de liberdade, igualdade e fraternidade, compreendidos em sua radicalidade inclusiva: para todos, todas e todes<sup>43</sup> combatendo a reprodução da colonialidade do poder, do saber e do ser.

As Figuras 22, 23 e 24 apresentam a presença dos evangélicos de forma atuante dentro do MST:

Figura 22 - Evangélicos dentro do MST.



Fonte: MST (2025)

O texto apresenta um diálogo com uma dirigente do MST no Maranhão sobre o papel limitado das igrejas evangélicas na defesa de direitos na Amazônia, em contraste com a histórica atuação católica. A origem individualista do protestantismo norte-americano e do pentecostalismo ajuda a explicar a pouca tradição comunitária entre evangélicos, embora existam minorias progressistas. A dirigente destaca que muitos assentamentos do MST têm grande presença de evangélicos, alguns com posições avançadas em direitos, movidos pela consciência nascida da vida nos territórios. O artigo relembra Manoel da Conceição, líder camponês pentecostal torturado pela ditadura e símbolo da luta por justiça. Sua trajetória evidencia que a fé pode sustentar o compromisso com direitos humanos, mesmo sem apoio institucional. A memória de Manoel dialoga com os evangélicos progressistas do MST de hoje. O texto conclui defendendo que essa história inspira resistência e esperança em tempos difíceis no Brasil (MST, 2021).

<sup>43</sup> Em 17 de novembro de 2025, entrou em vigor a Política Nacional de Linguagem Simples, instituída pela Lei nº 15.263/2025, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no *Diário Oficial da União*. A norma estabelece diretrizes para uma comunicação pública mais clara e acessível à população, e inclui a vedação ao uso da chamada linguagem neutra em documentos oficiais. O uso da linguagem neutra neste trabalho, entretanto, justifica-se por seu caráter inclusivo, alinhado às práticas de respeito à diversidade de identidades de gênero. Tal escolha busca promover uma linguagem mais representativa e evitar formas de discriminação ou apagamento de pessoas que não se identificam com o binário de gênero masculino-feminino, especialmente pessoas não binárias.

Figura 23- Mulheres Evangélicas dentro do MST.



Fonte: MST (2025)

Figura 24 - Evangélicos dentro do MST (Portal do Paranapanema-SP).



Fonte: Tricontinental Brasil (2025)

Em contraposição às tradições cristãs predominantes nos espaços rurais analisados nesta pesquisa, marcadas por práticas excludentes e pela rejeição a corpos dissidentes, as religiões de matriz africana apresentam, ou ao menos deveriam apresentar, uma lógica mais inclusiva, capaz de acolher sujeitos negros, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Contudo, assim como no contexto urbano, o mundo rural ainda expressa forte resistência à presença de terreiros, reflexo direto da influência cristã hegemônica que se consolidou nesses territórios. Nesse cenário, Vital (2020) argumenta que as religiões de matriz africana se constituíram historicamente pela ação de mulheres negras escravizadas, trazidas à força para as Américas pelo tráfico transatlântico. Esse processo de sequestro e deslocamento de diferentes populações africanas resultou em ampla diversidade linguística, cultural e étnica, preservada até hoje nos territórios tradicionais afro-religiosos.

No Candomblé, a organização hierárquica distingue funções destinadas a homens e mulheres, mas assegura paridade de prestígio entre cargos como Babalorixá (pais de Santo) e Iyalorixá (Mães de Santo). Essa estrutura, observa Vital (2020), articula-se com a inclusão de pessoas homossexuais e trans que podem expressar sua sexualidade sem repressão. A divisão ritual do trabalho pauta-se na construção social do gênero, e não na orientação sexual, de modo que gays ocupam funções masculinas e lésbicas assumem funções femininas; ainda assim, muitos terreiros já reconhecem identidades trans e travestis em seus cargos cerimoniais.

Diante da força do imaginário cristão-colonial, a autora sublinha que mulheres, travestis, transexuais e homossexuais continuam a enfrentar estigmas externos, muitas vezes legitimados por interpretações bíblicas sem sustentação legal. Amparada em Landes (1947), Vital (2020) reforça o caráter patriarcal das comunidades do Candomblé e o modo africano de compreender os sujeitos a partir de sua trajetória, responsabilidade e vínculo religioso e não conforme normas heterocisnormativas. A autora destaca, ainda, que muitos sujeitos LGBTQIAPN+ encontram nos terreiros espaços de reconhecimento, poder simbólico e circulação social, embora persistam casos pontuais de influência moral cristã contrária à diversidade sexual.

Ressaltamos que orixás não determinam a sexualidade humana, e a homossexualidade está presente em todas as religiões, sendo a discriminação fruto de preconceitos sociais que violam o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e não há literatura que destaque ou aprofunde a ideia de que um iniciado em cultos de matrizes africanas tem tendências homossexuais ou de qualquer outro que integra a sigla dos sujeitos LGBTQIAPN+. Nesse cenário, evidencia-se a persistência do racismo religioso, da homofobia legitimada por leituras bíblicas normativas e da violência simbólica dirigida às mulheres no interior de tradições cristãs hegemônicas, mecanismos que operam como dispositivos de controle dos corpos e de suas possibilidades de expressão identitária.

Tais práticas limitam o exercício pleno da autonomia e produzem regimes de sujeição que impactam diretamente sujeitos negros, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ nos territórios rurais. Em contraste, a construção histórica do MST, enquanto movimento de massas de caráter popular, sindical e político, fundamenta-se na defesa permanente da justiça social e na universalização dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais. Seu projeto de reforma agrária popular pressupõe, portanto, a ampliação das liberdades, condição indispensável para que corpos dissidentes possam existir sem coerção moral e para que formas plurais de identidade se afirmem como parte legítima da vida social no campo.

A expansão do contingente populacional que se identifica como evangélico no país tem se articulado à amplificação das práticas de racismo religioso, evidenciando a convergência entre expansão religiosa e mecanismos de intolerância:

O Brasil registrou 3.853 violações motivadas por intolerância religiosa em 2024, um aumento de mais de 80% em relação a 2023, que teve 2.128 casos, segundo dados do canal de denúncias do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), o Disque 100. O estado de São Paulo lidera o número de casos com 919 violações em 2024, um crescimento de aproximadamente 60% em relação a 2023 com 573 ocorridos. O Rio de Janeiro ficou em segundo lugar com 764 violações e a Bahia em terceiro lugar com 223 violações relacionadas à religião ou crença. Ambos os estados tiveram um aumento em relação a 2023. A religião que registrou o maior número de violações foi a umbanda, seguida pelo candomblé. Ambas as religiões de matriz africana (CNN Brasil, 2025).

O Censo de 2022 demonstra:

Aumento significativo do número de fiéis evangélicos no Brasil, nas últimas décadas. Para conhecer melhor quem são esses brasileiros, o programa *Caminhos da Reportagem* que a TV Brasil leva ao ar nesta segunda-feira (30), às 23h, visitou diferentes igrejas espalhadas pelo país.

De acordo com o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada quatro brasileiros, um é evangélico. O Censo revelou avanço no percentual de adeptos dessa religião em comparação com os números de 2010, passando de pouco mais de 20% para quase 27% (AGÊNCIA BRASIL, 2025).

A articulação entre terra, corpo e racialidade que estrutura O Cisma da Terra e do Corpo encontra respaldo nas próprias formulações políticas do MST, que, conforme registrado no artigo *A luta pela terra como forma de combate ao racismo agrário* (2020), reconhece que a luta pela terra no Brasil é indissociável da luta antirracista, uma vez que o movimento é hegemonicamente composto por mulheres e homens negros cujas trajetórias históricas remontam à resistência quilombola.

A equiparação traçada pelo MST entre o quilombo no escravismo e o acampamento no capitalismo evidencia que a libertação da terra, hoje, não pode prescindir da afirmação plena das identidades – incluindo mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros sujeitos historicamente subalternizados – como condição de efetivação da vida. Essa compreensão adquire novo desdobramento no artigo *Os povos de terreiro reafirmam seus direitos e a luta contra o racismo religioso* (2024), no qual a presença ativa de militantes do MST em espaços de articulação dos povos de terreiro indica que a pauta agrária e a pauta religiosa-afro-brasileira não se encontram dissociadas: ao contrário, convergem na defesa de territórios de axé presentes em acampamentos e assentamentos, e na construção de políticas que reconheçam os saberes ancestrais como tecnologias de resistência e autonomia.

A participação de intelectuais, lideranças negras e praticantes de Umbanda, Tambor de Mina, Nação Nagô, Ketu e Angola reforça que tais territórios se constituem como forças vivas cuja existência desafia o avanço das ofensivas conservadoras e da extrema direita, que buscam restaurar regimes de controle espiritual, político e econômico sobre corpos e territórios. Nesse cenário, o MST posiciona-se estrategicamente diante de uma encruzilhada histórica, na qual a defesa da terra implica também a defesa dos corpos racializados e dissidentes que a compõem, reafirmando-se como movimento de vanguarda ao incorporar o combate ao racismo religioso como dimensão estrutural de sua luta por justiça social.

No plano ideológico, a sustentação das políticas neoliberais se dá mediante a tentativa de tomada do aparelho de Estado, objetivando a redução da democracia a uma teocracia fundamentalista lastreada na visão de mundo polarizada de segmentos evangélicos neopentecostais<sup>44</sup> antidiversidade, que demonizam os povos negros e os expõem à violência racista como nunca visto em na história republicana brasileira.

No que toca às políticas de Estado, essa perspectiva ideológica se materializa na tentativa de retomada e de aprovação, no parlamento brasileiro, de projetos de leis antidiversidade, cuja evolução foi interrompida com a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022.

Assim, tem-se o avanço de propostas que atentem contra a soberania dos povos originários em relação aos seus territórios, como também a tentativa de monopólio fundamentalista cristão sobre os corpos das mulheres, sobretudo negras, a exemplo do Projeto de Lei PL 1904 que criminaliza mulheres estupradas que abortam – em relação ao qual manifestamos nosso absoluto repúdio –, revogando direitos já consolidados historicamente pelos movimentos feministas. Na esfera educacional, afronta-se a liberdade de pensamento e cátedra na atividade docente, tentando instituir o patrulhamento ideológico e a criminalização de educadoras e educadores.

No que se refere aos povos tradicionais de matriz africana prevalece a retórica da liberdade religiosa para impedir que pessoas de todos os credos tenham acesso ao ensino da história da África e das culturas afro-brasileiras e ameríndias no currículo escolar, conforme determina a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, em um movimento de boicote sistemático à sua efetivação, que vai do parlamento até a gestão escolar, à mercê de educadores neopentecostais

---

<sup>44</sup> O neopentecostalismo é delimitado tendo em vista suas características principais, a saber, a Teologia do Domínio, em sua articulação de um cenário de permanente guerra espiritual entre Deus e o Diabo, a Teologia da Prosperidade, a superação dos estereotipados usos e costumes de santidade e sua organização empresarial (Paravidini; Gonçalves, 2009).

que não hesitam em criar toda a sorte de dificuldade para a incorporação dessas temáticas no ensino.

De fato, o que se avizinha é a possibilidade de destruição das políticas públicas na forma de ações afirmativas, duramente conquistadas pelo Movimento Social Negro e que tem tensionado o próprio projeto civilizatório da nação brasileira, trazendo para a esfera pública a maioria da população preta e parda que fora historicamente relegada à invisibilidade e exclusão, contrastando, com os corpos e presenças negras, os privilégios naturalizados da branquitude. Compreende-se que toda essa movimentação antidemocrática e antidiversidade compromete a governabilidade do governo Lula, em um momento em que se propõe a reconstrução da nação diante do tsunami neoliberal e fundamentalista que se implantou desde o golpe que violou o legítimo mandato da presidenta Dilma Roussef. Nesse sentido, a realidade se agrava ainda mais com o sequestro do orçamento público federal, realizado por um parlamento fisiologista e hegemonicamente dominado pela extrema direita. Esse contexto coloca o governo do Presidente Lula em uma encruzilhada que se, por um lado, exige capacidade de negociação e diálogo com setores de oposição, por outro lado, entendemos que exige também o fortalecimento daquelas e daqueles que estiveram e estão ao seu lado nos piores momentos, como o da sua prisão e o da última eleição presidencial, entre os quais se colocam os povos de matriz africana, especialmente, os macumbeiros de esquerda. A polarização ideológica e política é uma realidade estabelecida, que não foi criada pelos grupos negros, pois somos povos circulares, conectivos e integrativos. Todavia, entende-se que a encruzilhada acima citada não pode significar a negligência ou silenciamento em relação à existência de tais grupos e às suas demandas pelo aperfeiçoamento e ampliação das políticas antirracistas no país (MST, 2024).

Figura 25- ÈGBÉ - Encontro Nacional da Cultura de Povos de Matriz Africana, 2024.



Fonte: MST (2024)

Figura 26 - Mística



Fonte: MST (2024) - ÈGBÉ

As Figuras 25 e 26 demonstram, ao fundo, bandeiras de organizações negras e populares que indicam que o encontro trata de identidade, cultura e luta social. Sobre a mesa central, objetos como vasos de barro, tecidos africanos, folhas e panos brancos remetem à

ancestralidade e às religiões de matriz africana. O cenário sugere uma discussão sobre direitos, espiritualidade, território e mobilização política.

De modo geral, o mundo tem enfrentado importantes retrocessos nos direitos civis e sociais, conquistas obtidas historicamente por meio de lutas intensas e do sacrifício de populações socialmente vulnerabilizadas. Em sociedades regidas por lógicas patriarcais e heteronormativas, qualquer grupo considerado dissidente costuma ser o primeiro a sofrer essas perdas. Na América, observa-se o fortalecimento de agendas conservadoras de direita e extrema-direita, representadas por figuras como Donald Trump nos Estados Unidos, Bukele em El Salvador, Daniel Noboa no Equador, Javier Milei na Argentina, José Neri no Peru, Rodrigo Paz na Bolívia e Santiago no Paraguai. O Brasil não é uma bolha, portanto, acaba sendo influenciado por essa onda de extremismo e por esses projetos conservadores.

No país, essa tendência se expressou entre 2019 e 2022 no governo de Jair Bolsonaro e segue presente na atuação de uma extrema-direita que domina parte significativa da pauta política no Congresso, buscando restringir direitos de grupos minorizados, como pessoas LGBT, populações negras e mulheres. Ao fim de seu mandato em dezembro de 2022, Bolsonaro encerra com um resultado bastante desfavorável à população LGBTQIAPN+:

Mantido ao longo dos três primeiros anos de governo Bolsonaro, o Departamento de Promoção dos Direitos e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DPLGBT) foi extinto por meio do Decreto nº 10.883, de 6 de dezembro de 2021. O órgão era responsável por coordenar ações voltadas a essa população no âmbito do governo federal e estava vinculado ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, então comandado por Damares Alves. Criado em 2009, durante o governo Lula, como coordenadoria, o órgão foi alçado ao status de diretoria na gestão Temer, em 2017. Desde a extinção do departamento, a temática LGBTI+ está a cargo da Secretaria Nacional de Proteção Global, também responsável pela população em situação de rua. O governo Bolsonaro também deixou de prever recursos no Orçamento Federal destinados especificamente a ações ligadas à população LGBTI+. A última Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada no governo Temer, em 2018, destinada ao ano de 2019, havia retomado uma ação orçamentária exclusiva para políticas LGBTI+ suspensa em 2016. Desde 2020, no entanto, as LOAs voltaram a não ter essa previsão de recursos. Ações direcionadas a essa população pode ser desenvolvida e financiada com outras rubricas. Contudo, a inexistência de recursos exclusivos implica dificuldades maiores de financiamento, já que essas políticas precisam disputar verba com outras atividades, apontam especialistas (Nomura, 2022).

Evidenciamos, nesse contexto, o denominado princípio da vedação ao retrocesso<sup>45</sup>, que, segundo MPF (2023), funciona como um limite à reforma, pela qual se busca proteger a

---

<sup>45</sup> A proibição do retrocesso na Constituição de 1988: Embora não prevista genericamente na Constituição brasileira, há alguns aspectos da proibição do retrocesso que estão positivados. Por exemplo, o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal determina que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa

sociedade e os grupos vitimizados contra a superveniência de lei que pretenda atingir, negativamente, o direito social já conquistado em sede material legislativa. O princípio apresenta, ainda, uma vertente voltada para o judiciário, de modo que a interpretação conferida à norma jurídica, em seus aspectos de validade e existência, deve igualmente entender pela vedação ao retrocesso, buscando aquela leitura que fortaleça direitos, e não os diminua ou enfraqueça.

## **7 CONSTRUÇÃO DO COLETIVO ÉTNICO-RACIAL: DO DEBATE NACIONAL À PRÁXIS DO MST**

A construção do coletivo étnico-racial no Brasil contemporâneo representa um dos eixos mais complexos e dinâmicos na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Historicamente colocada em segundo plano ou diluída no debate da luta de classes, a pauta racial alcançou centralidade a partir da rearticulação do Movimento Negro, sendo posteriormente incorporada por movimentos sociais mais amplos, como o MST.

A análise aqui proposta visa traçar uma conexão entre as estratégias de identidade e de ação política do Movimento Negro no contexto atual do Brasil e a aplicação prática e interseccional desse debate no MST, especificamente em sua proposta de Reforma Agrária Popular antirracista, destacando as mudanças e continuidades históricas e o modo como o Coletivo Étnico-Racial se consolida como uma força política.

A análise da Construção do Coletivo Étnico-Racial pressupõe o reconhecimento de que a “questão racial” passou por transformações significativas no Brasil a partir do final dos anos 70, período em que o Movimento Negro articulou novas estratégias de ação política. Inicialmente centrado na rediscussão da identidade nacional, o debate progrediu para a pauta de ações afirmativas e, mais recentemente, para uma abordagem que interliga as categorias de raça, classe, gênero e território. O Movimento Negro no Brasil foi o catalisador deste processo, promovendo um deslocamento da identidade de uma categoria estritamente nacional para uma identidade étnica politicamente ativa. Essa transformação está hoje consolidada não apenas em espaços institucionais, como a formalização da autodeclaração para acesso a políticas públicas de cotas, mas também serve de base para a formulação de projetos radicais de transformação social, como a proposta de Reforma Agrária Popular do MST, que adota a luta antirracista como seu eixo estruturante.

---

julgada”, e o art. 60, § 4º, IV, impede a Emenda Constitucional tendente a abolir direitos e garantias individuais. (Martins, 2025).

O coletivo étnico-racial do MST recupera a base teórica e política consolidada pelo Movimento Negro Unificado e seus sucessores a partir dos anos 1970: o desmonte do mito da democracia racial e o reconhecimento do racismo como parte da estrutura da sociedade brasileira. Para o MST, o racismo não deve ser visto como um desvio, mas como um dos “pilares estruturantes” que, ao lado do patriarcado, está na gênese violenta da nação, marcada pela escravização e pela dizimação de populações originárias. (TANHOTE, 2024).

O artigo publicado na página oficial do MST (2025) estabelece um fundamento comum entre o Movimento Negro histórico e o MST contemporâneo, no qual ambos partilham a visão de que a formação social brasileira é marcada pela superexploração da força de trabalho e dos bens da natureza, manifestando-se de forma mais violenta contra a população negra e indígena. A construção do Coletivo Étnico-Racial, segundo a análise, depende da formação de uma consciência política capaz de enfrentar a exclusão social. Enquanto o Movimento Negro do Brasil buscou ativamente construir a identidade negra como um sujeito político, o MST ecoa essa perspectiva ao afirmar que o potencial de luta reside na “materialidade da vida” das especificidades que compõem o povo, como indígenas, negros, LGBTQs, trabalhadores e trabalhadoras.

### **7.1 O Ponto de Inflexão Pós-Durban, a Interseccionalidade e a Ação Prática**

A primeira grande mudança na trajetória do Movimento Negro no Brasil ocorreu a partir dos anos 90, sendo acentuada pela Conferência Mundial de Combate ao Racismo da ONU, em Durban (2001). A participação em Durban marcou o momento em que o discurso político-identitário do Movimento Negro no Brasil se transnacionalizou, mudando o foco de uma identidade estritamente nacional para uma identidade étnica. Nesse novo contexto, as “ações afirmativas” consolidaram-se como a principal bandeira do Movimento Negro contemporâneo. O resultado institucional dessa pressão foi a incorporação da questão racial nas esferas pública e estatal, com a formalização da autodeclaração para fins de cotas, demonstrando que a classificação étnico-racial se tornou categoria legal e institucional de reparação e acesso.

Um aspecto interessante desse processo, é o modo como o MST absorve e amplia o debate iniciado pelo Movimento Negro, levando a luta antirracista para a dimensão do campo e do projeto de sociedade. O MST colocou o enfrentamento ao racismo como central na reformulação de seu projeto, estabelecendo a Reforma Agrária Antirracista como Eixo Estruturante. Essa abordagem exige a Interseccionalidade Obrigatória: o racismo não pode ser

tratado isoladamente, mas sim dentro de um quadro de violências interligadas. Portanto, a Reforma Agrária Popular deve ser não apenas anticapitalista, mas obrigatoriamente antirracista, antipatriarcal (combatendo a opressão de gênero) e anti-LGBTfobia (combatendo a opressão de diversidade sexual). Essa visão, que reconhece que não se produz “alimentação saudável, através de relações doentes”, busca confrontar a hegemonia de uma minoria “branca, masculina, heterossexual, proprietária”. A luta no MST confere ao debate racial uma dimensão especificamente territorial, ligando o racismo à exploração e à concentração da terra.

A dimensão interseccional e territorial da luta, que se tornou inegociável no projeto de Reforma Agrária Popular do MST, encontra materialidade e ação concreta em suas lideranças, a exemplo de Ruth Venceremos, educadora, ativista e co-fundadora do coletivo LGBTQIAPN+ Sem-Terra em 2018. Venceremos, em entrevista, personifica a síntese do Coletivo Étnico-Racial, atuando no cruzamento entre as lutas pelos direitos LGBTQIAPN+, pela terra e contra o racismo. Sua trajetória, que começou ainda adolescente em um assentamento do MST no sertão pernambucano, é um indício de que a luta pela liberdade sexual e de gênero não é antagônica às demais bandeiras populares. Pelo contrário, ela reforça que "Amar não diverge de lutar", e que essas pautas caminham juntas. Para Venceremos, a superação do preconceito exige uma abordagem que vá além da retórica, sendo, essencialmente, uma "luta popular, travada no seio da população". Essa perspectiva prática confronta o sistema que, segundo sua análise, é o "inimigo que produz pessoas preconceituosas, racistas, LGBTfóbicas", e não apenas desvios individuais.

Portanto, o percurso do debate racial no Brasil demonstra uma trajetória de amadurecimento e politização, consolidando a identidade étnico-racial como uma categoria de luta incontornável para a justiça social. A luta iniciada pelo Movimento Negro, focada na desmistificação da democracia racial, alcançou sua fase institucional com as ações afirmativas no contexto pós-Durban. Essa etapa garantiu o reconhecimento legal do racismo estrutural e pavimentou o caminho para a inclusão da questão racial no cerne dos projetos de transformação mais radicais, sinalizando o esgotamento da via de conciliação racial e a emergência de um sujeito político ativado. O ápice dessa evolução manifesta-se na incorporação da pauta pelo MST, de maneira que a luta antirracista adquire uma dimensão interseccional e territorial inegociável. Ao exigir que a Reforma Agrária Popular seja simultaneamente antirracista, antipatriarcal e anti-LGBTfóbica, o movimento postula que a violência estrutural do capitalismo brasileiro é indissociável da opressão de raça e de gênero. A construção desse coletivo étnico-racial passa a ser o eixo que garante a emancipação de

camponeses, quilombolas e indígenas, confrontando diretamente a hegemonia de uma minoria branca e proprietária que historicamente concentra poder e riqueza no país.

O ativismo de base, de lideranças como Ruth Venceremos, reforça que o caminho para desarmar o preconceito está na convivência ativa e na permanência desses sujeitos nas trincheiras dos movimentos populares. Em síntese, a constituição do Coletivo Étnico-Racial como força política é o elemento central para um projeto de sociedade não-inconclusa, ou seja, influenciando decisões, pautas e estratégias do movimento. A pressão desses sujeitos indígenas, negros, mulheres, LGBTs é o que efetivamente "força as amarras de classe, de raça e de gênero". Nesse sentido, a luta por territórios livres de violência e a construção da Reforma Agrária materializam um novo modelo civilizatório, alcançável apenas pelo reconhecimento e valorização das especificidades de todos os povos que historicamente enfrentam a superexploração.

“O inimigo é um sistema que produz pessoas preconceituosas, racistas, LGBTfóbicas. A luta pela superação do preconceito não pode ser diferente, senão ser uma luta popular, travada no seio da população. Nós obviamente temos que pensar estratégias de como contribuir nesse processo de educação das massas e das pessoas.” (Venceremos,2024).

## **7.2 O Coletivo “Terra, Raça e Classe” no MST: Gênese e Desafios**

A presente seção tem como objetivo analisar a gênese, a estruturação e os desafios do Coletivo “Terra, Raça e Classe” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra (MST), com base nas informações do site oficial do movimento ([mst.org, br](http://mst.org.br)), no relato de um dos entrevistados, Gerson Oliveira, militante há mais de 15 anos e Doutor em Geografia, que se deu a partir de uma entrevista semiestruturada e de seus vídeos no canal do MST no youtube e da Tese de Doutorado de Raumi Joaquim de Souza intitulada: “TERRA, RAÇA, CLASSE E ESTRATÉGIA”. Busca-se compreender como se deu a inserção do debate racial no interior de um movimento social historicamente marcado pela luta pela terra e pela reforma agrária, mas também por contradições inerentes à sociedade brasileira.

O debate racial no MST não avançou como o LGBT Sem-Terra e de Gênero.

...a questão agrária e a questão racial estão articuladas historicamente no Brasil, sendo marcas do trauma da colonização e da escravidão, que legaram ao país um sistema de divisão da terra desigual e uma estrutura racial que vitimizam a maioria da população pobre e negra com o racismo, como marca estruturante da desigualdade social brasileira. Portanto, podemos tratar a luta pela terra também como uma luta pela superação do racismo, bem como da questão racial como pauta de debate na luta pela reforma agrária (Souza, 2017, n.p.).

## E

Por que será que isso ocorreu? Conforme análise documentada por Souza (2017), o cofundador do MST Eudes Queiroz atribuiu a subalternização inicial da questão racial no movimento a uma contingência histórica estruturante: sua base social original no Sul era majoritariamente composta por descendentes de colonização europeia, o que instituiu uma hierarquia de urgências políticas que privilegiou a luta de classe pela terra. Contudo, transcende a mera explicação contextual. Sua análise incorpora uma autocrítica institucional, salientando uma deficiência programática na falta de provocação ativa do debate racial, cuja centralidade era inerente à formação socioeconômica de outras regiões com expressiva presença negra. A reflexão identifica, assim, a confluência de um determinante geográfico-histórico com uma opção estratégica deficitária na internalização do antirracismo (Souza, 2017, p. 84).

Negras e negros foram protagonistas nessas lutas. Historicamente, eles foram os primeiros a se tornarem Sem-Terra e, também, os últimos a conseguir um trabalho assalariado. Em momentos de crise econômica, sempre foram os primeiros a perderem seus empregos. Essa realidade reforça a ideia de que a luta pela terra, no Brasil, está diretamente ligada à questão racial. A fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) aconteceu nesse contexto de efervescência de lutas. Ela se deu poucos anos antes da comemoração dos 100 anos da abolição da escravatura (1888). Nos anos 1980, negros e negras, junto a outros trabalhadores, ousaram ocupar as terras latifundiárias, heranças do período escravocrata, buscando transformá-las em territórios livres para a reforma agrária. A terra, que sempre foi negada a esses povos, só foi conquistada com luta – uma luta que remonta aos primeiros quilombos e segue até as ocupações atuais.

É fundamental entender que a desigualdade racial no Brasil é uma das várias formas de violência social. Essa violência é imposta pela apropriação privada da terra, que gera uma concentração fundiária que, historicamente, favoreceu a exploração da mão-de-obra negra. Esse processo envolveu repressão, tortura e até etnocídio, excluindo negros e indígenas tanto social quanto territorialmente. Para Gerson de Souza, da Direção Estadual do MST em São Paulo, a base do movimento encontra, justamente, os descendentes de pessoas que foram escravizadas. A luta deles é marcada por essa estrutura histórica. Por isso, a Reforma Agrária Popular deve ser vista como um projeto de unidade, capaz de alterar essa estrutura herdada da sociedade escravocrata.

Para aprofundar essa reflexão, foi criado no interior do MST um Coletivo para estudo das questões étnico-raciais e a questão agrária, o coletivo “Terra, Raça e Classe”, que propõe uma análise sobre a estrutura agrária no Brasil e como ela se relaciona com a questão racial e o racismo. Superar tanto a estrutura do latifúndio quanto o racismo estrutural é

fundamental para garantir justiça social. Dos quilombos aos acampamentos, a luta pela terra é a luta de uma nova Palmares, com o objetivo de transformar o Brasil (MST, 2025).

A questão racial começou a ganhar espaço interno no MST a partir da fundação do Grupo de Estudos Terra, Raça e Classe em 2017. Suas análises fundamentam-se na premissa de que as questões agrária e racial estão intrinsecamente entrelaçadas na formação brasileira, conforme evidenciado pela legislação fundiária oitocentista e pela configuração social do campo contemporâneo. O Coletivo Racial emerge oficialmente em fins de 2017, a partir de seminário interno sobre pensamento panafricanista. Conforme o depoimento de Gerson de Souza, sua gênese como grupo de estudos – e não como instância orgânica – reflete a fase embrionária de elaboração teórica e formação política. A tríade conceitual "Terra, Raça e Classe", que nomeia a iniciativa, explicita em sua origem o projeto de articulação entre a luta pela terra e as dimensões étnico-raciais e classistas.

Cabe evidenciar que, no universo organizativo do MST, os coletivos de Gênero e LGBT Sem-Terra possuem trajetória mais longa e estrutura consolidada. O Coletivo Racial, por contraste, configura-se como uma iniciativa recente, carecendo ainda de representação formalizada em todos os estados e de participação orgânica nas instâncias decisórias do movimento. Seu processo de transição de grupo de estudos para coletivo nacional encontra-se em debate, o que é um indicativo da complexidade dos processos de institucionalização de novas pautas no interior de movimentos sociais consolidados.

Os fundamentos que animam a criação do Coletivo Racial assentam-se em dois pilares interligados: a autoidentificação dos militantes como sujeitos negros e a compreensão da reforma agrária como bandeira antirracista. Nesta perspectiva, a Lei de Terras de 1850 representa o marco histórico de exclusão da população negra do acesso à terra, consolidando uma estrutura fundiária racializada que perdura até a contemporaneidade. Neste contexto, a luta pela terra configura-se como enfrentamento direto ao racismo estrutural, na medida em que o latifúndio permanece como domínio histórico das elites brancas. A presença majoritária de famílias negras – com destaque para as mulheres negras – nos acampamentos recentes, reforça a centralidade desta temática para a base social do movimento.

Gerson de Souza reconhece que o MST não constitui espaço imune ao racismo, reproduzindo em seu interior as relações sociais vigentes na sociedade brasileira. Estabelece, contudo, crucial distinção entre o racismo estrutural do Estado – manifestado na negação de direitos e políticas de extermínio – e as manifestações de racismo interpessoal e recreativo no interior do movimento. O MST não se apresenta como espaço "purificado", mas como um campo de disputas de discursos. A existência de estereótipos, resistências e manifestações de

racismo é reconhecida, porém não como característica orgânica do movimento. Ante tais contradições, o MST mobiliza suas práxis pedagógica como instrumento de superação, visando a formação de uma nova consciência e de relações sociais emancipadas.

A atuação do Coletivo Racial não se desenvolve de forma isolada, ou seja, mantém diálogo permanente com os Setores de Gênero e LGBT a partir do reconhecimento da interseccionalidade das opressões. Exemplar desta perspectiva é a coexistência, no Acampamento Marielle, de terreiro de candomblé e igrejas evangélicas, amparada por normas internas que condenam a intolerância religiosa e o discurso de ódio. Embora o Coletivo Étnico-Racial ainda não tenha produzido materiais próprios de sistematização, encontra-se em fase de elaboração de tais instrumentos. Sua principal contribuição, no momento, é de natureza formativa e política, buscando influenciar a linha programática do movimento e fortalecer a auto-organização dos militantes negros. Sua projeção futura inclui a transformação em coletivo nacional, com representação por estado e capacidade de incidência nas instâncias centrais do MST.

Essa construção representa um movimento duplo: de um lado, responde à necessidade histórica de reconhecimento do papel do povo negro na luta pela terra; de outro, reflete o amadurecimento político do movimento frente às demandas por reconhecimento, justiça racial e reforma agrária popular. Embora em fase embrionária, o coletivo já evidencia a potência do debate racial para renovar o projeto de reforma agrária popular, articulando terra, raça e classe em perspectiva anticapitalista e antirracista. Seus desafios organizativos e políticos demonstram, contudo, que a internalização deste debate constitui processo em aberto, marcado por avanços, tensões e aprendizados coletivos que refletem os complexos caminhos da transformação social no Brasil contemporâneo.

## **8. A DIALÉTICA DA LUTA: DIREITOS HUMANOS, TERRA E AS CONTRADIÇÕES INTERNAS DO MST**

A luta pela terra no Brasil, historicamente marcada pela concentração fundiária oligárquica, transcende a mera disputa por recursos: ela se configura como uma luta fundamental pelos Direitos Humanos (DH). O MST emerge como o principal agente na busca por essa justiça social, regendo suas bandeiras – Reforma Agrária Popular, Diversidade Étnica e Combate à Violência Sexista – como um programa político que dialoga diretamente com os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O MST, ao desafiar o latifúndio improdutivo, questiona a própria fundação de uma sociedade onde a miséria e a desigualdade são perpetuadas pela não observância da função social da propriedade.

Este capítulo propõe analisar a intrínseca relação entre o direito à terra e os Direitos Humanos no Brasil no MST. Contudo, a análise não se furtará a expor a contradição dialética que reside na organização interna do movimento. O caso dos assentamentos, a exemplo do de Araraquara, onde lideranças femininas consolidadas, com notória atuação política e administrativa, são sistematicamente excluídas de cargos de presidência em cooperativas, revela uma profunda tensão de gênero. Esta tensão desafia o próprio ideal de superação do patriarcado defendido pelo MST, levantando a questão central: como o coletivo, que luta pelo fim da opressão externa, reproduz internamente resistências que limitam a plena participação e o direito de decisão das mulheres sobre a terra conquistada?

### **8.1 O Direito à Terra como Direito Humano Fundamental no Brasil**

#### **8.1.1 Fundamentação Teórica: O Estatuto da Terra, a Função Social e os Direitos Econômicos Sociais e Culturais**

O embasamento jurídico e ético da luta do MST reside no princípio da função social da propriedade, estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (art. 5º, XXIII) e detalhado no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64). O jurista José Afonso da Silva argumenta que o direito de propriedade no Brasil não pode ser absoluto; deve ser exercido em conformidade com o interesse social e a sustentabilidade. Ao manter vastas extensões de terra improdutivas, o latifúndio viola esse princípio e, em essência, nega o acesso a direitos básicos para a população.

Nessa perspectiva, o direito à terra não é apenas um direito patrimonial, mas um Direito Fundamental para a concretização dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, conforme definidos em tratados internacionais. O acesso à terra permite a produção, gera trabalho e renda, e garante moradia, tornando-se, para milhões de camponeses, o fundamento prático para o exercício do Direito à Alimentação Adequada, do Direito ao Trabalho Digno e do Direito à Moradia. A omissão do Estado em realizar uma ampla Reforma Agrária configura, portanto, uma violação estrutural dos Direitos Humanos.

As três bandeiras do movimento atuam como eixos programáticos que demonstram a intersecção orgânica entre a luta agrária e a agenda de DH:

A. Reforma Agrária Popular e Soberania Alimentar: Esta bandeira se alinha diretamente com o Direito Humano à Alimentação Adequada. Ao contrário do modelo hegemônico do agronegócio, que prioriza o lucro e a exportação de commodities<sup>46</sup>, o MST propõe um modelo agroecológico que prioriza a produção de "alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população". Esta exigência não visa apenas a subsistência dos assentados, mas a soberania alimentar da nação. Conceituada pela Via Campesina e defendida por pensadores como Vandana Shiva<sup>47</sup>, a soberania alimentar implica que as decisões sobre o sistema alimentar pertençam aos povos e não ao mercado, garantindo, assim, o Direito Humano à Saúde em sua dimensão preventiva e coletiva.

B. Diversidade Étnica e Direitos Coletivos: A exigência de políticas públicas que garantam a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas confere à luta pela terra uma dimensão de reparação histórica e de Direito Coletivo. Para esses povos, a terra é território ancestral, base da identidade, da cultura e da reprodução social. O reconhecimento da diversidade étnica e da luta contra o racismo estrutural alinham o MST aos princípios da Convenção 169 da OIT<sup>48</sup> sobre povos tribais e indígenas, reafirmando que a luta pela terra é

---

<sup>46</sup> *Commodities* são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria. No Brasil, as principais *commodities* são o café, a soja, o trigo e o petróleo. Fonte: <https://www.epsvj.fiocruz.br/commodities-definicao>. Acesso em: 10 dez. 2025.

<sup>47</sup> Vandana Shiva é uma renomada filósofa, física, ecofeminista e ativista ambiental indiana, conhecida mundialmente por sua luta pela biodiversidade, soberania alimentar e agricultura sustentável, criticando a globalização e os OGM's. Fundadora da ONG Navdanya, que promove a conservação de sementes nativas e práticas orgânicas, ela defende a "Democracia da Terra" e é uma figura central no movimento antiglobalização, tendo recebido o Prêmio Nobel Alternativo (Right Livelihood Award) em 1993 por seu trabalho.

<sup>48</sup> OIT é a Organização Internacional do Trabalho, uma agência especializada da ONU fundada em 1919, dedicada a promover a justiça social e direitos humanos no mundo do trabalho, definindo normas, promovendo emprego decente e melhorando a proteção social, com uma estrutura única que reúne governos, empregadores e trabalhadores. (ONU,2025).

indissociável da luta por Direitos Culturais e o Direito à Não-Discriminação. O movimento, assim, busca a construção de uma sociedade que viva harmonicamente, com oportunidades iguais para todos os brasileiros.

C. Combate à Violência Sexista e a Superação do Patriarcado: Ao declarar a luta contra a violência de gênero, o MST demonstra que compreende o patriarcado como um dos pilares da dominação social, ao lado do capitalismo e do racismo. Os dados apresentados pelo movimento sobre o feminicídio de mulheres, especialmente negras (61% das vítimas em 2018), e a violência contra a população LGBT, solidificam a pauta do Combate à Violência Sexista como uma luta de Direitos Humanos de Gênero (Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres). A organização das mulheres e LGBTs é, para o MST, "fundamental para a superação do modelo capitalista, racista e patriarcal", indicando que a libertação da terra exige, concomitantemente, a libertação das relações sociais opressivas que nela se manifestam.

Apesar do seu discurso avançado e da inclusão da pauta de gênero entre suas bandeiras fundamentais, o MST, como qualquer organização que atua em uma sociedade patriarcal, não está imune à reprodução de resistências internas. Este é o cerne da contradição dialética do movimento.

## **8.2 Protagonismo Feminino, Liderança e a Ascensão Política**

É inegável o papel central e a vanguarda das mulheres nas fileiras do MST. Em muitos momentos da história do movimento, como apontado por pesquisadoras como Maria de Nazareth Aguiar, são as mulheres que lideram as ocupações, organizam a base social, conduzem o Setor de Educação e, crucialmente, realizam a interlocução política externa com o poder público. Essa liderança se manifesta de forma multifacetada:

1. Na Direção Política: Figuras como Kelli Mafort, membro da Direção Nacional do MST, exemplificam o protagonismo feminino na formulação estratégica e na vanguarda do movimento em nível nacional.

2. Na Base e na Agroecologia: A presença feminina é igualmente vital na construção da Reforma Agrária Popular e na defesa da biodiversidade, sendo representada por militantes como Ana Lúcia dos Santos (Tocantins), assentada, extrativista e guardiã dos frutos do Cerrado (Ayres, 2025).

3. No Capital Político Local: No plano regional, a ascensão de lideranças femininas a postos de comando demonstra o reconhecimento, pelo movimento e pela sociedade local, da

sua competência e engajamento. O protagonismo político dessas militantes e sua afirmação como sujeitos políticos são uma conquista notória na trajetória do MST (Esmeraldo, 2007). Há inúmeros exemplos de líderes que, partindo da base social dos assentamentos, conquistam o capital político e a experiência administrativa necessária para a interlocução em esferas complexas. A trajetória dessas líderes comprova a maturidade política alcançada, onde a experiência na organização territorial se traduz em capacidade de diálogo com o poder público. Essa competência é fundamental para representar o coletivo, assegurando que o MST continue a ser um agente político capaz de influenciar as políticas públicas e o destino econômico de suas áreas, desde a prefeitura local até as instâncias estaduais.

A contradição, entretanto, surge quando esta liderança reconhecida e capaz, assim como outras, é sistematicamente preterida nos cargos de presidência ou diretoria da cooperativa estabelecida no assentamento. O cargo de presidência da cooperativa possui uma função que vai além da organização da base: ele é o polo do poder econômico e formal-burocrático. É o presidente quem lida com as grandes negociações, o gerenciamento de crédito bancário, a assinatura de contratos e a responsabilidade civil/jurídica pela produção. A negação deste cargo às mulheres, mesmo em um assentamento que tem cooperativa estruturada e líderes femininas qualificadas, evidencia a persistência da lógica patriarcal.

Este fenômeno pode ser analisado sob a ótica da divisão sexual do trabalho e da política de gênero. Como a socióloga Heleieth Saffioti apontava em *O Poder do Macho*, o patriarcado é resiliente e se manifesta na manutenção dos homens no controle do capital e da esfera decisória formal. As mulheres são direcionadas aos papéis de execução, de produção social (educação e saúde) ou de articulação política externa (a militância do "cara a cara"), mas são barradas no controle direto sobre os recursos e o poder de comando econômico. A exclusão da presidência não é apenas um problema de representatividade; ela configura uma violência política e econômica velada. Ela limita o pleno exercício do Direito Humano à Participação e do controle sobre os meios de produção que as mulheres ajudaram a conquistar. O assentamento conquista a terra, mas o direito de liderar sobre essa terra – de ditar os rumos econômicos e formais do coletivo – ainda é um privilégio masculino, comprometendo a bandeira do Combate à Violência Sexista dentro da própria base.

A contradição de gênero é uma fragilidade ética que não pode ser ignorada. Para um movimento que se propõe a ser a vanguarda da transformação social, a reprodução de práticas excludentes enfraquece a credibilidade de seu discurso anti-opressão. A luta pela terra é um projeto de justiça social, mas, para ser coerente, deve ser indissociável de uma luta pela igualdade de gênero material.

O teórico marxista Antônio Gramsci (2000) contribui para compreender a resiliência da superestrutura ideológica, que inclui valores, crenças, normas sociais e instituições responsáveis pela reprodução de relações de poder, como o patriarcado. Mesmo quando ocorrem mudanças na infraestrutura econômica, como a conquista da terra pelos trabalhadores rurais, isso não implica necessariamente a transformação da superestrutura social. Elementos ideológicos tendem a persistir por meio da adaptação e da reprodução de práticas culturais e políticas. Nesse sentido, a construção de uma nova hegemonia exige o que Gramsci denominou guerra de posição, isto é, um processo contínuo de disputa política e cultural na sociedade. No contexto da reforma agrária, essa disputa ocorre no enfrentamento do machismo nas instâncias de organização coletiva, nas cooperativas e na divisão do trabalho doméstico. Assim, a Reforma Agrária Popular somente se consolida plenamente com a transformação das relações de gênero e com a superação das bases ideológicas do patriarcado.

A despeito do avanço na paridade da direção política, a permanência da tensão de gênero nos espaços econômicos do movimento – como na administração e presidência de cooperativas –, serve como um microcosmo da batalha enfrentada pelas mulheres em todo o MST (Forchesatto; Santin, 2016). A manutenção de tais práticas evidencia que o patriarcado é uma ideologia transversal que exige vigilância, mesmo nos espaços que se querem revolucionários.

Desse modo, os Direitos Humanos (igualdade, não-discriminação e participação plena) atuam como o instrumento de cobrança ética mais eficaz para o próprio MST. Eles fornecem a base teórica para que as mulheres do movimento exijam a plena coerência entre as bandeiras programáticas e as práticas cotidianas. A luta pela terra conquistou o espaço físico; a luta de gênero visa conquistar o espaço de poder dentro desse território. A história do MST, portanto, é a prova de que a luta pela justiça social (Direito à Terra) no Brasil não pode ser separada da luta pela igualdade material (Direitos Humanos), e o passo final para a plena emancipação exige que as mulheres liderem, de fato, o destino econômico da terra que, com tanto custo, ajudaram a semear. Por uma Reforma Agrária Popular plena onde todos os corpos/sujeitos possam ocupar este espaço com ampla liberdade.

## **9. RESULTADOS — Narrativas, Identidades e Resistências: Análise e Discussão dos Dados dos Entrevistados**

### **9.1 Perfil Sociodemográfico e de Engajamento no MST**

A presente análise se fundamenta no universo total de 27 sujeitos de pesquisa (identificados sequencialmente de E1 a E27), cujos depoimentos balizam a tese "Novos Desafios na Luta pela Terra no Brasil: Políticas Identitárias no MST". O estudo demonstra que a Interseccionalidade – definida aqui como a sobreposição e o cruzamento do Patriarcado com os eixos de Gênero, Raça e LGBTQIAPN+ – constitui o principal vetor de tensão, disputa e renovação política no Movimento.

O perfil deste grupo de 27 entrevistados revela uma amostra com alto índice de escolaridade e um protagonismo significativo de identidades historicamente marginalizadas. Este achado confirma, de forma empírica, a centralidade e a relevância da pauta identitária dentro da juventude militante do MST, indicando uma reconfiguração nas prioridades de luta e na composição social do Movimento.

**Tabela 5 - Caracterização sociodemográfica, racial e de identidade de gênero dos sujeitos e sujeitas entrevistados (as) no MST**

Entrevistados	Idade	Raça/Cor	Identidade de Gênero	Orientação Sexual	Cidade	Estado	Região
E1	31	Branca	Mulher CIS	Heterossexual	Lapa	Paraná	Sul
E2	56	Negra	Mulher Cis	Heterossexual	Florestópolis	Paraná	Sul
E3	24	N/R	Travesti	N/R	N/R	Paraná	Sul
E4	47	Negra	Mulher Cis	Bissexual	Imperatriz	Maranhão	Nordeste
E5	46	Negra	Mulher Cis	Lésbica	Caruaru	Pernambuco	Nordeste
E6	36	Negro	Homem Cis	N/R	Valinhos	São Paulo	Sudeste
E7	32	Preto	Homem Cis	Gay	Paranacity	Paraná	Sul
E8	26	N/R	Homem Cis	Bissexual	N/R	Rio de Janeiro	Sudeste
E9	21	Negro	Homem Cis	Gay	Valinhos	São Paulo	Sudeste
E10	30	Preta	Mulher Cis	Lésbica	N/R	Paraná	Sul
E11	30	Branco	Homem Cis	Heterossexual	N/R	N/R	N/R
E12	43	Branca	Mulher Cis	Heterossexual	N/R	N/R	N/R
E13	38	Preto	Homem Cis	Gay	Manaus	Amazonas	Norte
14	24	Preta	Não -binário	Gay	N/R	Ceará	Nordeste
E15	65	Preta	Mulher Cis	Lésbica	N/R	Pará	Norte
E16	28	Preto	Homem Cis	Gay	São Paulo	São Paulo	Sudeste
E17	36	N/R	Mulher Cis	N/R	Nova União	Rondônia	Norte
E18	37	N/R	Homem Cis	Heterossexual	N/R	Alagoas	Nordeste
E19	N/R	N/R	Homem Cis	Gay	Gália	São Paulo	Sudeste
E20	35	N/R	Homem Cis	Heterossexual	Bueno de Andrada	São Paulo	Sudeste
E21	45	Pardo	Homem Cis	Heterossexual	Cosmópolis	São Paulo	Sudeste
E22	33	N/R	Homem Cis	Gay	N/R	N/R	N/R
E23	44	Negra	Mulher Cis	Heterossexual	N/R	N/R	N/R
E24	31	Branca	Mulher Cis	Bissexual	N/R	N/R	N/R
E25	26	N/R	Homem Trans	Gay	N/R	N/R	N/R
E26	27	N/R	Não - binário	Gay	N/R	Bahia	Nordeste
E27	33	Negro	Homem Cis	Gay	São Paulo	São Paulo	Sudeste

Nota: N/R - Não Respondeu

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados empíricos coletados em 2025.

**Tabela 6 - Caracterização da formação acadêmica e da trajetória político-organizativa dos sujeitos da pesquisa no MST**

<b>Entrevistados</b>	<b>Formação</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Assentado/Assentado</b>	<b>Militante</b>	<b>Tempo de MST (referência 2025)</b>	<b>Filho de Assentado/Acam-pado</b>
E1	Licenciatura em Educação do Campo	Superior Completo	Sim	Não	15 anos	Não
E2	N/R	N/R	Sim	Não	N/R	Não
E3	Pedagogia	Superior Completo	Sim	Não	18 anos	Sim
E4	Geografia	Mestre	Sim	Não	24 anos	Não
E5	Pedagogia	Superior Completo	Sim	Não	27 anos	Não
E6	Geografia	Pós-graduação Lato Sensu (Especialização)	Sim	Não	16 anos	Não
E7	N/R	Ensino Médio Completo	Sim	Não	15 anos	Sim
E8	Psicologia	Superior Incompleto	Sim	Não	21 anos	Sim
E9	N/R	N/R	Sim	Não	11 anos	Sim
E10	Pedagogia	Superior Completo	Sim	Não	23 anos	Sim
E11	Direito	Mestre	Não	Sim	26 anos	Sim
E12	Engenharia Florestal	Superior Completo	Sim	Não	19 anos	Não
E13	N/R	Superior Completo	Não	Sim	N/R	N/R
E14	N/R	Superior Incompleto	Sim	Não	16 anos	Sim
E15	N/R	Superior Incompleto	Sim	Não	13 anos	Não
E16	História	Superior Completo	Sim	Não	28 anos	Sim
E17	Psicóloga	Superior completo	Sim	Não	15 anos	Não
E18	Pedagogia	Superior Completo	Sim	Não	31 anos	Sim
E19	Jornalismo	Mestrado Completo	Sim	Não	16 anos	Não
E20	Agronomia	Doutorado Completo	Sim	Não	27 anos	Sim
E21	N/R	Doutorado Completo	Sim	Não	26 anos	N/R
E22	N/R	Ensino Médio Completo	Sim	Não	19 anos	Sim
E23	História	Doutorado Completo	Não	Sim	20 anos	Sim
E24	História	Mestrado Completo	Não	Sim	28 anos	Sim
E25	Ciências Sociais	Superior Completo	Não	Sim	17 anos	Sim
E26	Pedagogia	Superior Completo	Não	Sim	11 anos	Não
E27	Jornalismo	Superior Completo	Sim	Não	23 anos	Sim

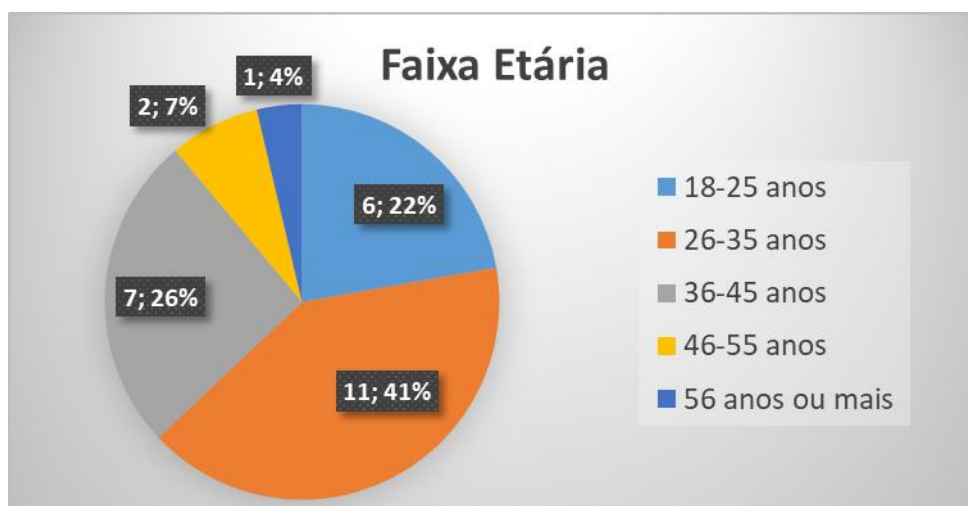
Nota: N/R - Não Respondeu

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados empíricos coletados em 2025.

No presente quadro, o termo militantes refere-se aos sujeitos que se alinham e se comprometem com os ideais e princípios políticos do MST, ainda que não estejam, necessariamente, envolvidos na luta direta pela conquista de um lote de terra.

### 9.1.1 Idade

Figura 27 - Gráfico da faixa etária das pessoas entrevistadas.



Fonte: Elaboração própria (2025)

A análise da distribuição etária dos 27 respondentes indica um perfil predominantemente jovem/adultos e concentrado na População em Idade Ativa (PIA). O primeiro número antes do ponto e vírgula corresponde a quantidade e após a porcentagem.

### 9.1.2 Concentração na Idade Produtiva e de Liderança

1 - A maior parte dos entrevistados se encontra nas faixas etárias centrais, somando 66,67% (18 de 27) dos indivíduos entre 26 e 45 anos:

- 2 - 26-35 Anos (Maioria): A faixa com maior representatividade é de 26 a 35 anos, abrangendo 41% (11 de 27) dos respondentes.
- 3 - 36-45 Anos (Expressiva): Em seguida, a faixa de 36 a 45 anos representam 26% (7 de 27).

Essa alta concentração entre 26 e 45 anos sugere que o grupo analisado não só está em plena idade economicamente ativa, mas também em um período de consolidação de carreira e, no contexto político, de ascensão a posições de liderança e maior capacidade de organização.

### 9.1.3 Participação da Juventude e de Pessoas Mais Velhas

- Jovens Adultos (18-25 anos): Representam 22,22% (6 de 27). Embora sejam a terceira maior faixa, a participação sugere o engajamento de novos militantes que estão iniciando sua trajetória de ativismo.

- Baixa Representação Acima de 46 Anos: A menor participação se concentra nos grupos mais velhos, totalizando apenas 11,11% (3 de 27).

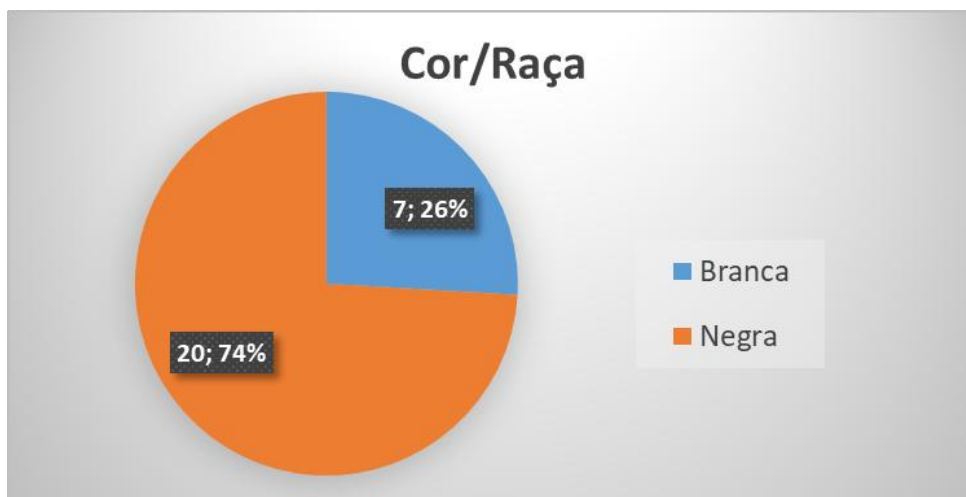
- 46-55 anos: 7,41% (2 de 27)

- 56 Anos ou mais: 3,70% (1 de 27)

A baixa representatividade de indivíduos acima de 46 anos é um dado relevante que sugere que este subgrupo em particular (a "juventude militante") pode ser uma porta de entrada para a militância, mas ainda não reflete a diversidade etária total do movimento.

### 9.1.4 Cor/Raça

Figura 28 - Gráfico de Cor/Raça das pessoas entrevistadas.



Fonte: Elaboração própria (2025)

O trecho apresentado destaca a forte predominância de pessoas negras na juventude militante entrevistada, um dado que não apenas reflete o recorte histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra (MST), mas também se insere em um contexto mais amplo de reconhecimento étnico-racial no Brasil. O primeiro número antes do ponto e vírgula corresponde a quantidade e após a porcentagem.

### 9.1.5 Perfil Racial dos Entrevistados

Dos 27 respondentes, há uma clara maioria que se autodeclara negra (junção de Pretos e Pardos, conforme metodologia IBGE):

Tabela 7 - Perfil racial dos entrevistados.

Cor/Raça	Quantidade	Percentual
Negra	20	74,07%
Branca	7	25,93%

Fonte: Elaboração própria, (2025).

O percentual de 74,07% de pessoas negras é significativamente superior à média nacional de 55,5% registrada pelo Censo IBGE de 2022. Essa disparidade forte indica que a militância da juventude do MST atrai e proporciona um espaço de protagonismo para a população negra e periférica, para além do percentual populacional geral do país, provavelmente tem neste espaço acolhimento.

### 9.1.6 Contextualização e Relevância Sociopolítica

A alta representatividade negra na juventude do MST confirma a interseccionalidade histórica das lutas por terra e por equidade racial no Brasil, sendo este um dos aspectos mais notáveis da pesquisa:

**Confirmação Histórica do MST:** O dado corrobora estudos anteriores, como o de Fernandes et al. (2007), que já mapearam a forte presença negra nos assentamentos. Na pesquisa de 2007:

- Em 51,3% dos 737 assentamentos analisados, a população negra representava mais da metade dos moradores.
- A própria nomenclatura dos assentamentos frequentemente faz referência à luta negra (ex: "Zumbi", "Dandara", "Quilombo"), identificando 50 comunidades com essa denominação e reforçando a ligação intrínseca entre a luta pela terra e a questão racial.
- Tendência Nacional: O alto percentual do MST acompanha e amplifica a tendência de reconhecimento de pertencimento étnico-racial no Brasil, observada pelo Censo 2022.

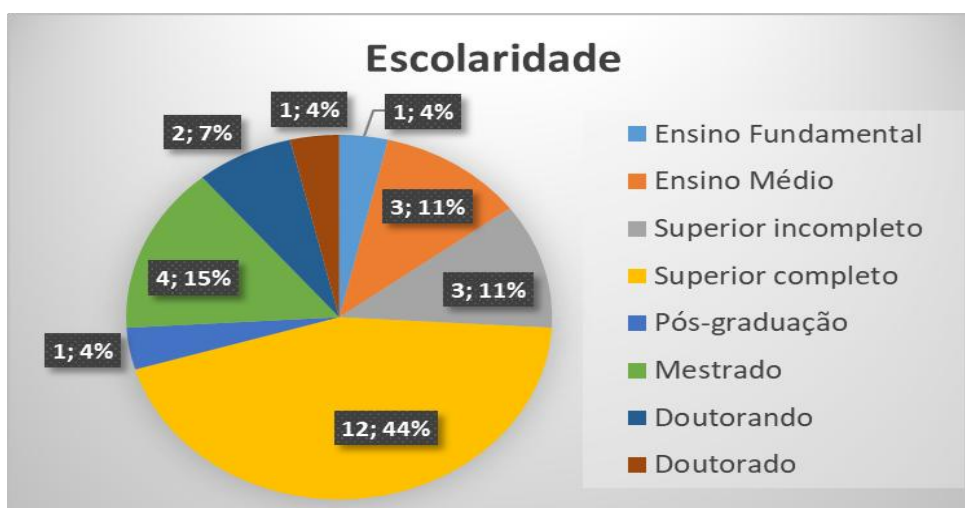
A fala da historiadora Wania Sant'Anna sublinha que o aumento da autodeclaração preta e parda no país é uma trajetória consolidada desde 1991, refletindo um maior protagonismo e visibilidade da negritude na esfera pública.

Portanto, o predomínio negro na juventude militante do MST não é um mero reflexo demográfico, mas sim um indicador robusto de que a luta do movimento, especialmente em sua ala jovem, é profundamente antirracista e abraça as demandas por reconhecimento e direitos da população negra.

### 9.1.7 Escolaridade

A Figura 29 apresenta dados sobre a escolaridade e o primeiro número antes do ponto e vírgula corresponde à quantidade e após a porcentagem.

Figura 29 - Gráfico de escolaridade das pessoas entrevistadas.



Fonte: Elaboração própria (2025)

- Alto nível de formação: A maioria possui ensino superior completo (44,44%), seguido por mestrado (14,81%) e superior incompleto (11,11%).
- Presença de pós-graduação: Há ainda 3,70% com pós-graduação, 7,41% doutorandos e 3,70% com doutorado, indicando um grupo com elevada qualificação acadêmica.
- Baixa escolaridade básica: Apenas 3,70% têm ensino fundamental e 11,11% ensino médio, mostrando que a maioria avançou para níveis superiores.

### 9.1.8 Identidade de gênero

Tabela 8 - Identidade de gênero das pessoas entrevistadas.

<b>Identidade de Gênero</b>		
<b>Identidade de Gênero</b>	<b>Valor Absoluto</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Mulher cis	10	37,04%
Homem cis	13	48,15%
Homem trans	1	3,70%
Travesti	1	3,70%
Não-binário	2	7,41%

Fonte: Elaboração própria (2025)

-Predomínio cisgênero: Homens cis (48,15%) e mulheres cis (37,04%) são a maioria, totalizando 85,19%.

-Baixa representatividade trans e não-binária: Homem trans (3,70%), travesti (3,70%) e não-binários (7,41%) aparecem em menor proporção, mas ainda com alguma diversidade.

### 9.1.9 Orientação sexual

Tabela 9 - Orientação sexual das pessoas entrevistadas.

<b>Orientação Sexual</b>			
<b>Orientação Sexual</b>	<b>Valor Absoluto</b>	<b>Valor (%)</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Heterossexual	11	34,62%	34,62%
Gay	10	34,62%	34,62%
Bissexual	3	11,54%	11,54%
Lésbica	3	11,54%	11,54%

Fonte: Elaboração própria (2025)

-Na primeira categorização, heterossexuais (34,62%) e gays (34,62%) têm igual proporção, seguidos por bissexuais (11,54%) e lésbicas (11,54%).

-Na segunda categorização, homossexuais (50%) superam heterossexuais (34,62%), indicando possível agrupamento de gays e lésbicas em uma única categoria.

-Diversidade sexual: A presença significativa de pessoas LGBTQIA+ (65,38% na primeira categorização) sugere um ambiente com certa abertura à diversidade.

A análise da distribuição das identidades de gênero entre os 27 entrevistados na juventude militante do MST revela uma significativa e expressiva presença de diversidade, sublinhando a relevância e o protagonismo das pautas LGBTQIAP+ neste segmento do movimento.

O aspecto mais notável é a representação de identidades de gênero não-cisgênero (Travesti, Homem Trans e Não-Binário). Embora sejam minoritárias, elas alcançam uma proporção sociopolítica altamente relevante:

- Percentual: 14,8% (4 de 27) dos indivíduos entrevistados se identificam como não-cisgêneros. Este percentual de quase 15% é um indicador robusto que sugere duas implicações centrais sobre a natureza da militância jovem no MST.

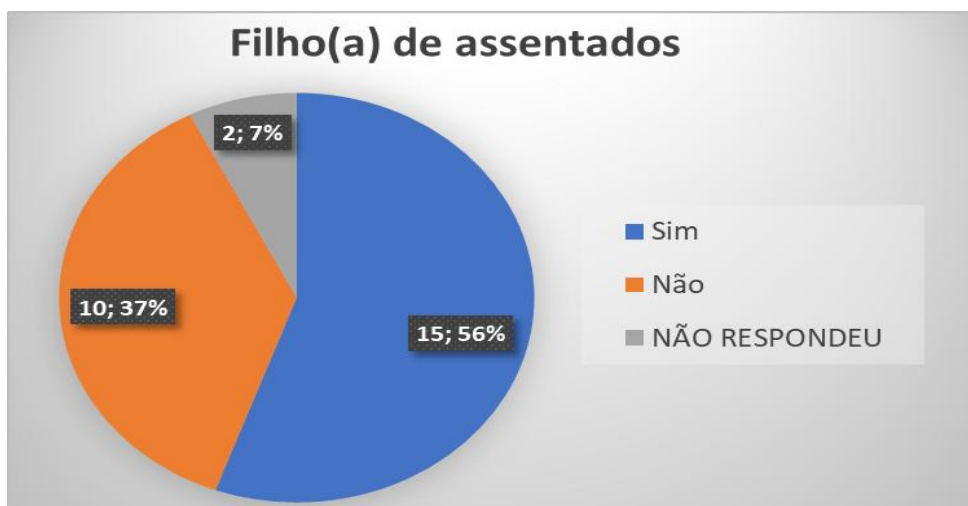
- Inclusão e Protagonismo: A juventude do MST demonstra ser um ambiente de abertura e inclusão, que ativamente permite a visibilidade e o protagonismo de identidades que são frequentemente marginalizadas, estigmatizadas e apagadas em outros espaços sociais e políticos, inclusive em alas da esquerda tradicional.

- Interseccionalidade das Lutas: A presença e engajamento dessas identidades sublinha o princípio de que a luta pela terra e pela reforma agrária é inseparável da luta contra a LGBTQIAPN+fobia e pela diversidade de gênero. O ativismo juvenil transcende a pauta estritamente econômica, abraçando as demandas por reconhecimento, direitos humanos e justiça social que atravessam as identidades de seus militantes.

## 9.2 Família de assentados (as)

A Figura 30 apresenta dados sobre entrevistados assentados e o primeiro número antes do ponto e vírgula corresponde à quantidade e após a porcentagem.

Figura 30 - Gráfico de filho (a) de assentados (as).



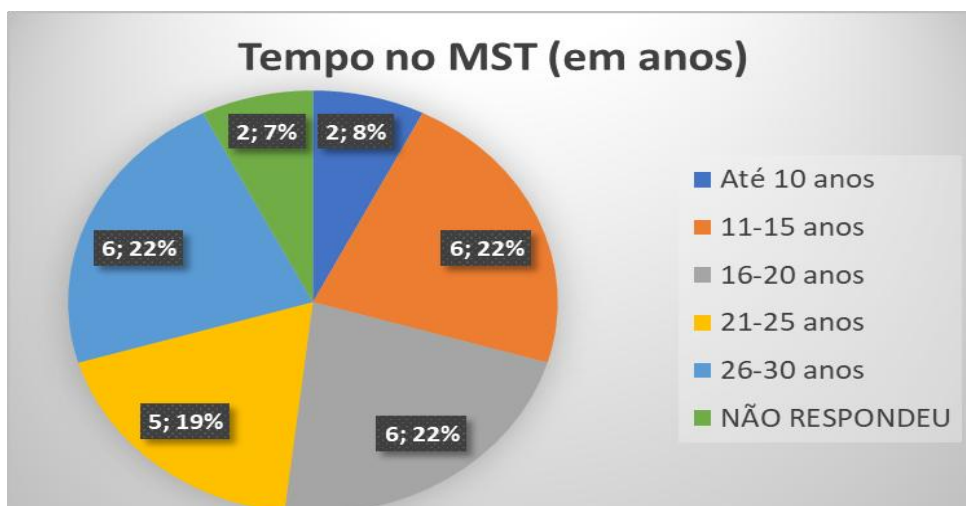
Fonte: Elaboração própria (2025)

- Majoritariamente ligados ao MST: 57,59% são filhos de assentados, enquanto 38,46% não são. Isso indica que mais da metade tem histórico familiar no movimento. Baixa taxa de não resposta: Apenas 3,85% não responderam.

### 9.3 Tempo de participação no MST

A Figura 31 apresenta dados sobre o tempo de participação dos entrevistados no MST, o primeiro número antes do ponto e vírgula corresponde a quantidade e após a porcentagem.

Figura 31 - Gráfico de Tempo de participação no MST (em anos).



Fonte: Elaboração própria (2025)

Distribuição equilibrada:

- 22,22% estão há 11-15 anos e 16-20 anos.
- 18,52% estão há 21-25 anos.
- 22,22% estão há 26-30 anos.
- Baixa adesão recente: Apenas 7,41% estão há até 10 anos, sugerindo menor entrada de novos membros ou maior rotatividade nessa faixa.
- Não resposta: 7,41% não informaram.

Abaixo dispomos da técnica de Nuvem de palavras, que se mostra relevante na análise de discurso em pesquisas científicas qualitativas, especialmente quando se utilizam entrevistas semiestruturadas, pois permite visualizar de forma imediata e intuitiva os termos mais frequentes e relevantes no corpus textual, destacando os principais temas e ênfases do discurso dos participantes. Essa ferramenta auxilia na identificação de padrões linguísticos, conceitos centrais e possíveis vieses, facilitando a categorização inicial dos dados e complementando análises mais aprofundadas, como a análise de conteúdo ou o método de comparação constante. Em trabalhos acadêmicos como teses, a nuvem de palavras pode servir



A menção do Patriarcado e sua articulação com o Capitalismo sinaliza a visão interseccional dos sujeitos sobre as opressões. Eles percebem que essas duas estruturas operam em conjunto, atravessando todas as conexões humanas, e não apenas as de classe ou econômicas.

### **9.3.1 Análises das nuvens frutos das entrevistadas**

-Interseccionalidade das Opressões: A retórica dos entrevistados demonstra a compreensão de que as lutas não podem ser segmentadas. A dominação de classe (Capitalismo) é inseparável da dominação de gênero (Patriarcado).

-Controle Masculino das Relações: Há a plena convicção de que homens conduzem e determinam as relações sociais, econômicas, políticas e morais. Isso significa que a organização da sociedade, as leis, a moral e a produção de riqueza são estabelecidas sob uma lógica de privilégio masculino.

-Impacto no Campo e na Luta pela Terra: O Patriarcado não é visto como uma questão urbana ou meramente interpessoal, mas como um fator que determina diretamente as associações no campo, impactando:

-Divisão de Tarefas: Quem executa o trabalho considerado "pesado" ou de "liderança" versus o trabalho de cuidado e reprodução.

-Processos Decisórios: Quem detém o poder de tomar as decisões cruciais dentro da família, do acampamento e do movimento.

-Apropriação da Terra: A forma como a propriedade e o usufruto da terra são distribuídos, muitas vezes, privilegiando o homem chefe de família.



O destaque do vocábulo "Espaço" revela uma percepção complexa e holística da luta, alinhada à teoria de Milton Santos (2006). O espaço da militância é compreendido como um sistema indissociável, solidário e contraditório, onde se encontram:

- Sistema de Objetos: A terra, a casa, as ferramentas de trabalho e os limites físicos da área de luta;
- Sistema de Ações: As relações humanas, a organização da subsistência, as práticas de moradia, as vivências e a realização das míticas (rituais políticos-culturais).

Neste contexto, o espaço da luta não é apenas o local físico da batalha contra o Capitalismo e o Patriarcado. É simultaneamente o único quadro onde a história da luta se manifesta e o lugar da subsistência, moradia e das vivências comunitárias. A luta é inerente e contínua em cada aspecto do cotidiano.

Figura 34 - Nuvem de palavras sobre as estratégias de enfrentamento às discriminações.



Fonte: Elaboração própria (2025)

Na Figura 34, o Coletivo é reconhecido como fundamental no combate às diversas formas de discriminação (racial, de gênero, sexual etc.) no contexto do MST.

-Proteção e Apoio: O grupo oferece um ambiente solidário que protege o indivíduo da hostilidade externa e interna, reforçando a identidade e a dignidade dos sujeitos discriminados.

-Força Política: O enfrentamento deixa de ser uma luta isolada para se tornar uma pauta política do movimento, ganhando visibilidade, legitimidade e força para exigir mudanças estruturais e pedagógicas dentro e fora do MST.

-Construção de Novas Práticas: É no coletivo que se discutem, se negociam e se implementam as práticas não-discriminatórias, desafiando as lógicas históricas do patriarcado e do racismo.

Embora o Coletivo seja crucial, a retórica dos entrevistados, ainda na Figura 33, aponta que o Sujeito é o protagonista deste enfrentamento. Isso significa que:

-Agência Individual: O indivíduo precisa assumir ativamente a luta por seus direitos e pela desconstrução dos preconceitos, utilizando a força do coletivo como ferramenta, mas não como substituto de sua voz.

-Importância da Mulher: A mulher é destacada como um elemento-chave neste processo. Historicamente responsável por organizar a base e resistir às estruturas patriarcais no campo, seu protagonismo é visto como essencial para desnaturalizar a dominação de gênero e impulsionar a pauta da diversidade e equidade.

Também na Figura 34, o Acampamento surge com destaque, pois foi um dos locais centrais da pesquisa. Mais do que um mero local de coleta de dados, o acampamento simboliza:

-Espaço de Tensão e Criação: É o local de maior vulnerabilidade (pela falta de posse da terra) e, paradoxalmente, de maior efervescência política e construção de novas relações.

-Laboratório de Conflitos: É onde as tensões de classe, raça e gênero se manifestam mais abertamente, exigindo que o Coletivo se mobilize imediatamente para resolver conflitos e reforçar o protagonismo dos sujeitos mais vulneráveis à discriminação.



A palavra "Formação", na Figura 35, aparece com grande importância, refletindo a prioridade dada à base educacional e ideológica desse movimento social.

-Duplo Sentido: A formação abrange tanto a acadêmica (o acesso ao conhecimento formal) quanto a ideológica do movimento (a internalização dos valores, princípios e análises críticas do MST), destaco aqui "Os Sem Terrinha" que envolve as crianças nas atividades do movimento.

-Base para a Ação: Isso sugere que a ação prática e a reflexão crítica são inseparáveis. A formação é vista como a ferramenta essencial para que os sujeitos compreendam as causas da injustiça e atuem de forma alinhada aos objetivos maiores do movimento: justiça e transformação social.

Na Figura 35, os vocábulos "Luta", "Pensar" e "Espaço" aparecem com menor destaque individual, mas sua articulação é fundamental para a compreensão da prática militante do MST.

Essa combinação sugere que a luta no MST se manifesta como um processo reflexivo e contextualizado:

- Ação Crítica: A luta não é cega, mas sim mediada pelo "Pensar" (a reflexão crítica e a análise da realidade).

- Ação Coletiva: Essas ações se dão em diferentes "Espaços" (acampamentos, assentamentos, escolas, reuniões), demonstrando a capilaridade do movimento.

- Objetivo Final: Toda essa articulação visa alcançar as bases ideológicas do movimento, que são a justiça e a transformação social do campo e da sociedade.

Com base nessas nuvens de palavras, a retórica dos entrevistados do MST evidencia uma militância interseccional (gênero e raça diversos), madura (idade produtiva e tempo de luta), humanocêntrica (foco em "Gente"/"Sujeito") e ideologicamente sólida (valorização da "Formação").

## 9.4 Categorias de análise

Após as entrevistas realizadas com membros da liderança do MST e sujeitos indicados por estes, que pertencem a setores LGBTQIAPN+, mulheres e sujeitos negros, foram selecionadas as seguintes categorias analíticas:

A: Trajetória de Vida

B: Participação no MST

C: Construção dos Setores de lutas no MST

C1: Gênero

C2: Raça

C3: LGBTQIAPN+

D: Expectativas e desafios em relação aos Setores

E: Intersecção

F: Patriarcado

## 9.5 Trechos das entrevistas organizadas em diálogo com as categorias de análise

### 9.5.1 Trajetória de Vida

Após as perguntas iniciais sobre dados pessoais dos (as) entrevistados (as), como nome, gênero, escolaridade, orientação sexual, a primeira pergunta teve como propósito entender um pouco a trajetória de vida da pessoa e o envolvimento com o MST. Assim, pedi aos (às) entrevistados (as) que contassem um pouco sobre sua história e o envolvimento com a luta pela terra. A seguir, destaquei alguns trechos que mostram trajetórias comuns, marcadas por muito tempo em acampamentos do MST, ou seja, na luta pela terra, sendo, por vezes, também filhos (as) de assentados, como o caso da Entrevistada 1, mulher cis, preta e lésbica, que tem 30 anos, estado do Paraná - Sul e está no MST desde criança.

Eu tô no MST tem 22 anos, tenho 30 anos, entrei no MST sem terrinha, sou filha de assentado na verdade, meus pais são assentados na região centro-oeste do Paraná, sou mãe, tenho um de 12 anos, e a gente entrou na MST, eu era muito pequena ainda, mas filha de pessoas, de um casal que trabalhava autônomo, meu pai é metalúrgico, meu pai é de Minas e veio para São Paulo e aqui ele aprendeu o ofício de ser metalúrgico, participou das com as greves, ele ainda era daquele período, da ditadura principalmente, depois indo ali nos anos 80, com as greves das fábricas, já conheceu o Lula já naquele período, e naquele período já era Lulista e Dilma. E daí

depois eles foram para o Paraná, foram viver no Paraná, por conta da família do meu pai também, de Minas para o Sul, no período das grandes colheitas de café. Então, era para o trabalho. E eu nasci nesse estado. Vivi dos 7, quase 8, até os meus 14 anos, em acampamento do MST. E aí foram vários, a gente saiu de um, foi para outro, morou na beira de BR, ajudou com a terra, a gente morou esse período em acampamento, fiz parte, estudei em escola itinerante, que é a escola que vai onde o acampamento vai, a escola vai junto, então, estudei em escola itinerante do MST e aí no período ainda que eu estudava era até, só até a quarta série, na época, era a quarta série. Depois disso, a gente ia para a cidade estudar Ensino Fundamental II, aí de 5ª a 8ª, e Ensino Médio. Sou pedagoga, graças também ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que é o PRONERA, um programa de política pública que pensa a formação da graduação, pós-graduação de professores, veterinários, historiadores, vários cursos que têm aí hoje pelo PRONERA (Entrevistada 1).

Trajetória comum é narrada pela Entrevistada 2, travesti, que inicia sua participação no movimento em 1997, quando tinha apenas 7 anos de idade, estado do Paraná – Sul, experiência também marcada por uma formação no próprio movimento.

[...] fui para o MST com minha família no ano de 1997. Nós fomos para uma ocupação de terra, fruto de um trabalho de base. Primeiro meu pai se animou com a ideia de ir para um acampamento, participou das reuniões de base. [...] depois fomos eu, minha mãe e meu irmão. Eu tinha sete anos na época, né, então eu pude participar da escola no acampamento, como nós chamamos, fui sem terrinha e depois eu fui assumindo, né, também atividades para dentro do MST. [...] Também participei e estive em várias instâncias do movimento (Entrevistado 2).

Do mesmo modo, o Entrevistado 3, de 24 anos, não-binário, estado do Paraná – Sul, iniciou a experiência com o MST a partir da decisão de seu pai em acampar em um assentamento no estado Rondônia:

Então, a minha história com o movimento, a luta pela terra em si, começa em 2009 quando meu pai resolve acampar em um acampamento aqui em Rondônia, no município chamado Aurora do Oeste. Ele foi acampar, na verdade, no dia 9 de maio de 2009. E eu mesmo fui pro acampamento já no final de 2009. Eu terminei o primeiro ano do coletivo, então quando eu já fui, eu já tava com 10 anos de idade. Mas antes disso, eu ia direto, estando esporadicamente. Então, no final de 2009, eu fui pra ficar de vez (Entrevistado 3).

Entrevistado 4, homem cis, negro e gay, em sua entrevista, estado do Amazonas – Norte, traz importante relato sobre como a própria subjetividade dos sujeitos é produzida na interface com a militância e luta pela terra.

[...] eu iniciei a militância muito cedinho, com 15 anos, então eu sempre estive em muitos espaços de militância da organização. Inclusive, a construção da minha sexualidade se deu na militância, né, então foi a partir dos 15 anos que eu fui começando a perceber os meus desejos, as minhas vontades, o que eu considero bonito, o que eu não considero bonito e isso se deu conectado com a luta pela terra, né, conectado com a luta do nosso movimento. Então, tem uma afirmação que o coletivo LGBT construiu logo no início da sua existência, é que a Gente não pode separar, né, a nossa forma de amar da nossa forma de lutar. Eu acho que essa é uma síntese muito interessante, porque ela demonstra que não tem como construir um

sujeito militante apartado da sua sexualidade ou da sua forma de viver e experimentar o mundo, né. Então, são coisas que estão muito conectadas. Então, eu acho que isso, para mim, cabe muito bem, assim, quando eu olho para minha história, porque uma coisa sempre esteve muito conectada com a outra (Entrevistado 4).

Entrevistada 5, mulher Cis, Negra, heterossexual, 46 anos, estado de Pernambuco -

Nordeste:

Eu não sou acampada nem assentada e não pretendo ser porque minha história familiar é uma história de uma mãe solo e eu sou filha única e não tive esse vínculo com a terra, por mais que minha mãe ela foi agricultura rural a região nossa aqui no estado, zona da mata ela é uma região canavieira então ela tem muitas usinas ricadas de açúcar muitos latifúndios para serem ocupados ainda então falar de campo pra minha mãe é falar de sofrimento um período muito duro da vida dela e quando eu chego no movimento eu chego numa necessidade de sobrevivência porque falei já que chego pelo setor da educação, então na minha cidade eu fiz o antigo magistério e no magistério não tive oportunidades de trabalho aqui na cidade porque cartas marcadas cidades de interior tudo destinado já e foram anos duros até uma amiga, conheci uma militante do MST na região da área da educação que falou que precisaria de monitores na ocasião quem era alfabetizador era chamado de monitor ali ainda era com memória de Paulo Sumire pernambucano e etc, então eu entro pro MST nessa perspectiva de sobrevivência de ser uma monitora na ocasião era 100 reais a ajuda de custo e seria bem-vindo só que eu teria que ir pra um assentamento que eu entraria na segunda-feira e só sairia nos sábados no carro da feira então era difícil acesso e pra uma família pequena eu e minha mãe ela não permitiu esse trabalho só que ali eu tinha tido uma formação de oito dias fora do interior eu fui pra Olinda, porque oito dias dentro dessa formação, conheci pessoas do Brasil todo e foi muito bacana, foi muito especial e aí eu não vou pra sala de aula mas eu fico vinculada com alguns militantes a sede do MST na ocasião era na cidade que eu morava então eu fiquei por ali e de repente fui me entrelaçando, entrelaçando e já com pouco tempo eu fui pra coordenação do centro de educação na região e até os dias atuais então nunca acampeei só na luta pela terra mesmo. (Entrevistado 5).

Entrevistado 6, Homem Cis, negro, heterossexual, 36 anos, estado de São Paulo -

Sudeste:

Nós estamos falando da construção de uma reforma agrária popular, nós precisamos entender quem são os sujeitos que constroem a reforma agrária popular, né? E aí, então, a gente também já começa a entender que não tem reforma agrária popular, tem sujeitos políticos diversos, né? Assim como a humanidade é diversa, a natureza é diversa, é preciso que a gente faça essa relação entre ser humano e natureza, construindo essa diversidade. (...) O que acontecia em setor, né, dentro do movimento? Eu vim pra essa região justamente pra fazer esse trabalho, esse trabalho de origem, que tá na origem do movimento, que é ir pras periferias, dialogar com as famílias, falar a proposta da luta, mobilizá-las e organizar esse processo de luta e ocupação. A gente fez isso aqui desde o final de 2017, começo de 2018, que criou o acampamento do Marielle Vive, que existe hoje em Valinhos. Então, eu fico fazendo parte da coordenação desse acampamento, mas também acompanho outros processos, não só essa demanda, vamos dizer assim. (...) (Entrevistado 6)

Entrevistado 7, Homem Cis, negro, 32 anos, estado do Paraná - Sul:

Eu conheci o movimento ali, né, quando eu tava com meus 11 anos, minha idade. Isso sucedeu ali em 2009, 2010, por ai, né? E daí, nessa, mais ou menos nesse ano, foi onde eu conheci o assentamento, né, antes de a gente morar na cidade. Aí eu vim para cá, conheci o assentamento ainda criança, vim junto com minha mãe. E.

nisso, esse processo de conhecer o movimento foi aos poucos, né, eu acho que era uma realidade totalmente diferente, né, vindo da cidade para o campo, não tinha esse contato com o campo, e ainda por ser um movimento social, então é uma realidade totalmente diferente para qualquer pessoas (...) mas nessa fase ali dos 17, 18 anos ali, eu fui mandado pra um curso básico do movimento, né, que era um curso básico que é sobre estudo político mesmo, né, política em geral, né, de como funciona a sociedade, de

como funciona a política e tudo mais, e foi onde eu me inter... Eu também, né, enquanto pessoa, indivíduo, né, debatendo sobre política, né, então foi aí que eu... que me engajei mais, aí esse me despertou o interesse, né, de conhecer outras realidades, né, porque esse curso básico foi em Rio Bonito do Iguaçu, aqui no Paraná mesmo, e daí esse curso aconteceu dentro de uma área de acampamento, né, e eu nunca tinha tido contato com acampamento, né, não sabia como que era organizado, como funcionava, e daí pra mim ali foi realmente... eu fiquei um mês lá fazendo esse curso, e convivendo com as famílias, né, então foi ali onde tive esse prazer, né, de conhecer esse acampamento, né, então foi onde mudou toda a perspectiva minha de vida, assim, de conhecer realidades, né, de conhecer que tem pessoas que lutavam pela terra, né, lutam pela terra, e daí nessa fase da adolescência, acho que foi o processo principal, assim, né, porque é isso, às vezes a gente tem que estar no lugar das outras pessoas pra gente compreender, né, de como que a vida é tão dura e tão injusta pra muitos (Entrevistado 7)

#### Entrevistado 8, Homen cis, bissexual, 26 anos, estado do Rio de Janeiro - Sudeste:

Eu sou nascido e criado em assentamento. Eu vivi lá no assentamento, eu aprendi 40 anos aqui no estado, só que organicamente eu comecei a participar desse enterrinho, foi desde os 6, 7 anos de idade. Minha madrinha, foi ela que começou a levar pra mim estudar. Ela era educadora, ela tem graduação em educação no campo, então ela era professora no assentamento. Ela começou a me levar nas organizações, eu fiquei apaixonado e era da parte da minha realidade, área rural. eu sou filho de assentada, né, da reforma agrária aqui no estado do Rio de Janeiro, então desde criança, faz parte da minha idade esse convívio com o campo, né. Então, a partir daí que eu começo minha militância no MST, participando do sem-terra, dos encontros, que é um espaço maravilhoso, assim, pra gente discutir de uma forma mais tática, né, essa questão da reforma agrária, questão da, enfim, sobre o campo, sobre a cidade, então, essa minha trajetória, esse meu primeiro contato foi super importante com o MST. (Entrevistado 8).

#### Entrevistado 9, Homem Cis, Negro, Gay, 21 anos, estado do Paraná - Sul:

Quando lá em 2013, quando minha mãe, através de um jornal, né? Ficou sabendo de uma ocupação. A gente sempre morou na cidade de Piracicaba. E na cidade de Piracicaba, estavam

tendo uma ocupação muito recente. Nesse primeiro momento não para morar. Mas com esse compromisso de aparecer no acampamento pelo menos três vezes por semana. Então, a gente não morava no acampamento. E aí, em um certo momento, a liderança do acampamento, naquele momento, disse que as famílias teriam que morar, né? Para dar legitimidade para o processo de luta pela terra, né? Então, foi o que minha mãe fez. Então, nessa ida do pessoal, as famílias se, né, se instalam no nosso, no pré-assentamento Elizabeth Teixeira, mas uma militância de outros estados, de Ribeirão Preto, que voltaram para o Paranapanema, se deslocam para a região de Campinas pra começar um novo processo, junto com a militância de Campinas. Então, nesse tempo, já, por mais ser menor, né, já era dirigente da região, dirigente regional do Movimento Sem Terra. E aí, mais dirigente da região começa, então, a fazer um trabalho de base na região. Então, foi em Sumaré, em Americana, Nimeira, Portolândia, Campinas, que se dá, então, foram sete meses de trabalho de base, começando em 2017, e 14 de abril de 2018, com esse trabalho

de base, fruto desse trabalho de base, a gente, então, faz a ocupação, Marielle vive em Valias.

Então, minha história, assim, é muito baseada nisso, assim, essa trajetória que eu fiz, aí, a partir do acampamento, também, nesse primeiro momento, eu não fui pra morar no acampamento, né, não na Marielle, mas nesse compromisso militante, né, de ajudar a construir o acampamento, mais por questões óbvias, né, de condição política, metodologia, identidade, eu acabei ficando, e moro até hoje, no acampamento Marielle vive. Então, hoje, atualmente, moro no acampamento, faz cinco anos já, né, que tem um acampamento, no município de Valinhos. (Entrevistado 9).

#### Entrevistada 10, Mulher Cis, Preta, lésbica, 30 anos:

Eu tô no MST tem 22 anos, tenho 30 anos, entrei no MST sem terrinha, sou filha de assentado na verdade, meus pais são assentados na região centro-oeste do Paraná, sou mãe, tenho um de 12 anos, e a gente entrou na MST, eu era muito pequena ainda, mas filha de pessoas, de um casal que trabalhava autônomo, meu pai é metalúrgico, meu pai é de Minas e veio para São Paulo e aqui ele aprendeu o ofício de ser metalúrgico, participou das com as greves, ele ainda era daquele período, da ditadura principalmente, depois indo ali nos anos 80, com as greves das fábricas, já conheceu o Lula já naquele período, e naquele período já era Lulista e Dilma. E daí depois eles foram para o Paraná, foram viver no Paraná, por conta da família do meu pai também, de Minas para o Sul, no período das grandes colheitas de café. Então, era para o trabalho. E eu nasci nesse estado. Vivi dos 7, quase 8, até os meus 14 anos, em acampamento do MST. E aí foram vários, a gente saiu de um, foi para outro, morou na beira de BR, ajudou com a terra, a gente morou esse período em acampamento, fiz parte, estudei em escola itinerante, que é a escola que vai onde o acampamento vai, a escola vai junto, então, estudei em escola itinerante do MST e aí no período ainda que eu estudava era até, só até a quarta série, na época, era a quarta série. Depois disso, a gente ia para a cidade estudar Ensino Fundamental II, aí de 5ª à 8ª, e Ensino Médio. Sou pedagoga, graças também ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que é o PRONERA, um programa de política pública que pensa a formação da graduação, pós-graduação de professores, veterinários, historiadores, vários cursos que têm aí hoje pelo Pronera. (Entrevistada 10)

#### Entrevistado 11, Homem cis, Branco, heterossexual, 30 anos:

É, um pouco da minha história, né, junto com o MST. Na verdade, o MST aqui na região, propriamente, eu cresço junto com o MST. Quando o MST vem para cá, o marco fundamental, vamos dizer assim, do MST na região, eu estou aqui, sou de Ribeirão Preto e tal, foi em 97, quando a marcha passou aqui. E aí meu pai era militante, diretor sindical, minha mãe nem tanto, ela tinha um envolvimento com a questão partidária, o Partido Comunista, os dois ambos eram do Partido Comunista, abrigaram o movimento, inclusive na minha casa. Então o primeiro escritório do MST ali que chegou foi na minha casa aqui no bairro de periferia de Ribeirão Preto. Então, eu era molequinho, assim, 93, 97, eu estava com 4 ou 5 anos, 5 anos de idade, e aí com isso já começou as bases de luta. E aí partiu para a primeira ocupação nessa aliança com os sindicatos, partidos de esquerda aqui, fiz a primeira ocupação ali no 17 de abril, passagem de ano, 97 para 98, ali no 17 de abril em Restinga [...] assentamento Boa Sorte. E aí, ali onde nós fomos assentados, a família, minha mãe, e minha mãe que pegou um gosto pela luta e depois se transformou aí, até seu falecimento, como um quadro histórico político do MST. E assim, é muito interessante, porque ela não tinha nenhuma vinculação política, mas com os rolos que o meu pai fazia, assim, de pau e tudo mais, mas ela acabou pegando o gosto e virou um quadro de direção nacional do MST, e precocemente faleceu em 2020, em 2022 veio a falecer. E aí com isso eu já tive o primeiro contato com o Sem Terrinha, assentado ali no 17 de abril. [...] com 12 anos eu já comecei a

minha militância dentro do movimento, seguindo os passos dos pais, já comecei a militância ali no centro de formação, quando era no pau d'alho e tal, e ali mesmo eu já comecei a fazer o curso de agroecologia, então a primeira turma nossa aqui no estado de São Paulo de agroecologia, nem se sabia o que era agroecologia, eu não fazia ideia, não sei lá, tem a ver com agricultura, eu gosto de plantar e vamos lá fazer, então eu comecei a fazer esse curso de agroecologia, formei, técnico em agroecologia, isso tudo, militando(...) (Entrevistado 11).

**Entrevista 12, Mulher Cis, Branca, heterossexual, 43 anos:**

minha história no MST, ela vem um pouco do meu processo histórico diante do MST. Então, eu sou filha de camponeses, do interior do estado do Mato Grosso, e eu cresci num processo de luta pela terra, onde meu pai era presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais da cidade de Nobres. Isso na década de 80, a nível nacional o MST estava se formando, mas o estado do Mato Grosso ainda não tinha movimento sem-terra, mas a luta já tinha. Sim. Eu fiz faculdade na Universidade Federal do Mato Grosso, e lá eu passei militar no movimento estudantil da engenharia florestal, na ABF, e a ABF construía diversos processos em parceria com o MST. Então, isso já é década de 90, no final da década de 90, e daí a gente constrói várias ações, dentre elas o Estado Interdisciplinar de Vivência, que é um processo onde a gente leva estudantes universitários para passar períodos nas áreas de reforma agrária. Nesse período, lá no Mato Grosso, ainda tínhamos basicamente os acampamentos, porque o MST se forma no Mato Grosso só em 1995. Quando eu termino a faculdade, a universidade, terminei minha graduação, eu me insiro no MST, através de algumas tarefas, inicialmente algumas tarefas pontuais, e depois assumindo tarefas mais orgânicas do movimento. E desde então, eu venho construindo a minha luta a partir do MST. Isso é 200 do ano de 2005, o que já dá 18 anos que eu construo o MST. [...] No MST eu já fui de vários coletivos e setores, então, atuei no setor de formação, no setor de finanças, no setor de juventude, quando eu entrei. Já tem 11 anos que eu atuo no setor de gênero. (Entrevistada 12)

**Entrevistado 14, Não – Binário, Preto, Gay, 24 anos, estado de Rondônia - Norte:**

a minha história com o movimento, a luta pela terra em si, começa em 2009, quando meu pai resolve acampar em um acampamento aqui em Rondônia, no município chamado Aurora do Oeste. E ele foi acampar, na verdade, no dia 9 de maio de 2009. E eu mesmo fui pro acampamento já no final de 2009. Eu terminei o primeiro ano no coletivo, então quando eu já fui, eu já tava com 10 anos de idade. Mas antes disso, eu ia direto, estando esporadicamente. Então, no final de 2009, eu fui pra ficar de vez. Mudei de escola, mudei de rotina, muita coisa acontecendo. Me recordo bastante que, na época, a gente ficou acampado na beira da estrada e daí a gente acompanhou o processo de fazer a BR naquele processo. Então, a gente acompanhou isso também. E ali eu fui crescendo, passei final de infância, adolescência, parte da juventude. E depois, a gente passou por alguns processos bem complicados, de conflito mesmo, direto, com direito a tiro e tudo mais. Gente morrendo na nossa frente, de diversas formas de acidentes possíveis. [...] Então, em 2017, eu assumo o setor de educação do acampamento, a coordenação do setor de educação. E eu lembro que eu assumi essa coordenação junto com meu pai, que era coordenador de núcleo de base, e a mãe era coordenadora do setor de saúde do acampamento. Então, era a grande família de coordenação. (Entrevistado 14)

**Entrevistada 15, Mulher Cis, Preta, lésbica, 65 anos, estado do Ceará - Nordeste:**

Eu conheci o MST através de uma ex-companheira minha, né? E eu tinha vontade de realmente participar das atividades. Como eu sou do estado do Amazonas, eu sou de Manaus, de naturalidade de lá, lá não tem como participar do MST. E quando eu vim pra Fortaleza, em 2009, eu comecei a conhecer o movimento através de pessoas

que já eram incluídas no movimento. Em 2012, eu comecei um relacionamento com uma companheira que por coincidência era e é dirigente do movimento e eu pedia a ela pra me levar pra conhecer, porque era meu sonho conhecer o MST e dentro da luta participar dela. (Entrevistada 15).

#### Entrevistado 16, Homem Cis, Preto, Gay, 28 anos, estado do Pará - Norte:

Sou assentado da Reforma Agrária Minha família se assentou no assentamento Palmares em 97 E... Eu era muito criança ainda, né? Mas isso me trouxe uma infância presente dentro de um assentamento de Reforma Agrária Então eu estudei, comecei minha vida escolar também sempre tendo vínculos com o trabalho Político comunitário Realizado pelo movimento a partir dos setores A partir da... Meus pais compunham direção estadual, direção regional do movimento então sempre tive muito contato com essa dimensão Política, né? De organização do movimento e com a atividade Camponesa, né? A vivência no campo, das criações, dos plantios os tempos da lavoura. [...] Quando eu terminei o ensino médio eu fiz o processo seletivo no PROLERA No Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária Pra cursar História no Rio Grande do Sul Aí foi uma passagem nesse sentido foi pra faculdade, saiu daquela zona de conforto ali que era o assentamento, se colocou em contradição com outros processos. (Entrevistado 16).

#### Entrevistada 17, Mulher Cis, 36 anos, estado de São Paulo - Sudeste:

Eu sou do interior de São Paulo eu conheci o MST quando eu tava na graduação, eu estudei no Oscar em São Carlos e aí lá a gente foi se aproximando do MST em Ribeirão Preto. fiz psicologia e aí durante a graduação também tinha uma professora lá da psicologia nossa que fazia os projetos de extensão, de estágio, com movimento então a gente foi seguindo um pouco essa professora e aí quando eu saí de São Carlos fiquei nesse processo assim de falar, nossa, e agora, né, o que eu vou fazer? E aí eu acabei indo pra Jandira, assim, né que é ali na região metropolitana de São Paulo então eu fui trabalhar como psicóloga, assim, na prefeitura lá de Jandira eu me formei, fiquei um tempo trabalhando, é, isso, né, trabalhando um pouco no restaurante que aparecia e aí ficava contribuindo num projeto de EJA também, no movimento, né e aí depois, quando eu fui pra Jandira, lá tem uma ocupação urbana então eu fui morar nessa ocupação urbana a gente tem uma experiência lá em Jandira, né e quando eu cheguei lá foi em 2011, se não me engano eu fui morar na ocupação, aí já tinha uma outra companheira lá que eu conhecia mas não era tão, assim, próxima e aí a gente começou a contribuir, eu fiquei morando lá, né por, acho que deu um ano, assim, no ano de 2011 e aí a gente fazia também o processo da ciranda infantil, assim com as crianças lá que já tinham um trabalho anterior, assim e aí foi muito bacana, assim acho que foi quando, de fato, eu entrei mesmo pra organicidade do movimento, né por assim dizer, e aí comecei a militar mesmo não mais como um processo de aliada, né mas aí já como um processo, talvez, mais orgânico, assim, né que a gente fala e aí, desde então, eu tô militando, né ligada à regional da Grande São Paulo, ali da capital, né e aí já acompanhei alguns espaços diversos outros acampamentos também mas nesse momento eu não sou acampada, nem sou assentada esse acampamento que eu acampeei, as famílias já estavam todas com cadastro já tava tudo registrado, então tava me esperando pra mudar pras casas novas, assim, né que é lá na Comuna Urbana Dom Welder Câmara.(Entrevistada 17).

#### Entrevistado 18, Homem Cis, heterossexual, 37 anos, estado de São Paulo - Sudeste:

Eu tive o contato com o acampamento, com o MST, a partir dos 7 anos de idade. Então, minha família foi na luta pela terra. O acampamento, ó, que era mais ao sul

do estado aqui, na cidade de Paricice. Eu passei por vários setores dentro do movimento. Já fui setor de educação, já fui setor de formação. Atualmente eu tô no setor de lentes de massa, e também tô com atividade aqui da Direção Nacional pelo Estado de Rondônia. (Entrevistado 18)

Entrevistado 19, Homem Cis, Gay, estado de Rondônia – Norte:

movimento interno na luta, construí algumas atividades, tanto de nível local, lá em Alagoas, como em nível nacional, com o movimento, participando de fóruns do movimento, habitualmente, também. [...] em março de 2009, eu entrei para o movimento a partir do setor de comunicação, então, fazendo essa conversa aí, a assessoria de imprensa, na nossa estrutura, ela funciona nas secretarias, geralmente estadual, e aí, então, com a conversa com a secretaria estadual, eu assumi um rol aí de funções dentro da, basicamente, assessoria de imprensa. [...] Eu também me aproximei e, vamos dizer assim, ganhei a identidade de educador popular também ao longo desse processo, compus pelo movimento uma rede, que era uma rede ligada à Secretaria Geral da Presidência, no governo do ano passado, de educadores populares, que era a Recife. (Entrevista 19).

Entrevistado 20, Homem Cis, heterossexual, 35 anos, estado de Alagoas- Nordeste:

Olha, eu estou inserido no movimento Sem Terra desde 1997. Então eu cresci na luta, com minha família. em meados de 1995, 1996, e meu pai nessa época era sindicalista, e ele era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e ele fiscalizava trabalho escravo e trabalho infantil. E ele começou a receber muitas ameaças de morte, com tentativas frequentes de homicídio. Então, como ficou insustentável essa permanência da nossa família lá na região do município de Ribeirão Branco, a gente já tinha feito, há algum tempo atrás, alguns intercâmbios para conhecer os assentamentos lá de Itapeva. E aí, assim, foi uma coisa que chamou bastante atenção, a atenção da cooperativa, das famílias assentadas, do plantio de grãos e tal. Então, a gente se ingressou na luta lá em 1997, depois de diversas tentativas de assassinato do meu pai. E estava bastante difícil também por lá, porque o arrendamento de terra estava subindo muito, a gente trabalhava como pequenos meeiros ou pequenos arrendatários de uma base, elas muito pequenas, que era para plantar tomate, repolho, abobrinha, vagem, enfim, essas culturas mais típicas lá da região de legumes, basicamente, odialista dos legumes. E aí foi quando a gente se ingressou no movimento Sem Terra, em 1997, então, lá no município de Itaré, numa ocupação naquela região. Posteriormente, a gente seguiu na luta, na caminhada de ocupações, despejos, marchas, manifestações. Foi um período muito intenso, em que a luta pela terra era bastante acirrada, e a polícia, coronelismo, jagunços, mas assim, era uma época que não tinha muita informação em relação à questão de comunicação como tem hoje, celulares, internet, meio de comunicação, rede social. Então, foi um período de muita luta. E nesse processo, sim, foi bastante intenso, para os meus pais serem assentados, foi mais de 20 despejos, mais de 20 ocupações, ao longo de uns 7, 8 anos. E gostaria de ressaltar também que, na época, muitas das famílias que iam para a luta assentar é porque não tinham outra opção de vida. Era desemprego e a miséria era bastante alta. Então, salário mínimo, condições condizentes de vida. Então, assim, quem morava no acampamento é porque não tinha outro lugar para ir mesmo. [...] eu participo do coletivo de setas agroecológicas Luiz Beltrame, mas já estou há mais de 20 anos participando do setor de produção do MST. Sempre que possível, eu estou à disposição para atuar nessa frente de formação com a questão da produção agroecológica, orgânica, agroflorestal e circuitos de comercialização em acampamentos e assentamentos. (Entrevistado 20).

Entrevistado 21, Homem Cis, Heterossexual, Pardo, 45 anos, estado de São Paulo - Sudeste:

Eu conheço o MST partindo da minha experiência que eu tive na Bahia com um grupo do assentamento do Quilombo dos Palmares no município de Mucuri. Já o Movimento Terra Esperança, o meu envolvimento com ele é porque eu sou assentado e uma das propostas do Movimento Terra Esperança é exigir que o governo federal tome posse das terras públicas, inclusive as terras de assentamento que estão em posse da Fundação Itesp. (Entrevistado 21).

Entrevistado 23, Mulher Cis, Negra, heterossexual, 44 anos, estado de São Paulo -  
Sudeste:

(...)Três, não, dois, que a outra desistiu. E minha mãe acampou e passou em vários acampamentos, que ela gostou muito de cozinhar. Então, ela sempre tinha a tarefa de cozinhar nas mobilizações. Antes de morrer, ela estava nos assentamentos. E eu me assentei um tempo eu fiquei assentada, morando em assentamento de reforma agrária de 2005 a 2015. Com as duas filhas que eu tenho, que moram comigo aqui. Aí, depois que o relacionamento não deu certo, o lote, a casa ficou com um companheiro. [...] Então, eu sou originalmente do setor de formação. Que é o setor nosso que tem a tarefa de contribuir com a formação política dos militantes desde a base, né? Da nossa base da militância e da direção. E desde que entrei no setor no MST, eu sou do setor de formação, mas, de vez em quando, eu pulo na educação. [...] Então, a princípio, eu não me colocava como mulher negra, apesar de eu sentir as diferenças sempre para mim. E eu não tinha essa perspectiva. A minha perspectiva era sempre de contribuir enquanto militante, mas, tipo, quando eu era jovem, eu não tinha a identidade de juventude, porque o pessoal da classe trabalhadora, principalmente do campo, parece que a gente passa de criança a adulto, porque a gente encara, pelo menos na minha geração, os problemas da vida adulta muito cedo. Então, não teve tempo para ter crise. Não estou dizendo que a galera é por causa do trabalho, mas, naquele tempo, a gente tinha, mas a gente não dava esse nome. A gente não sabia dar nome a nossa dor, que a gente diz hoje.

Entrevistada 24, Mulher Cis, Branca, bissexual, 31 anos:

Tempo de luta no movimento? Ó, essa é uma pergunta que eu sempre tenho dificuldade de responder, porque os meus pais entraram na MST, na verdade, eles já atuaram colaborando na ocupação que foi feita no assentamento onde hoje eles moram, são assentados em Santa Catarina, uma cidade que se chama Água Doce, assentamento 9 de novembro, e a ocupação foi feita em 1993, no ano que eu nasci. Então, os meus pais já atuam no movimento desde o meu ano de nascimento. A gente teve uma inserção mais orgânica mesmo, quando eu tinha 4 anos de idade, que a gente foi morar numa escola do MST, que fica em Friburgo, foi morar num assentamento onde tem uma escola, e que meu pai é professor e foi assumir a coordenação dessa escola. Tempo de luta no movimento? Ó, essa é uma pergunta que eu sempre tenho dificuldade de responder, porque os meus pais entraram na MST, na verdade, eles já atuaram colaborando na ocupação que foi feita no assentamento onde hoje eles moram, são assentados em Santa Catarina, uma cidade que se chama Água Doce, assentamento 9 de novembro, e a ocupação foi feita em 1993, no ano que eu nasci. Então, os meus pais já atuam no movimento desde o meu ano de nascimento. A gente teve uma inserção mais orgânica mesmo, quando eu tinha 4 anos de idade, que a gente foi morar numa escola do MST, que fica em Friburgo, foi morar num assentamento onde tem uma escola, e que meu pai é professor e foi assumir a coordenação dessa escola. Muita gente é assentada, mas eu não desejo ser assentada. Hoje eu moro no Rio de Janeiro, na capital, e não tenho a pretensão de ser assentada. Então, não sou acampada, não sou assentada, não luto para que eu tenha terra, mas eu tenho uma atuação no MST política pela vinculação ideológica e com a compreensão da importância de construir a reforma agrária popular. [...] Então, atuei lá na Escola Nacional Floresta Fernandes, depois atuei no Coletivo de Juventude do MST, e um tempo na Secretaria Nacional também, com uma tarefa específica no Coletivo de Juventude do movimento. E em 2018, casei,

sou casada com a Mariana, e por conta desse elemento do casamento, a Mariana é aqui do Rio de Janeiro, e por conta do casamento, fiz um concurso, comecei a atuar como assistente de administração na UFI, na época, e aí me mudei para cá.

#### Entrevistada 25, Homem Trans, Gay, 26 anos:

eu estou no MST já tem dez anos dez anos e pouco desde 2015 para 16 anos foi em 2013, em abril de 2013 e aí, com a minha família, pai, mãe e irmã e quando a gente foi, a gente se acampou em uma barraca, no mar, que ainda é acampamento eu estou acampado lá no camponês, eu estou na UAPA na escola latino-americana da psicologia atualmente ah, que legal o setor é aqui para aqui, mas eu estou acampado então quando eu entrei, em 16 com 16, eu fiz o meu cadastro já então já me macupei praticamente, já saí para a multidização com 16 anos então com 16 anos de idade, estudei na escola itinerante, como você sabe que é a escola itinerante, que fica dentro do acampamento da nossa comunidade terminei o estudo lá e aí logo eu me interessei na sociedade federal da fotografia.

#### Entrevistada 26, Não Binário, Gay, 27 anos:

Eu contribuí um período no setor de educação, né, do movimento, antes de eu estar aqui na escola. Eu estava em outra escola, né, mas uma escola diferente, né, que é a escola itinerante. Então, contribuí como educador das séries iniciais e também como coordenação pedagógica a partir dali se inserindo também no setor de educação. Mas, quando a gente está no movimento, no território, né, seja de acampamento, de assentamento, ou num espaço como a Escola Latina, você também assume outras tarefas junto à comunidade, né, ou, né, são outras tarefas que vão se somando, né, à tarefa principal, que não necessariamente estão dentro de um setor coletivo, né. [...] escola itinerante e aqui, eu fui realmente me entendendo como sem-terra, como educador, me entendendo como LGBT, como uma identidade política, então foi engraçado que aqui na escola foi o primeiro espaço que eu abertamente, assim, falei sim de uma restrição no momento de avaliação, final da etapa e tal, que eu cheguei assim, aqueceu o meu peito, eu falei, eu posso dizer que eu sou gay? Porque eu me sentia muito confortável naquele ambiente com os colegas, com a escola acolhido e foi esse processo que o movimento me proporcionou, assim, né, desde a escola, do acampamento, que eu não precisava me esconder quem eu era e ainda nem era assumido por mim e minha família. E de algum período que estava ali, não me lembro de quanto tempo, foi surgindo o Coletivê LGBT, né.

#### Entrevistada 27, Homem Cis, Gay, negro, 33 anos, estado da Bahia – Nordeste:

Eu entrei no MST da Bahia com 11 anos de idade, fruto inclusive do sonho do acesso à terra. O meu pai e a minha mãe são duas pessoas que vêm de uma trajetória familiar em que o trabalho com a terra era uma forma de subsistência importante. Então, antes tem esse rolê da cultura camponesa, esse aspecto muito enraizado na cultura familiar. E era o sonho do meu pai e da minha mãe sair da cidade, onde eles exerciam alguns trabalhos. Meu pai é Senhor Jesus Cristo, meu pai é pedreiro e minha mãe, na época, trabalhava como empregada doméstica. Ambos queriam sair dessa situação, um trabalho bem precarizado, inclusive, e conseguir ter o seu pedaço de terra, ter o seu. Eu acho que a dimensão da pauta econômica estava muito bem posicionada nesse momento. Então, eu entro nessa pegada, acompanhando aí papai e mamãe nesse sonho do acesso à terra. Meu primeiro contato com o movimento foi bem difícil. A gente se acampou em um acampamento que se chamava Antônio Conselheiro. Era um acampamento bem massificado, tinham 300 famílias residindo ali naquela área. Então, tinha bastante gente. E, para mim, foi muito difícil esse primeiro contato com a organização, de entender os processos da cultura, entender o que é sair de uma casa de alvenaria e ir para um barraco de lona preta, de entender toda a cultura que envolve a construção de uma organização social como é o MST.

Porém, passado esse momento de estranhamento com a organização, há um outro movimento que ocorre quando eu começo a participar das lutas mais concretas do MST. E isso se deu ainda muito cedo, com 15 anos de idade. Eu já estava assumindo tarefas na militância da organização. E olha só que engraçado, eu comecei no setor de gênero do movimento com 15 anos. Minha militância começou com 15 anos. Com 17, 18 anos, eu fiz jornalismo pelo PRONERA, Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária. E depois de ter finalizado essa turma de graduação, eu iniciei a minha militância mais concreta na comunicação do MST. Então, eu sou desse campo, sou apaixonado pela comunicação que a gente constrói aqui no movimento. E você hoje vem... Iniciei coordenando a comunicação em uma região da Bahia. [...] me encontrei nesse lugar de educador e cerca de um ano daí, junto com a escola aqui e uma direção da região Norte Pioneiro, eu me inseri numa escola, né. Então, eu morava em Baiti, Norte Pioneiro do Estado e daí fui para Jacarezinho, onde tem um acampamento e um assentamento lá e daí me inseri numa escola itinerante como educador. Então, fui para o chão do acampamento, para o chão da escola e foi aonde eu me fortaleci, me encontrei como gente, como trabalhador, como sem-terra, foi a partir desse chão ali, né.

### 9.5.2 Participação no MST

As narrativas dos(as) entrevistados(as) mostram ainda uma longa e diversificada participação no interior do MST, inclusive em diferentes setores, assentamentos e regiões do Brasil, como narrado pela Entrevistada 1.

Quando me inseri nas tarefas da juventude, participar das escolas de juventude que a gente fazia nas regiões do estado, e depois já um pouco mais no caráter não só de participar, mas também de ajudar a coordenar as escolas, ajudava a coordenar também a juventude na região do estado onde eu vivo, pelo coletivo de juventude, e muito me identificava com a comunicação e a cultura. E aí, a partir também das oficinas de teatro, fui me descobrindo dentro do que realmente eu gostava de fazer. E fui indo para essas contribuições. Então, eu ajudei a coordenar um projeto, que na época era um projeto dos TICs, que existia, que era para a região sul, que era de tecnologia e informação na comunicação, onde a gente conseguiu organizar três telecentros em três regiões distintas do Estado, e fazer a formação informática, também pensando a formação de TRIs para contribuir nos espaços, e que esses também tivessem não só acesso a pensar a questão de rádio e internet, porque eram as rádios comunitárias também dos assentamentos, mas também como a gente ajudava a estruturar o lugar e que essa juventude, a partir desses processos, se pudessem se organizar, se auto-organizar na luta pela terra. Ajudei a coordenar uma das regiões, que era a minha região, a região onde sou assentada hoje, onde meus pais são assentados. E aí, nessa região também, a gente formou 50 jovens em teatro. A gente fez uma oficina intensiva de formadoras de teatro, pensando em teatro oprimido, teatro popular, onde a gente constituiu um grupo de teatro, e esses também contribuíram muito no processo de formar outros jovens nos territórios. Sempre a ideia de criar processos de auto-organização, de formação nos territórios de forma agrária, nos acampamentos e assentamentos. E depois, a partir disso, eu vou para o coletivo, desde o coletivo de juventude mais enquanto tarefa, sempre acompanhando, claro, porque a gente nunca tem só uma tarefa em si, a gente acompanha várias. Mas aí eu vou e me grupo para o setor de comunicação e cultura, que é onde eu início a militância no processo de pensar a produção cultural, questão da arte e da cultura nas áreas de reforma agrária. A gente vai criar projetos para pensar processos de formação de multiplicadores de cultura e arte nas áreas de reforma agrária, tanto educadores de escola itinerante quanto jovens, pensar todas as idades, todos os âmbitos da cultura dentro dos territórios. E aí eu fiquei nessa tarefa até 2022. Foi quando eu saí da direção desse coletivo, desse setor, que era o setor de

comunicação e cultura. Fiquei na direção do setor de 2017 até 2022 (Entrevistada 1).

Em relação aos espaços de participação e decisão, entrevistada 5, mulher cis, negra, de 56 anos, entende que há uma tentativa por parte do MST de criar espaços mais equilibrados entre homens e mulheres:

[...] Eu acho que a mulher que ela formou dentro do movimento ela tornou mais direita. Então hoje nós temos a possibilidade de falar mais direito do que antigamente. Eu não sei como que era antigamente, né? Eu acho que antigamente era voltado mais pelos homens. Eles que faziam o setor (Entrevistada 5).

A esse respeito, a Entrevistada 6, que participou da construção do “estado interdisciplinar de vivência”, experiência que permite que estudantes universitários passem um período nas áreas de reforma agrária, no estado do Mato Grosso e que atua, desde 2012, no setor gênero, entende que a participação das mulheres em instâncias de direção no MST foi um “processo construído” e, atualmente, as mulheres participam de todos os espaços do movimento. Ainda, relaciona esse processo ao próprio processo de reconhecimento dessas mulheres como sujeitos históricos e de seu fortalecimento coletivo e político.

[...] esse estar nas instâncias de direção é um processo construído. Então, a gente passa o período da década de 80, a década de 90, construindo uma articulação de mulheres, compreendendo também o processo histórico das lutas das mulheres. A gente tem uma materialidade efetiva de que o movimento na sua formação tinha um alto índice de pessoas analfabetas, com pouco ou nenhum acesso ao processo de escolarização. Isso com um impacto bem maior sobre as mulheres. É só a gente lembrar também que até a década de 80 era muito comum que as mulheres não se documentassem, principalmente no campo. Isso vai ocorrer só na Constituição de 88. Vem de uma negação e de uma invisibilidade muito grande. Então, para se tornar um sujeito ativo no espaço decisório desse espaço negado, tem um processo de articulação, de se reconhecer esse sujeito histórico para atuar nesse espaço. Então, as mulheres vão estudar, vão se alfabetizar, vão se formar e depois, a partir desse fortalecimento coletivo, elas vão incidir nesses espaços (Entrevistada 6).

Destacamos na citação acima o protagonismo feminino a partir da educação e das políticas sociais.

### **9.5.3 Construção dos Setores de luta no MST**

Como a Entrevistada 6 aponta, o Setor Gênero existe no MST desde 2000. O Entrevistado 4, que participa desse setor desde os 15 anos de idade, antes mesmo de construir o coletivo LBGQTQIAPN+, indica que o setor gênero é o mais antigo em relação ao de raça e ao setor LBGQTQIAPN+, destacando sua importância para os outros dois segmentos:

O debate das mulheres, o debate de gênero na organização, tem se consolidado há mais tempo do que esses outros temas. Porém, esses outros temas acabam abraçando muito do acúmulo do debate que as mulheres têm realizado, seja no método organizativo, seja na forma de construção do debate pro interior da organização, ou até mesmo na perspectiva construída para posicionar o tema alinhado ao projeto político defendido pelo MST. Eu acho que isso tem sido uma virada de chave interessante que todos esses coletivos têm adotado com muita força. Tipo, é impossível discutir a reforma agrária desassociada dessas outras temáticas. Então, eu acho que esse é um exercício que ambos os coletivos têm realizado nesse último período, porque isso nos ajuda a posicionar o tema de maneira estratégica na construção das lutas do MST, e, com isso, posiciona o tema com algum grau de relevância para o movimento. Então, eu acho que esse é um exercício importante, e que é muito à luz do que as companheiras têm experimentado há alguns anos (Entrevistado 4).

Ressalta-se que, na fala do Entrevistado 4, são as mulheres do movimento que inspiraram as demais políticas identitárias dentro do Movimento, impulsionando principalmente o setor LGBTQIAPN+ sem-terra.

Ao relatar sobre sua participação no setor de gênero, a Entrevistada 6 assinala que o Setor Gênero não se restringiu a um coletivo apenas de mulheres. Isso porque, em seu entendimento:

Um coletivo de mulheres restringe o debate das relações humanas, da violência contra a mulher, da violência contra as crianças, da violência racial, a uma perspectiva de um indivíduo apenas, de 50%, vamos dizer, da organização. Quando a gente aprova um setor de gênero, a gente está dizendo que é necessário debater as relações e que isso envolve todos os efeitos dessa organização. Então, ele é mais ampliado do que um coletivo de mulheres. E ele não diz respeito apenas a um determinado grupo (Entrevistada 6).

Quando perguntei para o Entrevistado 7, homem cis, negro, sobre sua participação no coletivo raça do MST, ele relatou sua proximidade com a temática étnico-racial desde quando participava de um cursinho popular organizado pela Pastoral, ou seja, quando ingressou no MST já tinha o interesse nesse debate. Destaca ainda a necessidade de diálogo entre o MST e o Movimento Negro:

Essa proximidade, essa vivência no debate da questão racial. Desde a época que eu era da Pastoral, que eu era de cursinho popular. Então eu fazia esse debate, essa militância. Quando eu entrei no movimento eu já tinha esse interesse. Eu via na luta pela terra, na reforma agrária, como uma das grandes bandeiras da luta do movimento negro. E a minha intenção sempre foi também de fazer esse diálogo. Bom, isso naquele momento não estava muito colocado. Só na minha cabeça, do ponto de vista de idealização, o que eu esperava dessa luta (Entrevistado 7).

Ressaltamos, nesse relato, o pioneirismo do movimento negro na luta pela terra. Ainda de acordo com o Entrevistado 7, esse diálogo se iniciou no MST a partir de 2015. Em 2017, houve um seminário sobre o pensamento panafricanista, momento de maior interação

entre a militância do MST e do Movimento Negro. A partir daí, criou-se um grupo de estudos sobre a questão racial e agrária. O Entrevistado explica que, diferente dos outros setores, o que existe ainda é o grupo de estudos em nível nacional do movimento, mas há proposta de torná-lo um coletivo, o que significa, por sua vez, mudança na estrutura de representação do MST.

Quando questionei sobre o que o moveu para levar a questão racial para o movimento, ele explica que o reconhecimento como sujeito negro foi o primeiro fator, ao mesmo tempo, destaca a importância de se pensar sobre a temática no próprio processo de luta pela terra, ou seja, de luta pela transformação social:

A primeira questão é a identificação, o reconhecimento enquanto pessoa negra. Esse é o primeiro elemento. Todos nós viemos como sujeitos negros dentro do movimento de luta pela terra. E a segunda é que justamente por ser um movimento de luta pela terra, por transformação social, ele não pode ficar avesso, vamos dizer assim, a essa discussão. Pois, a questão da reforma agrária é o ponto-chave da nossa nave, da interpretação que a gente faz do Brasil. Foi justamente o ponto que a elite dominante do país vilipendiou o povo negro. Foi a lei de terra de 1850, na qual estabeleceu o regime de propriedade privada da terra e depois não permitiu o acesso da população negra à terra. Então esse elemento é central. E o MST surge justamente fazendo a luta pelo acesso à terra. Então a questão racial está automaticamente colada nesse debate. Destaco as relações étnico – raciais e a lei de terras de 1850 (Entrevistado 7).

Ele entende, ainda, que o racismo também está presente nas relações e interações que existem no MST, não sendo diferente de outros espaços e instituições sociais:

Primeiro que não existe um dentro do movimento ou fora do movimento desse tipo de relações sociais, mesmo do racismo. O racismo existe, ele é uma dimensão concreta das relações sociais no todo. As relações entre as pessoas são permeadas pelo racismo. Seja quando envolve uma escala de poder, que a gente está falando do racismo de quem detém o poder institucional, ou que está na estrutura do próprio Estado, ou o racismo recreativo, que é esse que está no plano mais do dia a dia entre a própria classe trabalhadora, por exemplo, quando a gente ouve nos botecos, nos jantares de famílias de noite semana, de um tio, de um amigo, que é aquela coisa da tapinha nas costas, é só brincadeira, e faz uma piada de cunho racista. Então isso existe em todos os espaços (Entrevistado 7).

O racismo também estrutura e atravessa a organização do MST, esse seria outro importante elemento que reforça a necessidade desse debate no processo de luta pela terra.

A esse respeito, o Entrevistado 4 nos relata alguns episódios de violência que vivenciou por ser um homem negro, entre eles, destaca um em que uma companheira de luta afirmou que se ele tivesse o cabelo raspado, suas falas e seu posicionamento político teriam mais credibilidade diante da base social do movimento. Neste momento da entrevista, ele faz importante análise sobre o racismo e outros sistemas de poder e a própria história do MST:

O movimento vem de uma base, de um setor progressista, da Igreja Católica, então a CPT e outras entidades articuladas ali dentro tiveram muita força para o apoio e a construção do que nós temos hoje enquanto movimento sem-terra, mas principalmente o MST se instala no sul do nosso Brasil, no sul do nosso país. Então, em sua essência, o MST e seu processo de organização social, a partir de setores progressistas da Igreja Católica, isso nos anos 80, na década de 80, e no sul do nosso país, onde tem uma cultura conservadora muito enraizada. Então é isso, um movimento que nasce em uma... que é protagonizada por pessoas hétero, brancas e cítricas. Então, visualizar a construção de um movimento baseado nessa gênese nos implica em pensar muitas coisas sobre a forma de organização desse movimento lá no seu início. Isso se reproduz até os dias de hoje, inclusive (Entrevistado 4).

Entrevistado 8, homem cis e gay, dirigente estadual do MST em São Paulo, pelo coletivo LGBT, conta que esse setor também surgiu a partir de um seminário que ocorreu em 2015, realizado na Escola Nacional do MST Florestan Fernandes. Nos seus termos, houve um processo de “conspiração dos sujeitos”, que não tinham espaços de reafirmação de pauta, nem mesmo o debate sobre sexualidade. Dessa provocação inicial, os sujeitos começaram a refletir sobre as contradições, os preconceitos e as violências relacionadas à sexualidade e identidade de gênero que também estruturam a organização e militância do MST.

Assim como as mulheres tiveram que se reconhecer como sujeitos históricos para também construir o setor de gênero no interior da luta por terras, a Entrevistada 2 entende que precisou ocorrer um processo de visibilidade de pessoas LGBTQIAPN+ para que esse setor ganhasse espaço no processo de construção da militância do MST, ou seja, sempre existiram, só não tinham o reconhecimento:

[...] com a construção dessa reforma agrária, nós temos que trazer presente também todos os sujeitos que compõem as fileiras de luta dessa organização, dessa construção coletiva. E nas fileiras de luta está, né, a diversidade sexual. E não dá pra gente deixar de fora daí, então, a construção, né, coletiva de enxergar esse sujeito no processo da luta pela terra nesse país, né. E a gente vai aprofundando também nas nossas áreas, né, onde estão os sujeitos LGBT e mais. Estão nos acampamentos, estão nos assentamentos, nas cooperativas, nas escolas, né. E nós não chegamos nesses espaços após o nosso sexto congresso. A gente já estava nesses espaços, a gente só não era enxergado (Entrevistado 2).

A Entrevistada 1 aponta que, inicialmente, teve que omitir sua orientação sexual como mulher lésbica para participar da militância, o que denominamos aqui de uma violência simbólica<sup>50</sup>. Apenas depois de muito tempo em que se sentiu segura para se assumir como mulher lésbica, foi convidada para participar desse setor no movimento.

E aí eu vim para São Paulo. Nesse meio tempo ainda, antes de vir para São Paulo, eu me assumi LGBT dentro do movimento. As culturas são muito distintas, os

<sup>50</sup> Para o sociólogo francês Bourdieu, violência simbólica é uma violência “invisível”, adotada por meios genuinamente simbólicos de comunicação e conhecimento, que se constitui em um vínculo de subjugação-submissão e que resulta de uma dominação, da qual o dominado é “cúmplice”, dado o estado natural em que a realidade se apresenta (Oliveira, 2017).

modos de vida, enfim. Nos estados, principalmente, eu sou uma pessoa que vive no Sul, mulher preta, lésbica do sul, que nesse período todo tive que omitir muito da minha sexualidade e da minha orientação sexual. para a militância, para a família, ainda que para mim a família me assumia muito antes de me assumir para a militância, né? Então vivia ainda meu período de me esconder, de me negar, né? Nesse processo todo. E eu só vou começar mesmo a me sentir um tanto mais à vontade em 2016, 2017, né? para assumir para algumas pessoas, pessoas mais próximas, mais para amigos mesmo, a questão da minha sexualidade e aí eu sou convidada a participar dos espaços de formação do coletivo, que já tinha um processo, eu já tinha participado em momentos que eram intersetoriais ou até mesmo listado em rodinhas mais escondidas que, às vezes, a gente fazia de conversa (Entrevistada 1).

No mesmo viés em que a Entrevistada 1 relata experiências de violência que sofreu por ser mulher negra e lésbica, o Entrevistado 04 também pondera que as violências e opressões de gênero, raça e sexualidade ainda são reproduzidas nos espaços de reforma agrária e que alguns corpos, nas suas palavras, “parece divergir da lógica aceita na comunidade”:

Ao contrário eu acho que as violências e as opressões que existem nas relações sociais construídas historicamente, elas também são reproduzidas nas áreas de reforma agrária. Então, a minha convivência nesse espaço também foi mediada por diversas formas de violência. Horas veladas, horas explícitas, né? E eu acho que esse é um exercício, que é um grande desafio, inclusive, para um sujeito LGBT, para um sujeito negro, que assume a sua negritude nesses espaços de luta. Os assentamentos, ou pelo menos um assentamento que eu convivi, era bem difícil mesmo a aceitação, assim. Eu não era o único gay no assentamento, na área. Já tinha lá um outro companheiro que também é LGBT, inclusive. Ele teve que sair da área porque ele não conseguiu permanecer no assentamento [...] (Entrevistado 4).

Ele também relata episódios de violência e discriminação que vivenciou em distintos momentos, inclusive, em espaços de reunião do movimento, ou seja, momentos da militância do MST:

[...] quando eu me inscrevi pra poder falar em uma reunião, e um dos dirigentes me interrompeu naquele momento e disse que se fosse pra eu falar, que eu falasse que nem homem. Aquele momento me marcou muito, assim, dentro da militância, e hoje, olhando de fora, eu me calei naquele momento, não consegui falar mais nada, né. Isso vai criando várias barreiras, várias paredes, assim, né, que nos impossibilita de estar naqueles espaços construindo e contribuindo etc. Porém, o que mais me marcou foi ver que o conjunto das pessoas, até aquelas pessoas que não concordavam com aquela afirmação dita, não havia argumentos pra contrapor essa fala, assim. E aquilo eu fiquei muito pensando, assim, não é que eu queria que as pessoas fossem na minha defesa naquele momento. Não era isso (Entrevistado 4).

O Entrevistado 4 assim como o Entrevistado 7 destaca a necessidade de se pensar a reforma agrária popular a partir das subjetividades dos diversos sujeitos que constroem essa luta:

Nós estamos falando da construção de uma reforma agrária popular, nós precisamos entender quem são os sujeitos que constroem a reforma agrária popular, né? E aí, então, a gente também já começa a entender que não tem reforma agrária popular, tem sujeitos políticos diversos, né? Assim como a humanidade é diversa, a natureza

é diversa, é preciso que a gente faça essa relação entre ser humano e natureza, construindo essa diversidade e tal (Entrevistado 7).

Ademais, importa destacar que, apesar de o setor LGBTQIAPN+ ganhar mais espaço no interior do MST nos últimos anos, como destaca a Entrevistada 4, desde 2006, é garantida a paridade de gênero no MST, na direção nacional, o que ainda não se observa em relação às pessoas LGBTQIAPN+ apesar de ser oficialmente um setor dentro do movimento. Do mesmo modo, a Entrevistada 10 também aponta a predominância, em alguns estados brasileiros, de homens brancos em posição de destaque no movimento, o que tem efeitos ainda na organização e própria militância do MST.

## **9.6 Eixos Interseccionais e o sentido do patriarcado**

Embora o patriarcado seja uma categoria mobilizada pelas pessoas que descreveram suas experiências de discriminação no MST, não deve ser compreendido como estrutura de poder única e suficiente para explicar as experiências de subalternidade dos sujeitos. Em consonância com o referencial teórico desta pesquisa, as narrativas revelam que o patriarcado não opera de forma isolada, mas em constante articulação com outras estruturas, como classe, racismo e sexualidade. Essa interação resulta em experiências de opressão complexas, que exigem abordagens de enfrentamento diversas.

### **9.6.1 Desigualdade de gênero: O Controle da decisão e a violência simbólica**

As assimetrias de gênero são expressas no controle masculino dos espaços de poder e na naturalização da desigualdade no trabalho reprodutivo.

-Controle da Decisão e da Palavra: A desigualdade de gênero impede a plena participação feminina, relegando as mulheres (cis e trans) a um papel subalterno nas estruturas decisórias, conforme aponta a Entrevistada 2: "O patriarcado ainda é muito presente nas decisões do campo. A gente tem uma dificuldade [em combatê-lo]".

-A Dupla Jornada: De acordo com a Entrevistada 5: "O patriarcado se materializa na desigualdade na divisão do trabalho", na qual a militante rural assume a responsabilidade pela produção no campo e, simultaneamente, pela reprodução social (tarefas domésticas), gerando esgotamento e limitando sua ascensão política.

-Violência Simbólica: A mulher é frequentemente alvo de subestimação e desqualificação em debates estratégicos, ou como aponta a Entrevistada 1: "As mulheres são sempre as mais sobrecarregadas".

Esta fala resume o impacto direto das assimetrias de gênero, sobretudo na desigual distribuição do trabalho doméstico e de cuidado, e na desqualificação pessoal na vida das militantes.

Ao se analisar o curso histórico da sociedade brasileira, no que concerne sua estrutura, tem-se uma visão hierarquizada onde diversos grupos irão desempenhar diferentes papéis:

Num dos polos dessa hierarquia social encontramos o senhor das terras, que concentra em suas mãos o poder econômico e político; no outro polo, os escravos, a força de trabalho efetiva dessa sociedade. Entre dois polos encontramos uma camada de homens livres, vivendo em condições precárias, sem meios de vida. Por estar assim definida a sociedade colonial se reveste de um caráter patriarcal que permeia toda sua estrutura, refletindo-se de maneira extrema sobre a mulher. Pelo caráter patriarcal e paternalista da sociedade, atribuiu-se à mulher branca o papel de esposa do homem, mãe de seus filhos dedicada a eles. Desse modo, seu papel é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que esse ócio representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população (Nascimento, 2021, p. 55-56).

Por outro lado, a realidade da mulher negra se contrapõe ao da mulher branca.

Assim,

No outro polo, a mulher negra, pode ser considerada uma mulher essencialmente produtora, com o papel semelhante ao seu homem, isto é, dotado de um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa-grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas também de produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além de sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher e, portanto, de mãe em potencial de novos escravos, ela tinha a função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico Negro (Nascimento, 2021, p. 56).

As mulheres negras do MST enfrentam não apenas a exclusão fundiária, mas também o racismo estrutural e o machismo estrutural<sup>51</sup> dentro e fora do movimento o que pode ser apontando a partir dos resultados desta pesquisa, enquanto pessoas LGBTQIA+ sem-

---

<sup>51</sup> Segundo Hélio Hintze (2020), o conceito de machismo estrutural se baseia na construção, organização, disposição e ordem dos elementos que compõem o corpo social, dando sustentação à dominação patriarcal, enaltecendo os valores constituídos como "masculinos" em direto e desproporcional detrimento dos valores construídos como "femininos" em todas as suas manifestações, em especial na mulher e nas sexualidades não heteronormativas.

terra podem sofrer discriminação e violência mesmo em espaços de luta coletiva. Uma análise interseccional revela como essas opressões se entrelaçam, exigindo que a reforma agrária popular dialogue com pautas feministas, antirracistas e LGBTQIAPN+, fortalecendo a resistência contra o agronegócio, o patriarcado e o capitalismo. Conforme analisa Nascimento (2021), a modernização da sociedade brasileira, impulsionada pelo processo de industrialização a partir da década de 1930, promoveu uma reconfiguração profunda nas relações de produção e nas dinâmicas sociais. A ampliação dos setores industrial e de serviços trouxe certa mobilidade à estrutura de classes, até então rigidamente polarizada. No entanto, essa flexibilidade aparente não significou a superação das hierarquias históricas que estruturam as desigualdades sociais, especialmente aquelas fundamentadas em gênero e raça.

Nascimento (2021) evidencia que, apesar das transformações econômicas, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres permanecem organizados por uma lógica patriarcal, que se manifesta tanto na divisão sexual do trabalho quanto no controle masculino sobre as instâncias decisórias. O patriarcado compreendido como um sistema de dominação simbólica e material que regula o acesso das mulheres ao poder mantém-se como um eixo estruturante das relações sociais, mesmo em contextos de modernização produtiva e expansão dos direitos civis. Essa permanência é evidenciada no depoimento da Entrevistada 2, ao afirmar que “o patriarcado ainda é muito presente nas decisões do campo. A gente tem uma dificuldade em combatê-lo”. Tal fala expressa a resistência das estruturas de poder em redistribuir o controle decisório e reconhecer plenamente a autoridade política das mulheres.

A sobrecarga feminina, apontada pela Entrevistada 1, ao afirmar que “as mulheres são sempre as mais sobrecarregadas”, revela o modo como o patriarcado se infiltra nas práticas cotidianas, reproduzindo desigualdades por meio do que Pierre Bourdieu (2002) denomina violência simbólica, isto é, um processo de dominação que se efetiva pela naturalização das hierarquias e pela internalização de papéis sociais subordinados. A sobreposição das jornadas de trabalho produtivo, doméstico e comunitário recai, de forma desproporcional, sobre as mulheres, sem o devido reconhecimento social ou econômico.

Nesse contexto, é fundamental introduzir o conceito de interseccionalidade, cunhado por Gonzalez no Brasil no final dos anos 1970, para compreender de modo mais preciso a articulação entre gênero, raça e classe. A interseccionalidade permite analisar como diferentes sistemas de opressão se entrelaçam, produzindo efeitos específicos sobre determinados grupos sociais. No caso brasileiro, conforme já indicava Nascimento (2021) em suas reflexões sobre o corpo, território e identidade negra, a experiência das mulheres negras se situa na

confluência dessas múltiplas dimensões de exclusão, o que aprofunda tanto a desigualdade de gênero quanto a marginalização racial.

Dessa forma, a desigualdade observada nas relações de gênero não pode ser tratada isoladamente. Ela se sustenta sobre uma estrutura interseccional de dominação, na qual o racismo e o patriarcado operam conjuntamente na distribuição desigual de oportunidades, reconhecimento e poder. O critério racial, como observa Nascimento (2021), continua sendo um mecanismo de seleção social, determinando quem ocupa os espaços de privilégio e quem é confinado aos lugares subalternizados. Esse processo se perpetua pela internalização dos papéis sociais atribuídos, legitimando a exclusão e a inferiorização simbólica das mulheres negras.

Assim, as assimetrias de gênero e raça se expressam tanto na restrição da participação feminina nos processos decisórios quanto na naturalização da sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado. As falas dos entrevistados, articuladas às reflexões teóricas de Beatriz Nascimento e ao referencial interseccional, evidenciam que o avanço econômico e institucional do país não eliminou as estruturas simbólicas de dominação.

Em síntese, as contribuições de Nascimento (2021) reforçam que o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça exige a desconstrução das bases interseccionais da opressão, que operam de forma simultânea e interdependente. Compreender o patriarcado como uma estrutura histórica e interligada a outras formas de dominação é condição indispensável para promover a emancipação social e política das mulheres, em especial das mulheres negras, cuja trajetória expressa de forma mais aguda os efeitos conjugados do racismo e do sexismo.

Figura 36 - Manchetes de Noticiários On-line.

MENU | g1 | SÃO PAULO | BUSCAR

## Socorrista do Samu diz que família não queria que paciente fosse atendido por ela: 'Ela é negra', 'tudo bem, ela está com luvas'

Caso ocorreu no último dia 12 de março durante atendimento a um idoso com sequelas de AVC. Socorrista Laura Cristina Cardoso disse que 'a vítima foi devidamente atendida pelas minhas mãos negras enluvadas'.

Por Patrícia Marques, TV Globo — São Paulo  
21/03/2022 16h41 - Atualizado há 3 anos

Facebook | WhatsApp | Compartilhar

Fonte: G1 (2022)

Figura 37 - Manchetes de Noticiários On-line.



Fonte: UOL (2024).

As manchetes acima reafirmam a leitura de Nascimento (2021) de que persiste, no imaginário social brasileiro, a representação de determinados grupos como naturalmente subalternos, legitimando sua relegação a posições de menor prestígio nas esferas do trabalho, dos serviços e da produção.

A herança escravocrata sofre uma continuidade no que diz respeito a mulher negra, seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria e transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais (Nascimento, 2021, p. 58).

Segundo observa Nascimento (2021), a inserção das mulheres na força de trabalho brasileira durante o processo de industrialização ocorreu de modo profundamente desigual e racialmente estruturado. A mulher branca foi incorporada às atividades produtivas em setores como o têxtil, ocupando funções consideradas “femininas” e socialmente desvalorizadas. Com o declínio dessas indústrias, passou a desempenhar tarefas burocráticas de baixo prestígio e remuneração, que, embora exigissem algum nível de escolarização, mantinham sua posição subordinada dentro da hierarquia ocupacional.

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina de essas mulheres (Carneiro, 2019, p. 313).

A mulher negra, por sua vez, permaneceu à margem desse processo de mobilidade. Como destaca Nascimento (2021), a limitação do acesso à educação formal e a seletividade racial que permeava os empregos com maior visibilidade pública restringiram significativamente suas oportunidades. Dessa forma, a mulher negra foi mantida nas

ocupações mais precárias e desvalorizadas, como o trabalho doméstico e os serviços de base, consolidando sua posição estrutural de subalternidade no mercado de trabalho.

Essa leitura encontra correspondência nas reflexões de Gonzalez (2020), para quem a condição da mulher negra expressa a sobreposição entre racismo e sexismo como princípios organizadores das relações sociais brasileiras. Ao elaborar o conceito de amefricanidade<sup>52</sup>, esta autora demonstra que o lugar social da mulher negra é produto histórico da colonização e da escravidão, revelando a persistência de um padrão de exploração que associa o corpo negro à servidão e ao trabalho reprodutivo.

Tanto Nascimento (2021) quanto Gonzalez (2020) apontam que a modernização das relações produtivas no Brasil não promoveu a ruptura com as estruturas patriarcais e racistas, mas apenas reconfigurou as formas de subordinação. Assim, a presença feminina no mercado de trabalho, longe de representar emancipação, reafirmou os limites impostos pela intersecção entre gênero e raça, assegurando a manutenção da mulher negra na base da hierarquia social e laboral.

### 9.6.2 O racismo na militância

Desse ângulo, o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira. A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita (Fernandes, 1989, p. 24).

A luta pela terra é racializada no Brasil. O racismo não é apenas um problema social grave e sistêmico externo, mas uma contradição presente na militância, sendo um reflexo direto da experiência colonial.

O Racismo no Poder: manifesta-se na sub-representação das lideranças negras, pardas e indígenas. Conforme Entrevistada 3, "o racismo se manifesta na falta de oportunidades. O movimento precisa ser antirracista de fato. A maioria dos líderes é branca, isso é um problema".

O Corpo Negro e o estranhamento: segundo o Entrevistado 7, "o racismo opera no cotidiano do assentamento, onde o corpo negro é alvo de desconfiança". Já para o

---

<sup>52</sup> O termo criado por Lélia Gonzalez vai além. Ele indica a construção de uma identidade étnica com a incorporação de dinâmicas culturais, especialmente aquelas que vão na contramão do sistema de dominação chamado racismo. Para a antropóloga, é importante ultrapassar uma visão romantizada da África para se voltar para a realidade própria vivida no continente americano, reconhecendo sua influência na formação cultural e valorizando as táticas aqui criadas contra a dominação colonial (SESC SÃO PAULO, 2025).

Entrevistado 2, homem trans e negro, há uma dupla opressão de raça e identidade-interseccionalidade. Ou seja, "A luta por terra tem cor" (Entrevistado 7). Essa metáfora poderosa sintetiza a tese de que a questão agrária é inseparável da desigualdade racial, impulsionada pelo protagonismo dos 55,6% de entrevistados negros/pardos.

A Pauta Indígena: Para o militante indígena, o Entrevistado 9, a dimensão do "apagamento histórico" somado ao patriarcado, exige que o MST amplie seu foco para um debate decolonial<sup>53</sup> que valorize as culturas e cosmologias não-brancas.

Após a abolição da escravatura, fomos integrados ao todo nacional, mas, sem dúvida, com a esperança simplória de, através do filtro das relações de casamento ou concubinato, irmos "melhorando a raça" até o ponto de a nação ficar cada vez mais moreninha e, com o auxílio da imigração europeia, cada vez mais branca (Nascimento, 2021, p.65).

A produção intelectual de mulheres negras no Brasil, especialmente a de Gonzalez e Nascimento, constitui um marco fundamental na construção de uma epistemologia afro-latino-americana crítica ao racismo estrutural, ao colonialismo e ao patriarcado. Essas autoras formulam um pensamento que desloca o olhar eurocentrado e propõe uma leitura do Brasil e da América Latina a partir da experiência histórica, política e simbólica dos povos negros - a decolonialidade.

A análise das entrevistas evidencia a persistência do racismo como elemento estruturante das relações sociais e laborais no MST. Segundo Gonzalez (2020), a coexistência dos diferentes modos de acumulação (comercial, industrial competitivo e monopolista) produz formas interdependentes de exploração e fixação da força de trabalho que mantêm o corpo negro em posição de subordinação. Tal estrutura, ao naturalizar a desigualdade e circunscrever o trabalhador negro a determinados espaços produtivos e simbólicos, reforça a ideia de que o racismo não é uma disfunção do sistema capitalista, mas um de seus mecanismos de sustentação e expansão.

A fala do Entrevistado 3, de que "o racismo se manifesta na falta de oportunidades. O movimento precisa ser antirracista de fato. A maioria dos líderes é branca, isso é um problema"; e do Entrevistado 7, que "o racismo opera no cotidiano do assentamento, onde o

---

<sup>53</sup> O termo decolonialismo – ou decolonialidade – significa o conjunto de práticas, conceitos, pesquisas e estudos que tentam diminuir, e até reverter, os efeitos da colonização nas sociedades em que este processo histórico ocorreu. O peruano Aníbal Quijano (1930-2018) é um dos mais conhecidos teóricos do decolonialismo, ao definir o termo "colonialidade do poder" crítica o eurocentrismo e valoriza a cultura do chamado "Sul Global". (Barbosa, 2024, n.p.). No contexto brasileiro, é importante mencionar Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo cuja obra exerceu papel relevante na formulação de perspectivas críticas ao (NEO)colonialismo, articulando um pensamento voltado à autonomia intelectual e à descolonização das ciências sociais.

corpo negro é alvo de desconfiança” exemplificam esse processo. Ambas revelam a reprodução cotidiana de práticas racistas que atravessam os espaços de convivência e de organização política, limitando o acesso a posições de liderança e reconhecimento social.

Em diálogo com Nascimento (2021), observa-se que tais experiências expressam a continuidade de uma estrutura histórica de vigilância e controle sobre os corpos negros. Para a autora, o corpo negro constitui um território de resistência e memória, que carrega em si tanto o trauma da exclusão quanto a potência da reconstrução identitária. Ao relacionar essa perspectiva à de Gonzalez (2020), compreende-se que o racismo, mais do que um fenômeno moral ou ideológico, opera como prática material e simbólica de regulação social, afetando as formas de pertencimento e participação dos sujeitos negros nos espaços institucionais e políticos. Dessa maneira, os resultados apontam para a necessidade de repensar as dinâmicas internas dos movimentos sociais/MST e das políticas públicas sob uma perspectiva efetivamente antirracista, que reconheça o papel central da população negra na construção de alternativas emancipadoras e na disputa por poder e representação.

...Há um racismo multidimensional em ação, operando uma dinâmica semelhante e produzindo as mesmas consequências: a justificação de um mundo social desigual, desumano e injusto a partir do convencimento do oprimido de sua própria inferioridade. Uma inferioridade construída precisamente pela redução do oprimido ao seu corpo, e, portanto, a sua dimensão animalizada (Souza, 2021 p. 216 – grifo próprio).

A leitura de Souza (2021) dialoga de modo profícuo com as formulações de Gonzalez (2020) e Nascimento (2021), na medida em que os três autores compreendem o racismo como uma tecnologia social de dominação que ultrapassa o plano individual, operando nas estruturas profundas da sociedade brasileira. Ainda que partam de referenciais distintos, convergem na denúncia de que o racismo constitui um dos principais mecanismos de legitimação da desigualdade, atuando tanto no nível simbólico quanto no material.

Souza (2021) propõe compreender o racismo a partir dos processos de aprendizado da dominação, que engendram formas de violência simbólica e material capazes de naturalizar as hierarquias sociais. Para o autor, tais processos não se limitam a atos explícitos de discriminação, mas envolvem práticas de socialização que internalizam a desigualdade como algo moralmente aceitável. A dominação, embora global em sua lógica, assume contornos específicos em cada sociedade conforme suas trajetórias históricas e políticas. Dessa maneira, o racismo, em sua pluralidade de expressões, é um fenômeno que se reconfigura conforme as condições locais, reforçando distinções sociais injustas e reproduzindo privilégios.

Gonzalez (2020) insere o racismo no interior da estrutura econômica e política do capitalismo dependente latino-americano. Para ela, o racismo não apenas organiza o trabalho e a produção, mas também atua como dispositivo de legitimação cultural da exclusão. Sua análise evidencia que a articulação entre raça, classe e gênero é o eixo central da dominação moderna, sustentada pela ideologia da democracia racial, que mascara a exploração e perpetua a marginalização da população negra. Gonzalez (2020), portanto, antecipa parte do diagnóstico sociológico de Souza (2021), mas o faz a partir de uma epistemologia decolonial e negra, enraizada na experiência das mulheres negras latino-americanas. Já Nascimento (2021) complementa e amplia esse horizonte ao inserir o corpo negro e o território quilombola como espaços de resistência e reexistência. A autora interpreta o racismo não apenas como sistema de controle e vigilância, mas também como um campo de luta pela memória, pela subjetividade e pela autonomia. Ao resgatar o quilombo como categoria simbólica e política, Nascimento (2021) propõe uma reconfiguração epistemológica que recoloca o corpo negro como sujeito de saber e história. Sua abordagem desloca o foco da dominação para as possibilidades emancipatórias inscritas nas práticas de resistência cotidiana.

Ressalto, nesse contexto, a “Ideologia do Branqueamento”, que subsidiou a importação maciça de brancos europeus no período pós-abolição. Decorre disso, que a mobilidade social vinculou-se ao gradiente do tom da pele.

O branqueamento envolve também a progressiva libertação dos traços negroides, como mostra o apagamento desses traços em fotografias de figuras ilustres<sup>54</sup>, e a vergonha social provocado muito especialmente pelos cabelos crespos, que passam a ser alisados e pintados de loiro. Tanto quando a cor da pele, o tipo de cabelo foi decisivo para a entronização de um tipo de beleza estética construído pelo modelo europeu. A autoestima individual, a superação de uma vergonha social ubíqua e muitas vezes até o amor dos próprios pais eram decididos pelo apagamento progressivo de traços fenotípicos ligados à “raça”. O branqueamento, como lei de ferro da ascensão social no Brasil, só pode ser compreendido, portanto, pela combinação inextricável de racismo de classe e racismo de raça, que passam a se reforçar mutuamente (Souza, 2021, p.221).

---

<sup>54</sup> Alguns intelectuais e personalidades negras foram embranquecidos ou tiveram sua relevância histórica silenciada tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. O racismo, enquanto processo histórico e estrutural, atua na invisibilização das contribuições negras para a formação social e cultural. Recontar a história sob uma perspectiva crítica é, portanto, um ato de reparação e reconhecimento. No contexto brasileiro, destacam-se figuras como Chiquinha Gonzaga, Maria Firmina dos Reis, Nilo Peçanha, Afonso Henriques de Lima Barreto e Machado de Assis.

Figura 38 - A Redenção de Cam, 1895<sup>55</sup>.



Fonte: EDUSP (2025).

A articulação entre as obras desses três autores evidencia que o racismo no Brasil é simultaneamente estrutural, simbólico e histórico. Ele se manifesta nas instituições, nas relações cotidianas e nas formas de representação social, configurando um sistema de poder que combina exclusão material e desvalorização simbólica. Entretanto, o diálogo entre Souza, Gonzalez e Nascimento também indica caminhos de superação: enquanto o primeiro propõe a desnaturalização das hierarquias simbólicas e o reconhecimento da violência invisível da dominação, as autoras afirmam a necessidade de uma epistemologia negra e latino-americana capaz de deslocar os paradigmas eurocentrados e reinscrever o sujeito negro como agente de produção de conhecimento, de transformação e de resistência histórica.

Uma abordagem teórica sobre Florestan Fernandes e Clóvis Moura sobre Classe e Raça. De acordo com a linha de pensamento dos dois autores podemos perceber que classe e raça combinam forças essenciais para contrapor à ordem existente e fortalecem reciprocamente, “que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo.” A luta negra e a luta agrária fazem parte de uma luta da classe trabalhadora “aí está o busílis da questão no plano político revolucionário” (Fernandes, 1989, p. 24 *apud* Souza, 2017, p. 115).

---

<sup>55</sup> No Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, em 1911, a pintura ilustrou um artigo de sua autoria sobre branqueamento. Ele assim descreveu a imagem: “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças”.

De acordo com Souza (2017), a raça também é um fator revolucionário específico. Conforme seus estudos, classe e raça são duas polaridades, que não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos. Classe e raça são unidades do diverso.

A análise dos capítulos 4 e 5 da tese, bem como das falas dos entrevistados, permite constatar que ainda não há, no interior do movimento, uma política formalmente estruturada em torno da questão racial. Embora haja consenso de que a maioria dos integrantes seja composta por pessoas negras, observa-se a ausência de um setor específico voltado à pauta racial, como ocorre, por exemplo, com o grupo LGBT Sem - Terra, cunhado pelo setor de gênero que se origina junto ao MST da década de 1980. Existe, contudo, a iniciativa do coletivo Terra, Raça e Classe, que representa um importante avanço, mas que ainda não se consolidou como uma política institucionalizada no âmbito do MST. Reconhecer essas fragilidades é fundamental, pois o recorte racial não pode ser dissociado das lutas pela terra e pela transformação social que orientam o movimento.

Quando perguntado para a Entrevistada 23, mulher cis, negra, heterossexual, sobre sua participação no coletivo raça do MST, ela disse:

uma coisa que a gente tem conversado muito no último período é que, como o racismo é o patriarcado de estrutura, o capitalismo estrutura a sociedade, vai ter racismo e vai ter machismo nos nossos espaços. E o detalhe é de como que a gente enfrenta as contradições. Então, no último período, a gente tem se desafiado a enfrentar as contradições (Entrevistada 23).

### **9.6.3 Heteronormatividade: Dissidência, Exclusão e Afeto**

A heteronormatividade cria barreiras significativas para a participação plena de sujeitos LGBTQIAPN+ na militância, que, muitas vezes, enfrentam estigma, discriminação e até violência física dentro do próprio espaço de luta – o assentamento/acampamento.

Assentamento/Acampamento como Espaço de Violência: O assentamento, espaço de construção de nova sociedade, falha em acolher a diversidade. A exclusão de um militante gay é um dos exemplos de tensão. Para o Entrevistado 4: “O andar rebolado incomodava, a fala fina incomodava, e isso é difícil. Então a construção do amor e do afeto nessa comunidade não era simples para essa pessoa. Chegou um momento em que a única forma de encontrar afeto, de se sentir desejado, por exemplo, foi se relacionar com homens casados dentro da própria comunidade”.

-Transfobia: as identidades trans (Travesti e Homem Trans) enfrentam o machismo que se torna transfobia. Segundo a Entrevistada 2: “O corpo trans é um desafio direto ao binarismo de gênero imposto pela heteronormatividade”.

- A Necessidade de Espaços Seguros é explicitada na fala de vários entrevistados(as) que mencionam: preconceito religioso (Entrevistado 5); conservadorismo da base (Entrevistado 10) são as barreiras ideológicas que exigem do Movimento a criação urgente de "espaços seguros" (de acordo com o Entrevistado 13) e "acolhimento" (segundo o Entrevistado 12).

No subcapítulo 5.5.2, discutiu-se o corpo político das pessoas travestis e dos sujeitos(as) trans destacando-se a ausência de afeto, a objetificação de seus corpos como instrumentos de prazer. Foi apontado que o Brasil ocupa a posição de segundo maior consumidor mundial de conteúdo adulto que sexualiza corpos trans e travestis e, simultaneamente, permanece, pelo décimo sétimo ano consecutivo, como o país com os mais elevados índices de assassinatos dessas populações, evidenciando uma dinâmica estrutural de violência e objetificação. Os impactos profundos dessas experiências são sentidos em suas relações amorosas, profissionais e sociais, tanto nos espaços urbanos quanto rurais.

A transfobia, nesse contexto, manifesta-se como uma forma extrema de violência: ela mata enquanto ainda se vive, corroendo o corpo e a subjetividade sob o peso do patriarcado. Quando atravessada pelo recorte racial, essa violência se intensifica, produzindo camadas adicionais de vulnerabilidade e exclusão. Ainda que em menor escala, não se pode desconsiderar as violências simbólicas e físicas direcionadas a outros membros da população LGBT no campo, demonstrando que, apesar das campanhas de conscientização, a LGBTfobia permanece como uma realidade recorrente e estrutural, como já relatado nesta pesquisa.

Em síntese, a análise qualitativa das entrevistas revela que as estratégias de enfrentamento às discriminações no MST articulam dimensões pedagógicas, políticas e estruturais, reafirmando o compromisso do movimento com a transformação cultural e a justiça social. O fortalecimento dos Setores de Gênero e Diversidade, conforme apontou a Entrevistada 4, expressa a institucionalização das diferenças como princípio político, enquanto a criação de “espaços de escuta”, para a Entrevistada 3. Para a Entrevistada 9, seja tal criação seja a “articulação com movimentos externos” demonstram a busca por um diálogo permanente entre a base e a sociedade civil. A punição pedagógica, evidenciada no relato da Entrevistada 11, constitui um instrumento de reeducação e não de exclusão, reafirmando a centralidade da formação humana e coletiva. Além disso, o protagonismo de militantes com qualificação de nível avançado no âmbito do ensino superior, especialmente em cursos de

pós-graduação *stricto sensu*, apontado pelos Entrevistados 20, 21 e 23, amplia a densidade teórica dos debates sobre interseccionalidade, consolidando o movimento como espaço de produção intelectual crítica e de resistência às múltiplas formas de opressão.

#### **9.6.4 Estratégias de enfrentamento às discriminações**

O enfrentamento às violências sofridas ocorre pela institucionalização da diferença e por estratégias pedagógicas internas que buscam a transformação cultural da militância.

-Setores e Formação Política: O fortalecimento do Setor de Gênero e a criação do Setor LGBT Sem - Terra (Entrevistada 4) são as estratégias estruturais que formalizam o debate identitário. Novo Trecho (Estratégias): "Criação de espaços de escuta" (Entrevistada 3) e "Articulação com movimentos externos" (Entrevistado 9) demonstram que a solução exige tanto o trabalho interno de base quanto a conexão com a sociedade civil mais ampla.

-Punição Pedagógica: O método de justiça interna prioriza a reeducação do agressor. Citação Chave: "Essas penas pedagógicas eram aplicadas em situações em que a coletividade [...] visualizasse algum erro grave cometido por essa pessoa que tivesse algum prejuízo na coletividade." (Entrevistado 11). Isso reflete o compromisso do MST com a formação contínua, visando à transformação do militante em vez de sua exclusão, um método político intrinsecamente ligado à sua identidade de movimento social.

-Protagonismo Intelectual: A presença de acadêmicos com Doutorado (Entrevistado 20, entrevistado 21, entrevistada 23) na amostra indica uma estratégia consciente de utilizar o capital intelectual para dar densidade teórica e política aos debates de interseccionalidade no seio do Movimento.

#### **9.6.5 Eixo Temático: Trajetória e Subjetividade**

As narrativas de entrada e permanência no MST dividem-se em duas categorias principais: conexão hereditária/familiar e militância por ideal/identidade.

Conexão com a Terra e Família: Grande parte dos entrevistados, mesmo os que não são formalmente filhos de assentados, relatam uma origem camponesa (Entrevistada 1, entrevistada 5, entrevistado 6), onde a luta pela terra é a continuidade de uma experiência de vida. O MST é visto como o único caminho para "ter meu próprio pedaço de terra" (Entrevistada 1) ou para buscar "uma vida digna" (Entrevistado 11).

Motivações Identitárias: A entrada de novos militantes é cada vez mais influenciada por questões sociais específicas;

-Raça: Entrevistada 2 menciona que sua trajetória "começa na juventude negra".

-Gênero: Entrevistado 9 afirma que "A questão de gênero me motivou a entrar".

-Diversidade: Entrevistado 14 articula sua experiência de "transição e a luta no movimento entrelaçam".

A análise revela que o MST se mantém como um espaço de luta de classes, mas se expande ao acolher e ser impulsionado por outras pautas, que se tornam o lócus da militância para novos sujeitos.

### **9.7 Eixo Temático: experiências articuladas de discriminação**

As narrativas sobre discriminações sofridas no MST demonstram a indissociabilidade entre sexo/gênero e outros eixos de poder como raça e sexualidade.

O racismo é sentido como uma opressão sistêmica que se manifesta em desconfiança e exclusão econômica.

- O racismo é velado, mas sentido (E5), manifestando-se na "dificuldade de acesso à terra" (E11) e na "invisibilidade negra no campo" (E6).

- A crítica se estende à própria estrutura do Movimento, com a observação de que "A maioria dos líderes é branca, isso é um problema" (E3) e que o MST "precisa ser antirracista de fato" (E2).

#### **9.7.2 Gênero e Misoginia**

A discriminação de gênero é focada na subestimação intelectual e na limitação de espaços.

- As mulheres se sentem "subestimada(s)" (E12) e a opressão é mais aguda "principalmente em reuniões" (E1), locais de debate, poder e deliberações.

- O relato Indígena (E9) adiciona a dimensão do "apagamento histórico" à discriminação de gênero, destacando a vulnerabilidade do corpo feminino e indígena.

#### **9.7.3 Sexualidade e Conservadorismo**

As pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam o "maior tabu" (E10) no Movimento, considerando que o "preconceito religioso é forte" (E5) e há o "conservadorismo da base" (E10).

- Os sujeitos relatam violência (E14) e dupla opressão (E2), com exclusão em atividades. A bissexualidade é "invisibilizada" (E4).

- A luta é pela visibilidade e respeito (E14) e pela necessidade de o MST construir "espaços seguros" (E13) e garantir o "acolhimento" (E12).

## 9.8 Eixo Temático: Estratégias de Enfrentamento

O enfrentamento às discriminações ocorre em dois planos principais: Estrutural-Político e Pedagógico-Cultural.

Tabela 10 - Dispositivos de Resistência e Mobilização.

Plano de Ação	Descrição	Exemplos de Estratégias
<b>Estrutural-Político</b>	Criação de órgãos e mecanismos para institucionalizar a pauta identitária e garantir representatividade.	Setor de Gênero e Setor LGBT Sem Terra (E4), Ações afirmativas e cotas internas (E7), Punições pedagógicas (E11).
<b>Pedagógico-Cultural</b>	Foco na conscientização, formação e construção de laços de solidariedade.	Formação política e coletiva de mulheres (E1), Diálogo constante e educação (E5), Grupos de apoio e acolhimento (E10), Fortalecimento das brigadas de mulheres (E12).

Fonte: Elaboração própria (2025)

A menção às "punições pedagógicas para agressores" (E11) sugere um modelo de justiça interna que prioriza a reeducação sobre a expulsão, alinhado à lógica política e comunitária do MST. Contudo, a observação de que há "necessidade de punições mais claras" (E8) indica que o sistema ainda precisa ser aperfeiçoado para garantir a efetividade. Essa "punição pedagógica", aliada à insuficiente precisão e transparência nos processos, tende a intensificar a perpetuação da violência, reforçando dinâmicas estruturais já consolidadas.

## **10. OBSERVAÇÕES, AVANÇOS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DO NOVO PARADIGMA DA LUTA**

Este capítulo apresenta a análise das observações e subjetividades provenientes das entrevistas, estabelecendo um panorama das contradições internas, dos avanços conquistados pelos setores auto-organizados e dos desafios persistentes na luta do MST. O foco recai sobre a dinâmica de inclusão das pautas de gênero, raça e LGBTQIAPN + no contexto da construção da Reforma Agrária Popular.

### **10.1 Contradições e Barreiras Estruturais do Movimento**

O MST, ao se situar como um movimento social de caráter massivo e popular, confronta-se com barreiras que refletem as estruturas da sociedade brasileira, manifestando-se tanto na articulação externa quanto em suas hierarquias internas.

A discriminação é sentida fora do movimento, especialmente na relação com outros espaços de luta política, como o sindicato. Internamente, uma das contradições mais evidentes reside na composição da sua direção, que é questionada por ser “tão branca” e “mais velha” (de 40 +), enquanto a maioria da sua base é negra e mais jovem.

O racismo estrutural é reconhecido como um grande desafio. Ele atua de forma "esmagador[a]" a ponto de impedir a autoidentificação de militantes como sujeitos negros ou camponeses. No entanto, a luta pela democratização do acesso à terra e o enfrentamento ao latifúndio são intrinsecamente entendidos como um enfrentamento ao racismo, uma vez que o racismo no Brasil se estrutura sobre o latifúndio e a propriedade da terra centrados em uma classe social. Apesar desta compreensão, a resistência para debater a centralidade da questão racial no movimento permanece um desafio.

Para as pautas de gênero e LGBTQIAPN+, o conservadorismo se impõe como uma barreira significativa. O pensamento religioso conservador é "muito presente no nosso território pelos evangélicos" (Entrevistada 5, Paraná, 2025), e dificulta a aceitação e o debate dessas questões. Sujeitos que detêm identidades marginalizadas enfrentam dificuldades para ascender a espaços de poder: a experiência de ser mulher negra e lésbica, ou de ser "preta, Sem-Terra, LGBT e idosa" (Entrevistada 19, Ceará, 2025), demonstra a complexidade de romper essas múltiplas barreiras no cotidiano e na militância.

## 10.2 Estratégias e Auto-organização dos Setores e Coletivos

Como resposta às contradições internas, a auto-organização de setores específicos tornou-se um pilar estratégico para incidir na política do movimento. O Setor Gênero é reconhecido como de fundamental importância para a articulação e enfrentamento das discriminações em relação aos outros dois setores. Uma das estratégias adotadas é a inserção dos sujeitos em todos os espaços do movimento para facilitar o debate sobre gênero, étnico-raciais e LGBTQIAPN+. Outra estratégia crucial é a busca pela paridade nos espaços de poder. O coletivo de Raça e o setor LGBT Sem-Terra, de formação mais recente, cumprem uma "responsabilidade orgânica e organizativa", com representação nas direções estaduais, o que lhes permite "enraizar discussões dentro dos espaços centrais do movimento". O Coletivo de Raça, em particular, assume a tarefa de trazer as reflexões e as leituras para que o MST se repense em relação à historicidade da luta de resistência negra, como observa a Entrevistada 8, liderança do setor no Maranhão:

"...o coletivo tem cumprido essa tarefa no MST, né? De trazer essas reflexões, de incidir dentro da organização como um todo, de trazer para dentro os debates e as leituras e tentar fazer com que a gente, enquanto MST, a gente se repense nesse sentido, né?" (Entrevistada 8, Maranhão, 2024).

A luta contra a violência se materializa na construção de protocolos para lidar com a violência racial, de gênero e LGBTQIAPN+. Existe uma rede de combate à violência contra a mulher. Politicamente, a decisão nacional é de que não será tolerada a LGBTfobia, reverberando em espaços do movimento. O protocolo serve principalmente para amparar a vítima, embora dependendo da gravidade, a punição possa culminar na expulsão do acampamento/assentamento. A abordagem busca suscitar o debate e o cuidado, inclusive com a pessoa que agride, diferenciando-se da lógica do encarceramento em massa.

## 10.3 Avanços e o Novo Paradigma da Reforma Agrária Popular

Estes avanços se manifestam na consolidação dos coletivos, na conquista de direitos materiais e na reformulação conceitual de sua própria luta. Um dos maiores avanços para a comunidade LGBTQIAPN+ foi o direito à terra, o que antes era negado pela invisibilidade. Outras conquistas incluem o reconhecimento de casais homoafetivos para acesso ao lote e o reconhecimento do nome social de pessoas trans na titularidade do lote. Para as mulheres, houve avanços na titularidade do lote e no direito de permanência em caso de separação. A

estratégia de colocar "a terra no nome das mulheres" é vista como um enfrentamento à violência patrimonial. Programas como o PRONERA e o PRONAF Mulher também são conquistas que visam atender especificamente estes sujeitos (MST, 2023).

Os avanços mais recentes na articulação entre a Questão Agrária e as Relações Étnico- Raciais revelam a percepção de que a luta pela terra é, intrinsecamente, uma luta antirracista. A pauta racial tem tido avanços recentes, notavelmente a auto-organização e a percepção de que o MST é um "movimento negro", composto majoritariamente por pessoas pretas. Em estados com maior população negra, como Bahia e Maranhão, a organização dos territórios tem avançado na valorização da identidade afro-brasileira. Tais constatações são confirmadas por estudos acadêmicos que articulam esses eixos, como a análise de Souza (2017), que examina como a luta pela Reforma Agrária, particularmente na Bahia, está ligada ao debate sobre o fenômeno racial, visto que a desigualdade fundiária no Brasil é uma herança direta da escravidão e da Lei de Terras de 1850. A organização do setor "Terra, Raça e Classe" dentro do MST institucionaliza essa perspectiva, reconhecendo que a Reforma Agrária Popular só pode ser completa se combater, simultaneamente, o capitalismo, o patriarcado e o racismo estrutural.

Estes avanços estão articulados com a reformulação do conceito de reforma agrária, que se move do modelo clássico para o paradigma da Reforma Agrária Popular. Este novo projeto popular para o campo não envolve apenas a distribuição de terras, mas abrange o desenvolvimento da agroecologia e a construção de "novas relações humanas", pois "não é possível produzir alimentos saudáveis em territórios adoecidos pelas relações".

A materialização deste paradigma exige uma "revolução mesmo cultural", visando transformar as bases e os espaços de convivência. A educação e a formação contínua, especialmente nas escolas itinerantes, são cruciais para este processo, pois buscam a emancipação humana e a formação de uma consciência que exige que os companheiros "abram mão de todo tipo de preconceito" para construir uma política conjunta de cooperação e solidariedade, pautada no humanismo.

O perfil dos 27 entrevistados, majoritariamente Negros/Pardos (71,4%), com forte presença LGBTQIAPN+ (42,9%) e de identidades Trans (14,2%), não é um dado estatístico fortuito, é o espelho de uma base militante que exige que a consigna de "Terra, Teto e Trabalho" seja traduzida para as linguagens do corpo, da raça e do gênero. A análise demonstrou que o acesso desses novos sujeitos à militância é, em si, um ato político de afirmação de identidade, em que a busca pela terra se funde à busca por dignidade, visibilidade e liberdade plena, ou seja, a superação das estruturas de opressão.

Como exposto, as narrativas dos entrevistados e entrevistadas sobre as discriminações sofridas demonstram a indissociabilidade entre sexo/gênero e outras categorias sociais. Isso significa que as experiências de discriminação não podem ser atribuídas apenas ao patriarcado, mas também à forma como este se entrelaça com outras estruturas de poder como racismo e sexualidade. As estratégias de enfrentamento, por sua vez, também refletem essa complexidade, e sinalizam que as soluções para a desigualdade devem levar em consideração a interseccionalidade das opressões.

Os eixos de análise desvelam três tensões cruciais:

1. **O Patriarcado e a desigualdade de gênero:** A persistência do patriarcado não se limita à divisão desigual do trabalho doméstico (as "tarefas domésticas" – E5), mas se manifesta como violência simbólica (E9) e como um entrave à plena participação das mulheres e sujeitos *queer* nos espaços de decisão (E1). O reconhecimento de que "o machismo se cruza com a transfobia" (E14) obriga o MST a ir além da pauta feminista tradicional, abraçando a desconstrução da heteronormatividade como uma tática de luta pela terra.
2. **O Racismo no Seio da Luta de Classes:** Os relatos de racismo indicam que a opressão de raça é tanto um fator externo (a dificuldade de "acesso à terra" – E11) quanto um desafio interno, manifestado na sub-representação de lideranças negras (E3) e na necessidade de o Movimento ser "antirracista de fato" (E2). A "luta por terra tem cor" (E7), e essa cor é, majoritariamente, negra e indígena, demandando um compromisso decolonial que transcende a mera retórica.
3. **A Base Conservadora e a Necessidade de Acolhimento:** A pauta LGBTQIAPN+ é identificada como o "maior tabu" (E10), sendo confrontada pelo "conservadorismo da base" (E10) e pelo forte preconceito religioso (E5). Este cenário exige que o MST desenvolva mecanismos de acolhimento e punição pedagógica mais claros e eficazes, garantindo a existência de "espaços seguros" (E13) para sujeitos cuja vida é marcada pela dupla e tripla opressão (E2, E14).

Em resumo, os resultados da pesquisa demonstram que o patriarcado é um vetor importante de tensão e renovação dentro do movimento estudado, mas sua influência é moldada pela interação com outras estruturas de poder.

No que tange às estratégias de enfrentamento, observa-se uma diversidade de abordagens que refletem a complexidade das experiências interseccionais de subalternidade. Algumas estratégias envolvem a criação de redes de apoio e espaços de debate, pelos quais discutem os significados da militância e da luta pela terra. Esse compartilhamento de vivências possibilita a construção de soluções coletivas para as violências enfrentadas. Outras

estratégias se concentram em desafiar as normas de gênero e sexualidade vigentes do MST, buscando uma cultura mais inclusiva e igualitária. A inserção destas temáticas na educação e a produção de materiais como cartilhas e protocolos auxiliam a trilhar esse caminho mais inclusivo e seguro a todos os corpos.

Além disso, é importante considerar as estratégias de enfrentamento que buscam direcionar as diretrizes e promover mudanças estruturais na dinâmica e organização do movimento, em especial nos espaços de poder.

Muitos entrevistados e entrevistadas compartilham experiências em instâncias deliberativas e a articulação de coletivos e comissões que visam pautar as questões de gênero, raça e sexualidade na agenda política do MST. Essas iniciativas revelam um esforço consciente de transformar o Movimento por dentro, buscando garantir que as vozes e demandas dos grupos subalternizados sejam efetivamente ouvidas e consideradas na construção de um projeto de luta mais inclusivo e democrático.

Em última instância, os dados das entrevistas mostram que a luta pela terra no século XXI transcende a “disputa por hectares”, pois configura-se como uma complexa luta por reconhecimento e redistribuição. O sucesso do MST em seu projeto histórico dependerá de sua capacidade de traduzir as demandas identitárias, mediadas pelos Setores de Gênero, Juventude e LGBT Sem-Terra, em uma política transformadora que desmonte o patriarcado e o racismo e outros sistemas de poder em suas próprias fileiras. O Movimento se encontra, assim, no limiar de uma renovação histórica: abraçar plenamente as políticas identitárias não representa um desvio o caminho da luta de classe e pela terra, mas sim um aprofundamento desse caminho, reconhecendo que aqueles, aquelas e aqueles<sup>56</sup> que sofrem a maior exploração na sociedade são também quem tem suas subjetividades sistematicamente negadas.

Por meio da análise inicial das entrevistas, é possível constatar no discurso dos entrevistados, entrevistadas e entrevistades que as mudanças contemporâneas em nossa sociedade também se deram para dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, como o Movimento Social LGBTQIAPN+, Movimento Feminista e o Movimento Negro em todas suas nuances, que não tem sua luta pela terra apenas em territórios quilombolas.

O setor de gênero é o pioneiro com relação às questões aqui levantadas, dentro do MST. Surgindo já nas origens da mobilização no campo, o coletivo LGBT Sem-Terra tem como base o setor de gênero que influencia suas pautas. As relações étnico-raciais, apesar de uma discussão mais antiga, ainda não têm nem mesmo o coletivo organizado e sim grupos de

---

<sup>56</sup> Emprego de linguagem neutra, de modo a incluir e respeitar participantes não binários envolvidos na pesquisa.

discussão mais restritos, pois, dentro do movimento, não eram consideradas relevantes, visto que eram entendidas como pacificadas. Com isso, mediante o que deixam implícito, podemos constatar o racismo estrutural aqui, mas estão se preparando para que essa pauta se fortaleça e ocupe espaços de poder dentro do Movimento. Como nos relata o membro do grupo de discussões raciais do movimento:

O MST precisa avançar mais em ação prática no tema do combate ao racismo e enfrentamento à discriminação racial, mas ele tem uma posição política sobre isso, de ser contra o racismo, o genocídio etc. E, além disso, o mais interessante, inclusive, que me motivou a entrar para o MST e pra luta pela reforma agrária, é que conecta o movimento diretamente com o debate da escravidão e o pós-abolição, pois a reforma agrária não realizada foi a grande questão no final do século XIX (Entrevistado 04).

Tenho como premissa que a história de luta dos indivíduos entrevistados, no que tange à questão renda, decidir-se pelo movimento, entender a luta pela terra e sua formação ideológica, é semelhante, mas quando se adentra na questão das camadas sociais e intersecções, as realidades divergem de qual foi e qual é hoje o seu lugar dentro do movimento, pois os tipos e oportunidades, as violências sentidas, suas perspectivas e inseguranças acompanham a história da sociedade brasileira, seus avanços com relação às populações mais vulneráveis, porém, com uma formação direcionada, as perspectivas também são divergentes, principalmente em relação às intersecções que os indivíduos apresentam. Pelo fato do movimento LGBTQIAPN+ brasileiro ter se desenvolvido como um movimento heterogêneo com conflitos internos e demandas que evoluíram ao longo do tempo, faz-se necessário examinar as representações do movimento LGBTQIAPN+ na luta do MST e buscar investigar como os valores da comunidade LGBTQIAPN+ são incorporados a um movimento social que representa uma população rural, analisando e compreendendo as representações do MST sobre questões e luta de diversidade sexual, racial e de gênero.

O movimento LGBTQIAPN+ conquistou direitos e suas políticas estão entrando na ordem do dia de forma mais efetiva do que em décadas anteriores. No entanto, a população LGBTQIAPN+ ainda é estigmatizada e vítima de distintas discriminações, tendo direitos e cidadania negados. No que concerne às questões étnico-raciais no interior do movimento e a importância central da luta territorial, temos que o movimento precisa avançar na construção de um coletivo unificado e fortalecido com o apoio dos setores de gênero e LGBT sem-terra, estes que ampliaram suas posições dentro do movimento ganhando notoriedade no cenário nacional do MST com sujeitos pertencentes a minorias inclusive em cargos de decisões. Não há no MST o setor de raça, porém há discussões para implementação dele.

Acreditou-se por muito tempo ser pacífica a noção de que a maioria dos integrantes do movimento são negros e de que existia um consenso de que a luta pela terra não necessitava considerar a questão racial, porém integrantes do incipiente coletivo negro estão tensionando tais entendimentos, por exemplo, nas mídias do MST são observadas manchetes de denúncia de racismo, celebração do novembro negro e debates para a conscientização da marginalização histórica do negro na política agrária brasileira. As contradições existentes no campo problematizam o perfil do produtor, homem branco, que exerce o poder econômico e reproduz a herança colonial. Há um grupo de estudos denominado Grupo de Estudo Terra Raça e Classe (GTREC) do qual destaco os militantes: Maria Rosineide Pereira (Rosa Negra), militante do MST, CPP da ENFF e doutoranda em geografia – USP, e Gerson de Souza Oliveira, militante do MST e doutorando em geografia – USP, nos quais me apoiei em suas vivências militantes para analisar a questão étnico-racial dentro do MST.

Faz-se essencial o uso da fenomenologia decolonial na luta pela terra, porque permite analisar a realidade a partir da experiência vivida pelos sujeitos do campo, reconhecendo suas memórias, territorialidades, práticas e resistências. Essa abordagem desloca o olhar eurocêntrico e legítima epistemologias produzidas pelos próprios movimentos sociais. (Fanon,2020)

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta investigação, a resposta à questão desta tese se revela inequívoca: as políticas identitárias não são um mero complemento temático, mas sim a força motriz que reconfigura e, ao mesmo tempo tensiona, o núcleo da luta pela terra no Brasil contemporâneo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), organização histórica da luta de classes, encontra-se, no presente, em um estágio de complexificação, impulsionado pela emergência e crescente protagonismo de sujeitos cujas trajetórias são marcadas pela interseccionalidade das opressões.

As camadas sociais historicamente têm definido o lugar do sujeito na luta, de modo que mudanças sociais e políticas internas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deram maior visibilidade a sujeitos que sempre integraram o movimento, mas que anteriormente não detinham poder de decisão. Essa dinâmica reflete a complexidade das relações de poder e hierarquia presentes no interior do movimento, bem como sua capacidade de se (re) organizar e (re) configurar em resposta a transformações sociais mais amplas.

Nesse sentido, a análise das trajetórias e experiências desses sujeitos que conquistaram maior protagonismo no MST torna-se fundamental para compreender as nuances dos processos de mobilização e organização coletiva empreendidos pelo movimento, bem como as tensões e disputas que permeiam sua atuação.

Observa-se que, mesmo um movimento que se autodefine como vanguardista, de base socialista e comprometido com princípios de igualdade, fraternidade e justiça, permanece profundamente atravessado pelo patriarcado e pelo pacto da branquitude<sup>57</sup>

Pondero as delimitações feitas neste trabalho quanto aos LGBT sem-terra com relação ao gênero - mulheres vistas apenas do ponto de vista do sexo biológico, pois as mulheres Trans e Travestis encontram-se agrupadas dentro do grupo LGBTQIAPN+, dessa maneira, ressalto que esse marco foi feito de acordo com a entrevista pela qual elas preferiram marcar seu pertencimento dentro da luta pela terra.

Os resultados evidenciam que o caminho decolonizador, alicerçado na busca por uma liberdade plena de ser e existir em diferentes identidades, reforça a urgência de uma reforma

---

<sup>57</sup> Pacto da branquitude refere-se ao acordo implícito — muitas vezes inconsciente — entre pessoas socialmente identificadas como brancas para manter privilégios raciais, preservar posições de poder e silenciar ou minimizar o racismo estrutural na sociedade. (Bento,2022).

agrária popular que contemple a pluralidade dos sujeitos do MST. As transformações sociais recentes tornaram visíveis grupos que sempre fizeram parte do Movimento, mas que não ocupavam espaços deliberativos. A incorporação das pautas identitárias referentes à raça/etnia, sexo, identidade de gênero, orientação sexual e classe foi sendo construída por meio de um processo contínuo de politização, sustentado pela partilha de uma linguagem comum e coesa da formação histórica da luta, pelos fundamentos socialistas, pela organização militante e pela unidade política em torno da luta pela terra. Esse movimento também se fortaleceu com a apropriação crítica das ferramentas organizativas do MST, expressando uma organicidade que consolida a defesa dos ideais camponeses. Dessa forma, o MST reafirma sua capacidade de produzir sujeitos críticos, politicamente situados e reconhecidos em sua diversidade no interior de suas práxis coletivas.

Contudo, as pautas identitárias ainda não se encontram plenamente pacificadas no interior do Movimento. As falas dos entrevistados evidenciam a permanência de violências simbólicas entre outras formas de silenciamento e marginalização, que incidem sobre sujeitos socialmente concebidos como dissidentes. Embora o caminho esteja delineado e os avanços sejam perceptíveis, persistem obstáculos que tensionam a dinâmica interna do MST e revelam disputas contínuas em torno do reconhecimento e da legitimidade dessas identidades.

Destaco a relevância da pauta racial, elemento estruturante para os sujeitos negros do Movimento e expressão das desigualdades históricas que atravessam suas trajetórias e suas formas de participação política. Essa centralidade torna-se ainda mais evidente quando tais sujeitos, para além dos efeitos do patriarcado e do sistema capitalista, são igualmente marcados pelas interseccionalidades de gênero e sexualidade, que intensificam vulnerabilidades e complexifica suas experiências no interior do MST.

A análise evidencia que, embora se observe um avanço significativo na incorporação das pautas identitárias no interior do MST, tal processo ocorre de forma desigual e tensionada. A inexistência histórica de um setor específico voltado à questão racial, justificada, desde a fundação do movimento, pela compreensão de que se trataria de uma questão já pacificada e revela uma leitura que, ainda que implicitamente, desconsidera o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira. Essa negação tende a reproduzir a invisibilização das desigualdades raciais, que não se restringem aos espaços urbanos, mas atravessam de maneira constitutiva o campo, as relações de trabalho rural e a própria organização dos movimentos sociais.

De modo análogo, a persistência de estruturas patriarcais e heteronormativas no interior do movimento condiciona as possibilidades de participação e reconhecimento de determinados sujeitos. Embora as mulheres estejam presentes em diferentes instâncias

organizativas, sua atuação permanece, em muitos casos, circunscrita a espaços socialmente legitimados, como as funções de cuidado ou determinados espaços deliberativos “permitidos”, o que limita sua inserção efetiva em posições estratégicas de poder e decisão. Nesse sentido, as experiências de mulheres, pessoas negras e sujeitos dissidentes da norma heterossexual evidenciam que os processos de reconhecimento e inclusão no MST não se realizam de forma homogênea, revelando tensões entre o projeto político universalizante do movimento e as desigualdades estruturais que atravessam sua dinâmica interna.

Destaca-se, por exemplo, que a sigla LGBT, atualmente adotada pelo movimento, não contempla integralmente a diversidade de sujeitos presentes em sua base, estando, portanto, incompleta. Considerando a participação de pessoas não-binárias nesta pesquisa, sugere-se a adoção da sigla LGBT+ Sem Terra, de modo a abarcar de forma mais ampla todos os corpos, identidades e sujeitos presentes no movimento.

Permanece como questão analítica fundamental e como horizonte político ainda em disputa, saber se o MST será capaz de enfrentar, de maneira estrutural, as barreiras impostas pelo racismo sistêmico que atravessa a sociedade brasileira e, simultaneamente, reconfigurar suas práticas organizativas de modo a garantir que sujeitos historicamente marginalizados não apenas sejam reconhecidos no plano discursivo, mas ocupem efetivamente posições de centralidade na produção política, na formulação estratégica e na condução da luta pela terra. Dessa forma, a radicalização democrática do movimento passa, necessariamente, pela capacidade de articular, de maneira indissociável, as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidade como elementos constitutivos de um projeto emancipatório que pretenda, de fato, confrontar as bases históricas da desigualdade agrária no Brasil.

A trajetória analisada ao longo desta pesquisa evidencia que a luta pela terra no Brasil, longe de constituir apenas uma disputa material pelo acesso aos meios de produção, configura-se também como um campo profundo de disputas simbólicas, identitárias e epistemológicas acerca de quem pode existir, falar e exercer poder no interior dos projetos emancipatórios. O MST demonstra, em sua própria historicidade, a potência e as contradições inerentes aos movimentos sociais que buscam transformar estruturas sociais profundamente desiguais enquanto permanecem atravessados por elas. A incorporação das pautas de raça, gênero e sexualidade revela não um desvio da luta de classes, mas sua radicalização democrática, ao expor que nenhuma transformação social poderá se consolidar plenamente enquanto persistirem hierarquias que silenciam sujeitos e experiências historicamente marginalizadas. Assim, o futuro do movimento e, em alguma medida, da própria Reforma Agrária Popular dependerá de sua capacidade de converter o reconhecimento político da

diversidade em reorganização concreta das relações de poder, fazendo da diferença não um elemento periférico, mas fundamento constitutivo de um projeto coletivo de justiça social. É nesse horizonte, ainda em construção e permanentemente tensionado, que a luta pela terra se reafirma como luta pela dignidade, pela memória histórica e pela possibilidade de reinvenção democrática da vida social. Nesse processo, a emergência das pautas de raça, gênero e sexualidade não representa um desvio da luta pela terra, mas sua ampliação ética e política, ao revelar que a reforma agrária também é disputa por reconhecimento, dignidade e existência plena. Se a terra sempre foi espaço de produção da vida, ela também precisa tornar-se território de pluralidade, onde diferentes corpos, histórias e identidades possam florescer sem silenciamento ou hierarquias. Assim, mais do que responder definitivamente às perguntas que atravessam esta tese, o que se projeta é um horizonte em movimento: aquele em que a luta pela terra se entrelaça à luta pela memória, pela diversidade e pela reinvenção permanente da democracia, mantendo vivo o princípio de que nenhum projeto emancipatório estará completo enquanto ainda houver sujeitos lutando para serem plenamente vistos, ouvidos e reconhecidos no interior do próprio processo de transformação social.

Embora exista maior abertura institucional e política, a presença de pessoas LGBTQIAPN+ em posições deliberativas ainda enfrenta barreiras culturais, simbólicas e estruturais, indicando que o reconhecimento pleno desses sujeitos depende de transformações mais profundas na cultura política do movimento. Já é, portanto, a capacidade emancipatória da Reforma Agrária Popular dependerá da ampliação efetiva de práticas que enfrentem o racismo, o patriarcado e a heteronormatividade presentes na sociedade e que, em certa medida, também atravessam o próprio movimento.

O MST, possui potencial para continuar orientando práticas sociais voltadas à liberdade dos corpos e à afirmação das diferenças, mas esse processo exige reconfigurações institucionais e culturais permanentes no interior do movimento. Em conjunto, os resultados da tese indicam que o MST se encontra em um processo histórico de transição e disputa interna. O movimento apresenta avanços significativos na incorporação das pautas de diversidade sexual, raça e gênero, mas ainda enfrenta desafios estruturais para transformar plenamente suas práticas organizativas e culturais. Nesse sentido, a luta pela terra revela-se também uma luta por reconhecimento, dignidade e pluralidade de existências, na qual a emancipação social depende da capacidade do movimento de articular redistribuição material e reconhecimento das diferenças.

Este trabalho contribui para a ampliação da compreensão das disputas contemporâneas que atravessam as lutas sociais no campo brasileiro, evidenciando que a

questão agrária não se restringe à dimensão material do acesso à terra, mas envolve também disputas simbólicas, políticas e identitárias relacionadas aos corpos, às subjetividades e aos regimes de reconhecimento social. Ao analisar a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a emergência das pautas de raça, gênero e diversidade sexual em seu interior, a pesquisa demonstra que as lutas pela terra se entrelaçam com processos mais amplos de reivindicação por dignidade, visibilidade e participação política de sujeitos historicamente marginalizados. Nesse sentido, o estudo evidencia que os conflitos agrários contemporâneos também se constituem como arenas de disputa por legitimidade, pertencimento e reconhecimento das diferenças, nas quais a luta pela terra se articula à luta pelos corpos, pelas identidades e pela possibilidade de existência plena no interior dos projetos coletivos de transformação social.

Esta tese, ao sistematizar academicamente as denúncias e conquistas aqui compartilhadas, pretende servir como instrumento político a serviço da luta: ao visibilizar o protagonismo dos setores auto-organizados, oferece subsídios teóricos e empíricos para qualificar os debates internos sobre paridade, representatividade e justiça social nos espaços de decisão do movimento. Ao evidenciar as barreiras estruturais que ainda impedem a plena participação de mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+ como a concentração de poder econômico nas mãos de lideranças masculinas brancas ou a exclusão de corpos trans dos espaços formais, a pesquisa fornece elementos concretos para a formulação de protocolos de enfrentamento às discriminações, para a reivindicação de políticas públicas específicas (como titulação conjunta e reconhecimento de famílias homoafetivas) e para o fortalecimento da auto-organização como estratégia de incidência política. Mais do que um registro acadêmico, este trabalho aspira a ser devolvido às bases, às escolas de formação e às instâncias deliberativas do MST como ferramenta de luta: que os dados aqui analisados, o perfil majoritariamente negro da militância jovem, a presença significativa de identidades trans e não-binárias, os relatos de violência simbólica e as estratégias de resistência coletiva possam circular nos acampamentos, assentamentos e espaços de formação, alimentando o debate sobre o tipo de reforma agrária que se quer construir. Que sirva, sobretudo, para reafirmar que a luta pela terra não pode prescindir da luta contra todas as formas de opressão, e que cada corpo que insiste em existir com dignidade no campo é, em si mesmo, um território de resistência que expande o horizonte da emancipação.

Que esta pesquisa ecoe como afirmação inegociável: nenhuma democracia será legítima enquanto corpos negros, femininos, LGBTQIAPN+ e dissidentes seguirem sendo alvo de silenciamentos, violências e regulações morais. Que o MST, a terra e a luta sigam

sendo territórios de insurgência, onde cada sujeito possa erguer sua identidade como bandeira e sua existência como ato político. Que nenhum corpo seja moderado, tutelado ou contido. Que a liberdade não seja promessa, mas prática radical e cotidiana. Porque a história não muda sozinha: é a força coletiva, organizada e indomável dos que resistem que empurra a transformação. E que assim sigamos : sem recuos, sem concessões e sem medo até que todos os corpos caibam inteiros na terra que também lhes pertence.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Caminhos da Reportagem mostra o crescimento de evangélicos no país.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-06/caminhos-da-reportagem-mostra-crescimento-de-evangelicos-no-pais>>. Acesso em: 21 nov. 2025.
- AGÊNCIA BRASIL. **Pós-graduação “ainda é concentrada na população branca”, aponta estudo.** Brasília: EBC – Empresa Brasil de Comunicação, 15 jul. 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-07/pos-graduacao-ainda-e-concentrada-na-populacao-branca-aponta-estudo>>. Acesso em: 18 out. 2025.
- AGUIAR, N. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo.** Soc. Estado, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.
- ALCÂNTARA, F. **Acampamento Marielle Vive! em São Paulo: entenda a história de luta e resistência.** Site oficial do MST. Disponível em <<https://mst.org.br/2021/12/01/acampamento-marielle-vive-em-sao-paulo-entenda-a-historia-de-luta-e-resistencia/>>. Acesso em 28 de mar. 2025.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, S. R. de; LIMA, E. M. F. A. **O setorial de gênero do MST e o enfrentamento ao patriarcado nas escolas do campo.** Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, v. 10, n. 25, 2015.
- AMORIN, L. P. de; TÁRREGA, M. C. V. B. **O acesso à terra: a lei de terras de 1850 como obstáculo ao direito territorial quilombola.** Revista Emblemas, v. 16, n. 1, p. 10-23, jun. 2019.
- ANCA. **Assentamentos: espaço de construção social.** Brasília: ANCA, 2002.
- ARAÚJO, D. M. de O. **Mulheres Sem Terra rompendo cercas fazendo história: 40 anos de MST, 2024.** 08 de jan. Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/01/08/mulheres-sem-terra-rompendo-cercas-fazendo-historia-40-anos-de-mst/>>. Acesso em 07 de mar. 2025.
- ATAÍDE, M. **O que é plantation e suas características.** Disponível em <<https://www.ecycle.com.br/plantation>>. Acesso em 14 de abril. 2025.
- ATLAS Brasil Agrário. **Questão racial.** Disponível em: <[http://www.atlasbrasilagrario.com.br/\\_\\_atlas\\_\\_/questao-racial/](http://www.atlasbrasilagrario.com.br/__atlas__/questao-racial/)>. Acesso em: 2022.
- BARCELLOS, S. B. **A formação do discurso da agroecologia no MST.** Seropédica. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.
- BBC NEWS BRASIL. **É verdade que a Bíblia condena a homossexualidade?** Reportagem de Edison Veiga, lida por Thomas Papon. Publicada em 10 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv2v8ednlrvo>>. Acesso em: 12 out. 2025.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORGES, J.L. **MST: do produtivismo a agroecologia**. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás; 2010.

BORSATTO, R. S.; Carmo, M. S. **A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**. RESR, Piracicaba, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007**. Disponível em: <[https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in\\_38\\_2007.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_38_2007.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Racismo como barreira ao acesso à saúde**. Disponível em: <<https://www.gov.br/aids>>. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Desigualdade racial persiste no mercado de trabalho brasileiro**. Disponível em <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/desigualdade-racial-persiste-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>>. Acesso em 24 de abr. 2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 11ª ed. 2016.

CAETANO, M.; NASCIMENTO, C.; RODRIGUES, A. **Do caos reemerge a força: Aids e mobilização LGBT**. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). História do movimento LGBT no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2018.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAMPOS CUNHA, M. C. **Movimento Negro no Brasil**. Diálogos Latinoamericanos, n. 7, p. 56-80, 2003. UERJ.

CAMPOS, A. D'. **Mulheres Sem Terra em Formação: o diálogo com o marxismo e os feminismos nos cadernos de formação do MST**. Revista Pegada, v. 18, n. 4, 2017. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5202/3848>>. Acesso em: 13 dez. 2025.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003

CARVALHO, R. **Manifesto Transpofágico**. São Paulo: Editora Casa 1, 2022.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CNN BRASIL. **Intolerância religiosa no Brasil cresceu mais de 80%, diz estudo**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/intolerancia-religiosa-no-brasil-cresceu-mais-de-80-diz-estudo/>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CONCRAB. **Projeto de desenvolvimento dos assentamentos**. Brasília: CONCRAB, 2004.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics.** University of Chicago Legal Forum, 14, 1989, p.538-54.

DEÁK, C. **Uma interpretação histórica da teoria de renda.** Revista de Desenvolvimento Urbano e Regional, v. 2, n. 1, p. 41-57, 1987.

DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Gênero e identidade.** [S.l.: s.n.], 2025. Disponível em: <<https://www.defensoria.rs.def.br/genero-identidade>>. Acesso em: 13 dez. 2025.

DENSHO. **Inventing the model minority: a critical timeline and reading list.** Disponível em: <<https://densho.org/catalyst/inventing-the-model-minority-a-critical-timeline-and-reading-list/>>. Acesso em: 12 out. 2025.

DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, v. 23, p. 100-122, 2007.

EDUSP. **A tela “A Redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil.** Disponível em: <<https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay.** Tradução: Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ESMERALDO, G. G. S. L. **Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 575-592, set./dez. 2007.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, F.; CARNEIRO, S. Hist. Historiogr., Ouro Preto, v. 16, n. 41, e1946, p. 1-29, 2023.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 – 1999), 1999.** 318p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1999.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. (Org.). **Movimentos Socioterritoriais e a teoria da formação social.** A Reforma Agrária e a luta do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B.M. *et al.* **A terra dos desterrados: o negro em movimento – um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.** In: SANTOS, R.E (Org). Diversidade, espaço e relações étnicos – raciais: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 137-161.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FIGUEIREDO, G. C. & PINTO, J. M. R. **Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra.** *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 555-565, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/TxqZLXjqG5PwYjJ4p8JYQ8j/?lang=pt>>. Acesso em: 5 set. 2025.

FONSECA, D. J. **Políticas públicas e ações afirmativas.** 1 ed. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FONSECA, D. J. Prefácio: Os legados escravistas e racistas no mundo agrário e agrícola brasileiro In: Girardi, E. P. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a racial no Brasil: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017**, 1ª edição – São Paulo: Cultura Acadêmica 2022, p. 9 - 12.

FORCHSATTO, R.; SANTIN, M. A.V. **Espaços de poder nos assentamentos do MST: uma perspectiva de gênero.** *Cadernos de Formação do MST*, n. 4, 2016.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

G1. **Pastor André Valadão diz que ‘Deus mataria’ população LGBTQIAPN+ e ‘começava tudo de novo’.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/07/03>>. Acesso em: 12 out. 2025.

G1. **Socorrista do Samu diz que família não queria que paciente fosse atendido por ela: ‘Ela é negra, tudo bem, ela está com luvas’.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/21/socorrista-do-samu-diz-que-familia-nao-queria-que-paciente-fosse-atendido-por-ela-ela-e-negra-tudo-bem-ela-esta-com-luvas.ghtml>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

GAZETA DO POVO. **Lula: MST sinaliza que cumprirá pedidos sem-terra.** Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lula-mst-sinaliza-cumprira-pedidos-sem-terra/>>. Acesso em: 2025.

GIRARDI, E. P. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo agropecuário 2017.** Coleção Vozes do Campo, Ed. Unesp, 2022.

GOMES, L. **Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares.** Revisão e anotações: Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2019. v. I

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GONTIJO, F; COSTA, F. **“Ser Traveco é Melhor que Mulher”:** considerações preliminares acerca das discursividades do desenvolvimentismo e da heteronormatividade no mundo rural piauiense. *Bagoas*, Natal (RN), v. 6, n. 8, p. 171-186, 2012.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** 8 ed. RIOS, F.; LIMA, M. (Org). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALES, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** *Ciências sociais hoje*, Brasília: Anpocs, n. 2, pp. 223-44, 1983.

- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. 1. ed. São Paulo, SP: FUSP, Ed. 34, 2002. 231 p.
- HINTZE, H. C. **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira** - 1. ed. Tipo do material: Livro eletrônico, 2020.
- HUSSERI, E. **A ideia da fenomenologia**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 1990.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual do recenseador. Censo Agro 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça, 2022b**.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População quilombola é de 1,3 milhão, indica recorte inédito do censo**. Brasília: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População quilombola no Brasil por regiões e unidades da federação, 2022a**.
- INCRA. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 769**. Brasília: INCRA, 2021 (Nota Técnica, n 360).
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Mudanças legais que melhoraram e apressaram as ações da reforma agrária**. Brasília. 2021.
- LENZ, M. H. **A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx**. In: XI ANPEC-Sul. XI Encontro Regional de Economia – ANPEC-Sul, 2008. Disponível em: [http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-01-a\\_evolucao\\_do\\_conceito\\_d.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-01-a_evolucao_do_conceito_d.pdf)> Acesso em: 09 dez. 2025.
- LEÓN, L. P. **Revolta dos Malês: 190 anos da maior rebelião escrava urbana do Brasil**. Agência Brasil, 24 jan. 2025. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-01/revolta-dos-males-190-anos-da-maior-rebeliao-escrava-urbana-do-brasil>>. Acesso em: 09/12/2025.
- LIMA, W. **Auto-organização dos grupos pela diversidade sexual no MST impulsiona a decisão política do movimento de pensar e articular o processo de fortalecimento das lutas e da visibilidade da pauta**. Disponível em: <https://rosalux.org.br/lgbt-sem-terra-uma-identidade-de-luta/>>. Acessado em 22/02/2026.
- LINHA DE COR. **A Lei de 10 de junho de 1835 reforçou essas disposições, reafirmando a pena de morte para homicídios e lesões graves cometidas por escravizados contra escravistas e feitores**. 2025. Disponível em: <https://linhadecor.com/>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- LÖWY, M. **Eric Hobsbawm, sociólogo do milenarismo campesino**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 69, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000200007>>. Acesso em: 07/10/2025.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2ª edição, 1999.

MAFORT, K. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento**, 2014. Disponível em <<https://mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento/>>. Acesso em 24 de abr. 2025.

MARIANO, A.; PAZ, T. T. Diversidade sexual e de gênero no MST: primeiros passos na luta pela liberdade sexual. In: NOGUEIRA, L. *et al.* **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 289-314.

MARIANO, Alexandre Santos; PAZ, Thais Therezinha. **Coletivo LGBT. LGBT Sem - Terra: Rompendo cercas e tecendo liberdade**, 1 ed. Outras Expressões Editora, 2021.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, Karl. **O Capital: Livro III**. Editado por Friedrich Engels, 1895. Parte VI.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018

MELUCCI, A. **Invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 1ª ed. 2001.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Repressão e resistência**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/repressao-apos-o-golpe/#repressao-e-resistencia>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

MIRANDA, R. de S.; CUNHA, L. H. H. **A Estrutura Organizacional do MST: lógica política e lógica prática**. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 66, p. 363 – 376, 2013.

MOURA, B. de F. **Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial**, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial>>. Acesso em 26 de abr. de 2025.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Anita, 1992.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Análise de Conjuntura com João Pedro Stédile**. YouTube, 08 dez. 2025. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uOd2OywW5Vg>>. Acesso em: 13 dez. 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Assentamento Mário Lago: do latifúndio improdutivo à produção agroecológica**, 2024b. Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/03/28/assentamento-mario-lago-do-latifundio-improdutivo-a-producao-agroecologica/>>. Acesso em 27 de mar. 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Boletins e Cadernos do MST**. Disponível em: <<https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>>. Acesso em: 13 dez. 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cartazes**. Disponível em: <<https://mst.org.br/cartazes/>>. Acesso em: 21 set. 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Construindo Reforma Agrária Popular enfrentando o racismo**. Brasília, 21 mar. 2025. Disponível em: <<https://mst.org.br/2025/03/21/construindo-reforma-agraria-popular-enfrentando-o-racismo-2/>>. Acesso em: novembro de 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Manifesto da Juventude Sem Terra**. Disponível em: <<https://mst.org.br>>. Acesso em: 29 maio 2024a.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O papel da Lei Maria da Penha no enfrentamento às violências contra a mulher no campo**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/08/07/o-papel-da-lei-maria-da-penha-no-enfrentamento-as-violencias-contra-a-mulher-no-campo/>>. Acesso em: 19 set. 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Reforma Agrária Popular. João Pedro Stedile, o nome e o rosto mais conhecidos da luta e defesa da reforma agrária no Brasil, segue à risca a cartilha do movimento que ajudou a fundar, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/12/04/stedile-eu-nao-tenho-uma-politica-pessoal-minha-politica-e-a-do-mst/>>. Acesso em: 2 nov. 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Ruth Venceremos: “a luta pela superação do preconceito precisa ser uma luta popular”**. 16 ago. 2024. Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/08/16/ruth-venceremos-a-luta-pela-superacao-do-preconceito-precisa-ser-uma-luta-popular/>>. Acesso em: nov. 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Terra, Raça e Classe: Coletivo do MST**. Disponível em: <<https://mst.org.br>>. Acesso em: 05 out. 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Transexualidade, Travestilidade e Reforma Agrária Popular**. Documento transcrito a partir do documentário da Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho do MST sobre o 1º Encontro Nacional de Trans e Travestis Sem Terra. Ceará: MST, 2023.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de Formação nº 5 – Setor de Gênero: Diversidade Sexual no MST – elementos para o debate**. 2. ed. São Paulo: MST, 2018.

NARCISA, T.; BONETS, V. **Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê**. Belém, jan. 25. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>>. Acesso em: 21 set. 2025.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, B. **Uma História Feita por Mãos Negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. 1ª edição – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAVARRO, Z. “Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, 1978-1990”. In: NAVARRO, Z. (Org), **política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996, p. 62-105.

NOBRE, N. C. F. **Lições e experiências do público LGBTQIA+ no ambiente do MST**, 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias). Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2020.

NOMURA, B. **Retrocesso e sucateamento: a política LGBTI+ do governo Bolsonaro**. Disponível em: <<https://adiadorim.org/reportagens/2022/10/retrocesso-e-sucateamento-a-politica-lgbti-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: nov. 2025.

OCANHA, R. F. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Org). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018, p. 79-90.

OLIVEIRA, N. M. **Damas de paus: O jogo aberto dos travestis no espelho da mulher**. 1. ed. Salvador - Bahia: EEFUBa, 1994. v. 1. 150p.

PARAVADINI, J. L. L.; GONÇALVES, M. A. **Neopentecostalismo: desamparo e condição masoquista**. Revista Mal-Estar e Subjetividade, Fortaleza, v. 9, n. 4, p. 1173-1202, dez. 2009.

PINHEIRO, A. M. **O cooperativismo do MST e a sustentabilidade no contexto da reforma agrária: o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos assentados de Charqueadas Ltda**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina.

PONDÉ, M. P; MENDONÇA, M. S. S. CARDOSO, C. **Proposta metodológica para análise de dados qualitativos em dois níveis**. História, Ciência e Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n. 1, p. 129-143, 2009.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

Redoc Rio de Janeiro v. 3 n.1 p. 215 Jan/Abr. 2019 e-ISSN 2594-9004 O Corpo Transvestigênera – O Corpo Travesti – Na Arte -

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RODRIGUES, C. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Anais: Fazendo Gênero 10º - desafios atuais dos feminismos, 2013.

RUBIN, G. **Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality**. Vance, Carole (Org.). Pleasure and Danger. New York: Routledge and Kegan Paul, 1nd ed. 1984, p. 267- 319.

SANTANA JUNIOR, H. M. de. **Relações étnicas e reforma agrária: desafios contemporâneos**. Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB, v. 3, n. 6, p. 45-60, jul./dez. 2018. ISSN 2525-4715. Disponível em: <<https://periodicos.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1234>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SANTOS, H. **Roda Viva - Hélio Santos**. TV Cultura, São Paulo, 07 de Novembro de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kxr70kew7Cclink>>. Acesso em: 22.02.2026.

SANTOS, K. da S. *et. al.* **O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo.** *Ciência. Saúde coletiva*, v. 25, n. 2, p. 655-664, 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. (Coleção Milton Santos - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila (2002). Do original: SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses. gender and the politics of history.* New York, Columbia University Press, 1989.

SILVA, João. **Necropoder e capitalismo neoliberal.** Disponível em: <[https://www.academia.edu/12345678/Necropoder\\_e\\_capitalismo\\_neoliberal](https://www.academia.edu/12345678/Necropoder_e_capitalismo_neoliberal)>. Acesso em: 09 dez. 2025.

SILVA, L. F.; OLIVEIRA, L. **O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu.** *Rev. FSA, Teresina*, v. 14, n. 3, mai./jun. 2017.

SINOPSES. **Sinopses**, n. 18, p. 26-39, 1992.

SMITH, R. A transição no Brasil: a absolutização da propriedade fundiária. In: SMITH, R. **Propriedade da Terra & transição. Estado da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUZA, R. J. de. **Terra, Raça, Classe e Estratégia: A Luta pela Reforma Agrária na Bahia e a Questão Racial.** 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São Paulo, 2017.

SOUZA, R. **Qual a relação da luta do MST pela Reforma Agrária com o debate sobre a questão racial?** *Terra, Raça e Classe: A classe trabalhadora é negra.* Disponível em: <<https://mst.org.br>>. Acesso em: 20 de mar. 2025.

SOUZA, S. M. de. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: História e Natureza das ligas camponesas.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STEDILE, J. P. (Org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TANHOTE, M. G. **Identidade e memória coletiva: reflexões sobre o movimento negro contemporâneo.** *Revista Trilhas da História*, v. 14, n. 29, 2024.

TEISCHMANN, K. M. **História do movimento LGBT no Brasil.** *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)*, Cuiabá, v. 3, n. 12, p. 220-226, out./dez. 2020.

Disponível

em:<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/11686/8118> - Acessado em 20.11.2024.

TRANSEXUALIDADE e Reforma Agrária Popular. **YouTube**, 29 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zih2GSxPNwU&t=4s>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

TRAPP, R. P.; SILVA, M. L. da. **Movimento negro no Brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política**. Revista Jovem Pesquisador, Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98, 2010.

TRAPP, R. P.; SILVA, M. **Linhares da. Movimento Negro no Brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política**. Revista Jovem Pesquisador - Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98, 2010.

TRICONTINENTAL. **Reforma Agrária Popular e a Luta pela Terra no Brasil**. Dossiê n.º 27 Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, abril de 2020. Disponível em: <[https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328\\_Dossier-27\\_PT\\_Web.pdf](https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328_Dossier-27_PT_Web.pdf)>. Acesso em agosto de 2023.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFBA - **Método de formação política da escola nacional Florestan Fernandes do MST. Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 203-209, abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/29832>>. Acesso em: 13 dez. 2025.

UFMA. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – Reflexões sobre sua história e processo educativo**. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/9864/5815/29707>>. Acesso em: 13 dez. 2025.

UFRB. **Pedagogia da Terra – MST**. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/educacaodocampoocfp/images/livro-pedagogia-da-terra-mst.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2025.

UOL. **Médica denuncia racismo**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/02/20/medica-denuncia-racismo.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2025.

VIA CAMPESINA-BRASIL. **Coletivo LGBTI. Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo**. 1. ed. [S.l.]: Via Campesina-Brasil, 2020.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VILELA, R. B., RIBEIRO, A.; BATISTA, N. A. **Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo: Uma aplicação aos desafios do mestrado profissional em ensino na saúde**. Milênio, v. 2, n. 11, p. 29-36, 2020.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um aberto**. Revista Temáticas, v. 22, n. 44, p. 12-30, 2014.

WALL, K. **A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo**. Análise <https://memoriasdaditadura.org.br/Social>, Lisboa, v. 22, n. 92/93, p. 661-668, 1986.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 2012. 4ª Edição.

WU, E. **A cor do sucesso: asiático-americanos e as origens da minoria modelo**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista

**Universo amostral:** Pessoas que integram os setores/coletivos específicos: Gênero, Étnico-Racial e LGBTQIAPN+ que integram o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra nas mais diversas regiões brasileiras.

#### Dados pessoais:

Nome: Apenas o Primeiro Nome

Identificação de gênero:

Escolaridade:

Idade:

Orientação sexual:

Tempo de Luta ou Militância pela terra:

(cidade, estado e região):

Religião:

Cargo/Função no Movimento:

1 - Poderia se apresentar e falar brevemente sobre sua história de envolvimento com a luta pela terra e os coletivos LGBTQIA+ e racial? E o setor de Gênero?

2 – O que você entende por Reforma Agrária Popular? Qual a importância da diversidade na luta pela terra?

3 – Como você observa o Patriarcado atravessando o movimento?

4 - Como você vê a sua intersecção gênero, racial e lgbt dentro do MST.

5 – Você observa alguma resistência dentro do movimento com relação ao coletivo LGBTQIA+ e o setor de gênero?

6 - Quais são os principais desafios enfrentados pelos sujeitos LGBTQIA+ dentro do contexto rural e agrário?

7 – Você considera que o Movimento invisibilizou alguns sujeitos como pretos, mulheres e LGBT? Se sim poderia exemplificar?

8 - Como você vê a materialização do patriarcado no cotidiano do movimento?

9 - Você vê alguma relação da religião com a construção de uma sociedade patriarcal?

10 - Qual a religião mais presente em sua comunidade? Você acredita que ela exerce alguma influência diante dos sujeitos lgbt?

11 – Você já sofreu algum tipo de violência dentro do movimento mesmo que velada?

11 - A educação é tratada com Diversidade?

12 - Quais mudanças o coletivo/setor promoveu em sua vida?

13 - A produção dos documentos, cartilhas, campanhas LGBTfobia no campo, protocolos nos congressos nacionais e setoriais tem surtido efeitos esperados?

14 - Quais foram os principais avanços alcançados pelo MST em relação à inclusão dos coletivos LGBTQIA+, gênero e racial na luta pela terra?

15 – O que você observa de avanços para estes sujeitos (mulheres, negros e LBGT)?

16 – Como essa pluralidade é vista de forma coletiva pelo movimento? Como um fator agregador ou ameaça aos valores do MST?

17 – Como o movimento do MST tem colocado essas dimensões relacionadas ao público LGBT?

18 – De acordo com sua vivência dentro do movimento, o MST mudou? Passou pelas mesmas transformações que a sociedade vivenciou?

19 – Como a questão da orientação sexual, gênero e etnia pode interferir no objetivo do movimento?

20 - Você acredita que os assentamentos mais antigos são mais resistentes as novas estruturas familiares, como por exemplo os homoafetivos?

21 - Quais são os desafios específicos enfrentados por (mulheres e pessoas negras/pessoas lgbs) na luta pela terra, e como o MST trabalha para superá-los?

**APÊNDICE B: Comitê de ética****Título da Pesquisa:****Instituição Proponente:****Versão:****CAAE:****INVISIBILIDADE E POLÍTICAS IDENTITÁRIAS NO MST: NOVOS E  
VELHOS SUJEITOS NA LUTA PELA TERRA****Willian de Souza Pereira****ASSOCIACAO SAO BENTO DE ENSINO****Versão: 2****83972124.5.0000.5383****Área Temática:****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA****Número do Parecer: 7.446.054****Situação do Parecer:****Aprovado****Necessita Apreciação da CONEP:****Não**

**ANEXO: Termo de Consentimento**

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE  
ARARAQUARA**

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Bloco C, Centro – Araraquara SP – CEP: 14801-320 – Telefone: (16)  
3301.7263  
www.uniara.com.br/comite-de-etica

**TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), RG/CPF n.º \_\_\_\_\_, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e voz, constante nas fotos/filmagens do(a) Willian de Souza Pereira, com o fim específico de divulgação da pesquisa A RELAÇÃO DA LUTA DO MST A PARTIR DA CENTRALIDADE DA LUTA PELA TERRA COM ENFOQUE NOS SETORES LGBTQIA+, GÊNERO E RACIAL, sem qualquer ônus e em caráter definitivo.

A presente autorização, abrangendo o uso da minha imagem/voz nas fotos/filmagens acima mencionadas é concedida ao pesquisador(a) Willian de Souza Pereira a título gratuito, abrangendo inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e a inserção em materiais científicos, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro.

Este documento consta de 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Local e data:

Assinatura do participante de pesquisa:

\_\_\_\_\_.

Telefone para contato: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_ Rubrica do participante:

\_\_\_\_\_.